Recebido 26/05/26 08:41

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 01

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PAULO HENRIQUE FERNANDES RIBEIRO
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG

JOÃO ALVES NETO, brasileiro, produtor rural, portador da cédula de identidade nº M-1.762.568 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 593.388.656-49, nascido em 27/08/1960, filho de José Alves Pimenta e Luzia Carlota de Jesus **(DOC. 01)**, residente e domiciliado na Rua Mário Luiz Ferreira, nº 225, Bairro Bela Vista, Arapuá/MG, eleitor deste Município, no exercício de seus direitos políticos, título de eleitor nº 0277 5195 0230 **(DOC. 02)** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Arapuá/MG e disposições pertinentes do Regimento Interno da Câmara Municipal, apresentar a presente

DENÚNCIA POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR
COM PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PROCESSANTE

em face de GILSON DA CUNHA MATOS, brasileiro, Vereador do Município de Arapuá/MG, portador da cédula de identidade nº 4.157.499 SSP/MG, inscrito no CPF nº 593.139.946-15, filho de Maria Ferreira da Cunha Matos e Lázaro Francisco de Matos, residente e domiciliado na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 240, Centro, Arapuá/MG, para responder a Processo de Cassação por falta de decoro em sua conduta pública, nos termos do art. 7º, inciso III, do Decreto Lei nº 201/67 c/c art. 58, inciso II, da LOM/RM e art. 253, III, do RICM/RM, conforme fatos abaixo narrados:

I – DOS FATOS

Conforme registrado no Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001, lavrado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais **(DOC. 03)**, no dia 9 de maio de 2026, por volta das 10h30min, o denunciante compareceu ao estabelecimento comercial denominado "ED Casa", situado no Bairro Bela Vista, Município de Arapuá/MG, ocasião em que encontrou o denunciado no interior do referido comércio.

Segundo consta do histórico policial, ao perceber a presença do denunciante, o denunciado passou imediatamente a dirigir-lhe palavras em tom de provocação e intimidação, afirmando: "*Aquele dia, na praça, você manifestou contra mim, porque estava protegido pela polícia; manifesta agora, se você for homem.*"

O próprio boletim policial registra que a referida fala possui relação com desavença ocorrida anteriormente em frente ao Poder Legislativo Municipal, após sessão realizada na Câmara Municipal de Arapuá/MG.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ - MG
APROVADO ☐ REJEITADO
Em 1º Discussão e Votação por 5x0 votos
Arapuá, 26/05/2026
PRESIDENTE DA CÂMARA
SECRETÁRIO

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 02

Ainda conforme registrado, o denunciado passou a proferir ofensas verbais contra o denunciante, chamando-o de "vagabundo" e afirmando reiteradamente que ele "não era homem".

Ainda conforme registrado no REDS, o denunciado passou a proferir ofensas verbais contra o denunciante, chamando-o reiteradamente de "vagabundo" e afirmando que este "não era homem", em evidente contexto de hostilidade e provocação pública.

O boletim policial também consignou que **o denunciado portava um canivete em uma das mãos durante toda a discussão verbal ocorrida no interior do estabelecimento comercial**.

A testemunha Jhonatas Washington Pereira, identificada no próprio registro policial como testemunha presencial dos fatos, confirmou perante a Polícia Militar ter visualizado o denunciado portando um canivete durante o acirramento verbal entre as partes.

Além disso, o episódio ora narrado não se apresenta como fato completamente isolado.

Consta do Boletim de Ocorrência REDS nº 2022-042711749-001 **(DOC. 04)** que o denunciado já esteve anteriormente envolvido em episódio de elevada repercussão institucional relacionado à esposa do atual denunciante, Sra. Adélia Pereira Duarte Alves, então Diretora da Escola Municipal Maria Caetano da Rocha, durante reunião da Câmara Municipal de Arapuá/MG ocorrida em setembro de 2022.

Na ocasião, segundo registro policial posteriormente convertido em Termo Circunstanciado de Ocorrência, o denunciado teria utilizado a tribuna parlamentar para dirigir críticas ofensivas e manifestações consideradas humilhantes contra a referida servidora pública durante reunião legislativa realizada em contexto de homenagem institucional promovida pelo Município.

O procedimento policial originou o processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555 **(DOC. 05)**, em trâmite perante o Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba/MG, figurando como vítima a Sra. Adélia Pereira Duarte Alves e como autor do fato, Gilson da Cunha Matos, ora denunciado.

Além disso, os fatos relacionados ao episódio de 2022 chegaram a motivar anterior REPRESENTAÇÃO política visando à apuração de possível quebra de decoro parlamentar atribuída ao denunciado perante esta própria Casa Legislativa **(DOC. 06)**, circunstância que demonstra a existência pretérita de questionamentos institucionais acerca da compatibilidade de sua conduta pública com a dignidade do mandato parlamentar.

Ressalte-se que os fatos pretéritos acima mencionados não constituem objeto autônomo da presente denúncia, sendo apresentados exclusivamente como elementos contextuais aptos a demonstrar a existência de histórico anterior de conflitos político-institucionais, hostilidade pública e comportamento potencialmente incompatível com o decoro parlamentar.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 03

A gravidade do episódio ora narrado, inclusive, ultrapassou o âmbito privado das partes envolvidas, tendo sido objeto de divulgação por veículo de imprensa local[1] **(DOC. 07)**, circunstância que evidencia a repercussão pública do ocorrido e o impacto institucional gerado perante a comunidade arapuense.

Diante desse contexto, verifica-se que os fatos narrados transcendem simples desentendimento pessoal entre particulares, revelando situação potencialmente incompatível com a urbanidade, o equilíbrio e a dignidade exigidos do exercício do mandato parlamentar.

II - DO CABIMENTO DA PRESENTE DENÚNCIA

A presente denúncia possui fundamento no artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, segundo o qual:

> *"Art. 7º. A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador quando:*
> *(...)*
> *III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.*
> *§ 1º O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 5º deste Decreto-Lei."*

A Lei Orgânica do Município de Arapuá/MG igualmente prevê a perda do mandato parlamentar nas hipóteses de conduta incompatível com o decoro parlamentar, dispondo expressamente:

> *"Art. 42.* ***Perderá o mandato o Vereador****:*
> *(...)*
> *II -* ***cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes****."(g.n.)*

Ainda segundo o § 1º do referido dispositivo:

> *"Art. 42. Omissis*
> *(...)*
> *§ 1º Considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais."*

Embora o rol previsto na Lei Orgânica possua caráter exemplificativo, evidencia-se que o ordenamento municipal exige do parlamentar conduta compatível com a dignidade institucional do mandato e com os valores éticos inerentes ao exercício da função pública.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Arapuá/MG igualmente confere suporte jurídico à presente denúncia, ao estabelecer que a atuação institucional do Poder Legislativo deve observar os princípios da moralidade e da ética político-administrativa.

---

[1] https://paranaibaagora.com.br/vereador-de-arapua-e-denunciado-apos-discussao-com-ameacas-e-uso-de-canivete-em-deposito-de-materiais-de-construcao/

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 04

No mesmo sentido, o Regimento Interno atribui expressamente ao Plenário da Câmara competência para "processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa".

> *"Art. 59. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:*
> *(...)*
> *VII - processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;"*

A Lei Orgânica Municipal prevê expressamente a constituição de Comissão de Investigação e Processante para apuração de infrações político-administrativas e faltas ético-parlamentares atribuídas aos membros do Poder Legislativo, dispondo:

> *"Art. 30. A Câmara terá comissões permanentes e especiais regulamentadas pelo seu regimento interno.*
> *(...)*
> *§ 6º* ***As comissões de Investigação e Processante serão constituídas para apurar infrações político-administrativas, apurar faltas ético-parlamentares*** *e faltas que acarretem a destituição dos membros da Mesa Diretora." (g.n.)*

Além disso, o art. 45 do Regimento Interno disciplina o procedimento de recebimento de denúncia e constituição da Comissão de Investigação e Processante para apuração das infrações atribuídas aos membros da Casa Legislativa.

> *"Art. 45. Recebida a denúncia pelo Plenário com a deliberação de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, adotar-se-ão as seguintes medidas:*
> *I - serão sorteados três Vereadores para compor Comissão de Investigação e Processante, da qual não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado, observando-se na sua formação o disposto neste Regimento Interno;(...)"*

Mostra-se, portanto, plenamente cabível a presente denúncia para apuração de conduta potencialmente incompatível com o decoro parlamentar, com a dignidade do mandato eletivo e com a respeitabilidade institucional do Poder Legislativo Municipal.

III – DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

A conduta narrada revela situação manifestamente incompatível com os deveres mínimos de urbanidade, equilíbrio, autocontrole e responsabilidade institucional inerentes ao exercício do mandato parlamentar.

O exercício da vereança exige do agente político comportamento compatível com a dignidade da função pública exercida, especialmente em municípios de pequeno porte, nos quais a atuação dos representantes eleitos repercute diretamente na estabilidade institucional, no convívio social da comunidade local e na própria credibilidade das instituições públicas perante a população.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 05

No caso em análise, os fatos narrados extrapolam, de forma evidente, os limites de mero desentendimento privado ou discussão ocasional entre particulares.

Isso porque o denunciado, valendo-se da condição de agente político local e fazendo referência explícita à manifestação política anteriormente realizada pelo denunciante em frente à Câmara Municipal, dirigiu-lhe provocações, ofensas pessoais e comportamento potencialmente intimidatório em ambiente público, enquanto portava ostensivamente um canivete em uma das mãos.

Ainda que não tenha ocorrido agressão física consumada ou ameaça verbal expressa relacionada ao objeto, a gravidade institucional da conduta permanece inequívoca.

O porte ostensivo de objeto perfurocortante durante discussão diretamente relacionada a divergências políticas pretéritas, associado às provocações e ofensas verbalizadas pelo denunciado, revela comportamento incompatível com o decoro parlamentar, com a urbanidade institucional e com a dignidade esperada de representante do Poder Legislativo Municipal.

A condição de Vereador não confere ao agente político autorização para utilização da função pública como instrumento de hostilidade pessoal, constrangimento, intimidação ou demonstração de força perante cidadãos, especialmente em razão de posicionamentos ou manifestações políticas anteriormente exercidas.

A normalização institucional de condutas dessa natureza produz efeitos extremamente nocivos ao ambiente democrático local, na medida em que transmite à coletividade a indevida percepção de tolerância estatal com práticas de intimidação, agressividade e violência simbólica no exercício da atividade política.

Agentes públicos ocupam posição de referência social. Por essa razão, espera-se de seus comportamentos postura compatível com os valores mínimos de civilidade, respeito mútuo e convivência democrática, sobretudo em situações de divergência política.

A tolerância institucional diante de episódios dessa natureza enfraquece a autoridade moral desta Casa Legislativa, compromete a confiança da população nas instituições democráticas locais e estimula perigoso precedente de banalização da violência e da intimidação no debate político municipal.

Não se trata, portanto, de mera reprovação moral subjetiva ou de tentativa de criminalização de divergências políticas. O que se verifica é conduta pública incompatível com os parâmetros éticos mínimos exigidos para o exercício do mandato parlamentar.

O artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967 prevê expressamente a possibilidade de cassação do mandato parlamentar quando o Vereador proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 06

É precisamente essa hipótese que se apresenta no caso concreto.

Diante da gravidade dos fatos, da repercussão institucional da conduta e da necessidade de preservação da respeitabilidade do Poder Legislativo Municipal, revela-se plenamente legítima e juridicamente necessária a apuração da infração político-administrativa narrada, em tese passível de enquadramento nas hipóteses previstas no artigo 7º do Decreto-Lei nº 201/1967, inclusive da penalidade de cassação do mandato, caso os fatos sejam confirmados no curso da regular instrução processual.

IV – DA REPERCUSSÃO INSTITUCIONAL E DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA IMAGEM DO PODER LEGISLATIVO

Os fatos narrados na presente denúncia ultrapassam os limites de mero desentendimento privado entre particulares, alcançando inequívoca relevância institucional em razão da condição de agente político exercida pelo denunciado perante a comunidade arapuense.

O exercício do mandato parlamentar exige do Vereador postura pública compatível com os princípios da urbanidade, equilíbrio, respeito institucional, responsabilidade política e preservação da dignidade inerente à função representativa exercida perante a população.

Não se trata apenas de exigência moral abstrata, mas de verdadeiro dever institucional inerente ao exercício da vereança, especialmente em municípios de pequeno porte, nos quais os agentes políticos possuem elevada exposição pública e influência direta sobre o ambiente social e político local.

No caso concreto, os fatos registrados em boletim de ocorrência policial e amplamente repercutidos no âmbito da comunidade local e da imprensa regional atingem diretamente a imagem institucional do Poder Legislativo Municipal, sobretudo porque envolvem:

- provocações relacionadas a manifestação política anteriormente realizada por cidadão do Município;
- utilização de expressões ofensivas incompatíveis com a urbanidade parlamentar;
- contexto de hostilidade pública;
- e porte ostensivo de objeto perfurocortante durante discussão verbal envolvendo divergência de natureza política.

Ainda que a apuração criminal siga seu curso próprio perante os órgãos competentes, a repercussão institucional da conduta impõe à Câmara Municipal o dever de apuração ética e político-administrativa acerca da compatibilidade do comportamento narrado com a dignidade do mandato parlamentar exercido pelo denunciado.

A omissão institucional diante de fatos dessa natureza possui potencial de gerar descrédito social do Poder Legislativo, enfraquecimento da confiança popular

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 07

nas instituições democráticas locais e banalização dos deveres éticos inerentes ao exercício da representação popular.

O Parlamento Municipal, enquanto expressão direta da soberania popular no âmbito local, deve preservar não apenas sua regularidade formal de funcionamento, mas também a respeitabilidade pública de seus membros e a confiança institucional da coletividade na integridade ética da atividade legislativa.

Por essa razão, a instauração da competente Comissão Processante mostra-se medida necessária não apenas para apuração individual da conduta atribuída ao denunciado, mas também para preservação da credibilidade institucional da Câmara Municipal de Arapuá/MG e da própria dignidade da representação política perante a população local.

V - DA NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PROCESSANTE

Os fatos narrados encontram-se amparados por boletim de ocorrência regularmente lavrado, testemunhas identificadas e elementos mínimos de materialidade e plausibilidade aptos a justificar a instauração de regular procedimento político-administrativo para apuração da conduta do denunciado.

A presente denúncia não objetiva antecipação de juízo condenatório, mas sim a regular instauração do devido processo político-administrativo previsto na legislação aplicável, assegurando-se ao denunciado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Todavia, a gravidade institucional dos fatos, somada ao contexto de animosidade política expressamente evidenciado nos elementos já apresentados, demonstra a necessidade de apuração formal acerca da compatibilidade da conduta narrada com a dignidade, a respeitabilidade e o decoro inerentes ao exercício do mandato parlamentar.

A instauração da Comissão Processante, neste contexto, não constitui faculdade meramente política da Câmara Municipal, mas instrumento legítimo de preservação da integridade institucional do Poder Legislativo e de proteção da confiança pública depositada pela população nos seus representantes eleitos.

A omissão institucional diante de fatos potencialmente incompatíveis com o decoro parlamentar transmite perigosa mensagem de tolerância com práticas de intimidação, hostilidade e agressividade no ambiente político local, circunstância incompatível com os valores democráticos e com a função fiscalizatória e ética atribuída ao Parlamento Municipal.

Por essa razão, mostra-se necessária a imediata instauração da Comissão Processante, a fim de que os fatos sejam devidamente apurados dentro do devido processo legal, com observância das garantias constitucionais do denunciado e preservação da credibilidade institucional desta Casa Legislativa.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 08

VI – DAS PROVAS

O denunciante pretende provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, especialmente mediante:

a) Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001 (**DOC. 01**);
b) documentação jornalística relacionada aos fatos (**DOC. 02**);
c) oitiva das testemunhas:

- **Jhonatas Washington Pereira**
  Identidade: 18808220, CPF: 122.160.406-65
  Rua José Macedo do Amaral, 73, Bela Vista, Arapuá, MG
  Telefone: (34) 98853-0152

- **Vander Domingues dos Santos**;
  Identidade: 4385378, CPF: 468.788.236-68
  Rua Francisco José Fernandes, 166, Bela Vista, Arapuá, MG
  Telefone: (34) 98801-0930

d) demais diligências e provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução.

VII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

a) o recebimento da presente denúncia por quebra de decoro parlamentar;
b) sua leitura em plenário, na forma legal e regimental;
c) a instauração de Comissão Processante para apuração dos fatos narrados, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Arapuá/MG;
d) a notificação do denunciado para apresentação de defesa;
e) a produção de todas as provas admitidas em direito;
f) ao final do procedimento, sendo comprovadas as condutas narradas e reconhecida a quebra de decoro parlamentar prevista no artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, seja aplicada ao denunciado a penalidade de cassação do mandato parlamentar.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Arapuá/MG, 26 de maio de 2026.

João Alves Neto

JOÃO ALVES NETO
Denunciante

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 09 A P

DOCUMENTOS ANEXOS

DOC. 01 - Documento de identificação pessoal do denunciante
Finalidade:

- comprovar a qualificação civil do denunciante;
- demonstrar legitimidade subjetiva para apresentação da denúncia;
- atender exigências formais de identificação da parte denunciante.

DOC. 02 - Título de eleitor do denunciante
Finalidade:

- comprovar condição de eleitor e cidadão do Município;
- demonstrar legitimidade para oferecimento de denúncia por infração político-administrativa, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967.

DOC. 03 - Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001
Finalidade:

- comprovar o fato principal narrado na denúncia;
- demonstrar as ofensas verbais;
- demonstrar o contexto de intimidação;
- comprovar que o vereador portava canivete durante a discussão;
- comprovar existência de testemunhas presenciais.

DOC. 04 - REDS/Termo Circunstanciado de 2022 e **DOC. 05** - Processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555
Finalidade:

- demonstrar existência de episódio anterior envolvendo o denunciado;
- demonstrar repercussão institucional pretérita;
- contextualizar histórico de animosidade político-institucional;
- evidenciar possível padrão comportamental incompatível com o decoro parlamentar.

DOC. 06 – Representação/Denúncia anterior por quebra de decoro parlamentar
Finalidade:

- demonstrar que fatos semelhantes já motivaram provocação institucional da Câmara;
- reforçar relevância político-administrativa das condutas;
- demonstrar ausência de caráter isolado do episódio atual.

DOC. 07 – Reportagem jornalística local
https://paranaibaagora.com.br/vereador-de-arapua-e-denunciado-apos-discussao-com-ameacas-e-uso-de-canivete-em-deposito-de-materiais-de-construcao/
Finalidade:

- demonstrar repercussão pública e social do episódio;
- evidenciar impacto institucional perante a comunidade local;
- reforçar dano à imagem do Poder Legislativo Municipal.

Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOAO ALVES NETO

1ª HABILITAÇÃO
25/04/1982

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
27/08/1960 ARAPUA/MG

4a DATA EMISSÃO
18/08/2025

4b VALIDADE
18/08/2030

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
M1762568 SSP MG

4d CPF
593.388.656-49

5 Nº REGISTRO
01406929507

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOSE ALVES PIMENTA

LUZIA CARLOTA DE JESUS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5044307061

9		10	11	12
ACC				
A			18/08/2030	
A1				
B			18/08/2030	
B1				
C				
C1				

9		10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES

LUCAS VILAS BOAS PACHECO
CHEFE DE TRÂNSITO

ASSINATURA DO EMISSOR

54080584488
MG689785402

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

PROIBIDO PLASTIFICAR

5044307061

MINAS GERAIS

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA PÚBLICA - POLICIA MILITAR | Nº 2022-042711749-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA | BO NÚMERO XXXX | Fl. 1/10

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: 2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	MUNICÍPIO: ARAPUA
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL — UNIDADE MILITAR: 2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM — UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA	
DATA DO REGISTRO: 28/09/2022 19:32	DESTINATÁRIO: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA: LIGACAO TELEFONICA	DATA DA COMUNICAÇÃO: 28/09/2022	HORA DA COMUNICAÇÃO: 16:20
ÓRGÃO SOLICITANTE: XXXX		

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL: B01140 - INJURIA			
ALVO DO EVENTO: OUTROS			
TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO			
DESCRIÇÃO OUTROS ALVO DO EVENTO: FUNCIONÁRIA PÚBLICA			
EVENTO OCORRIDO DURANTE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE POR APLICATIVO?: NÃO			
DATA/HORA DO FATO: 27/09/2022 19:50	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL: 28/09/2022 16:50	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO: 29/09/2022 18:00	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO: 29/09/2022 18:08
DESCRIÇÃO DO LUGAR: CAMARA MUNICIPAL	COMPL DE LOCAL MEDIATO: CAMARA MUNICIPAL		
LOCAL (AV., RUA, ETC): PRACA SAO JOAO BATISTA			

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO / VILA	CEP
100	XXXX	XXXX	CENTRO	XXXX

MUNICÍPIO	UF	PAÍS
ARAPUA	MG	BRASIL

PONTO DE REFERÊNCIA	LATITUDE	LONGITUDE
XXXX	-19° 2' 2,94"	-46° 9' 15,02"

TIPO VIA	MEIO UTILIZADO
XXXX	FALA

CAUSA PRESUMIDA: DISPUTA POLITICA

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	VITIMA DE ACAO CRIMINAL / CIVEL	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	06/07/1973	TIROS / MG

IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO	ESTADO CIVIL
49	SEM LESOES APARENTES	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR: AMIGO / CONHECIDO

OCUPAÇÃO ATUAL: DIRETORA

COR / RAÇA: PARDA

MÃE: ALMERINDA MARIA DE JESUS

PAI: RAIMUNDO PEREIRA DUARTE

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
6306331	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	05326345609

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
POS-GRADUACAO	XXXX

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: PM1416957
14/05/2026 13:17

Digitalizado com CamScanner

ENVOLVIDO 1

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA MARIO LUIZ FERREIRA					
NÚMERO: 205	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX			
BAIRRO: BELA VISTA	MUNICÍPIO: ARAPUA				UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 988-913-616	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX		
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA				
PESO ESTIMADO: XXXX	ALTURA ESTIMADA: XXXX	CALVÍCIE ?: XXXX	CABELO: XXXX	COR CABELO: XXXX	
COR OLHOS: XXXX	ESTRABISMO ?: XXXX	DEFICIÊNCIA FÍSICA: XXXX			
AMPUTAÇÃO: XXXX					
ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ: XXXX / XXXX					
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?: XXXX	SOFRIMENTO MENTAL: XXXX				
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL: XXXX					
CICATRIZ: XXXX					
DEFORMIDADE: XXXX					
LOCAL / TIPO TATUAGEM: XXXX					
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO: XXXX					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: XXXX					

ENVOLVIDO 2

SEXO: MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO: AUTOR	TIPO DE PESSOA: FISICA	COD. NATUREZA: B01140	TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA				
NOME COMPLETO: GILSON DA CUNHA MATOS				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 09/10/1969	NATURALIDADE / UF: CAMPINA VERDE / MG		
IDADE APARENTE: 52	GRAU DA LESÃO: SEM LESOES APARENTES	ESTADO CIVIL: CASADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: NAO SE APLICA			
OCUPAÇÃO ATUAL: VEREADOR				
COR / RAÇA: BRANCA				
MÃE: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS				
PAI: LAZARO FRANCISCO DE MATOS				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE: 4157499	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: 59313994615	
ESCOLARIDADE: POS-GRADUACAO			PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?: XXXX	
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS				
NÚMERO: 240	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: A		
BAIRRO: CENTRO	MUNICÍPIO: ARAPUA			UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 988-103-811	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX	
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA			

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: PM1416957
14/05/2026 13:17

Digitalizado com CamScanner

ENVOLVIDO 2

PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA	CALVÍCIE ?	CABELO	COR CABELO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

COR OLHOS	ESTRABISMO ?	DEFICIÊNCIA FÍSICA
XXXX	XXXX	XXXX

AMPUTAÇÃO: XXXX

ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ: XXXX / XXXX

SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?	SOFRIMENTO MENTAL
XXXX	XXXX

DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL: XXXX

CICATRIZ: XXXX

DEFORMIDADE: XXXX

LOCAL / TIPO TATUAGEM: XXXX

LOCAL / TIPO ACESSÓRIO: XXXX

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: XXXX

PRISÃO / APREENSÃO	HOUVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?
SEM PRISAO	NÃO

ENVOLVIDO 3

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	22/06/1978	TIROS / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
44	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: MAURA MARIA DE MORAIS

PAI: BALTAZAR LUIZ PRIMO

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
11534443	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	04289700608

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
POS-GRADUACAO	XXXX

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
91	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34) 988-894-258	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 4

Digitalizado com CamScanner

ENVOLVIDO 4

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: MARIA APARECIDA DE MORAIS VELOZO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	08/06/1969	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
53	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: PROFESSORA

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: MARIA GUILHERMINA DE MORAIS

PAI: NILSON GOMES DE MORAIS

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
4318276	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	XXXX

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
POS-GRADUACAO	XXXX

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): PRACA SAO JOAO BATISTA

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
84	XXXXX	F

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-233-951	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 5

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: ALESSANDRA GERALDA DA SILVA OLIVEIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	26/08/1980	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
42	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: SUPERVISORA

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: SEBASTIANA GERALDA DA SILVA

PAI: VANTUIR ALVES DA SILVA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
11841371	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	01382830602

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
SUPERIOR COMPLETO	XXXX

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA ALVARO AUGUSTO DE MEDEIROS

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
134	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
BELA VISTA	ARAPUA	MG

Digitalizado com CamScanner

ENVOLVIDO 5

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-118-496	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 6

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: PAULO ROBERTO DE MELO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	28/10/1976	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
45	ESTADO CIVIL - IGNORADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: XXXX

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: MARIA DIVINA DE MELO

PAI: DARCI JOSE DE MELO

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
10323653	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	02505712697

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
ESCOLARIDADE - IGNORADA	XXXX

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA MADALENA VALERIANO DE SOUZA

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
45	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
XXXX	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)8889-5931	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 7

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	17/03/1967	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
55	ESTADO CIVIL - IGNORADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: XXXX

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: JEROSINA MARIA DE JESUS

PAI: JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
7756542	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	72911140630

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
ESCOLARIDADE - IGNORADA	XXXX

Digitalizado com CamScanner

ENVOLVIDO 7

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): FAZENDA LAGES					
NÚMERO: 0	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX			
BAIRRO: XXXX	MUNICÍPIO: ARAPUA				UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 8826-5247	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX		
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA				

ENVOLVIDO 8

SEXO: FEMININO	TIPO ENVOLVIMENTO: TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	TIPO DE PESSOA: FISICA	COD. NATUREZA: B01140	TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA				
NOME COMPLETO: CRISTIANE NUNES VELOZO BONTEMPO				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 14/02/1978	NATURALIDADE / UF: SAO GOTARDO / MG		
IDADE APARENTE: 44	ESTADO CIVIL: DIVORCIADO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: NAO SE APLICA			
OCUPAÇÃO ATUAL: XXXX				
COR / RAÇA: BRANCA				
MÃE: LIRA NUNES VELOZO				
PAI: EVANDO LUCIANO VELOZO				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE: 10415417	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: 03543983695	
ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO			PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?: XXXX	
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): PRACA SAO JOAO BATISTA				
NÚMERO: 44	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: AP 101		
BAIRRO: XXXX	MUNICÍPIO: ARAPUA			UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 9946-1205	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX	
EMAIL: CRISTIANEBASILEU@ICLOUDE.COM				

ENVOLVIDO 9

SEXO: FEMININO	TIPO ENVOLVIMENTO: TESTEMUNHA QUE TOMOU CONHECIMENTO	TIPO DE PESSOA: FISICA	COD. NATUREZA: B01140	TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA				
NOME COMPLETO: TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 22/08/1978	NATURALIDADE / UF: ARAPUA / MG		
IDADE APARENTE: 44	ESTADO CIVIL: DIVORCIADO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: NAO SE APLICA			
OCUPAÇÃO ATUAL: SECRETÁRIA MUNICIPAL				
COR / RAÇA: BRANCA				
MÃE: ROSINHA LINHARES DE OLIVEIRA FURTADO				
PAI: MANOEL FURTADO DE OLIVEIRA				

Digitalizado com CamScanner

ENVOLVIDO 7

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): FAZENDA LAGES				
NÚMERO: 0	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX		
BAIRRO: XXXX	MUNICÍPIO: ARAPUA			UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 8826-5247	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX	
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA			

ENVOLVIDO 8

SEXO: FEMININO	TIPO ENVOLVIMENTO: TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	TIPO DE PESSOA: FISICA	COD. NATUREZA: B01140	TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA				
NOME COMPLETO: CRISTIANE NUNES VELOZO BONTEMPO				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 14/02/1978	NATURALIDADE / UF: SAO GOTARDO / MG		
IDADE APARENTE: 44		ESTADO CIVIL: DIVORCIADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: NAO SE APLICA			
OCUPAÇÃO ATUAL: XXXX				
COR / RAÇA: BRANCA				
MÃE: LIRA NUNES VELOZO				
PAI: EVANDO LUCIANO VELOZO				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE: 10415417	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: 03543983695	
ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO			PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?: XXXX	
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): PRACA SAO JOAO BATISTA				
NÚMERO: 44	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: AP 101		
BAIRRO: XXXX	MUNICÍPIO: ARAPUA			UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 9946-1205	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX	
EMAIL: CRISTIANEBASILEU@ICLOUDE.COM				

ENVOLVIDO 9

SEXO: FEMININO	TIPO ENVOLVIMENTO: TESTEMUNHA QUE TOMOU CONHECIMENTO	TIPO DE PESSOA: FISICA	COD. NATUREZA: B01140	TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA				
NOME COMPLETO: TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 22/08/1978	NATURALIDADE / UF: ARAPUA / MG		
IDADE APARENTE: 44		ESTADO CIVIL: DIVORCIADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: NAO SE APLICA			
OCUPAÇÃO ATUAL: SECRETÁRIA MUNICIPAL				
COR / RAÇA: BRANCA				
MÃE: ROSINHA LINHARES DE OLIVEIRA FURTADO				
PAI: MANOEL FURTADO DE OLIVEIRA				

Digitalizado com CamScanner

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA PÚBLICA - POLICIA MILITAR		Nº 2022-042711749-001
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX	Fl. 7/10

ENVOLVIDO 9

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO			
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE: 10694424	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: XXXX
ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO			PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?: XXXX

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		
RUA BOAVENTURA GONCALVES DE OLIVEIRA		
NÚMERO: 446	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34) 8819-5932	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

DOCUMENTOS PESSOAIS

DOCUMENTO 1

ENVOLV. NR	NOME ESCRITO NO DOCUMENTO
1	XXXX

TIPO: OUTROS - DOCUMENTOS DE USO PESSOAL

SITUAÇÃO: RECOLHIDO

NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	UF
38/2022	XXXX	XX

INFORMATIVO COMPLEMENTAR
OFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ DIRECIONADO PARA A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CONVIDANDO OS MEMBROS DA EDUCAÇÃO PARA RECEBEREM UMA HOMENAGEM, ASSINADO PELO VEREADOR WILLIAN ANDREI MARQUES, 01 LAUDA.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

A SOLICITANTE ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES PROCUROU A POLÍCIA MILITAR DE ARAPUÁ-MG E RELATOU O SEGUINTE FATO: QUE A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ-MG, SILVIA DO SOCORRO SOUZA PINTO, FOI CONVIDADA PELO VEREADOR WILLIAN ANDREI MARQUES PARA PARTICIPAR DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO REFERIDO MUNICÍPIO A FIM DE QUE ELA E OS DEMAIS MEMBROS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL FOSSEM PARABENIZADAS PELA NOTA OBTIDA PELO MUNICÍPIO NO IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA). OFÍCIO NÚMERO 38/2022 - VEREADOR CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ-MG, RECEBIDO EM 26/09/2022, RELACIONADO EM CAMPO PRÓPRIO.

RELATOU ADÉLIA TAMBÉM QUE: A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO, JUNTAMENTE COM AS DIRETORAS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS E OS MEMBROS DAS DIRETORIAS PARTICIPARAM DA CITADA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL COM O INTUITO DE SEREM RECONHECIDAS PELO TRABALHO QUE VEM DESEMPENHANDO, E QUE RENDEU A MELHOR COLOCAÇÃO DO IDEB DA REGIÃO; QUE DURANTE A REUNIÃO FOI PASSADO A PALAVRA PARA O VEREADOR WILLIAN ANDREI MARQUES, O QUAL PARABENIZOU A TODOS OS MEMBROS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ-MG PELO 1° LUGAR REGIONAL NO IDEB 2022; QUE AO FINAL DA HOMENAGEM PRESTADA AOS REFERIDOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, O VEREADOR GILSON DA CUNHA MATOS PEDIU A PALAVRA. AO SER CONCEDIDA A PALAVRA AO VEREADOR GILSON PELO PRESIDENTE DA CASA, ELE INICIOU SUA FALA DIZENDO QUE A ESCOLA ESTÁ DE PARABÉNS PELA NOTA, MAS NEM TUDO É PERFEITO, QUE IRIA APROVEITAR PARA FAZER UMA CRÍTICA PARA A DIRETORA ADÉLIA, QUE ESTAVA AGUARDANDO POR UM MOMENTO OPORTUNO PARA FALAR E ELE HAVIA CHEGADO; CONTINUOU GILSON DIZENDO QUE RECEBEU DIVERSAS RECLAMAÇÕES DE SUBORDINADOS DE ADÉLIA SOBRE A CONDUTA DELA PARA COM OS SEUS PARES, QUE SABE TRATAR-SE DE UM CARGO POLÍTICO, DE CONFIANÇA, PORÉM DEVERIAM ESCOLHER ALGUÉM MAIS QUALIFICADO, QUE ELA É INCOMPETENTE, A PIOR GESTORA QUE JÁ PASSOU PELA ESCOLA, SENDO AUTORITÁRIA, DESUMANA, AGE COM PARCIALIDADE PERANTE OS PARES, FAZ MARCAÇÃO POLÍTICA, NÃO TEM FORMAÇÃO, NÃO TRATA AS PESSOAS DE FORMA IGUAL; QUE COMPARANDO COM AS GESTÕES ANTERIORES ELA É A PIOR; QUE ELA TEM QUE ESTUDAR MAIS PORQUE DAQUI DOIS ANOS IRÁ VOLTAR PARA A SALA DE AULA, ENTRE OUTRAS PALAVRAS DIRECIONADAS SOMENTE PARA A DIRETORA ADÉLIA.

SEGUNDO ADÉLIA NUNCA SE SENTIU TÃO HUMILHADA EM TODA A SUA VIDA, QUE FICOU NAQUELE MOMENTO, DE TAMANHAS OFENSAS RECEBIDAS EM PÚBLICO, COM VONTADE DE SAIR CORRENDO DO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, QUE A REUNIÃO ESTAVA SENDO TRANSMITIDA AO VIVO PELO CANAL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DO FACEBOOK, QUE NAQUELE MOMENTO SABIA QUE SUA HONRA E MORAL ESTAVA ACABADA, QUE ESTAVA DESMORALIZADA, HUMILHADA, EM PÚBLICO POR UM REPRESENTANTE DE PARCELA DA POPULAÇÃO ARAPUENSE.

ADEMAIS, A SOLICITANTE DISSE QUE APÓS AS OFENSAS VERBAIS PROFERIDAS PELO VEREADOR GILSON CONTRA A SUA PESSOA, FOI EMBORA PARA CASA E A NOITE NÃO CONSEGUIU DORMIR, POIS ESTAVA MUITO ANGUSTIADA, SENTINDO-SE A PIOR DAS PESSOAS.

ADÉLIA, DISSE TAMBÉM QUE A GRAVAÇÃO DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ-MG HAVIA SIDO TRANSMITIDA AO VIVO PARA O PÚBLICO, GRAVADA E POSTADA NA PÁGINA DO FACEBOOK DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, CONFORME CONSTA AS REUNIÕES ANTERIORES, QUE REFERIDO VÍDEO FORA COMPARTILHADO PELA SECRETÁRIA DE CULTURA, TUNÍSIA FURTADO, MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. PORÉM ALGUM TEMPO DEPOIS O VÍDEO DA REUNIÃO QUE ESTAVA POSTADO NA REFERIDA PÁGINA DO FACEBOOK FOI RETIRADO.

ADEMAIS, ADÉLIA ACREDITA QUE A RETIRADA DO ARQUIVO AUDIOVISUAL DA GRAVAÇÃO DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

Digitalizado com CamScanner

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

DE VEREADORES DE ARAPUÁ NÃO OCORREU POR ACASO E NEM POR ERRO, MAS PROPOSITALMENTE PARA OCULTAR A PROVA DO OCORRIDO, DIFICULTAR FUTURA INVESTIGAÇÃO, POIS OS VÍDEOS DAS REUNIÕES ANTERIORES ESTÃO POSTADOS NA PÁGINA PÚBLICA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DO FACEBOOK, PORÉM SOMENTE A FATÍDICA REUNIÃO NÃO ESTÁ; QUE ADÉLIA TEM MUITO INTERESSE EM INSERIR A GRAVAÇÃO DAS OFENSAS PROFERIDAS POR GILSON CONTRA SUA PESSOA EM UM FUTURO PROCESSO CRIMINAL QUE IRÁ MOVER CONTRA ELE.

ENCERRANDO SUA QUEIXA, ADÉLIA DISSE QUE MESMO DIANTE DA SURPRESA EXTREMAMENTE DESAGRADÁVEL PELA QUAL ELA, A SECRETÁRIA SILVIA, E AS DEMAIS COLEGAS DE TRABALHO PASSARAM PERANTE TODOS OS REPRESENTANTES DO POVO ARAPUENSE E TAMBÉM DA COMUNIDADE, TENDO EM VISTA QUE A REUNIÃO ESTAVA SENDO TRANSMITIDA AO VIVO, A SECRETARIA SILVIA RESPONDENDO AS OFENSAS PROFERIDAS PELO VEREADOR GILSON DISSE QUE ELE DEVERIA OUVIR O OUTRO LADO DA HISTÓRIA, QUE MUITAS VEZES O QUE CHEGA POR MEIO DE FOFOCAS NÃO CONDIZ COM A REALIDADE E QUE AS PORTAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ESTARÃO ABERTAS PARA QUALQUER PESSOA QUE QUEIRA CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL.

O VEREADOR GILSON DA CUNHA MATOS, POR SEU TURNO, FOI PROCURADO PELA EQUIPE POLICIAL MILITAR E RELATOU QUE PARABENIZOU OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ARAPUÁ PELO RESULTADO POSITIVO NO IDEB E COMENTOU QUE VÁRIAS PESSOAS FALARAM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO QUE ADÉLIA TEM PARA COM OS SUBORDINADOS NO CENTRO EDUCACIONAL ONDE ELA É DIRETORA.

DISSE ELE QUE FALOU NO PLENÁRIO QUE ADÉLIA PRECISA RECICLAR, QUE ELA NÃO TEM EQUILÍBRIO EMOCIONAL, QUE TRATA OS OUTROS FUNCIONÁRIOS DO CENTRO EDUCACIONAL QUE DIRIGE COM AR DE SUPERIORIDADE, COM DESIGUALDADE, QUE DAQUI A 2 ANOS VOLTARÁ A SER PROFESSORA.

DISSE TAMBÉM O VEREADOR GILSON QUE PARABENIZOU TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS E POSTERIORMENTE FEZ UMA CRITICA CONSTRUTIVA, COM INTENÇÃO DE RESOLVER UM PROBLEMA, QUE SEMPRE QUE ELE FALA, APONTA UM PROBLEMA EXISTENTE NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OCORRE A RESOLUÇÃO, QUE É COM ESSE OBJETIVO QUE ELE FALOU PARA ADÉLIA. QUE AS PALAVRAS USADAS POR GILSON NA SUA FALA DIRIGIDA A ADÉLIA FORAM BEM PENSADAS, COM O INTUITO DE BUSCAR TRATAMENTO IGUAL JUNTO A TODAS AS SERVIDORAS DO CENTRO EDUCACIONAL QUE ELA É GESTORA, SEM PERSEGUIÇÕES PELO FATO DE SER UM CARGO POLÍTICO.

O VEREADOR GILSON DISSE TAMBÉM QUE SUA FALA EM PLENÁRIO NÃO TEVE O CUNHO DE HUMILHAR OU MENOSPREZAR A PESSOA DE ADÉLIA, MAS DE MOSTRAR PARA ELA UM ERRO QUE ELA VEM COMETENDO, QUE NÃO SE ARREPENDE DO QUE DISSE, QUE NÃO IRÁ RETRATAR-SE, QUE AGIU DENTRO DA SUA PRERROGATIVA DE VEREADOR NO EXERCÍCIO DO MANDATO, ESTANDO DENTRO DO SEU LOCAL DE TRABALHO E TRATANDO DE ASSUNTO ATINENTE AO INTERESSE PÚBLICO ARAPUENSE.

SEGUNDO O PARLAMENTAR MUNICIPAL GILSON, APÓS A SUA FALA EM PLENÁRIO, A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SILVIA, EM SUA SEGUNDA FALA NA SEQUÊNCIA, DISSE QUE JÁ CONVERSOU COM A ADÉLIA ALGUMAS VEZES, ORIENTANDO-A E BUSCANDO ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR. O PARLAMENTAR DISSE QUE O SENTIDO DA CONFIRMAÇÃO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO VEM A CALHAR COM AS SUAS COLOCAÇÕES VOLTADAS PARA A PESSOA DE ADÉLIA.

O VEREADOR GILSON DISSE TER ASSISTIDO O VÍDEO DA GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL DA REUNIÃO NA REDE SOCIAL FACEBOOK, PÁGINA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, ÀS 20:30 HORAS DO DIA 27/09/2022, CONTENDO NA CITADA PÁGINA 02 CURTIDAS, 94 VISUALIZAÇÕES E 04 COMENTÁRIOS.

O VEREADOR GILSON FRISOU QUE DESEJA FAZER A DEFESA DAS ACUSAÇÕES CONSTANTES DESTE REDS ATRAVÉS DA SUA FALA NO PLENÁRIO DA CÂMARA, CONSTANTE DO VÍDEO QUE MOSTRA O CONTEÚDO DA REFERIDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/09/2022. QUE IRÁ SOLICITAR JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO A DISPONIBILIZAÇÃO DO VÍDEO PELA REDE SOCIAL FACEBOOK.

POR ÚLTIMO, O PARLAMENTAR MUNICIPAL DISSE QUE ESTANDO EM PLENÁRIO E COM A FALA VOLTADA PARA A SECRETÁRIA SILVIA E AS DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, COLOCOU-SE À DISPOSIÇÃO PARA QUE FOSSE CHAMADO PARA PARTICIPAR DE REUNIÕES E ATÉ MESMO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARAPUÁ-MG.

ALÉM DISSO, UMA EQUIPE POLICIAL MILITAR DESLOCOU ATÉ O LEGISLATIVO MUNICIPAL COM O FITO DE VERIFICAR O QUE OCORREU COM O ARQUIVO DE MÍDIA CONTENDO A GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ DO DIA 27/09/2022, TENDO OS POLICIAIS MILITARES CONVERSADO COM CRISTIANE NUNES VELOZO, RESPONSÁVEL PELAS GRAVAÇÕES DAS REUNIÕES, A QUAL DISSE QUE FORA QUESTIONADA PELOS VEREADORES SOBRE O ARQUIVO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA REUNIÃO, SENDO QUE SEGUNDO CRISTIANE NÃO SABE O MOTIVO PELO QUAL O VÍDEO SUMIU DA PÁGINA DO FACEBOOK DA CÂMERA DE VEREADORES DE ARAPUÁ-MG, QUE PARA TENTAR CONSEGUIR O REFERIDO ARQUIVO PARA OS VEREADORES SOLICITANTES CHAMOU O TÉCNICO DE INFORMAÇÃO, RESPONSÁVEL POR CUIDAR DA REDE DE COMPUTADORES E ASSUNTOS ATINENTES A TECNOLOGIAS QUE PRESTA SERVIÇOS PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL, TENDO ELE VERIFICADO NO CELULAR UTILIZADO PARA GRAVAR A REUNIÃO E NA PÁGINA DO FACEBOOK DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E CONSTATOU QUE REALMENTE O CITADO ARQUIVO NÃO ESTÁ NA MEMÓRIA DO APARELHO DE TELEFONE CELULAR E NEM ARQUIVADO NA REFERIDA REDE SOCIAL. O ARQUIVO DESAPARECEU.

EXPLICOU CRISTIANE PARA OS POLICIAIS MILITARES QUE TODA SEMANA TRANSMITE E AO FINAL VAI EM PUBLICAR O VÍDEO E TEM OPÇÃO DE EXCLUIR APÓS 30 DIAS OU NUNCA EXCLUIR E QUANTO AO ARQUIVO DE GRAVAÇÃO DA REUNIÃO DO DIA 27/09/2022 HAVIA DADO CERTO O SEU DOWNLOAD E ENVIO PARA A REDE SOCIAL.

CRISTIANE AFIRMA QUE O CITADO ARQUIVO DE MÍDIA NÃO FOI RETIRADO DA REDE SOCIAL; QUE SOMENTE TEM ACESSO À PÁGINA DO FACEBOOK DA CÂMARA LEGISLATIVA ELA E O TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. QUE NENHUM DOS DOIS EXCLUIU O ARQUIVO DA REDE SOCIAL.

ALÉM DISSO, CRISTIANE CONFIRMOU QUE CHEGOU AO CONHECIMENTO DELA QUE ALGUMAS PESSOAS ASSISTIRAM E COMPARTILHARAM O CITADO VÍDEO.

POR FIM, FRISOU QUE NÃO TEM LEI MUNICIPAL E NEM DISPOSIÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ-MG QUE OBRIGUE A REALIZAÇÃO DA GRAVAÇÃO DAS REUNIÕES EM MÍDIA E NEM A POSTAGEM NA REDE SOCIAL FACEBOOK. QUE A GRAVAÇÃO VEM SENDO REALIZADA PORQUE OS VEREADORES OPTARAM POR TRANSMITIR, QUE TAIS TRANSMISSÕES INICIARAM NO PERÍODO DE PANDEMIA E SE MANTÉM ATÉ HOJE, UTILIZANDO O APARELHO CELULAR DA PRÓPRIA CÂMARA DE VEREADORES.

Digitalizado com CamScanner

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA PÚBLICA - POLICIA MILITAR	Nº 2022-042711749-001
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX — Fl. 9/10

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

POR FIM, AS PARTES FORAM ORIENTADAS E FAÇO O PRESENTE REGISTRO DE EVENTO DE DEFESA SOCIAL PARA CONHECIMENTO DE VOSSAS EXCELÊNCIAS E DEMAIS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFIXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX

MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO: XXXX

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA	ÓRGÃO
PRINCIPAL	POLICIA MILITAR

DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO: CAMIONETA -

PLACA	PREFIXO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFIXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
OQM9084	PM	21399	XXXX	XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1416957	2 SARGENTO

NOME COMPLETO: EVANDO JUNIO DA MATA

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

UNIDADE	Hipotecado?
2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	NÃO

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1563774	CABO

NOME COMPLETO: JOAO BATISTA BONTEMPO

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

UNIDADE	Hipotecado?
2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	NÃO

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE: 2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM

MATRÍCULA	NOME COMPLETO
1416957	EVANDO JUNIO DA MATA

CARGO: 2 SARGENTO

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

ASSINATURA:

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO XXXX e Número de REDS 2022-042711749-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXXX	XXXXX	XXXX	XXXX

CARGO: XXXX

RECIBO PENDENTE:

ÓRGÃO/UF: POLICIA CIVIL MG

Ocorrência exportada por expiração do prazo para recibo eletrônico

UNIDADE: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: PM1416957
14/05/2026 13:17

Digitalizado com CamScanner

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA PÚBLICA - POLICIA MILITAR		Nº 2022-042711749-001
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX	Fl. 10/10

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE
XXXX

ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO
- DOCUMENTOS PESSOAIS 1

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:	DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
PM1416957 - EVANDO JUNIO DA MATA	29/09/2022 16:27

********* FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *********

Digitalizado com CamScanner

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA PÚBLICA - POLICIA MILITAR | **Nº 2026-021178676-001**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA | **BO NÚMERO** xxxx | **Fl. 1/6**

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: 2GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM
MUNICÍPIO: ARAPUA

UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL
UNIDADE MILITAR: 2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM
UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

DATA DO REGISTRO: 09/05/2026 14:20
DESTINATÁRIO: DELEGACIA DE POLICIACIVIL/RIOPARANAIBA

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA: LIGACAO TELEFONICA
DATA DA COMUNICAÇÃO: 09/05/2026
HORA DA COMUNICAÇÃO: 10:36
ÓRGÃO SOLICITANTE: XXXX

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL: B01140 - INJURIA
ALVO DO EVENTO: CLIENTE / VISITANTE DE ESTABELECIMENTO
TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
O EVENTO REGISTRADO ENVOLVEU A TRANSFERÊNCIA OU TENTATIVA DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES POR MEIO DIGITAL/ELETRONICAMENTE (POR EXEMPLO PIX, DOC, TED)?: NÃO
EVENTO OCORRIDO DURANTE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE POR APLICATIVO?: NÃO
TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA?: NÃO

DATA/HORA DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO
09/05/2026 10:36	09/05/2026 13:30	09/05/2026 15:44	09/05/2026 15:44

DESCRIÇÃO DO LUGAR: DEPOSITO - MATERIAL DE CONSTRUCAO
COMPL DE LOCAL MEDIATO: DEPOSITO - MATERIAL DE CONSTRUCAO
LOCAL (AV., RUA, ETC): RUA FRANCISCO ALBINO DE MOURA

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO / VILA	CEP
105	XXXX	NÚMERO 130	BELA VISTA	XXXX

MUNICÍPIO	UF	PAÍS
ARAPUA	MG	BRASIL

PONTO DE REFERÊNCIA: DEPOSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DO EDIGAR
LATITUDE: -19° 2' 23,3"
LONGITUDE: -46° 8' 42,43"
TIPO VIA: XXXX
MEIO UTILIZADO: FALA
CAUSA PRESUMIDA: BRIGA / ATRITO

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	AUTOR	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA
NOME COMPLETO: GILSON DA CUNHA MATOS

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	09/10/1969	CAMPINA VERDE / MG

IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO	ESTADO CIVIL
56	SEM LESOES APARENTES	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
HETEROSSEXUAL	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO (SENADOR, DEPUTADO FEDERAL, DEPUTADO ESTADUAL E VEREADOR)
COR / RAÇA: BRANCA
MÃE: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS
PAI: LAZARO FRANCISCO DE MATOS
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
4157499	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	59313994615

ESCOLARIDADE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA?
SUPERIOR COMPLETO	NÃO

ENVOLVIDO 1

ENDEREÇO(AV.,RUA,ETC): AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
240	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONERESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONECOMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	XXXX	(34)8810-3811

EMAIL: XXXX

MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

PESO ESTIMADO: XXXX

COR OLHOS	ALTURA ESTIMADA	CALVÍCIE ?	CABELO	CORCABELO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

	ESTRABISMO ?	DEFICIÊNCIA FÍSICA
XXXX	XXXX	XXXX

AMPUTAÇÃO: XXXX

ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ: XXXX / XXXX

SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?	SOFRIMENTO MENTAL
XXXX	XXXX

DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL: XXXX

CICATRIZ: XXXX

DEFORMIDADE: XXXX

LOCAL / TIPO TATUAGEM: XXXX

LOCAL / TIPO ACESSÓRIO: XXXX

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: XXXX

PRISÃO / APREENSÃO: SEM PRISAO

HOUVEUSO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?: NÃO

ENVOLVIDO 2

SEXO	TIPOENVOLVIMENTO	TIPODEPESSOA	COD.NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: JHONATAS WASHINGTON PEREIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	12/02/1996	SAO GOTARDO / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
30	SOLTEIRO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
HETEROSSEXUAL	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DE EDIFICAÇÕES E OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

COR / RAÇA: BRANCA

MAE: IDELMA MARIA DA SILVA PEREIRA

PAI: EDGAR ALVES PEREIRA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NUMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
18808220	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	12216040665

ESCOLARIDADE	PESSOAEMSITUAÇAODE RUA?
SUPERIOR COMPLETO	NÃO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA JOSE MACEDO DO AMARAL

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
73	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
BELA VISTA	ARAPUA	MG

ENVOLVIDO 2

PAÍS	CEP	TELEFONERESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONECOMERCIAL/CELULAR
BRASIL	XXXX	XXXX	(34)8853-0152

EMAIL	MOTIVOAUSÊNCIATELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 3

SEXO	TIPOENVOLVIMENTO	TIPODEPESSOA	COD.NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: VANDER DOMINGUES DOS SANTOS

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	02/12/1964	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
61	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
HETEROSSEXUAL	NAO SE APLICA

OCUPAÇÃO ATUAL: OPERADOR DE MÁQUINA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: EDITH DOS SANTOS MOURA

PAI: ADILSON DOMINGUES

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
4385378	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	46878823668

ESCOLARIDADE	PESSOAEMSITUAÇÃODE RUA?
SUPERIOR COMPLETO	NÃO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA FRANCISCO JOSE FERNANDES

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
166	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
BELA VISTA	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONERESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	XXXX	(34)8801-0930

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 4

SEXO	TIPOENVOLVIMENTO	TIPODEPESSOA	COD.NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	VITIMA DE ACAO CRIMINAL / CIVEL	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: JOAO ALVES NETO

APELIDOS: PEIXINHO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	27/08/1960	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE GRAU DA LESÃO		ESTADO CIVIL
65	SEM LESOES APARENTES	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
HETEROSSEXUAL	NAO SE APLICA

RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR: SEM RELACIONAMENTO

OCUPAÇÃO ATUAL: PRODUTOR NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

COR / RAÇA: BRANCA

MÃE: LUZIA CARLOTA DE JESUS

PAI: JOSE ALVES PIMENTA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

ENVOLVIDO 4

NÚMERODODOCUMENTOIDENTIDADE: 1762568	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: 59338865649
ESCOLARIDADE: ENSINO MEDIO COMPLETO (2° GRAU)			PESSOAEMSITUAÇÃODE RUA?: NÃO
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA MARIO LUIZ FERREIRA			
NÚMERO: 225	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX	
BAIRRO: BELA VISTA	MUNICÍPIO: ARAPUA		UF: MG
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONERESIDENCIAL/ CELULAR: XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: (34)8804-9178
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA		
PESO ESTIMADO: XXXX	ALTURA ESTIMADA: XXXX	CALVÍCIE ?: XXXX	CABELO: XXXX	CORCABELO: XXXX
COROLHOS: XXXX	ESTRABISMO ?: XXXX	DEFICIÊNCIA FÍSICA: XXXX		
AMPUTAÇÃO: XXXX				
ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ: XXXX / XXXX				
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?: XXXX	SOFRIMENTO MENTAL: XXXX			
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL: XXXX				
CICATRIZ: XXXX				
DEFORMIDADE: XXXX				
LOCAL / TIPO TATUAGEM: XXXX				
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO: XXXX				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: XXXX				

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

A EQUIPE POLICIAL MILITAR DE SERVIÇO NA CIDADEDE ARAPUÁ – MG FOI ACIONADA POR JOÃO ALVES NETO, O QUAL COMPARECEU AO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR EM ARAPUÁ, RELATANDO DESENTENDIMENTO OCORRIDO POR VOLTA DAS 10H30MIN, NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ED CASA, SITUADO NA RUA JOSÉ MACEDO DO AMARAL, N° 73, BAIRRO BELA VISTA, NESTA CIDADE.

A VÍTIMA JOÃO ALVES NETO RELATOU QUE, POR VOLTA DAS 10H30MIN DESTA DATA, COMPARECEU AO REFERIDO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COM A FINALIDADE DE ADQUIRIR ALGUNS ITENS.

INFORMOU QUE, AO ADENTRAR AO LOCAL, DEPAROU COM GILSON, QUE JÁ SE ENCONTRAVA NO INTERIOR DA LOJA.

SEGUNDO A VÍTIMA, AO NOTAR SUA PRESENÇA, GILSON PASSOU A DIRIGIR-LHE PALAVRAS EM TOM DE PROVOCAÇÃO, DIZENDO: AQUELE DIA, NA PRAÇA, VOCÊ MANIFESTOU CONTRA MIM, PORQUE ESTAVA PROTEGIDO PELA POLÍCIA; MANIFESTA AGORA, SE VOCÊ FOR HOMEM.

JOÃO ALVES DISSE QUE A FALA DE GILSON É RELACIONADA A UMA DESAVENÇA QUE OCORREU EM FRENTE AO PODER LEGISLATIVO ARAPUENSE EM NOVEMBRO DE 2021. APÓS UMA REUNIÃO NA CÂMARA MUNICIPAL.

RELATOU AINDA QUE, NAQUELE MOMENTO, GILSON PORTAVA UM CANIVETE NA MÃO DIREITA.

QUE GILSON TAMBÉM PASSOU A OFENDÊ-LO VERBALMENTE, CHAMANDO-O DE VAGABUNDO E AFIRMANDO QUE ELE NÃO ERA HOMEM. EM RAZÃO DAS OFENSAS PROFERIDAS, JOÃO ALVES AFIRMOU QUE HOUVE REVIDE VERBAL DE SUA PARTE.

E ACRESCENTOU QUE, NO ANO DE 2021 GILSON OFENDEU A HONRA DE SUA ESPOSA, ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES, DURANTE REUNIÃO REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL.

SEGUNDO O DECLARANTE, NA REFERIDA OCASIÃO GILSON TERIA AFIRMADO QUE ADÉLIA ERA INCOMPETENTE PARA EXERCER A DIREÇÃO DA ESCOLA MARIA CAETANO DA ROCHA, FUNÇÃO ENTÃO OCUPADA POR ELA.

POR FIM, JOÃO ALVES NETO DISSE QUE POSSUI INTERESSE EM MOVER AÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO EM DESFAVOR DE GILSON.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

NO LOCAL DOS FATOS, OS MILITARES MANTIVERAM CONTATO COM A TESTEMUNHA JHONATAS, A QUAL RELATOU QUE SE ENCONTRAVA NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO QUANDO PRESENCIOU O ACIRRAMENTO VERBAL ENTRE JOÃO ALVES E GILSON. INFORMOU QUE, INICIALMENTE, NÃO PERCEBEU A DISCUSSÃO, IMAGINANDO TRATAR-SE DE CONVERSA EM TOM DE BRINCADEIRA, PORÉM, EM SEGUIDA, NOTOU A ALTERAÇÃO DO DIÁLOGO E A TROCA DE PROVOCAÇÕES E OFENSAS MÚTUAS.

RELATOU AINDA TER VISUALIZADO GILSON PORTANDO UM CANIVETE EM UMA DAS MÃOS DESDE ANTES DA CHEGADA AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL POR JOÃO ALVES. NÃO TENDO PRESENCIADO TENTATIVA DE GOLPE, AMEAÇA DIRETA COM O OBJETO OU AGRESSÃO FÍSICA ENTRE AS PARTES.

QUE PRESENCIOU AGRESSÕES VERBAIS MÚTUAS ENTRE GILSON E JOÃO ALVES.

ACRESCENTOU QUE, EM RAZÃO DA MOVIMENTAÇÃO NO LOCAL, NÃO CONSEGUIU ACOMPANHAR INTEGRALMENTE TODA A DINÂMICA DOS FATOS.

A TESTEMUNHA VANDER NÃO FOI LOCALIZADA, NEM ATRAVÉS DO SEU TELEFONE CELULAR E NEM EM SUA RESIDÊNCIA NA CIDADE DE ARAPUÁ. SENDO SUA QUALIFICAÇÃO LANÇADA EM CAMPO PRÓPRIO.

FORAM REALIZADAS DILIGÊNCIAS COM O INTUITO DE LOCALIZAR GILSON, TENDO A EQUIPE POLICIAL MILITAR DESLOCADO ATÉ A SUA RESIDÊNCIA, CHAMANDO NO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO E NA CASA DE GILSON, PORÉM SEM SEREM ATENDIDOS. EM CONTATO TELEFÔNICO, GILSON INFORMOU AOS MILITARES QUE NÃO SE ENCONTRAVA EM ARAPUÁ, DECLARANDO QUE RETORNARÁ EM DATA POSTERIOR.

DIANTE DO EXPOSTO, OS FATOS FORAM REGISTRADOS PARA FUTURAS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFIXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX

MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO: XXXX

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA	ÓRGÃO
PRINCIPAL	POLICIA MILITAR

DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO: VIATURA UTILITARIO -

PLACA	PREFIXO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFIXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
QXW2H04	PM	32223	XXXX	XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1416957	1 SARGENTO

NOME COMPLETO: EVANDO JUNIO DA MATA

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

UNIDADE	Hipotecado?
2GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	NÃO

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1850197	SOLDADO DE 1 CLASSE

NOME COMPLETO: IAGO FELIX MACIEL

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

UNIDADE	Hipotecado?
2GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	NÃO

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE: 2GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM

MATRÍCULA: 1416957 | NOME COMPLETO: EVANDO JUNIO DA MATA

CARGO: 1 SARGENTO

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

ASSINATURA:

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO XXXX e Número de REDS 2026-021178676-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

CARGO: XXXX

ÓRGÃO/UF: POLICIA CIVIL MG

UNIDADE: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE: XXXX

ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO: XXXX

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR: PM1416957 - EVANDO JUNIO DA MATA | DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO: 09/05/2026 15:14

********* FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *********

14/05/2026

Número: **5000334-90.2023.8.13.0555**

Classe: **[CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO**
Órgão julgador: **Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba**
Última distribuição : **01/02/2023**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Assuntos: **Desacato**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS (AUTORIDADE)	
GILSON DA CUNHA MATOS (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)

Outros participantes	
ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES (VÍTIMA)	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9713004297	01/02/2023 13:20	TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência	TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência
9713002228	01/02/2023 13:20	GILSON DA CUNHA MATOS -1-60	Termo Circunstanciado
9713006516	01/02/2023 13:20	GILSON DA CUNHA MATOS -61-118	Termo Circunstanciado
9715119362	03/02/2023 12:42	Certidão de Triagem Criminal (Geral)	Certidão de Triagem Criminal (Geral)
9715127853	03/02/2023 12:48	Certidão Criminal	Certidão Criminal
9715127912	03/02/2023 12:48	CERTIDAO_HISTORICA_18693273	Certidão Criminal
9715124465	03/02/2023 12:49	Intimação	Intimação
9738321007	28/02/2023 14:45	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	Manifestação da Promotoria
9740777981	02/03/2023 17:36	Mídia - Reunião	Certidão
9740803912	02/03/2023 17:36	Certidão - Link PJe Mídias	Certidão
9741657965	03/03/2023 14:42	Mídia - Reunião	Intimação
9750796767	13/03/2023 16:44	MPMG-ARQUIVAMENTO	Arquivamento
9750796768	13/03/2023 16:44	MPMG-5000334-90.2023.8.13.0555 - Arquivamento 331 CP - Gilson da Cunha Matos	Arquivamento
9753902430	10/04/2023 10:45	Sentença	Sentença
9778992778	13/04/2023 16:11	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
9779017073	13/04/2023 16:30	Sentença	Intimação
9779125566	13/04/2023 17:37	MPMG-CIENTE O MP	Manifestação da Promotoria
9790358795	26/04/2023 17:19	Certidão de Baixa	Certidão de Baixa
9796643171	03/05/2023 15:49	CDJ e Ofício	Juntada
9796673404	03/05/2023 15:49	OFÍCIO DE 40 PROCESSOS	Outros documentos
9796627587	03/05/2023 15:49	5000334-90.2023	Outros documentos

SEGUE TCO ADIANTE.

TCO 1215 2972

DESPACHO

Trata-se de análise acerca dos fatos noticiados através do REDS n.º 2022-042711749-001 em que o vereador **GILSON DA CUNHA MATOS**, eleito no município de Arapuá/MG, durante reunião legislativa na Câmara de Vereadores ocorrida no dia 27 de setembro de 2022, por volta das 19h50min, teria desacatado a diretora de instituição de ensino público municipal **ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES**.

É o necessário.

Da análise dos fatos narrados *in status assertionis*, não resta dúvidas de que a conduta perpetrada por **GILSON DA CUNHA MATOS** consistiu em prolação de palavras ofensivas à dignidade ou decoro da vítima **ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES**, sendo proferidas a esta em decorrência de ocupar cargo público e em sua presença.

Não se descura ainda que **GILSON DA CUNHA MATOS** proferiu tais dizeres durante o exercício do mandato legislativo (nexo material) e na sede do Poder Legislativo (por conseguinte, na circunscrição do município – critério territorial), havendo, *a priori*, imunidade material quanto as suas opiniões, palavra e votos, nos termos do que estabelece o art. 29, VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Contudo, verifica-se que a irrogação de **GILSON DA CUNHA MATOS** esta carreada de *animus injuriandi* e, por conseguinte, afastando-se a incidência da liberdade de expressão ampliada assegurada aos detentores de cargos do Poder Legislativo, neste sentido julgado do Supremo Tribunal Federal:

> ***I – A incidência do Direito Penal deve observar seu caráter subsidiário, de ultima ratio. Nesse sentido, ofensas menores e que não estejam abarcadas pelo animus injuriandi não são reputadas crime.*** II – A reação do querelado ocorreu quando sua atuação política estava sendo questionada. Incide, por isso, a inviolabilidade a que alude o caput do art. 53 da Constituição Federal. III – A imunidade material em questão está amparada em jurisprudência sólida desta Corte, como forma de tutela à própria independência do parlamentar, que deve exercer seu mandato com autonomia, destemor, liberdade e transparência, a fim de bem proteger o interesse público. IV – Eventual excesso praticado pelo parlamentar deve ser apreciado pela respectiva Casa Legislativa, que é o ente mais abalizado para apreciar se a postura do querelado foi compatível com o decoro parlamentar ou se, ao contrário, configurou abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição. V – Queixa-Crime rejeitada" (Pet 6587/DF, j. 01/08/2017).

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Desta forma, considerando que o desacato se caracteriza com discursos ofensivos à dignidade ou ao decoro (*animus injuriandi*) com destino a pessoas no exercício de funções públicas ou em razão dela, verifica-se que em relação a tal crime não deve estar acobertado pela imunidade material, ainda mais no presente caso em que as falas foram ditas de forma reiterada e com grande grau de intensidade na presença da vítima, de seus pares no setor da educação pública, aos presentes na reunião legislativa e ainda transmitida na *internet*.

Ante o exposto, considerando as informações contidas no(s) expediente(s), **ACEITO** o presente como **TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA** com o objetivo de proceder às seguintes diligências, após autuado e registrado:

I – Juntar o fato noticiador e o ofício encaminhado;

II – Expedir ofício à Câmara de Vereadores requisitando cópia integral das filmagens da reunião legislativa ocorrida em 27 de setembro de 2022;

III – Intimar **SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO, MARIA APARECIDA DE MORAIS VELOZO, ALESSANDRA GERALDA DA SILVA OLIVEIRA, PAULO ROBERTO DE MELO, JOÃO ORLANDO DE OLIVEIRA, CRISTIANE NUNES VELOZO BONTEMPO, TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA** e **WILLIAM ANDREI MARQUES** para prestarem depoimento acerca dos fatos; e

IV – Intimar **GILSON DA CUNHA MATOS** e **ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES** para prestar declarações acerca dos fatos.

Rio Paranaíba/MG, 6 de outubro de 2022.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLÍCIA
MASP 1.478.985-3

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO XXXX

Fl. 1/9

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: 2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	MUNICÍPIO: ARAPUA

UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL

UNIDADE MILITAR: 2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM

UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

DATA DO REGISTRO	DESTINATÁRIO
28/09/2022 19:32	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA	DATA DA COMUNICAÇÃO	HORA DA COMUNICAÇÃO
LIGACAO TELEFONICA	28/09/2022	16:20

ÓRGÃO SOLICITANTE: XXXX

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL: B01140 - INJURIA

ALVO DO EVENTO: OUTROS

TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO

DESCRIÇÃO OUTROS ALVO DO EVENTO: FUNCIONÁRIA PÚBLICA

EVENTO OCORRIDO DURANTE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE POR APLICATIVO?: NÃO

DATA/HORA DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO
27/09/2022 19:50	28/09/2022 16:50	29/09/2022 18:00	29/09/2022 18:08

DESCRIÇÃO DO LUGAR	COMPL DE LOCAL MEDIATO
[illegible]ARA MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL

LOCAL (AV., RUA, ETC): PRACA SAO JOAO BATISTA

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO / VILA	CEP
100	XXXX	XXXX	CENTRO	XXXX

MUNICÍPIO	UF	PAÍS
ARAPUA	MG	BRASIL

PONTO DE REFERÊNCIA	LATITUDE	LONGITUDE
XXXX	-19º 2' 2,94"	-46º 9' 15,02"

TIPO VIA	MEIO UTILIZADO
XXXX	FALA

CAUSA PRESUMIDA: DISPUTA POLITICA

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	VITIMA DE ACAO CRIMINAL / CIVEL	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	06/07/1973	TIROS / MG

IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO	ESTADO CIVIL
[illegible]	SEM LESOES APARENTES	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
PARDA	DIRETORA

RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR: AMIGO / CONHECIDO

MÃE: ALMERINDA MARIA DE JESUS

PAI: RAIMUNDO PEREIRA DUARTE

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
6306331	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	05326345609

ESCOLARIDADE: POS-GRADUACAO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
RUA MARIO LUIZ FERREIRA	205	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
BELA VISTA	ARAPUA	MG

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

ENVOLVIDO

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-913-616	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA	CALVÍCIE ?	CABELO	COR CABELO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

COR OLHOS	ESTRABISMO ?	DEFICIÊNCIA FÍSICA
XXXX	XXXX	XXXX

AMPUTAÇÃO: XXXX

ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ: XXXX / XXXX

SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?	SOFRIMENTO MENTAL
XXXX	XXXX

DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL: XXXX

CICATRIZ: XXXX

DEFORMIDADE: XXXX

LOCAL / TIPO TATUAGEM: XXXX

LOCAL / TIPO ACESSÓRIO: XXXX

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: XXXX

ENVOLVIMENTO

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	AUTOR	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: GILSON DA CUNHA MATOS

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	09/10/1969	CAMPINA VERDE / MG

IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO	ESTADO CIVIL
52	SEM LESOES APARENTES	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
BRANCA	VEREADOR

MÃE: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

PAI: LAZARO FRANCISCO DE MATOS

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
4157499	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	59313994615

ESCOLARIDADE: [illegible]S-GRADUACAO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS	240	XXXXX	A

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-103-811	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA	CALVÍCIE ?	CABELO	COR CABELO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

COR OLHOS	ESTRABISMO ?	DEFICIÊNCIA FÍSICA
XXXX	XXXX	XXXX

AMPUTAÇÃO: XXXX

ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ: XXXX / XXXX

SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?	SOFRIMENTO MENTAL
XXXX	XXXX

DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL: XXXX

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: L478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX	Fl. 3/9

CICATRIZ	XXXX
DEFORMIDADE	XXXX
LOCAL / TIPO TATUAGEM	XXXX
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO	XXXX
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	XXXX
PRISÃO / APREENSÃO	SEM PRISAO
HOUVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?	NÃO

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA	INJURIA		
NOME COMPLETO	SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO		
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	22/06/1978
NATURALIDADE / UF	TIROS / MG		
IDADE APARENTE	44	ESTADO CIVIL	CASADO
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO	NAO SE APLICA
CUTIS	BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
MÃE	MAURA MARIA DE MORAIS		
PAI	BALTAZAR LUIZ PRIMO		
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL		

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
11534443	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	04289700608

ESCOLARIDADE	POS-GRADUACAO		
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS	NÚMERO	91
KM	XXXXX	COMPLEMENTO	XXXX
BAIRRO	CENTRO	MUNICÍPIO	ARAPUA
UF	MG		
PAÍS	BRASIL	CEP	XXXX
TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	(34) 988-894-258	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR	XXXX
EMAIL	XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA	INJURIA		
NOME COMPLETO	MARIA APARECIDA DE MORAIS VELOZO		
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	08/06/1969
NATURALIDADE / UF	ARAPUA / MG		
IDADE APARENTE	53	ESTADO CIVIL	CASADO
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO	NAO SE APLICA
CUTIS	BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL	PROFESSORA
MÃE	MARIA GUILHERMINA DE MORAIS		
PAI	NILSON GOMES DE MORAIS		
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL		

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
4318276	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	XXXX

ESCOLARIDADE	POS-GRADUACAO				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	PRACA SAO JOAO BATISTA	NÚMERO	84	KM	XXXXX
COMPLEMENTO	F				

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-233-951	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: ALESSANDRA GERALDA DA SILVA OLIVEIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	26/08/1980	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
42	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
BRANCA	SUPERVISORA

MÃE: SEBASTIANA GERALDA DA SILVA

PAI: VANTUIR ALVES DA SILVA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: [illegible]TEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
11841371	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	01382830602

ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
RUA ALVARO AUGUSTO DE MEDEIROS	134	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
BELA VISTA	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-118-496	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: PAULO ROBERTO DE MELO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	28/10/1976	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
45	ESTADO CIVIL - IGNORADO

[illegible]NTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
[illegible]ORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
BRANCA	XXXX

MÃE: MARIA DIVINA DE MELO

PAI: DARCI JOSE DE MELO

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
10323653	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	02505712697

ESCOLARIDADE: ESCOLARIDADE - IGNORADA

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
RUA MADALENA VALERIANO DE SOUZA	45	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
XXXX	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)8889-5931	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX	Fl. 5/9

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	17/03/1967	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
55	ESTADO CIVIL - IGNORADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
BRANCA	XXXX

MÃE: JEROSINA MARIA DE JESUS

PAI: JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
7756542	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	72911140630

ESCOLARIDADE: ESCOLARIDADE - IGNORADA

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
[redacted]ENDA LAGES	0	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
XXXX	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)8826-5247	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

NOME COMPLETO: CRISTIANE NUNES VELOZO BONTEMPO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	14/02/1978	SAO GOTARDO / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
44	DIVORCIADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
BRANCA	XXXX

MÃE: [redacted]IRA NUNES VELOZO

[redacted]VANDO LUCIANO VELOZO

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
10415417	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	03543983695

ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
PRACA SAO JOAO BATISTA	44	XXXXX	AP 101

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
XXXX	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)9946-1205	XXXX

EMAIL: CRISTIANEBASILEU@ICLOUDE.COM

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
FEMININO	TESTEMUNHA QUE TOMOU CONHECIMENTO	FISICA	B01140	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: INJURIA

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX	Fl. 6/9

NOME COMPLETO: TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	22/08/1978	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
44	DIVORCIADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	NAO SE APLICA

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
BRANCA	SECRETÁRIA MUNICIPAL

MÃE: ROSINHA LINHARES DE OLIVEIRA FURTADO

PAI: MANOEL FURTADO DE OLIVEIRA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
10694424	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	XXXX

ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
RUA BOAVENTURA GONCALVES DE OLIVEIRA	446	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)8819-5932	XXXX

[redacted]	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLV NR	NOME ESCRITO NO DOCUMENTO
1	XXXX

TIPO: OUTROS - DOCUMENTOS DE USO PESSOAL

SITUAÇÃO: RECOLHIDO

NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	UF
38/2022	XXXX	XX

INFORMATIVO COMPLEMENTAR:
OFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ DIRECIONADO PARA A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CONVIDANDO OS MEMBROS DA EDUCAÇÃO PARA RECEBEREM UMA HOMENAGEM, ASSINADO PELO VEREADOR WILLIAN ANDREI MARQUES, 01 LAUDA.

A SOLICITANTE ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES PROCUROU A POLÍCIA MILITAR DE ARAPUÁ-MG E RELATOU O SEGUINTE FATO: QUE A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ-MG, SILVIA DO SOCORRO SOUZA PINTO, FOI CONVIDADA PELO VEREADOR WILLIAN ANDREI MARQUES PARA PARTICIPAR DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO REFERIDO MUNICÍPIO A FIM DE QUE ELA E OS DEMAIS MEMBROS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL FOSSEM PARABENIZADAS PELA NOTA OBTIDA PELO MUNICÍPIO NO IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA). OFÍCIO NÚMERO 38/2022 - VEREADOR CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ-MG, RECEBIDO EM 26/09/2022, RELACIONADO EM CAMPO PRÓPRIO.
RELATOU ADÉLIA TAMBÉM QUE: A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO, JUNTAMENTE COM AS DIRETORAS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS E OS MEMBROS DAS DIRETORIAS PARTICIPARAM DA CITADA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL COM O INTUITO DE SEREM RECONHECIDAS PELO TRABALHO QUE VEM DESEMPENHANDO, E QUE RENDEU A MELHOR COLOCAÇÃO DO IDEB DA REGIÃO; QUE DURANTE A REUNIÃO FOI PASSADO A PALAVRA PARA O VEREADOR WILLIAN ANDREI MARQUES, O QUAL PARABENIZOU A TODOS OS MEMBROS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ-MG PELO 1º LUGAR REGIONAL NO IDEB 2022; QUE AO FINAL DA HOMENAGEM PRESTADA AOS REFERIDOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, O VEREADOR GILSON DA CUNHA MATOS PEDIU A PALAVRA. AO SER CONCEDIDA A PALAVRA AO VEREADOR GILSON PELO PRESIDENTE DA CASA, ELE INICIOU SUA FALA DIZENDO QUE A ESCOLA ESTÁ DE PARABÉNS PELA NOTA, MAS NEM TUDO É PERFEITO, QUE IRIA APROVEITAR PARA FAZER UMA CRÍTICA PARA A DIRETORA ADÉLIA, QUE ESTAVA AGUARDANDO POR UM MOMENTO OPORTUNO PARA FALAR E ELE HAVIA CHEGADO; CONTINUOU GILSON DIZENDO QUE RECEBEU DIVERSAS RECLAMAÇÕES DE SUBORDINADOS DE ADÉLIA SOBRE A CONDUTA DELA PARA COM OS SEUS PARES, QUE SABE TRATAR-SE DE UM CARGO POLÍTICO, DE CONFIANÇA, PORÉM DEVERIAM ESCOLHER ALGUÉM MAIS QUALIFICADO, QUE ELA É INCOMPETENTE, A PIOR GESTORA QUE JÁ PASSOU PELA ESCOLA, SENDO AUTORITÁRIA, DESUMANA, AGE COM PARCIALIDADE PERANTE OS PARES, FAZ MARCAÇÃO POLÍTICA, NÃO TEM FORMAÇÃO, NÃO TRATA AS PESSOAS DE FORMA IGUAL; QUE COMPARANDO COM AS GESTÕES ANTERIORES ELA É A PIOR; QUE ELA TEM QUE ESTUDAR MAIS PORQUE DAQUI DOIS ANOS IRÁ VOLTAR PARA A SALA DE AULA, ENTRE OUTRAS PALAVRAS DIRECIONADAS SOMENTE PARA A DIRETORA ADÉLIA.
SEGUNDO ADÉLIA NUNCA SE SENTIU TÃO HUMILHADA EM TODA A SUA VIDA, QUE FICOU NAQUELE MOMENTO, DE TAMANHAS OFENSAS RECEBIDAS EM PÚBLICO, COM VONTADE DE SAIR CORRENDO DO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, QUE A REUNIÃO ESTAVA SENDO TRANSMITIDA AO VIVO PELO CANAL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DO FACEBOOK, QUE NAQUELE MOMENTO SABIA QUE SUA HONRA E MORAL ESTAVA ACABADA, QUE ESTAVA DESMORALIZADA, HUMILHADA, EM PÚBLICO POR UM REPRESENTANTE DE PARCELA DA POPULAÇÃO ARAPUENSE.

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

ADEMAIS, A SOLICITANTE DISSE QUE APÓS AS OFENSAS VERBAIS PROFERIDAS PELO VEREADOR GILSON CONTRA A SUA PESSOA, FOI EMBORA PARA CASA E A NOITE NÃO CONSEGUIU DORMIR, POIS ESTAVA MUITO ANGUSTIADA, SENTINDO-SE A PIOR DAS PESSOAS.

ADÉLIA, DISSE TAMBÉM QUE A GRAVAÇÃO DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ-MG HAVIA SIDO TRANSMITIDA AO VIVO PARA O PÚBLICO, GRAVADA E POSTADA NA PÁGINA DO FACEBOOK DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, CONFORME CONSTA AS REUNIÕES ANTERIORES, QUE REFERIDO VÍDEO FORA COMPARTILHADO PELA SECRETÁRIA DE CULTURA, TUNÍSIA FURTADO, MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. PORÉM ALGUM TEMPO DEPOIS O VÍDEO DA REUNIÃO QUE ESTAVA POSTADO NA REFERIDA PÁGINA DO FACEBOOK FOI RETIRADO.

ADEMAIS, ADÉLIA ACREDITA QUE A RETIRADA DO ARQUIVO AUDIOVISUAL DA GRAVAÇÃO DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ NÃO OCORREU POR ACASO E NEM POR ERRO, MAS PROPOSITALMENTE PARA OCULTAR A PROVA DO OCORRIDO, DIFICULTAR FUTURA INVESTIGAÇÃO, POIS OS VÍDEOS DAS REUNIÕES ANTERIORES ESTÃO POSTADOS NA PÁGINA PÚBLICA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DO FACEBOOK, PORÉM SOMENTE A FATÍDICA REUNIÃO NÃO ESTÁ; QUE ADÉLIA TEM MUITO INTERESSE EM INSERIR A GRAVAÇÃO DAS OFENSAS PROFERIDAS POR GILSON CONTRA SUA PESSOA EM UM FUTURO PROCESSO CRIMINAL QUE IRÁ MOVER CONTRA ELE.

ENCERRANDO SUA QUEIXA, ADÉLIA DISSE QUE MESMO DIANTE DA SURPRESA EXTREMAMENTE DESAGRADÁVEL PELA QUAL ELA, A SECRETÁRIA SILVIA, E AS DEMAIS COLEGAS DE TRABALHO PASSARAM PERANTE TODOS OS REPRESENTANTES DO POVO ARAPUENSE E TAMBÉM DA COMUNIDADE, TENDO EM VISTA QUE A REUNIÃO ESTAVA SENDO TRANSMITIDA AO VIVO, A SECRETARIA SILVIA RESPONDENDO AS OFENSAS PROFERIDAS PELO VEREADOR GILSON DISSE QUE ELE DEVERIA OUVIR O OUTRO LADO DA HISTÓRIA, QUE MUITAS VEZES O QUE CHEGA POR MEIO DE FOFOCAS NÃO CONDIZ COM A REALIDADE E QUE AS PORTAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ESTARÃO ABERTAS PARA QUALQUER PESSOA QUE QUEIRA CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL.

O VEREADOR GILSON DA CUNHA MATOS, POR SEU TURNO, FOI PROCURADO PELA EQUIPE POLICIAL MILITAR E RELATOU QUE PARABENIZOU OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ARAPUÁ PELO RESULTADO POSITIVO NO IDEB E COMENTOU QUE VÁRIAS PESSOAS FALARAM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO QUE ADÉLIA TEM PARA COM OS SUBORDINADOS NO CENTRO EDUCACIONAL ONDE ELA É DIRETORA.

DISSE ELE QUE FALOU NO PLENÁRIO QUE ADÉLIA PRECISA RECICLAR, QUE ELA NÃO TEM EQUILÍBRIO EMOCIONAL, QUE TRATA OS [redacted] FUNCIONÁRIOS DO CENTRO EDUCACIONAL QUE DIRIGE COM AR DE SUPERIORIDADE, COM DESIGUALDADE, QUE DAQUI A 2 ANOS VOLTARÁ A SER PROFESSORA.

DISSE TAMBÉM O VEREADOR GILSON QUE PARABENIZOU TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS E POSTERIORMENTE FEZ UMA CRITICA CONSTRUTIVA, COM INTENÇÃO DE RESOLVER UM PROBLEMA, QUE SEMPRE QUE ELE FALA, APONTA UM PROBLEMA EXISTENTE NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OCORRE A RESOLUÇÃO, QUE É COM ESSE OBJETIVO QUE ELE FALOU PARA ADÉLIA. QUE AS PALAVRAS USADAS POR GILSON NA SUA FALA DIRIGIDA A ADÉLIA FORAM BEM PENSADAS, COM O INTUITO DE BUSCAR TRATAMENTO IGUAL JUNTO A TODAS AS SERVIDORAS DO CENTRO EDUCACIONAL QUE ELA É GESTORA, SEM PERSEGUIÇÕES PELO FATO DE SER UM CARGO POLÍTICO.

O VEREADOR GILSON DISSE TAMBÉM QUE SUA FALA EM PLENÁRIO NÃO TEVE O CUNHO DE HUMILHAR OU MENOSPREZAR A PESSOA DE ADÉLIA, MAS DE MOSTRAR PARA ELA UM ERRO QUE ELA VEM COMETENDO, QUE NÃO SE ARREPENDE DO QUE DISSE, QUE NÃO IRÁ RETRATAR-SE, QUE AGIU DENTRO DA SUA PRERROGATIVA DE VEREADOR NO EXERCÍCIO DO MANDATO, ESTANDO DENTRO DO SEU LOCAL DE TRABALHO E TRATANDO DE ASSUNTO ATINENTE AO INTERESSE PÚBLICO ARAPUENSE.

SEGUNDO O PARLAMENTAR MUNICIPAL GILSON, APÓS A SUA FALA EM PLENÁRIO, A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SILVIA, EM SUA SEGUNDA FALA NA SEQUÊNCIA, DISSE QUE JÁ CONVERSOU COM A ADÉLIA ALGUMAS VEZES, ORIENTANDO-A E BUSCANDO ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR. O PARLAMENTAR DISSE QUE O SENTIDO DA CONFIRMAÇÃO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO VEM A CALHAR COM AS SUAS COLOCAÇÕES VOLTADAS PARA A PESSOA DE ADÉLIA.

O VEREADOR GILSON DISSE TER ASSISTIDO O VÍDEO DA GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL DA REUNIÃO NA REDE SOCIAL FACEBOOK, PÁGINA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, ÀS 20:30 HORAS DO DIA 27/09/2022, CONTENDO NA CITADA PÁGINA 02 CURTIDAS, 94 VISUALIZAÇÕES E 04 COMENTÁRIOS.

O VEREADOR GILSON FRISOU QUE DESEJA FAZER A DEFESA DAS ACUSAÇÕES CONSTANTES DESTE REDS ATRAVÉS DA SUA FALA NO PLENÁRIO DA CÂMARA, CONSTANTE DO VÍDEO QUE MOSTRA O CONTEÚDO DA REFERIDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/09/2022. QUE IRÁ SOLICITAR JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO A DISPONIBILIZAÇÃO DO VÍDEO PELA REDE SOCIAL FACEBOOK.

POR ÚLTIMO, O PARLAMENTAR MUNICIPAL DISSE QUE ESTANDO EM PLENÁRIO E COM A FALA VOLTADA PARA A SECRETÁRIA SILVIA E AS DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, COLOCOU-SE À DISPOSIÇÃO PARA QUE FOSSE CHAMADO PARA PARTICIPAR DE REUNIÕES E ATÉ MESMO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARAPUÁ-MG.

ALÉM DISSO, UMA EQUIPE POLICIAL MILITAR DESLOCOU ATÉ O LEGISLATIVO MUNICIPAL COM O FITO DE VERIFICAR O QUE OCORREU COM O ARQUIVO DE MÍDIA CONTENDO A GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ DO DIA 27/09/2022, TENDO OS POLICIAIS MILITARES CONVERSADO COM CRISTIANE NUNES VELOZO, RESPONSÁVEL PELAS GRAVAÇÕES DAS REUNIÕES, A QUAL DISSE QUE FORA QUESTIONADA PELOS VEREADORES SOBRE O ARQUIVO CONTENDO A GRAVAÇÃO DA REUNIÃO, SENDO QUE SEGUNDO CRISTIANE NÃO SABE O MOTIVO PELO QUAL O VÍDEO SUMIU DA PÁGINA DO FACEBOOK DA CÂMERA DE VEREADORES DE ARAPUÁ-MG, QUE PARA TENTAR CONSEGUIR O REFERIDO ARQUIVO PARA OS VEREADORES SOLICITANTES CHAMOU O TÉCNICO DE INFORMAÇÃO, RESPONSÁVEL POR CUIDAR DA REDE DE COMPUTADORES E ASSUNTOS ATINENTES A TECNOLOGIAS QUE PRESTA SERVIÇOS PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL, TENDO ELE VERIFICADO NO CELULAR UTILIZADO PARA GRAVAR A REUNIÃO E NA PÁGINA DO FACEBOOK DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E CONSTATOU QUE REALMENTE O CITADO ARQUIVO NÃO ESTÁ NA MEMÓRIA DO APARELHO DE TELEFONE CELULAR E NEM ARQUIVADO NA REFERIDA REDE SOCIAL. O ARQUIVO DESAPARECEU.

EXPLICOU CRISTIANE PARA OS POLICIAIS MILITARES QUE TODA SEMANA TRANSMITE E AO FINAL VAI EM PUBLICAR O VÍDEO E TEM OPÇÃO DE EXCLUIR APÓS 30 DIAS OU NUNCA EXCLUIR E QUANTO AO ARQUIVO DE GRAVAÇÃO DA REUNIÃO DO DIA 27/09/2022 HAVIA DADO CERTO O SEU DOWNLOAD E ENVIO PARA A REDE SOCIAL.

CRISTIANE AFIRMA QUE O CITADO ARQUIVO DE MÍDIA NÃO FOI RETIRADO DA REDE SOCIAL; QUE SOMENTE TEM ACESSO À PÁGINA DO FACEBOOK DA CÂMARA LEGISLATIVA ELA E O TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. QUE NENHUM DOS DOIS EXCLUIU O ARQUIVO DA REDE SOCIAL.

ALÉM DISSO, CRISTIANE CONFIRMOU QUE CHEGOU AO CONHECIMENTO DELA QUE ALGUMAS PESSOAS ASSISTIRAM E COMPARTILHARAM O CITADO VÍDEO.

DIGITADOR: PM1416967

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

POR FIM, FRISOU QUE NÃO TEM LEI MUNICIPAL E NEM DISPOSIÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARAPUÁ-MG QUE OBRIGUE A REALIZAÇÃO DA GRAVAÇÃO DAS REUNIÕES EM MÍDIA E NEM A POSTAGEM NA REDE SOCIAL FACEBOOK. QUE A GRAVAÇÃO VEM SENDO REALIZADA PORQUE OS VEREADORES OPTARAM POR TRANSMITIR, QUE TAIS TRANSMISSÕES INICIARAM NO PERÍODO DE PANDEMIA E SE MANTÉM ATÉ HOJE, UTILIZANDO O APARELHO CELULAR DA PRÓPRIA CÂMARA DE VEREADORES.

POR FIM, AS PARTES FORAM ORIENTADAS E FAÇO O PRESENTE REGISTRO DE EVENTO DE DEFESA SOCIAL PARA CONHECIMENTO DE VOSSAS EXCELÊNCIAS E DEMAIS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFIXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX

MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO: XXXX

TIPO DA VIATURA	ÓRGÃO
PRINCIPAL	POLICIA MILITAR

DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO: CAMIONETA -

PLACA	PREFIXO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFIXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
OQM9084	PM	21399	XXXX	XXXX

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1416957	2 SARGENTO

NOME COMPLETO: EVANDO JUNIO DA MATA

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

UNIDADE	Hipotecado?
2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	NÃO

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1563774	CABO

NOME COMPLETO: JOAO BATISTA BONTEMPO

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

UNIDADE	Hipotecado?
2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM	NÃO

UNIDADE: 2 GP/2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM

MATRÍCULA	NOME COMPLETO
1416957	EVANDO JUNIO DA MATA

CARGO: SARGENTO

CORPORAÇÃO: POLICIA MILITAR

ASSINATURA:

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO XXXX e Número de REDS 2022-042711749-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXXX	XXXXX	XXXX	XXXX

CARGO: XXXX

ÓRGÃO/UF: POLICIA CIVIL / MG

RECIBO PENDENTE:

Ocorrência exportada por expiração do prazo para recibo eletrônico

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478905 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	BO NÚMERO XXXX	Fl. 9/9

UNIDADE
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE
XXXX

ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO
- DOCUMENTOS PESSOAIS 1

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:	DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
PM1416957 - EVANDO JUNIO DA MATA	29/09/2022 16:27

********* FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *********

DIGITADOR: PM1416957

GERADO POR: 1478985 - MARCOS PATRICK SENA LEITE
06/10/2022 09:01

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

Ofício nº. 038/2022 – Vereador Câmara Municipal de Arapuá/MG
Assunto: Convida para participar de Reunião Ordinária.

Arapuá/MG, 26/09/2022

Exma. Secretária Municipal de Educação – Arapuá/MG

Sra. Sílvia do Socorro Souza Primo,

O Vereador da Câmara Municipal de Arapuá/MG, WILLIAM ANDREI MARQUES, vem através do presente ofício, no uso de suas atribuições:

Convidar Vossa Excelência, juntamente com as Diretoras Escolares e professores municipais, para participarem da 14ª Reunião Ordinária, que será realizada no dia 27/09/2022, a partir de 19h00min, na sede da Câmara Municipal.

O assunto a ser tratado com Vossa Excelência e demais membros da educação municipal, é a nota obtida pelo Município no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Sendo o que nos cumpre neste momento, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Câmara Municipal de Arapuá/MG, 26 de setembro de 2022.

William Andrei Marques
Vereador da Câmara Municipal de Arapuá/MG

RECEBI EM
26/09/22
15 hs 51 m
Luiza Fernandes

Exma. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Arapuá/MG
Sra. Sílvia do Socorro Souza Primo

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE NOMEAÇÃO PARA ESCRIVÃO "AD HOC"

No dia 6 de Outubro de 2022, nesta RIO PARANAÍBA, na DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA, onde se achava presente o(a) Sr(a) Dr(a) MARCOS PATRICK SENA LEITE **DELEGADO(A) DE POLÍCIA** foi dito que na falta de Escrivã(o) de polícia de seu cargo, nomeia LETYCIA GABRIELLA SILVA, na forma da lei, de acordo com o Art. 305 do CPP, para exercer a função de escrivã(o) ***"ad hoc"***, nesta data, deferindo o compromisso legal de bem e fielmente desempenhar suas funções, o que promete cumprir e para constar, lavra este termo, o qual assina juntamente com a Autoridade Policial.

Dr.(a) MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO(A) DE POLÍCIA - Masp: m1478985
Autoridade Policial

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 04 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **MARIA APARECIDA DE MORAIS VELOZO**

Documento Identidade: 4318276 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 00421622628

Filiação:
Pai: NILSON GOMES DE MORAIS
Mãe: MARIA GUILHERMINA DE MORAIS

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 08/06/1969 Estado Civil: Casado
Profissão: FUNCIONARIO PUBLICO MUNICIPAL Cor: Branca

Endereco: PRACA SAO JOAO BATISTA, 84, F, bairro CENTRO, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Pós-graduação

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: NÃO
PERGUNTADO disse QUE: a presente oitiva ocorre na presença do advogado Dr.

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001,

Rodolpho Oliveira Gomes Inscrito na OAB/MG sob o n. º 91021, que foi dada a vista integral dos autos em cartório antes de ser iniciada a oitiva; QUE a DEPOENTE trabalha na Secretaria da Educação de Arapuá/MG desde 2017; QUE a DEPOENTE assistiu à reunião da Câmara dos Vereadores de Arapuá do dia 27/09/2022, *online* via a página do Setor Legislativo na rede social "*Facebook*"; QUE a DEPOENTE sempre assistes as *lives* de transmissão das reuniões da Câmara de Vereadores; QUE a DEPOENTE assistiu o momento das homenagens prestadas aos profissionais da educação pela nota do IDEB bem como, acompanhou às críticas proferidas por GILSON direcionadas à diretora ADÉLIA; QUE a DEPOENTE relata que o vereador WILLIAN ANDREI agradeceu aos profissionais da educação pela nota do IDEB; QUE a Secretária da Educação também falou durante as homenagens prestadas; QUE passada a palavra para o vereador GILSON "ele parabenizou os profissionais e disse que queria aproveitar o momento para fazer críticas a uma diretora", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE "não imaginei que seriam direcionadas a diretora ADÉLIA, acredito que essas críticas poderiam ser feitas para qualquer uma, menos para ela", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE afirma que o vereador GILSON fez críticas relacionadas a postura de ADÉLIA para com os seus servidores; QUE GILSON disse que o cargo de diretora é um cargo política; QUE GILSON afirmou que a sua posição deveria exigir formação, complementando que a VÍTIMA não tinha formação intelectual e condições emocionais para ser uma líder", conforme se expressa; QUE ainda segundo GILSON, ADÉLIA "tratava seus servidores de maneira desigual com perseguição política; QUE a vítima precisava se preparar para voltar a ser professora daqui dois anos; QUE entre as outras diretoras não tinha nada a reclamar, somente da Diretora Adélia; QUE Adélia teria uma má conduta; QUE deveria rever as suas atitudes; QUE em um ambiente onde os professores trabalham com insatisfação não se tem bons resultados"; QUE o vereador PAULO LUIZ, respondeu a GILSON em defesa de ADÉLIA, dizendo "QUE GILSON deveria ouvir as duas versões e que língua é chicote do corpo", conforme se expressa; QUE segundo a DEPOENTE, GILSON disse que existiam reclamações desde muito tempo, mas que a DEPOENTE afirma que nunca houve nenhuma reclamação na Secretaria da Educação desde 2017, sendo verbal ou escrita em desfavor da Diretora e Professora ADÉLIA", conforme se expressa; QUE desde 2018 existe uma Lei Municipal aprovada na Câmara de Vereadores que dá o direito ao servidor público municipal da educação de escolher em qual escola se deseja trabalhar; QUE as funcionárias da Escola Maria Caetano, onde a vítima é diretora, são as primeiras a escolherem onde irão trabalhar; QUE por isso, a DEPOENTE acredita que se existissem insatisfações por parte dos demais servidores, os mesmos não escolheriam trabalhar com a diretora ADÉLIA; QUE a DEPOENTE acredita que os fatos ocorreram devido a uma marcação política, gerada por uma desavença política, principalmente nesse último mandato; QUE a DEPOENTE assistiu a reunião do dia 04/10/2022 onde levantaram novamente os acontecimentos relacionados a diretora ADÉLIA; QUE MÁRCIO MACEDO reclamou da postura do vereador GILSON; QUE "nessa reunião GILSON disse que desconhecia a certificação do IDEB e que os profissionais da educação teriam ido até a reunião atrás de confetes", conforme se

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAIBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

expressa; QUE "o vereador WILLIAN pediu para constar em ata da reunião, que a mesa diretora havia sido omissa ao convite, uma vez que o convite foi feito através de Ofício", conforme se expressa; QUE na citada reunião do dia 04/10/2022, o vereador GILSON disse para MARCIO que quando viu a diretora ADÉLIA, relembrou da presença da servidora ADÉLIA na manifestação política novembro de 2021, não sabendo exatamente dizer a data; QUE a DEPOENTE considera que as críticas tiveram cunho vingativo por parte de GILSON; QUE a DEPOENTE acredita que a vingança estaria relacionada a manifestação política citada; QUE a DEPOENTE acredita que o INVESTIGADO poderia ter buscado outras formas de realizar essas reclamações; QUE a DEPOENTE acredita que se as reclamações eram antigas como ditas pelo vereador GILSON questiona "por que nesse momento ele teve a inciativa de realizar as críticas e não antes", conforme se expressa; QUE durante a *live* transmitida na rede social é feita a filmagem da VÍTIMA cabisbaixa que apenas disse "que a Escola estava de portas abertas." , conforme se expressa; QUE a DEPOENTE não concorda com as críticas feitas por GILSON e a conduta de ADÉLIA é contrária à todas as críticas realizadas; QUE a DEPOENTE afirma que a gravação da reunião foi retirado da rede social "*Facebook*" e retornadas para a rede no dia seguinte; QUE a DEPOENTE deseja acrescentar que JULIANA REGINA, Supervisora no Centro Municipal Guarino Sinfrônio de Souza procurou pela Secretária de Educação; QUE JULIANA pediu "nunca mais me convide para ir até uma reunião, nem para receber dinheiro irei lá", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE afirma sobre os fatos "não desejo isso nem para o meu inimigo", conforme se expressa. QUE dada a palavra ao defensor, não desejou realizar perguntas, somente acompanhar o depoimento.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

Maria Aparecida de Morais Velozo

Depoente: MARIA APARECIDA DE MORAIS VELOZO

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

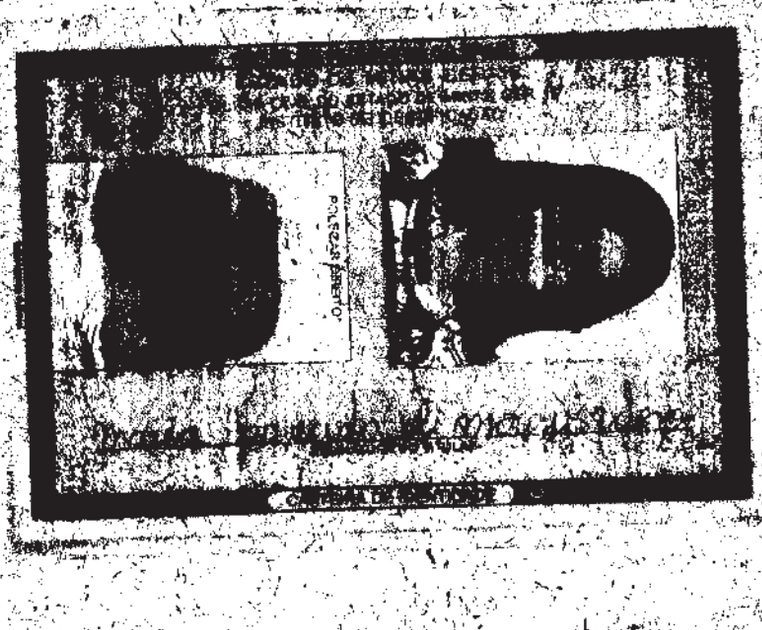
RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

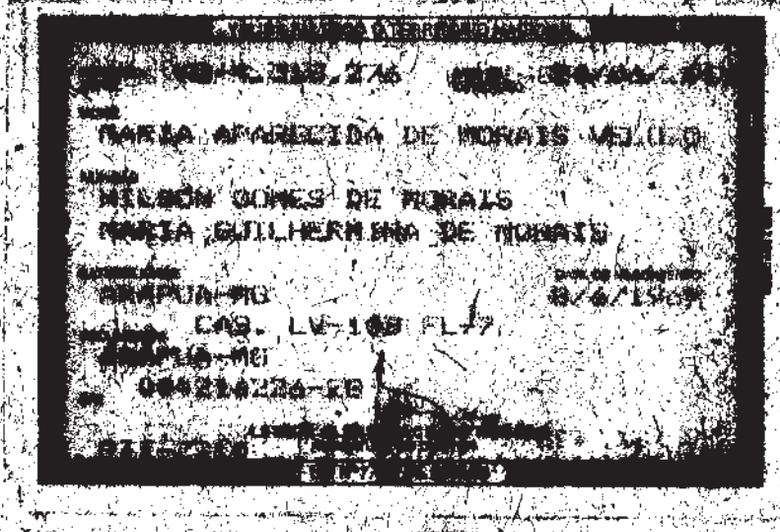
Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08

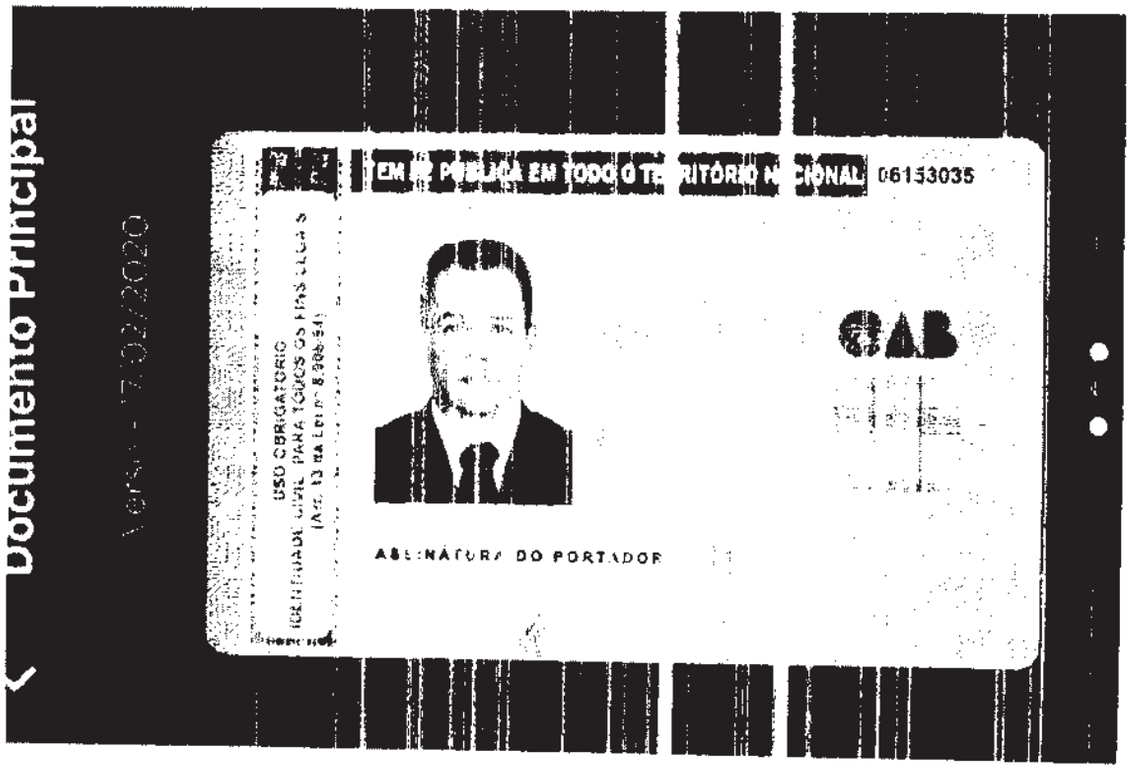
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46




MARIA APARECIDA DE MORAIS MEDEIROS
NILSON GOMES DE MORAIS
MARIA GUILHERMINA DE MORAIS
CAD. LV-105 FL-7


Documento Principal
Anverso - 17/02/2020
EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
06153035
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
USO OBRIGATÓRIO


Documento Principal
Anverso - 17/02/2020
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO
NOME
RODOLPHO OLIVEIRA GOMES
FILIAÇÃO
MARTIUS ADELIO GOMES
STELLA MARIS DE OLIVEIRA GOMES
INSCRIÇÃO
91021
NATURALIDADE
JUIZ DE FORA - MG
DATA DE NASCIMENTO
18/08/1978
RG
MG-10.051.057 - SSP/MG
CPF
032.769.816-02
EXPEDIDO EM
17/02/2020

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 04 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **ALESSANDRA GERALDA DA SILVA OLIVEIRA**

Documento Identidade: 11841371 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 01382830602

Filiação:
Pai: VANTUIR ALVES DA SILVA
Mãe: SEBASTIANA GERALDA DA SILVA

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 26/08/1980 Estado Civil: Casado
Profissão: PROFESSOR Cor: Branca

Endereco: RUA ALVARO AUGUSTO DE MEDEIROS, 134, bairro BELA VISTA, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:(0)8811-8496

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Superior completo

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: NÃO
PERGUNTADO disse QUE: a presente oitiva ocorre na presença do advogado Dr.

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Rodolpho Oliveira Gomes Inscrito na OAB/MG sob o n. º 91021, representante da vítima ADÉLIA; QUE PERGUNTADO a DEPOENTE se a mesma se sente confortável com a presença do advogado defensor, RESPONDEU QUE "sim"; QUE a DEPOENTE é servidora pública municipal da educação, sendo Supervisoda na Escola Municipal Irmãs Cândida; QUE a DEPOENTE estava presenta na reunião da Câmara dos Vereadores de Arapuá, no dia 27/09/2022, a convite do vereador WILLIAN ANDREI para receber as homenagens prestadas aos servidores da educação pela certificação do IDEB; QUE a DEPOENTE estava presente no momento em que GILSON disse que iria fazer críticas a vítima ADÉLIA; QUE "ele disse que havia recebido algumas informações, a algum tempo que a Diretora ADÉLIA estava tratando os servidores com desigualdade", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE afirma que GILSON "disse inclusive que o cargo de direção é político, que as pessoas são indicadas, que ADÉLIA deveria passar por uma reciclagem; QUE GILSON reconhece que a Adélia teria feito alguns cursos e melhorado mas que ainda não era suficiente e Adélia deveria se preparar para retornar para a sala de aula em dois anos, dizendo que o cargo de direção não seria para sempre", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE considera as críticas de cunho pejorativos; QUE a DEPOENTE considera o momento inoportuno para realizar essas críticas; QUE a DEPOENTE afirma que os demais profissionais da área da educação sentiram-se constrangidos com as frases proferidas pela INVESTIGADO; QUE "sendo professores nos colocamos no lugar de Adélia, poderia ser qualquer um de nós", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE observou que a VÍTIMA estava constrangida durante as críticas, "eu acho que ela foi muito dura, não sei se outra pessoa ficaria ali não", conforme se expressa; QUE após a palavra ser passada a palavra para a VÍTIMA durante a reunião "ela só disse que as portas da escola estavam abertas para qualquer averiguação", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE tem conhecimento da reunião ser transmitida e publicada na página do Setor Legislativo da rede social "*Facebook*"; QUE a DEPOENTE procurou o vídeo no outro dia após a reunião e não estava disponível; QUE a DEPOENTE afirma que depois a mídia foi retomada para a rede social; QUE o defensor da vítima não fez nenhuma pergunta a DEPOENTE.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICIO SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46
Num. 9713002228 - Pág. 21

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO, 257 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

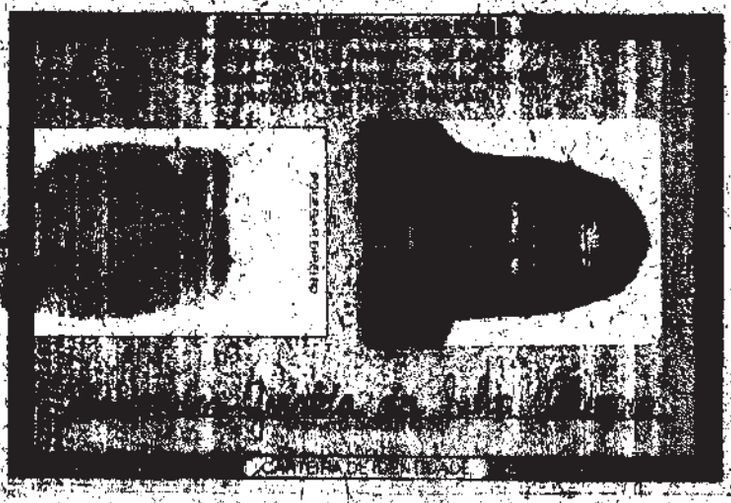
Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

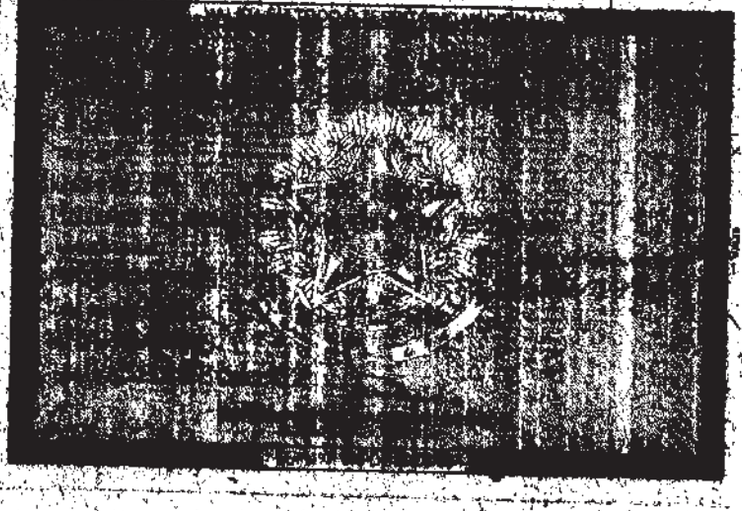
Alessandra Geralda da Silva Oliveira

Depoente: ALESSANDRA GERALDA DA SILVA OLIVEIRA

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46





Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DECLARAÇÃO

Rio Paranaíba, 04 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Declarações'
Nome: **ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES**

Documento Identidade: 6306331 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 05326345609

Filiação:
Pai: RAIMUNDO PEREIRA DUARTE
Mãe: ALMERINDA MARIA DE JESUS

Naturalidade: TIROS/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 06/07/1973 Estado Civil: Casado
Profissão: FUNCIONARIO PUBLICO MUNICIPAL Cor: Parda

Endereço: BOA ESPERANCA, SN, CASA, bairro ZONA RURAL, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Ensino fundamental completo (8 anos estudo)

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: NÃO
PERGUNTADO disse QUE: a presente oitiva ocorre na presença do advogado Dr.

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Rodolpho Oliveira Gomes Inscrito na OAB/MG sob o n. º 91021, que foi dada a vista integral dos autos em cartório antes de ser iniciada a oitiva; QUE a DECLARANTE é Diretora do Centro Educacional Maria Caetano da Rocha; QUE a convite a Secretária de Educação SILVIA e o vereador WILLIAN ANDREI compareceu na reunião da Câmara dos Vereadores de Arapuá no dia 27/09/2022 para receber homenagens pelo resultado do IDEB; QUE a DECLARENTE nunca teve nenhum conflito com o INVESTIGADO; QUE o INVESTIGADO nunca procurou a DECLARANTE em outro momento para realizar as críticas, relacionada a sua função, nem mesmo SILVIA, secretária de educação; QUE "eu não sei o motivo, pelo o que ele disse ele estava esperando um momento pra me dizer essas coisas. Mas eu nunca dei motivo algum", conforme se expressa; QUE o INVESTIGADO disse a DECLARANTE "que eu não tinha capacidade de ser diretora, que era desumana, que eu tinha marcação política com os servidores, teria que estudar mais, que após dois anos eu estaria novamente em uma sala de aula, o que mais me machucou foi ele dizer que eu tinha uma má conduta e maltratava as pessoas, me senti humilhada diante as pessoas", conforme se expressa; QUE o INVESTIGADO também disse a DECLARANTE que entre as diretoras que havia passado pela escola, a DECLARANTE seria a pior; QUE a DECLARANTE tem conhecimento que as reuniões que ocorrem na Câmara dos Vereadores são gravadas, ficando disponível na página da rede social "*Facebook*" do setor legislativo de Arapuá/MG; QUE a DECLARANTE teve acesso ao vídeo quando foi publicado, porém acredita que após trinta minutos o vídeo fora excluído; QUE a DECLARANTE teve conhecimento por TUNÍSIA, MARCIO MACEDO, MARIA APARECIDA que o vídeo estava na referida rede social; QUE MARCIO MACEDO teve acesso ao vídeo na cidade de Uberlândia/MG; QUE no dia 28/09/2022 a DECLARANTE entrou em contato com a Câmara de Vereadores pedindo para que publicassem novamente o conteúdo audiovisual; QUE a DECLARANTE entregou a petição para VANESSA; QUE por escrito não houve resposta a DECLARANTE; QUE no dia 28/09/2022 retornaram com o vídeo para a rede social "*Facebook*"; QUE o referido vídeo ainda se encontra na rede social; QUE dada a palavra ao defensor, este acrescentou que ao ouvir as frases proferidas por GILSON a DECLARANTE se emocionou a ponto de quase chorar; QUE o defensor deseja realizar algumas perguntas: PERGUNTADO a DECLARANTE se a mesma soube que foi referida na reunião de 04/10/2022 pelo INVESTIGADO? Respondeu QUE teve conhecimento através de outras pessoas que ele citou o fato da DECLARANTE ter participado de uma manifestação política que ocorrera em 23/11/2021, contra a câmara de vereadores do município de Arapuá/MG; PERGUNTADO a DECLARANTE se após a manifestação houve a lavratura de boletim de ocorrência por vereadores contrários ao executivo? Respondeu QUE sim; QUE segundo a DECLARANTE: GILSON, JOÃO ORLANDO, PAULO ROBERTO, JOÃO LÁZARO E HÉLIO BOMTEMPO são os responsáveis pela lavratura do boletim de ocorrência; PERGUNTADO a DECLARANTE se os vereadores representaram em desfavor dos apoiadores do Executivo? Respondeu QUE, foram 13 autores dos fatos no processo, sendo a DECLARANTE um deles; PERGUNTADO a DECLARANTE se na manifestação

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAÍBA
RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

política existiam pessoa dos dois lados políticos? Respondeu QUE sim; PERGUNTADO a DECLARANTE se a mesma fora processada por essa manifestação e como agiu? Respondeu QUE "sim"; QUE das 13 pessoas envolvidas "eu fui a única que paguei a transação, no momento até pensei que seria um assunto resolvido", conforme se expressa; PERGUNTADO a DECLARANTE se considera fato de ter pago a transação motivou a perseguição por parte de GILSON? Respondeu QUE "sim, pois acredito que ele pensou que eu estava tentando me livrar de algo", conforme se expressa; PERGUNTADO a DECLARANTE se GILSON já buscou atrito para com ela? Respondeu QUE "acredito que a manifestação, o pagamento da transação foi um motivo para perseguição por parte de GILSON", conforme se expressa; PERGUNTADO a DECLARANTE se acredita que a motivação foi política? Respondeu QUE "sim"; PERGUNTADO a DECLARANTE o que ocorre entre o Legislativo e Executivo no município de Arapuá? Respondeu QUE existe uma intenção por parte da Câmara de Vereadores para prejudicar e não autorizar as benfeitorias e interesse da população, em um todo, ao município de Arapuá/MG; PERGUNTADO a DECLARANTE se teve notícias de mais outras pessoas assistirem o vídeo fora do município de Arapuá? Respondeu QUE "de Brasília/DF e de outras cidades de Minas Gerais, como é possível perceber em comentários de indignação no vídeo postado na rede social "*Facebook*"", conforme se expressa; QUE os comentários postados no referido vídeo são de apoio a DECLARANTE contra a conduta de GILSON; PERGUNTADO a DECLARANTE se ela está fazendo tratamento psicológico? Respondeu QUE "sim, com a psicóloga do Setor da Educação"; QUE a psicológica percebeu que o desempenho da função da DECLARANTE fora prejudicado; QUE a DECLARANTE fora encaminhada para um especialista; QUE a DECLARANTE irá pagar as consultas particulares com o especialista; QUE a DECLARANTE deseja complementar que durante a manifestação de novembro/2021, o advogado do Carmo do Paranaíba, SILAS, "saiu da Câmara de Vereadores, mais cedo, deu um "tchauzinho" para os manifestantes, que fez com que os manifestantes ficassem mais afoitos", conforme se expressa.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Declarante e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Matrícula: m1478985

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVÍL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

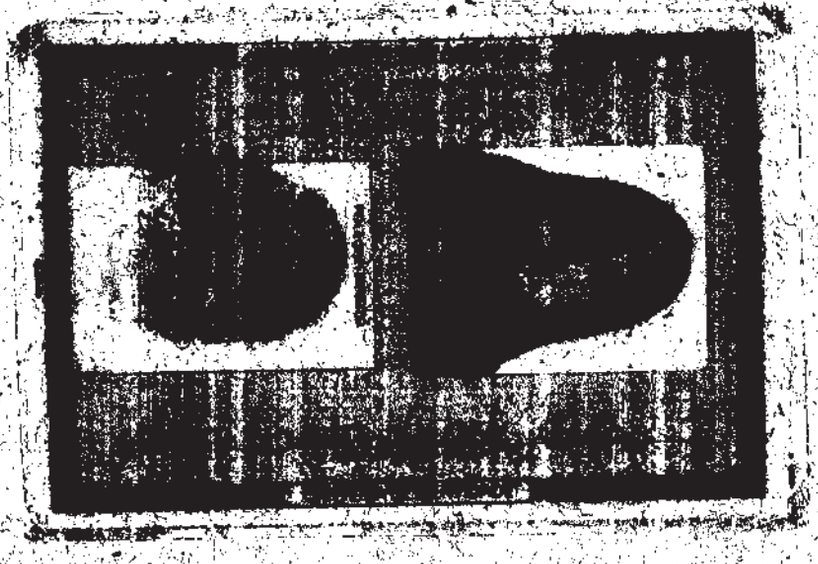
Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

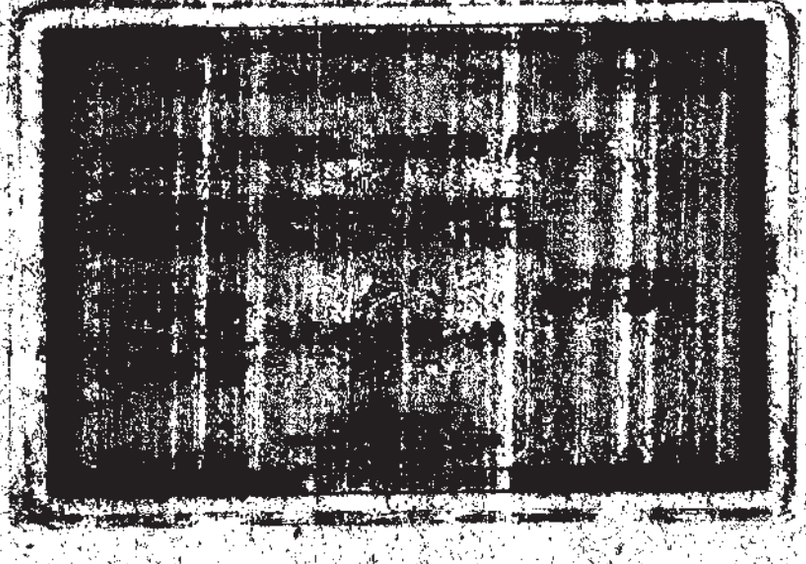
Adélia Pereira Duarte Alves

Declarante: ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES

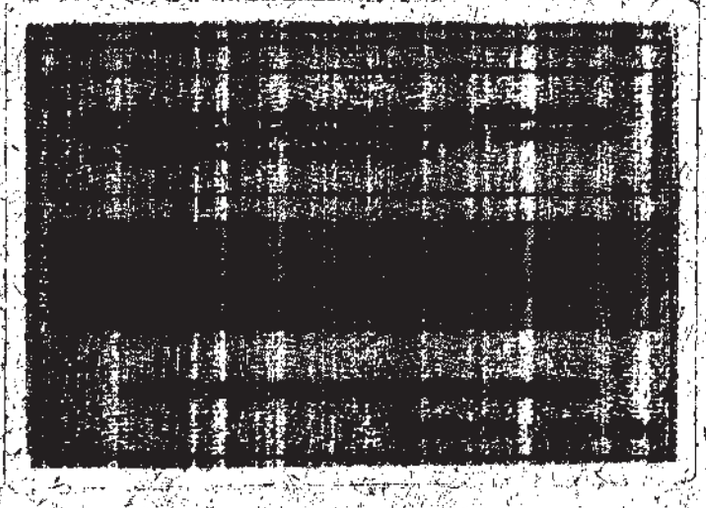
LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: 20181330

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46









POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO., 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE JUNTADA

Em 04 de Novembro de 2022, **FAÇO A JUNTADA** nestes autos das peças: manifestação apresentada a perte pelo advogado da vítima.

Para constar, lavro este termo.

eu, LETYCIA GABRIELLA SILVA.

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

PROCURAÇÃO

ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES, brasileira, casada, servidor pública, filha de Raimundo Pereira Duarte e Almerinda Maria de Jesus, RG MG-6.306.331, PC/MG, CPF 053.263.456-09, residente na Fazenda Boa Esperança, Zona Rural do Município de Arapuá/MG, CEP 38.860-000, **NOMEIA(M) E CONSTITUI(EM) RODOLPHO OLIVEIRA GOMES**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o n° 91.021, com escritório estabelecido no endereço na Rua Agenor Maciel, nº 170, sala 302, Bairro Centro, na cidade de Patos de Minas/MG, CEP 38.700-046, e-mail: rgadvocaciaadv@gmail.com, como seu(s) bastante(s) procurador(es), outorgando pelo presente instrumento, poderes ***ad ajudicia et extra judicia,*** podendo para tanto, representá-lo em juízo ou fora deste, perante qualquer instância, juízo ou tribunal, confessar, conhecer, acordar, discordar, transigir, decidir, renunciar direitos disponíveis, receber, dar quitação, firmar compromissos, fazer acordos, formular protestos, notificações, levantar alvarás judiciais, portar e concordar com ritos processuais, podendo, ainda, receber intimações em qualquer feito, podendo da mesma forma, defender os legítimos interesses do(s) mandante(s) perante as administrações públicas ou particulares perante os órgãos previdenciários e fazendários federais, estaduais e municipais, Instituições Financeiras, Bancos, Procuradorias Federal, Estadual e Municipal, INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social, cartórios, enfim, todos os demais órgãos públicos, realizar impugnações e recursos administrativos, notificações, podendo, ainda, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, procedendo em tudo, com maior probidade e respeito pelo(s) outorgante(s), podendo, para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, podendo, ainda, receber formal de partilha, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao fiel e cabal desempenho deste mandato, **ESPECIALMENTE PARA A DEFESA DE SEUS DIREITOS E INTERESSES PERANTE A POLÍCIA CIVIL NO QUE SE REFERE AO PCnet 2022-555-000546-007-012152972-08 E REDS 2022-042711749-001.**

Arapuá, 4 de novembro de 2022.

Adélia P. Duarte Alves

ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES
CPF 020.859.016-11

ILMO. SR. DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DE RIO PARANAÍBA – MG

RODOLPHO OLIVEIRA GOMES, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/MG 91.021, RG MG-10.051.057, SSP/MG CPF 032.769.816-02, com escritório na Rua Agenor Maciel, 170, sl. 302, bairro Centro, na cidade de Patos de Minas/MG, CEP 38.700-046, e-mail rgadvocaciaadv@gmail.com, celular (34)99982-4090, doravante Requerente, ora na qualidade de procurador da **Sra. Adélia Pereira Duarte Alves**, vítima dos fatos narrados no PCnet 2022-555-000546-007-012152972-08 e REDS 2022-042711749-001, vem respeitosamente, perante V.Sa., **MANIFESTAR** e **REQUERER,** conforme segue.

i. A Sra. Adélia Pereira Duarte Alves foi vítima de abuso por parte das palavras utilizadas por Gilson da Cunha Matos, na reunião de 27/09/2022, **que teria em tese difamado e injuriado (arts. 139 e 140, do Código Penal), bem como incorrido, ainda, em ato tipificado no artigo 331, do mesmo diploma legal, fatos que causaram humilhação e vergonha naquela.**

ii. Em razão de tais condutas ditas diretamente contra a pessoa em sessão pública e transmitida pela *internet* no *facebook*[1], **a vítima se sentiu humilhada, pois estava presente na reunião e ficou chocada com as palavras de Gilson**, tendo abaixado a cabeça diante de **tamanha vergonha ao ouvir as palavras proferidas contra sua pessoa e não contra a função** que ocupa por mérito seu junto ao Município de Arapuá, tais como: ***não tem preparo suficiente, ou condições emocionais para ser líder; onde ele esquece que o cargo de diretora é temporário e quando ela se põe acima de outras colegas. Prejudica a educação e se sentem perseguidos e com tratamento desigual.***

[1] https://www.facebook.com/camara.arapua/

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

iii. Frise-se que a vítima estava presente em razão do recebimento de uma homenagem que o setor da educação do Município de Arapuá recebeu pelo fato de ter obtido uma das notas mais altas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, qual seja, 7,3 pontos.

iv. Todavia, **se a reunião não tivesse sido transmitida pela *internet*, as ofensas não teriam tamanho alcance**, mas não foi o que ocorreu na ocasião e mais do que os comentários publicados na página da Câmara de Arapuá no *facebook*, (doc.anexo). diversas pessoas, inclusive da oposição manifestaram com a vítima no sentido de depreciá-la e humilhá-la, até o ponto de não querer mais sair de casa e ter crises de choro.

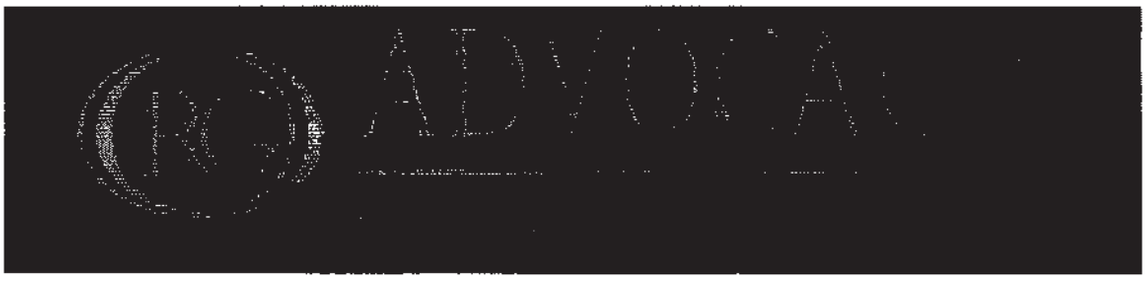
v. Durante a reunião Gilson tomou a palavra e se aproveitou para ofender a honra e imagem da querelante com as palavras supra referidas.

vi. Não bastante, na próxima reunião ocorrida na data de 04/10/2022, o querelado se manifestou novamente contra a querelada, bem como se referiu a manifestação popular acontecida na data de 23/11/2021 e enfatizou o nome da vítima, inclusive, já em curso nos autos do processo 5000081-39.2022.8.13.0555, disse as seguintes palavras *in verbis:*

> ***(...) e, por uma surpresa muito grande de todas as pessoas que manifestaram gritaram, a Adélia me marcou muito, muito, professora Adélia (...)***

vii. Com tais palavras, aliado à fala da reunião em que ofendeu a vítima ***– e vou aproveitar o momento, que achei que eu não fosse ter esta oportunidade de falar –*** restou evidente que Gilson queria *data venia,* **vingança.**

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46



viii. A utilização do termo vingança não é por acaso, mas após a reunião de 23/11/2021 somente os vereadores da oposição representaram contra os apoiadores do Chefe do Executivo, conforme pode ser comprovado pela movimentação do processo ora anexa.

ix. O Município de Arapuá vive na atualidade uma *guerra política*, onde está de um lado o Executivo e de outro o Legislativo, quando ambos os poderes deveriam agir juntos em razão do princípio da impessoalidade e em prol do interesse público para gerir a cidade.

x. Tais fatos servem apenas para elucidar que Gilson agiu com intenção de atacar Adélia, principalmente ao ter mencionado explicitamente o nome dela na ocasião.

xi. Por outro lado, caso Gilson quisesse realmente ter reclamado da direção da escola que a querelante fosse diretora teria juntado provas (documentais e testemunhais) e feito um requerimento por escrito junto ao Município de Arapuá, mas foi a conduta daquele, que preferiu esperar o momento em que a vítima estava presente na reunião para proferir palavras que ofenderam sua honra e imagem, bem como pode ser alegado, ainda, o crime de desacato, ora investigado.

xii. Contudo, mesmo não tendo sido tipificados os crimes previstos nos artigos 139 e 140, do Código Penal, mas tão só do artigo 331, pugna pela inclusão daqueles crimes e investigação em razão do princípio da economicidade e eficiência.

RG ADVOCACIA
Rua Agenor Maciel, 170, sala 302 - Centro – Patos de Minas/MG - CEP: 38.700-046
Tel(s): (34)3822-4090/(34)99982-4090
rgadvocaciaadv@gmail.com

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

xiii. Ressalte-se que após os fatos a vítima se sentiu tão diminuída, que teve que procurar o auxílio de um psicólogo, conforme relatório.

xiv. Na oportunidade, pede que sejam incluídas como testemunhas.

1) **Sirlene Gonçalves de Melo**
CPF 986.661.186-87
MG-15.532.629
Telefone: (34) 98842-556
Rua Boaventura Gonçalves Oliveira, número 323

2) **Siris Cristina da Silva**
CPF: 033.321.856_67
MG-09.343.985
Rua Boaventura Gonçalves Oliveira , número 169
Telefone: (34) 98886-0868

3) **Priscila Fernanda Alves Silva**
CPF 065.228.026-94
MG-11.841.627
Rua Antônio José de Melo, número 105
Telefone 98837.1906

xv. Pugna, ao final pelo indiciamento de Gilson da Cunha Matos nos crimes de difamação (art. 139, CP), injúria art. 140, CP) e desacato (art. 331, CP).

xvi. Por fim, requer seja o procurador cadastrado nos autos deste inquérito para palavras fins de direito.

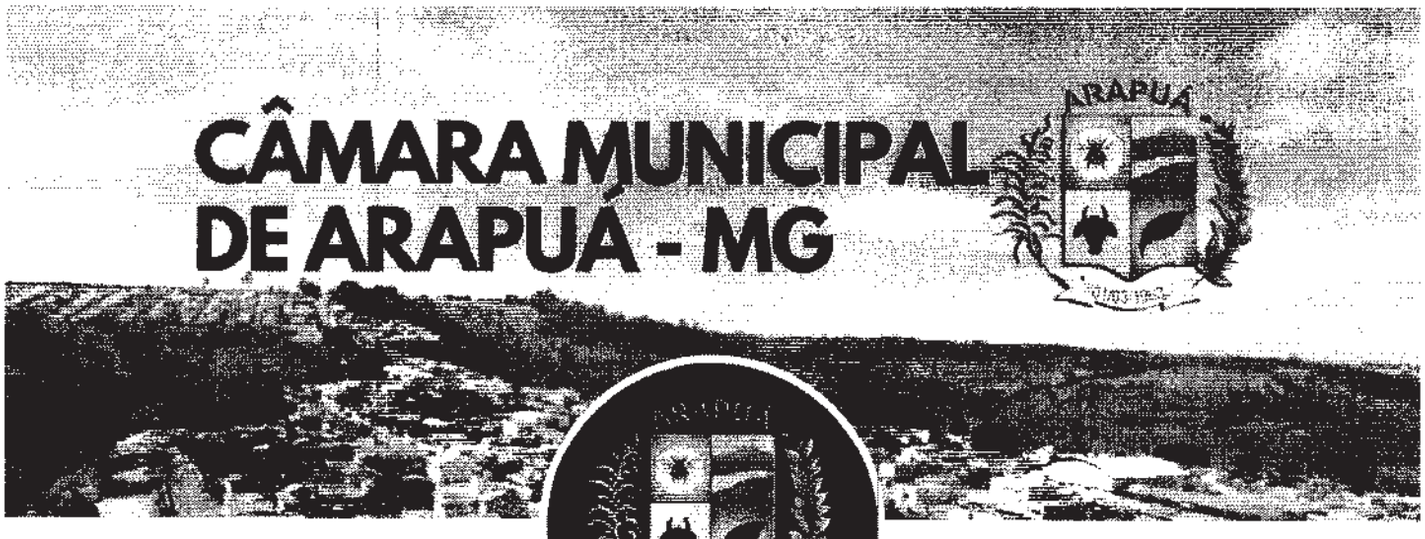
* REQUER SEJAM REQUERIDAS AS ATAS DAS REUNIÕES DA CÂMARA DE ARAPUÁ DOS DIAS 27/09/2022 E 04/10/2022.

Termos em que.
Pede Deferimento.

Rio Paranaíba, 4 de novembro de 2022.

Rodolpho Oliveira Gomes
OAB/MG 91.021

RG ADVOCACIA
Rua Agenor Maciel, 170, sala 302 - Centro – Patos de Minas/MG - CEP: 38.700-046
Tel(s): (34)3822-4090/(34)99982-4090
rgadvocaciaadv@gmail.com



Câmara Municipal de Arapuá MG

891 seguidores • 1 seguindo

Seguindo Mensagem Pesquisar

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46










Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46



Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Apresentação

A Câmara Municipal é o Poder Legislativo de Arapuá-MG. Tem como funções fazer leis sobre assunt

Página · Político

End. Praça São João Batista, Nº 100, Arapuá, MG, Brazil

(34) 3856-1222

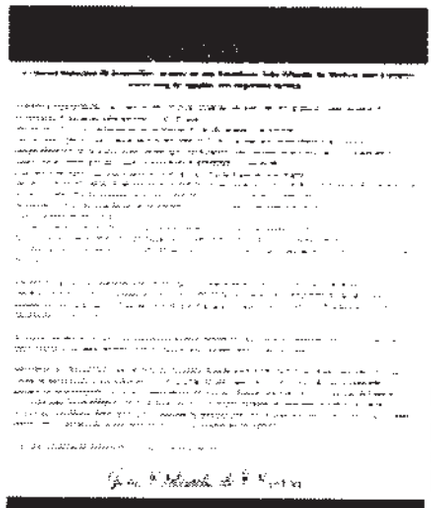
Câmara Municipal de Arapuá MG

arapua.mg.leg.br

Fotos

Ver todas as fotos

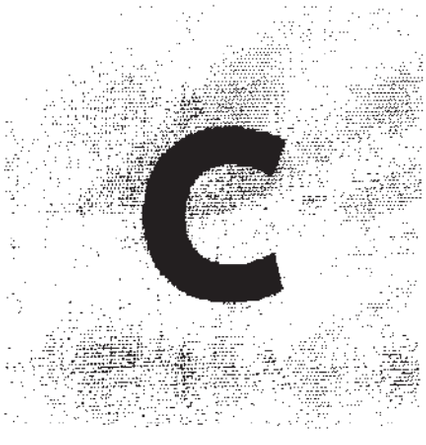
Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46











Privacidade · Termos · Publicidade · Escolhas para anúncios · Cookies · Mais · Meta © 2022

Publicações

Filtros

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
18 de outubro às 18:50 ·



Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

8 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
4 de outubro ·



16 5 comentários 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Higor Rodrigo · 59:41
E profundamente lamentável arapuá ter um vereador desse nível de mau caratismo e sinismo como esse , como justificar o injustificável.

Curtir **Responder** 4 sem

Raquel Silva · 5:14
Espero que seja feita justiça! 3

Curtir **Responder** 4 sem

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Higor Rodrigo 10:31
E inaceitável sua conduta vereador Gilson, usar do plenário da câmara municipal de arapuá para perseguir, e difamar uma servidora que só e elogiada por todos, e de conduta a ser seguida, vereador Gilson fica uma dúvida o senhor é vereador ou justiceiro?????

Curtir **Responder** 4 sem

Alexandra Duarte · 0:49
Parabéns Márcio,vc soube com elegância sugerir o mínimo a ser feito:Um pedido de desculpas e o reconhecimento dos excessos em um momento totalmente inoportuno.

Curtir **Responder** 4 sem 2

Raquel Silva · 9:16
Parabens Márcio Macedo! Te falo como quem conhece a **Adelia Duarte** , ela está sofrendo perseguição política, nada disso que foi falado condiz com quem é a

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
27 de setembro ·



20 42 comentários 16 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Maria Cristina Moura Ferreira 12:32
Verdade sr João Borba ele é uma mula

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Maria Cristina Moura Ferreira · 6:19
Que desrespeito!!!! Tratar uma professora desta forma e sem provas. É digno de ser processado por difamação, danos morais e mal caratismo mesmo.

Curtir Responder 4 sem 2

Raquel Silva · 38:01
Lamentável ver isso acontecer! Estavam lá para receber homenagem pelo desempenho do trabalho realizado e nao receber crítica! É preciso averiguar o que está acontecendo, tudo que foi falado, não condiz com a **Adelia Duarte** que eu conheço.

Curtir Responder 4 sem 4

João Borba
Como vereador é um ótimo dentista, calado é um poeta, delicado como uma mula. Tão útil para o município como um cão guia cego.

Curtir Responder 4 sem 4

Adriana Pereira · 1:01
Vergonhoso a atitude de 3 professoras e um vereador . Simplismente por opiniões políticas tentar prejudicar uma pessoas. É mais honesto reconhecer a competência das pessoas e também tentar serem competentes.

Curtir Responder 4 sem Editado 3

Alexandra Duarte · 2:09
Absurdo, uma homenagem tão merecida e ao invés de reconhecimento,uma difamação, desrespeito e perseguição política.Lamentavel

Curtir Responder 4 sem 2

Maria Gabriely · 3:47
Lamentável atitude do vereador, deveria escuta os dois lados.

Curtir Responder 4 sem

Marcio Macedo · 20:59
queira , por favor , transmitir meus cumprimentos à Secretaria de Educação e sua equipe !

Curtir Responder 5 sem 3

Marilda Veloso 34:45
Falta de respeito, o referido vereador, mostra que é uma pessoa sem conhecimento de causa, vai acusando sem prova, como a colega falou, ele precisa ir na escola e conhecer realmente a postura e competência da Adélia... Vai se informar primeiro

Curtir Responder 4 sem

Carmem Lopes 22:12
Lamentável o acontecido,a diretora não merecia passar por isso!

Curtir Responder 4 sem 2

Marcio Macedo · 5:13
manifesto meus cumprimentos à todos os vereadores de Arapuá e reconhecimento pelo exemplar trabalho que veem desenvolvendo em favor de toda comunidade .

Curtir Responder 5 sem 2

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Bruna Medeiros · 26:46
Lamentável isso. 2

Curtir Responder 4 sem

Rosa Gomes · 0:19
Verdade 2

Curtir Responder 4 sem

Marcio Macedo 19:24
parabéns aos vereadores pelo reconhecimento do excepcional trabalho desenvolvido pela Secretsria de Educação e sua equipe !

Curtir Responder 5 sem 2

Daniela Nascentes · 25:01
Lamentável a atitude do vereador!!

Curtir Responder 4 sem

Fabrício Lopes · 0:04
Lamentável! O vereador deveria saber q acusação sem provas é crime. A diretora merece respeito pelo serviço prestado ao município.

Curtir Responder 4 sem

Izabella Rodrigues · 2:44
Que vergonha nobre vereador! Acho que seus eleitores devem estar completamente arrependidos de terem te elegido como representante deles. Que dó desta professa que exerce com maestria seu papel de educadora. Acho que ela deveria te dar umas aulas.

Curtir Responder 4 sem 2

Washington Rogerio · 0:04
Lamentável um comportamento deste vindo de um legislando! Que lixo.

Curtir Responder 4 sem

Cida Morais · 27:41
Acusar sem provas é crime! Ou a contistuicao brasileira foi rasgada

Curtir Responder 4 sem 4

Maria Cristina Moura Ferreira · 11:21
Perseguição política é crime também.

Curtir Responder 4 sem 2

Maria Cristina Moura Ferreira · 20:12
Ao invés de ser homenageada a diretora foi execrada pelo vereador. Lembrando que todo cargo de gestão não é feito por uma pessoa é sim por uma equipe.

Curtir Responder 4 sem

Maria Cristina Moura Ferreira 10:30
Uma vergonha mesmo!! Digna de condenação. De uma pessoa que desrespeita a diretora e além disto mulher. Isto é discriminação e preconceito. Se tem alguma coisa contra a diretora o sr vereador deveria conversar pessoalmente, pois roupa suja se lava em ... Ver mais

Curtir Responder 4 sem 2

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Adriana Pereira · 3:34
Vereador Gilson nunca se faça uma reclamação de uma pessoa se não tem as provas por escrito em suas mãos. Você teve uma atitude persecutoria contra a referida diretora, o senhor está confundindo as situações politicamente. Vc foi infeliz na sua fala,... **Ver mais**

Curtir **Responder** 4 sem Editado 3

Silvanacarvalhosilva Carvalho · 11:24
A atitude do parlamentar não condiz com a realidade, pela fala da secretária da educação a referida diretora não tem reclamações em sua ficha funcional. Por tanto o senhor vereador deveria ter investigado a real reclamação para ter provas do que está falando.

Curtir **Responder** 4 sem

Kelly C N Resende · 6:28
Uma vergonha vir de um vereador, q deveria ser companheiro, respeitar o momento, levar o assunto em particular, era p homenagear a mulher e nao dar advertência, eu processava um bo...@ desse sem pensar 2x, ta ai filmado tamanha arrogancia, misericórdia... **Ver mais**

Curtir **Responder** 4 sem

Ângela Tavares · 7:38
Lamentável..
O que seria uma noite especial para esta professora, virar um pesadelo. Coitada desta professora! Lamentável....Lamentável....Este vereador deveria era se retratar e pedir desculpas para ela. Nobre vereador, este não é seu papel. Simp... **Ver mais**

Curtir **Responder** 4 sem

Terraplanagem WD Welington · 0:52
Lamentável

Curtir **Responder** 4 sem

Maria Cristina Moura Ferreira · 14:49



Curtir **Responder** 4 sem

Ana Karolaine · 0:55
Toma vergonha vereador. Você foi eleito foi para maltratar as pessoas?

Curtir **Responder** 4 sem

Adriana Pereira respondeu · 1 resposta

Arthur Pereira
Atitude de lixooo

Curtir **Responder** 4 sem

Maria Cristina Moura Ferreira · 1:41
Que horror!! Sem um mínimo de escrúpulos , não sei como a cidade o promove a vereador. Delicadeza de elefante

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Jose Silva Roberto · 4:38
Senpre tem um estúpido

Curtir Responder 4 sem

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
13 de setembro ·



1

Curtir Comentar Compartilhar

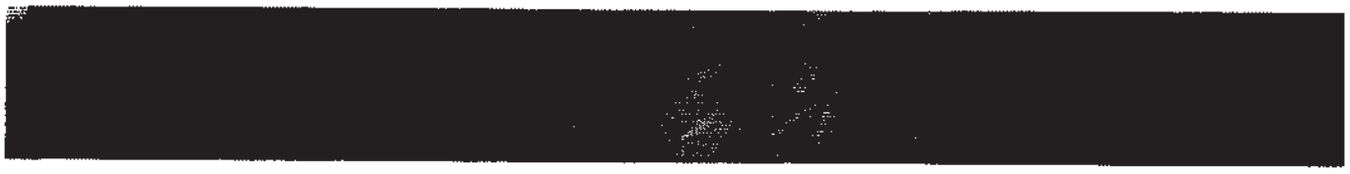
Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
6 de setembro ·



Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46



4 2 comentários

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Marcio Macedo · 3:01
meus cumprimentos à todos os vereadores ! tenho acompanhado os trabalhos da Câmara e não podia deixar de manifestar aqui o belo trabalho que veem realizando os vereadores

Curtir **Responder** 8 sem

Ver mais 1 comentário

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
23 de agosto ·



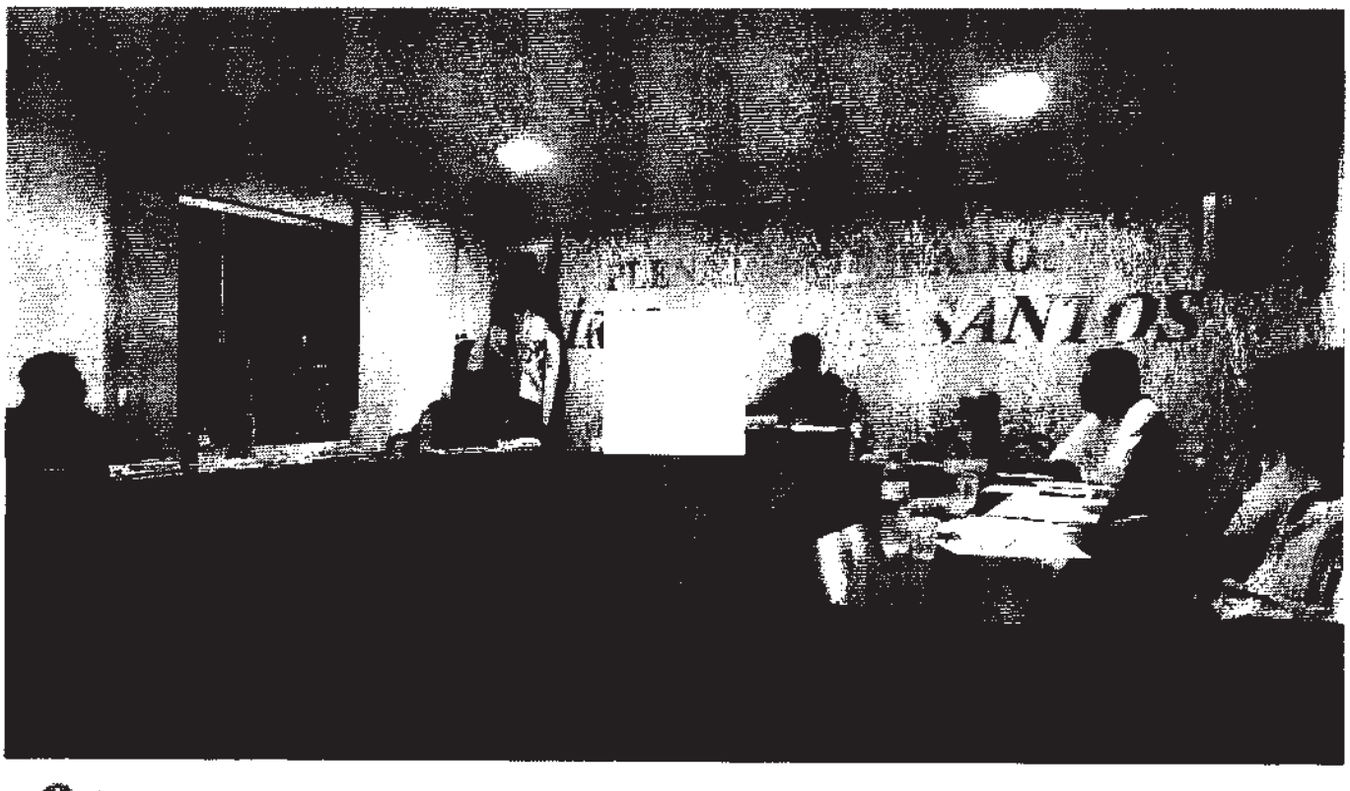
5

Curtir Comentar Compartilhar

Escreva um comentário...

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Câmara Municipal de Arapuá MG fez uma transmissão ao vivo.
9 de agosto ·



1

Curtir Comentar Compartilhar

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46



Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46








Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46



Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

03/11/2022

Número: **5000081-39.2022.8.13.0555**

Classe: **[CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO**
Órgão julgador: **Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba**
Última distribuição : **21/01/2022**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Assuntos: **Ameaça, Vias de fato**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
POLICIA CIVIL MG (AUTORIDADE)	
ANTONIO APARECIDO RIBEIRO (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
MARCIO MENDONCA DOS REIS (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
CLENIO GONÇALVES DE MELO (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
LUIZ EDUARDO VELOSO CUNHA (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
EDSON GOMES DA SILVA (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
CENIR SINFRONIA DE OLIVEIRA LOPES (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
LUCAS CORNELIO MORAIS VELOZO (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
JOÃO ALVES NETO (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
LUCIO LIVIO DE SOUZA (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
IVANILDE GOMES DOS SANTOS FERREIRA (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
WELTON VALERIANO DE SOUZA (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
LILIAN GONCALVES DIAS PIEDADE (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
REUMOCITES ALVES FERNANDES (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)
TALVANE MENDONCA RIBEIRO (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)

Outros participantes	
HELIO MARIA BONTEMPO (VÍTIMA)	
JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA (VÍTIMA)	
PAULO ROBERTO DE MELO (VÍTIMA)	
GILSON DA CUNHA MATOS (VÍTIMA)	
JOAO LAZARO NUNES BOAVENTURA (VÍTIMA)	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9640758645	26/10/2022 18:46	Decisão	Decisão

Documentos do Processo - 5000081-39.2022.8.13.0555

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Intimação	Decisão	GEOVANA SILVA MARTINS	28/10/22 15:10	GEOVANA SILVA MARTINS em 28/10/22 15:10	105,22 Kb
Decisão	Decisão	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO - Magistrado(a)	26/10/22 18:46	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO em 26/10/22 18:46	105,22 Kb
Certidão	Certidão	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	25/10/22 15:00	GEOVANA SILVA MARTINS em 25/10/22 15:00	151,41 Kb
Manifestação da Promotoria	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	JARBAS SOARES JUNIOR	13/10/22 15:20	JARBAS SOARES JUNIOR em 13/10/22 15:19	34,06 Kb
Intimação	Intimação	GEOVANA SILVA MARTINS	06/10/22 14:59	GEOVANA SILVA MARTINS em 06/10/22 14:59	100,47 Kb
Documento de Comprovação	Documento de Comprovação	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 19:52	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 19:52	557,14 Kb
Documento de Comprovação	Vice-prefeito - Prefeitura Municipal de Arapuá - MG - Márcio Mendonça dos Reis	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	346,53 Kb
Documento de Comprovação	RELAÇÃO FILIADOS MDB MINAS GERAIS	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	1.369,92 Kb
Documento de Comprovação	Silas Silva Rezende - PMDB	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	73,93 Kb
Documento de Comprovação	CONSULTA SILAS SILVA REZENDE SOC INDIVIDUAL DE ADVOGADO	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	209,29 Kb
Documento de Comprovação	CONSULTA SILAS SILVA REZENDE OAB MG	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	354,69 Kb
Documento de Comprovação	RE 685493 SP	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	1.234,97 Kb
Documento de Comprovação	Comunicado 14 2018 TCEMG	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	547,13 Kb
Documento de Comprovação	lei_municipal_no_2.688_de_18_de_janeiro_de_2022_-_CARMO DO PARANAÍBA	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	3.243,31 Kb

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Documento de Comprovação	projeto_de_lei_no_85-2021 CARMO DO PARANAÍBA	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	2,191,40 Kb
Petição	Petição	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:39	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:39	646,74 Kb
Procuração	Procuração	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	05/10/22 18:26	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 05/10/22 18:26	450,95 Kb
Intimação	Intimação	GEOVANA SILVA MARTINS	19/09/22 10:53	GEOVANA SILVA MARTINS em 19/09/22 10:53	100,59 Kb
Manifestação da Promotoria	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	JARBAS SOARES JUNIOR	16/09/22 15:39	JARBAS SOARES JUNIOR em 16/09/22 15:38	57,02 Kb
Certidão Criminal	Certidão Criminal	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	08/09/22 11:00	GEOVANA SILVA MARTINS em 08/09/22 11:00	127,34 Kb
Intimação	Intimação	GEOVANA SILVA MARTINS	05/09/22 12:48	GEOVANA SILVA MARTINS em 05/09/22 12:48	100,54 Kb
Outros documentos	doc06825220220905155618	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	05/09/22 12:47	GEOVANA SILVA MARTINS em 05/09/22 12:47	40,24 Kb
Certidão	Controle das manifestações	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	05/09/22 12:47	GEOVANA SILVA MARTINS em 05/09/22 12:47	127,14 Kb
Certidão	Intimação via WhatsApp	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	05/09/22 12:38	GEOVANA SILVA MARTINS em 05/09/22 12:38	456,86 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 36)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	50,37 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 35)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	45,64 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 34)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	42,82 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 33)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	35,25 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 32)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	43,96 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 31)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	33,68 Kb

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46
Num. 9713002228 - Pág. 55

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 30)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	33,30 Kb
Certidão	Certidão - PJe Mídias (fl. 26)	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	36,62 Kb
Juntada	Links - PJe Mídias	IZABEL APARECIDA MOREIRA - Escrivão(ã) Judicial	02/09/22 14:17	IZABEL APARECIDA MOREIRA em 02/09/22 14:17	103,23 Kb
Mandado Digitalizado	TALVANE MENDONÇA RIBEIRO I	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	25/08/22 17:30	GISELE DE CASSIA GOMES em 25/08/22 17:30	2.571,73 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	25/08/22 17:30	GISELE DE CASSIA GOMES em 25/08/22 17:30	101,65 Kb
Petição	Petição Cópias áudios e vídeos	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES - POLO PASSIVO - Advogado(a)	23/08/22 14:37	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES em 23/08/22 14:37	1,75 Kb
Certidão	Intimação via WhatsApp	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	16/08/22 15:38	GEOVANA SILVA MARTINS em 16/08/22 15:38	485,28 Kb
Certidão	Certidão	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	12/08/22 12:48	GEOVANA SILVA MARTINS em 12/08/22 12:48	443,87 Kb
Certidão	Intimação via WhatsApp - Cenir	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	12/08/22 11:45	GEOVANA SILVA MARTINS em 12/08/22 11:45	452,59 Kb
Intimação	Intimação	GEOVANA SILVA MARTINS	12/08/22 09:59	GEOVANA SILVA MARTINS em 12/08/22 09:59	100,51 Kb
Certidão	Certidão referente ao Talvane	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	12/08/22 09:30	GEOVANA SILVA MARTINS em 12/08/22 09:30	372,37 Kb
Certidão	Intimação via WhatsApp	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	12/08/22 09:21	GEOVANA SILVA MARTINS em 12/08/22 09:21	471,09 Kb
Certidão	Intimação via WhatsApp	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	12/08/22 09:17	GEOVANA SILVA MARTINS em 12/08/22 09:17	491,69 Kb
Sentença	Sentença	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO - Magistrado(a)	10/08/22 17:16	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO em 10/08/22 17:16	109,10 Kb
Petição - Plantão PJe	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	JARBAS SOARES JUNIOR	27/07/22 18:15	JARBAS SOARES JUNIOR em 27/07/22 18:14	40,91 Kb
Intimação	Intimação	GEOVANA SILVA MARTINS	08/07/22 15:14	GEOVANA SILVA MARTINS em 08/07/22 15:14	100,53 Kb

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Outros documentos	folha de controle do 5000081-39.2022	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	08/07/22 15:12	GEOVANA SILVA MARTINS em 08/07/22 15:12	49,72 Kb
Juntada	Folha de controle	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	08/07/22 15:12	GEOVANA SILVA MARTINS em 08/07/22 15:12	102,83 Kb
Mandado Digitalizado	intimação de LUCAS CORNÉLIO MORAIS VELOZO	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	08/07/22 12:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 08/07/22 12:52	1.673,32 Kb
Mandado Digitalizado	intimação de LUIZ EDUARDO VELOSO CUNHA	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	08/07/22 12:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 08/07/22 12:52	1.418,75 Kb
Juntada de Mandado	Mandado de intimação - NÃO ACEITOU PROPOSTA	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	08/07/22 12:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 08/07/22 12:52	101,71 Kb
Mandado Digitalizado	LUCIO LIVIO DE SOUZA	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 20:05	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 20:05	2.077,98 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 20:05	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 20:05	101,63 Kb
Mandado Digitalizado	LILIAN GONÇALVES DIAS PIEDADE	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 20:04	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 20:04	3.575,84 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 20:04	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 20:04	101,65 Kb
Mandado Digitalizado	ANTONIO RIBEIRO	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:07	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:07	3.301,63 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:07	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:07	101,63 Kb
Mandado Digitalizado	ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES (com atualização de endereço)	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:06	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:06	3.082,41 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:06	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:06	101,65 Kb
Mandado Digitalizado	JOAO ALVES NETO	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:04	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:04	3.118,25 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:04	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:04	101,63 Kb

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46
Num. 9713002228 - Pág. 57

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Mandado Digitalizado	EDSON GOMES DA SILVA	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:03	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:03	3.119,99 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:03	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:03	101,63 Kb
Mandado Digitalizado	TALVANE MENDONÇA RIBEIRO	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:02	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:02	3.237,33 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado	GISELE DE CASSIA GOMES - Oficial(a) de Justiça	07/07/22 16:02	GISELE DE CASSIA GOMES em 07/07/22 16:02	101,64 Kb
Outros documentos	Comprovante de Pagamento (Adelia)	MATHEUS HENRIQUE PINTO - Estagiário(a) Secretaria	06/07/22 15:00	MATHEUS HENRIQUE PINTO em 06/07/22 15:00	19,16 Kb
Juntada	Comprovante de Pagamento (Adelia)	MATHEUS HENRIQUE PINTO - Estagiário(a) Secretaria	06/07/22 15:00	MATHEUS HENRIQUE PINTO em 06/07/22 15:00	103,00 Kb
Mandado Digitalizado	intimação de Clênio Gonçalves de Melo	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	06/07/22 10:53	EDUARDO SANDRO MENDES em 06/07/22 10:53	1.460,25 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado - ACEITOU PROPOSTA	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	06/07/22 10:53	EDUARDO SANDRO MENDES em 06/07/22 10:53	101,67 Kb
Mandado Digitalizado	intimação de Tunisia Furtado de Oliveira	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	06/07/22 10:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 06/07/22 10:52	1.461,96 Kb
Mandado Digitalizado	intimação de Ivanilde Gomes dos Santos Ferreira	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	06/07/22 10:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 06/07/22 10:52	1.442,31 Kb
Mandado Digitalizado	intimação de Welton Valeriano de Souza	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	06/07/22 10:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 06/07/22 10:52	1.426,52 Kb
Juntada de Mandado	Juntada de Mandado - NÃO ACEITOU PROPOSTA	EDUARDO SANDRO MENDES - Oficial(a) de Justiça	06/07/22 10:52	EDUARDO SANDRO MENDES em 06/07/22 10:51	101,74 Kb
Certidão	Expedição de mandados	GEOVANA SILVA MARTINS - Estagiário(a) Secretaria	29/06/22 14:52	GEOVANA SILVA MARTINS em 29/06/22 14:52	127,50 Kb
Manifestação da Promotoria	MPMG-CERTIDAO_HISTORICA_ Marcio Mendonça	JARBAS SOARES JUNIOR	13/06/22 11:30	JARBAS SOARES JUNIOR em 13/06/22 11:29	17,75 Kb
Manifestação da Promotoria	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	JARBAS SOARES JUNIOR	13/06/22 11:30	JARBAS SOARES JUNIOR em 13/06/22 11:29	46,75 Kb
Intimação	Intimação	MARLA RESENDE PEREIRA	11/05/22 17:34	MARLA RESENDE PEREIRA em 11/05/22 17:34	100,82 Kb

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Outros documentos	Declarações das vítimas	MARLA RESENDE PEREIRA - Servidor(a) e Retificador(a)	11/05/22 17:31	MARLA RESENDE PEREIRA em 11/05/22 17:31	4.199,32 Kb
Certidão	Depoimentos Vítimas Depol	MARLA RESENDE PEREIRA - Servidor(a) e Retificador(a)	11/05/22 17:31	MARLA RESENDE PEREIRA em 11/05/22 17:31	100,55 Kb
Certidão Decurso de Prazo	Ofício Geral Criminal	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO - Magistrado(a)	26/04/22 14:54	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO em 26/04/22 14:54	123,11 Kb
Despacho	Despacho	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO - Magistrado(a)	11/04/22 18:31	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO em 11/04/22 18:31	101,32 Kb
Documentos comprobatórios	MPMG-Termo de Declarações Gilson Cunha Matos	JARBAS SOARES JUNIOR	16/03/22 18:29	JARBAS SOARES JUNIOR em 16/03/22 18:29	25,95 Kb
Manifestação da Promotoria	MPMG-OUTROS DOCUMENTOS	JARBAS SOARES JUNIOR	16/03/22 18:29	JARBAS SOARES JUNIOR em 16/03/22 18:29	34,28 Kb
Manifestação da Promotoria	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	JARBAS SOARES JUNIOR	11/03/22 17:47	JARBAS SOARES JUNIOR em 11/03/22 17:47	38,42 Kb
Intimação	Intimação	NATALIA CRISTINA ALVES DA SILVA	11/02/22 07:51	NATALIA CRISTINA ALVES DA SILVA em 11/02/22 07:51	100,90 Kb
Despacho	Despacho	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO - Magistrado(a)	30/01/22 17:33	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO em 30/01/22 17:33	101,04 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_LILLIAN	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,91 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_REUMOCITES	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	16,21 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_TALVANE	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,89 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_IVANILDE	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	16,04 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_CENIR	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,91 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_TUNISIA	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,90 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_LUCAS	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,90 Kb

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46
Num. 9713002228 - Pág. 59

Tipo do documento	Descrição	Juntado por	Juntado em	Última alteração feita por	Tamanho
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_WELTON	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	16,18 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_ADELIA	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,88 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_LUCIO	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,90 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_EDSON	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	16,19 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_JOAO ALVES	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	16,05 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_LUIZ EDUARDO	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,90 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_CLENIO	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,87 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_ANTONIO	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	15,87 Kb
Certidão Criminal	CERTIDAO_HISTORICA_MARCIO	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	16,11 Kb
Juntada	CAC	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:25	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:25	102,98 Kb
Certidão de Triagem Criminal (Geral)	Certidão de Triagem Criminal (Geral)	JESSICA FERNANDES BONTEMPO - Estagiário(a) Secretaria	24/01/22 10:28	JESSICA FERNANDES BONTEMPO em 24/01/22 10:28	133,85 Kb
Petição	TCO MARCIO MENDONCA DOS REIS	MARLA RESENDE PEREIRA - Servidor(a) Distribuidor(a)	21/01/22 13:39	MARLA RESENDE PEREIRA em 21/01/22 13:39	2.610,63 Kb
Petição Inicial	Petição Inicial	MARLA RESENDE PEREIRA - Servidor(a) Distribuidor(a)	21/01/22 13:39	MARLA RESENDE PEREIRA em 21/01/22 13:39	0,02 Kb

106 resultados encontrados

Número do documento: 23020113194667900009709095447
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194667900009709095447
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:46

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha

Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 16107 - Bela Vista
CEP-38.860-000 Arapuá - MG
Tel. 3856-1224
E-mail: mariacaetanodarocha_escolinha@hotmail.com

RELATÓRIO

AUTOR: Natália Moreira Carvalho – Psicóloga CRP - 04/66022

INTERESSADO: Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha

ASSUNTO: Observação

O presente relatório tem como objetivo relatar as observações acerca da funcionária Adélia Pereira Duarte Alves no cargo de diretora no Centro de Educação Municipal "Maria Caetano da Rocha" ao longo do ano letivo de 2022.

A funcionária Adélia no primeiro semestre se mostrou ser uma pessoa comunicativa, que busca atender os interesses de todos os demais funcionários, preza pela qualidade do ensino a ser ofertado pela instituição. Adélia sempre busca estar atenta a tudo o que acontece dentro da instituição, desde os alimentos até os materiais educativos. Apresenta características de socialização com demais funcionários, sentimentos de alegria e contentamento de estar na instituição. Onde a mesma chega antes da aula começar no turno matutino e é uma das últimas a ir embora no turno vespertino. Observa-se que a mesma se alimenta pouco devido às doenças no estômago.

A funcionária saiu de licença médica pelo CID M-51.1 (Transtorno de discos lombares e outros discos intervertebrais) pelo período de 105 dias retornando ao trabalho já no segundo semestre de 2022, neste período a funcionária Carmem Helena Lopes Vieira foi nomeada diretora interina na presente instituição.

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga – CRP 04/66022

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha

Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 16107 - Bela Vista
CEP-38.860-000 Arapuá - MG
Tel. 3856-1224
E-mail: mariacaetanodarocha_escolinha@hotmail.com

Com a retomada ao trabalho e após a reunião que ocorreu na Câmara Municipal de Arapuá na data do dia 27 de setembro de 2022, eu Natália Moreira Carvalho, psicóloga da Educação observei que a funcionária Adélia Pereira Duarte Alves, apresentou-se menos comunicativa, solitária e passando mais tempo em sua sala do que de costume, nota-se que a mesma está com a fisionomia deprimida, desanimada, grande parte do tempo com a cabeça baixa, insegura quanto ao seu trabalho, com sentimentos de impotência profissional. Estas observações podem ser evidenciadas com mais frequência no turno matutino. A funcionária continua se alimentando pouco.

Sendo assim, a partir destas observações e anotações por mim, Natália Moreira Carvalho, foram realizadas duas intervenções com a funcionária Adélia, com intuito de investigar as causas das características já apresentadas neste relatório, para que se possa encaminhar a mesma para atendimento psicológico clínico. Vale ressaltar que as intervenções por mim, não tiveram cunho clínico terapêutico.

Pode-se relatar neste relatório que a partir das intervenções fica claro a necessidade da funcionária procurar ajuda terapêutica devido às características de distorções cognitivas, que a mesma vem apresentando como: Personalização (assumir a culpa ou responsabilidade por acontecimentos negativos, falhando em ver que outras pessoas e fatores também estão envolvidos nos acontecimentos) Questionalização (e se?) (focar o evento naquilo que poderia ter sido e não foi. Culpar-se pelas escolhas do passado e questionar-se por escolhas futuras), sentimentos de não querer ir para o trabalho, pensamentos de que têm a necessidade de arcar com tudo sozinha sem precisar contar com ajuda do outro, baixa autoestima.

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga – CRP 04/66022

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha

Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 16107 - Bela Vista
CEP-38.860-000 Arapuá - MG
Tel. 3856-1224
E-mail: mariacaetanodarocha_escolinha@hotmail.com

RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO

FUNCIONÁRIO: Adélia Pereira Duarte Alves

DATA: 27/10/2022

DURAÇÃO: 30 minutos.

OBJETIVO: Investigar as características de observações feitas pela psicóloga Natália Moreira Carvalho e solicitar encaminhamento adequado.

ASSUNTO: Adélia Pereira Duarte Alves, diretora do Centro de Educação Municipal "Maria Caetano da Rocha", mesmo após a primeira intervenção ocorrida em 04 de outubro de 2022, continuou apresentando características de tristeza, solitária, fisionomia abatida se isolando em sua sala por períodos mais longos, baixa autoestima. Neste contexto, eu Natália Moreira Carvalho psicóloga da Educação solicitei a Adélia Pereira Duarte Alves para uma segunda intervenção.

OBSERVAÇÕES: Adélia relatou em nossa conversa sentimentos de inferioridade, sentimentos negativos, insegurança, desmotivada com seu trabalho e chorou muito ao relatar por tudo que está passando, principalmente em relação às acusações ocorridas na reunião da Câmara Municipal de Arapuá no dia 27 de setembro de 2022. Disse ainda que sua vida profissional perdeu sentido. Relatou pensamentos de "não querer vir trabalhar...", "não consigo contar para os outros o que eu sinto e sinto que eu preciso dar conta de tudo sozinha".

Arapuá, 27 de outubro de 2022.

Natália Moreira Carvalho

NATÁLIA MOREIRA CARVALHO

PSICÓLOGA

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga
CRP-04/66022

Adélia P. D. Alves

ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES

FUNCIONÁRIA DIRETORA

Adélia Pereira Duarte Alves
Diretora
Habilitação: Pedagogia
CPF 053.263.456-09

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga – CRP 04/66022

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha

Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 16107 - Bela Vista
CEP-38.860-000 Arapuá - MG
Tel. 3856-1224
E-mail: mariacaetanodarocha_escolinha@hotmail.com

Sendo assim finalizo este relatório garantindo todos os direitos da funcionária, prezando pela ética e sigilo que é assegurado pelo Conselho Regional de Psicologia.

Arapuá, 03 de novembro de 2022.

Natália Moreira Carvalho

NATÁLIA MOREIRA CARVALHO

PSICÓLOGA

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga
CRP-04/66022

Adélia Pereira Duarte Alves

ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES

DIRETORA

Adélia Pereira Duarte Alves
Diretora
Habilitação: Pedagogia
CPF 053.263.456-09

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha
Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 15107 - Bela Vista
CEP-38.860-000 Araguá - MG
Tel. 3856-1224
e-mail: mariacaetanodarocha_escolinha@hotmail.com

RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO

FUNCIONÁRIO: Adélia Pereira Duarte Alves

DATA: 04/10/2022

DURAÇÃO: 30 minutos.

OBJETIVO: Investigar as características de observações feitas pela psicóloga Natália Moreira Carvalho e solicitar encaminhamento adequado.

ASSUNTO: Adélia Pereira Duarte Alves ao retornar de sua licença médica por motivo de saúde CID M51.1 e após a reunião na Câmara Municipal de Arapuá no dia 27 de setembro de 2022, apresentou-se menos comunicativa, solitária e passando mais tempo em sua sala do que de costume, nota-se que a mesma está com a fisionomia deprimida, desanimada, grande parte do tempo com a cabeça baixa. Estas observações podem ser evidenciadas com mais frequência no turno matutino. A funcionária continua se alimentando pouco.

OBSERVAÇÕES: Adélia se mostrou comunicativa e relatou sentimentos e experiências quanto ao seu local de trabalho, relatando pensamentos e sentimentos negativos e chorou bastante ao relatar. Disse sobre estar apertado na escola devido a supervisora estar de férias prêmio e que está chegando à formatura do 2º período. Relatou pensamentos de "será que sou uma pessoa e gestora ruim?", "o que eu fiz para as coisas estarem neste nível?" e "o que eu deixei de fazer para que pensassem isso sobre mim?" Pensamentos de insegurança e incompetência para realizar seu trabalho na instituição. Comportamentos estes observados após a reunião do dia 27 de setembro de 2022 na Câmara Municipal de Arapuá.

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga - CRP 04/66522

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha
Av. [illegible] Augusto de Medeiros, nº 16107 - Belo Vista
CEP [illegible] Arapuá - MG
Tel: [illegible]
E-mail: mariacaetanodarocha_escolinha@hotmail.com

Arapuá, 04 de outubro de 2022.

Natália Moreira Carvalho

NATÁLIA MOREIRA CARVALHO

PSICÓLOGA

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga
CRP-04/66022

Adélia P. D. Alves

ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES

Adélia Pereira Duarte Alves
Diretora
FUNCIONÁRIA DIRETORA
Habilitação: Pedagogia
CPF 053.263.456-09

[illegible]

[illegible]
Psicóloga - CRP 04/66022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ARAPUÁ - MG SEMED

Centro de Educação Municipal Maria Caetano da Rocha

Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 16107 Bela Vista
CEP: 38.860-000 Arapuá - MG
Tel. 3656-1224
mariacaetanodarocha.arapua@hotmail.com

ENCAMINHAMENTO

Prezado (a): Senhor (a) Psicóloga

Encaminho o (a) funcionário (a): Adélia Pereira Duarte Alves

portador (a) do RG: MG-6.306.331 CPF: 053.263.456-09

Para

Acompanhamento terapêutico, devido as caracteristicas de insegurança, impotência e desanimo no local de trabalho.

Agradeço sua atenção e aguardo seu parecer.

Obs.: Sem observações.

27 / 10 / 2022.

Arapuá.

Natália Moreira Carvalho

NATÁLIA MOREIRA CARVALHO

PSICÓLOGA ESCOLAR

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga
CRP-04/66022

Natália Moreira Carvalho
Psicóloga - CRP 04/66022

Secretaria Municipal de Educação

Avenida Eduardo Augusto de Medeiros nº 1101, Centro, CEP:38.860 - 000 - Arapuá/MG

Telefone: (34) 3856 - 1227

Carta de Indicação

Ao cumprimentá-los cordialmente, venho por meio deste, informar que conforme documentação em anexo, nomear-se **Adélia Pereira Duarte Alves** – Diretora do Centro Educação Municipal **"Maria Caetano da Rocha"**, situado a Av. Eduardo Augusto de Medeiros, nº 1107 - Bairro Centro, em Arapuá-MG, INEP 31261157.

A Senhora Adélia Pereira Duarte Alves foi nomeada pela Portaria nº 450 de 12 de janeiro de 2021.

Certos em contar com a habitual atenção, antecipamos agradecimentos e reiteramos nossos protestos de elevada estima e apreço.

Arapuá-MG, 08 de setembro de 2022

Atenciosamente,

João Batista Terto da Cunha
Prefeito Municipal

Silvia do Socorro Souza Primo
Secretária Municipal de Educação

Silvia do Socorro S. Primo
CPF: 042.897.006-08
Secretária Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Arapuá-MG

CONFERE COM O ORIGINAL
13/09/2022
Assinatura

Ao Sr. Carlos José Coimbra

Superintendente SRE Patos de Minas - MG

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

DECRETO N° 085 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Diretor da Pré Escolar Municipal "Maria Caetano da Rocha".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPUÁ, no uso das atribuições previstas no art. 66, inciso VI, c/c art. 96, inciso I, alínea "a", ambos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeado para o cargo de Diretor da Escola Municipal "Maria Caetano da Rocha", a Sra. Adélia Pereira Duarte Alves, portador do CPF n° 053.263.456-09 e RG n° MG-6.306.331.

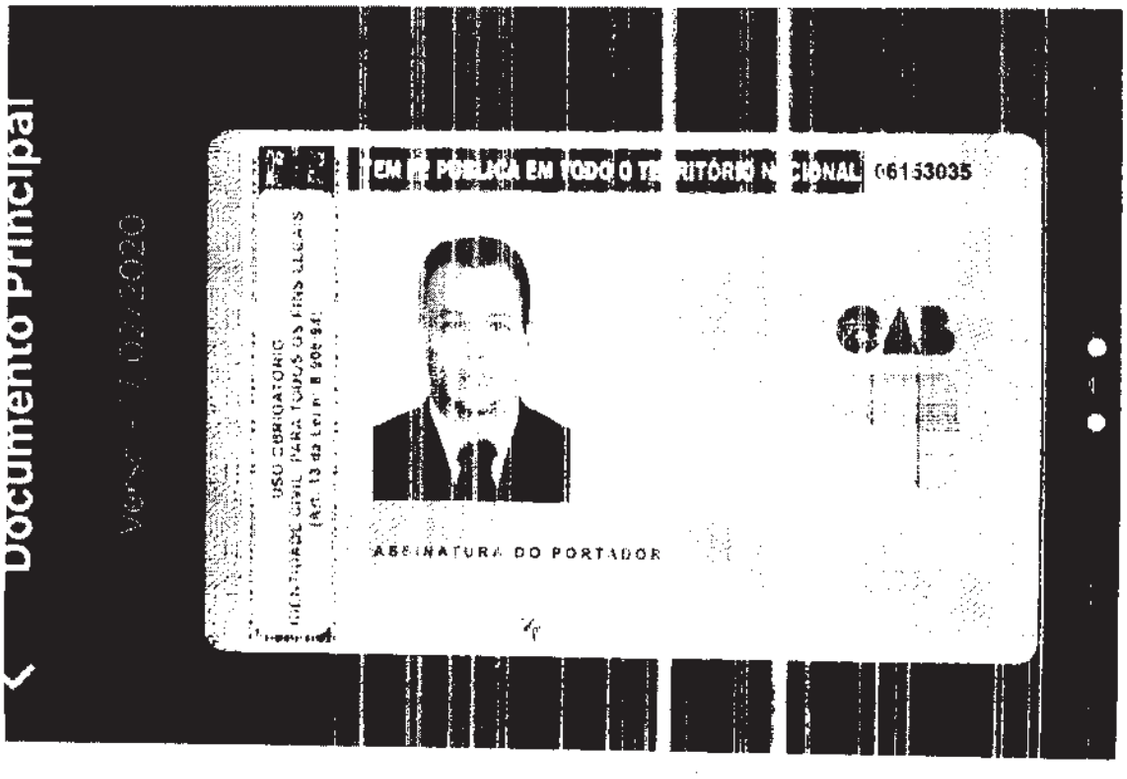
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

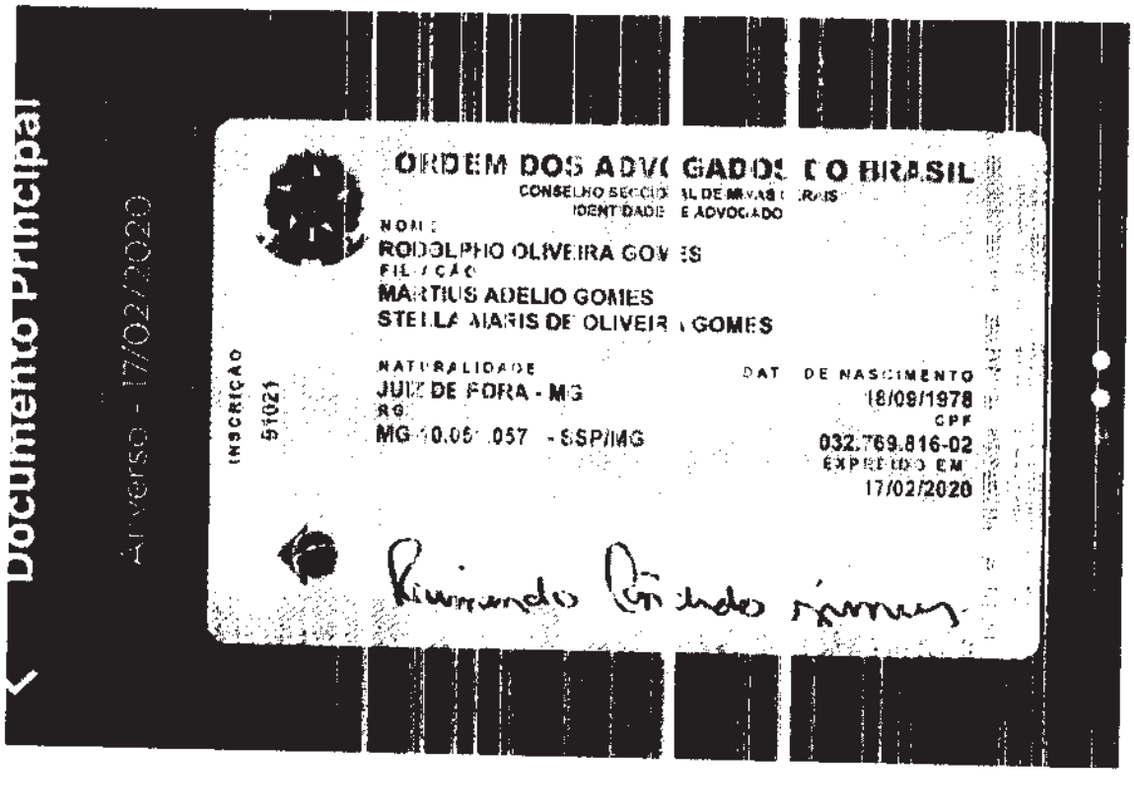
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Arapuá, 02 de janeiro de 2017.

João Batista Terto da Cunha
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Em 02/01/2017


Documento Principal
Anverso - 17/02/2020
EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
06153035
OAB
USO OBRIGATÓRIO
ASSINATURA DO PORTADOR


Documento Principal
Anverso - 17/02/2020
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO
NOME
RODOLPHO OLIVEIRA GOMES
FILIAÇÃO
MARTIUS ADELIO GOMES
STELLA MARIS DE OLIVEIRA GOMES
INSCRIÇÃO
91021
NATURALIDADE
JUIZ DE FORA - MG
DATA DE NASCIMENTO
18/09/1978
RG
MG 10.05 .057 - SSP/MG
CPF
032.769.816-02
EXPEDIDO EM
17/02/2020

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaiba, 07 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO**

Documento Identidade: 11534443 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica
- MG
CPF: 04289700608

Filiação:
Pai: BALTAZAR LUIZ PRIMO
Mãe: MAURA MARIA DE MORAIS

Naturalidade: TIROS/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 22/06/1978 Estado Civil: Casado
Profissão: FUNCIONARIO PUBLICO MUNICIPAL Cor: Branca

Endereco: OUTROS EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS, 91, bairro CENTRO, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Pós-graduação

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: QUE a DEPOENTE é Secretária de Educação na cidade de

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Arapuá/MG; QUE a DEPOENTE estava presente na reunião da Câmara dos Vereadores de Arapuá no dia 27/09/2022; QUE a DEPOENTE foi até a reunião após o vereador WILLIAN ANDREI enviar um Ofício realizando o convite para que os servidores da educação recebessem uma reconhecimento pelo bom resultado do IDEB 2021; QUE a DEPOENTE recebeu o Ofício primeiramente, via o aplicativo *WhatsApp*, no dia 26/09/2022 às 12h59min, por CRISTIANE VELOSO; QUE a DEPOENTE convidou todos os servidores da educação que quisessem estar presente na reunião no grupo da Escola via *WhatsApp*; QUE a DEPOENTE relata que alguns vereadores falaram no decorrer da reunião, parabenizaram o resultado do IDEB, inclusive o investigado: QUE GILSON "começou a dizer que como nem tudo era 100% e que não teria outra oportunidade, que recebeu várias reclamações e não era de agora a respeito da conduta de ADÉLIA", conforme se expressa; QUE as reclamações de GILSON foram: "que a professora ADÉLIA teria uma má conduta. não tratava as pessoas com igualdade, era desumana e a Escola não era um ambiente agradável para se trabalhar. Gilson disse que reconhece que o cargo de diretora é um cargo político, mas que ADÉLIA deveria se capacitar mais", conforme se expressa; QUE após a fala de GILSON a DEPOENTE convidou todos os vereadores para que fossem até as Escolas e a Secretária de Educação para prestar esclarecimentos; QUE "era preciso ouvir os dois lados da história", conforme se expressa; QUE "fiquei tão surpresa pela colocação do vereador, eu sempre estou aberta a receber reclamações e buscar resolver as situações. Acredito que ele poderia ter me procurado via Ofício ou verbalmente para saber do assunto. A Adélia é uma pessoa que realmente trabalha e não vejo motivos para essas críticas", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE nunca recebeu nenhuma reclamação de um pai ou responsável que esteja insatisfeito com a postura da vítima ou mesmo de funcionários; QUE a DEPOENTE já precisou conversar com a vítima somente em relação a sua sobrecarga e dedicação excessiva no trabalho; QUE a DEPOENTE reconhece às críticas como humilhantes, expositoras do trabalho de ADÉLIA; QUE "eu achei meio contraditório pois os funcionários podem escolher entre três escolas que querem trabalhar, então se a Adélia tivesse realmente essa postura eles não escolheriam trabalhar com ela", conforme se expressa; QUE após aos fatos "algumas das minhas colegas de trabalho me pediram para não convidá-las mais para ir até a Câmara Municipal, nem para receber dinheiro", conforme se expressa; QUE após aos fatos a DEPOENTE afirma que alguns vereadores disseram não saber da presença dos servidores na referida reunião; QUE "eu achei contraditório pois foi me enviado o Ofício e eu acredito que eles não vão para a reunião sem saber os assuntos que serão discutidos na pauta", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE afirma que todas as reuniões da Câmara de Vereadores são gravadas e transmitidas ao vivo para a página do Setor Legislativo da rede social "*Facebook*";QUE a DEPOENTE junto com o seu marido tentou acessar a reunião após o encerramento e a mesma não estava disponível.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

digitei e assino.

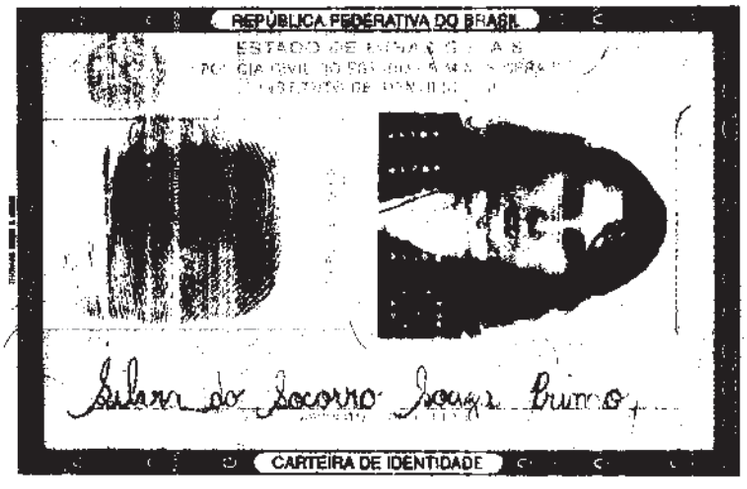
MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

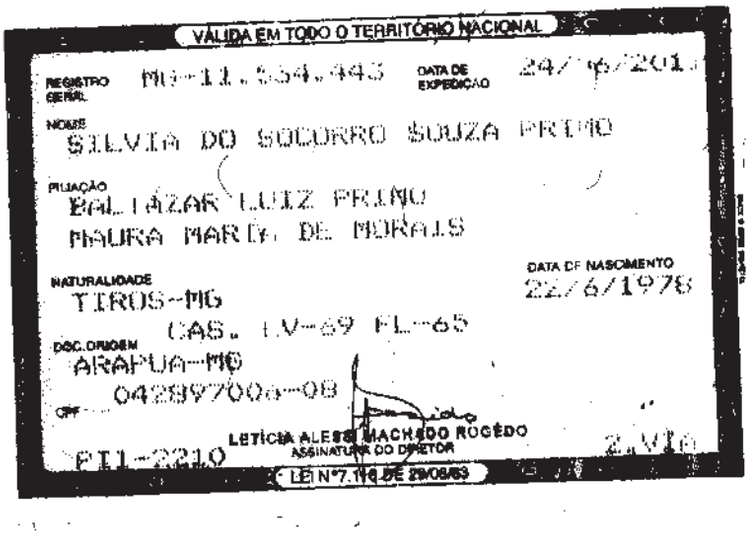
Silvia do Socorro Souza Primo

Depoente: SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRIMO

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Silvia do Socorro Souza Bruno
CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL MG-11.534.443
DATA DE EXPEDIÇÃO 24/6/201
NOME
SILVIA DO SOCORRO SOUZA PRUNO
FILIAÇÃO
BALTAZAR LUIZ PRUNO
MAURA MARIA DE MORAIS
NATURALIDADE
TIROS-MG
DATA DE NASCIMENTO
22/6/1978
CAS. LV-69 FL-65
DOC. ORIGEM
ARAPUA-MG
042397000-08
CPF
LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR
2ª VIA
FIL-2210
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 07 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **PAULO ROBERTO DE MELO**

Documento Identidade: 10323653 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 02505712697

Filiação:
Pai: DARCI JOSE DE MELO
Mãe: MARIA DIVINA DE MELO

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 28/10/1976 Estado Civil: Casado
Profissão: VEREADOR Cor: Branca

Endereco: RUA MADALENA VALERIANO DE SOUZA, 45, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Ensino fundamental completo (8 anos estudo)

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: o DEPOENTE é vereador na cidade de Arapuá/MG; QUE o

Paulo Roberto de Melo

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

DEPOENTE estava presente na reunião da Câmara dos Vereados do dia 27/09/2022; QUE o vereador tem conhecimento do convite feito pelo vereador WILLIAN para os servidores da educação; QUE o convite foi feito para homenagear os profissionais pelo resultado positivo do IDEB; QUE foram prestadas as homenagens para os servidores; QUE o DEPOENTE no encerramento da reunião, deixou em aberto a oportunidade para fala para os demais participantes; QUE GILSON começou parabenizando os servidores; QUE "Gilson disse para Adélia que três professoras haviam reclamado para ele do comportamento da diretora e que a vítima tratava diferente as professoras da oposição. E que isso estava atrapalhando o desenvolvimento das professoras dentro da sala de aula", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE não sabe dizer quem foram as professoras que fizeram as reclamações para GILSON; QUE o DEPOENTE não se recorda exatamente das falas do investigado; QUE o DEPOENTE afirma que as reclamações por parte da população são levadas para as reuniões da Câmara para serem tratadas e resolvidas; QUE o DEPOENTE em sua função de vereador nunca recebeu nenhuma reclamação em desfavor de ADÉLIA; QUE na reunião de 04/10/2022, os defensores da vítima, Dr. Djalma e Dr. Rodolpho foram até a reunião e questionaram o comportamento do investigado; QUE "eles falaram mais coisas que o Gilson não tinha falado", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE não considera o momento correto para o levantamento das críticas; QUE o DEPOENTE não sentiu as críticas em teor pejorativas; QUE o DEPOENTE acredita que GILSON buscou corrigir a situação; QUE o DEPOENTE passou a palavra para a vítima; QUE "ela só disse que deixava as portas abertas para quem quisesse ir até a Escola", conforme se expressa: QUE o DEPOENTE acredita que a vítima possa ter se sentido ofendida; QUE as reuniões são transmitidas ao vivo e postadas na rede social "*Facebook*" da Câmara Municipal; QUE a Secretária CRISTIANE é quem realiza as gravações das reuniões; QUE "o vídeo sumiu do "*Facebok*" depois da reunião, não sabemos dizer o porquê. Eu notei que o vídeo tinha voltado no outro dia, por volta de 13h", conforme se expressa: QUE o DEPOENTE nega que alguém tenha excluído o vídeo; QUE o vídeo se encontra na rede social.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

Paulo Roberto de Melo

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47
Num. 9713006516 - Pág. 16

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

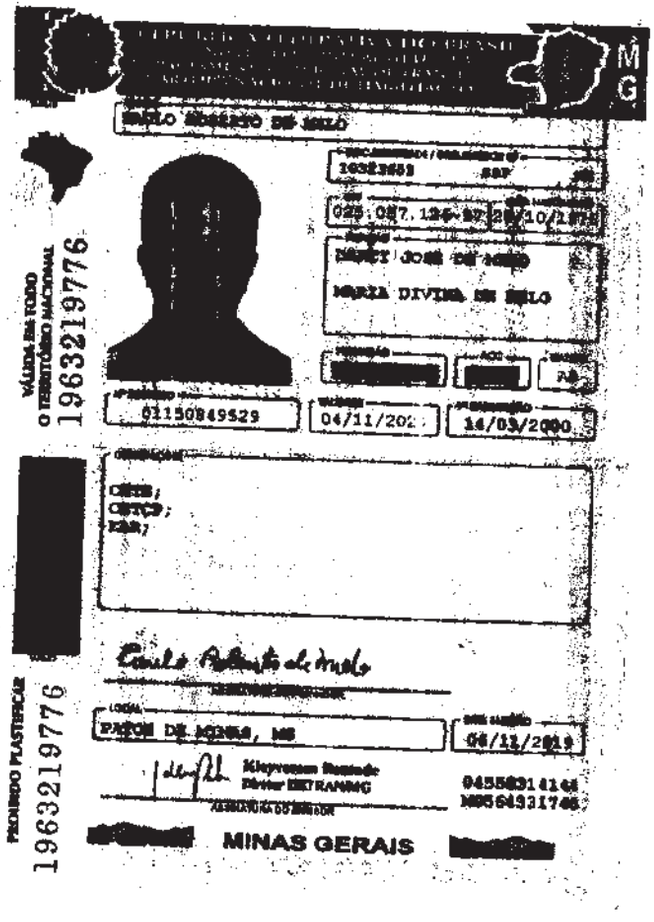
Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Paulo Roberto de Melo

Depoente: PAULO ROBERTO DE MELO

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47


MG
MARIA DIVINA DE SELO
01150849529
04/11/202
14/03/2000
PARÁ DE MINAS, MG
04/11/2019
MINAS GERAIS
1963219776
1963219776

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 08 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA**

Documento Identidade: 7756542 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 72911140630

Filiação:
Pai: JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA
Mãe: JEROSINA MARIA DE JESUS

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 17/03/1967 Estado Civil: Casado
Profissão: Cor: Branca

Endereco: LAGES, 0, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Ensino fundamental incompleto (8 anos estudo)

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: o DEPOENTE é vereador na cidade de Arapuá/MG; QUE o DEPOENTE estava presente na reunião da Câmara dos Vereadores de Arapuá no dia

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

27/09/2022; QUE o DEPOENTE afirma que não tinha conhecimento a respeito da presença dos servidores da educação; QUE "eu moro na região rural, eu somente cheguei e os servidores estavam presentes. Eu acho que o vereador que fez o convite deveria ter comunicado em plenário que teria essa visita, nem o presidente ele comunicou. ", conforme se expressa; QUE "se eu soubesse que a Adélia ia, eu não teria ido. Porque ela fez parte do vandalismo que aconteceu em 23/11/2021", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE afirma que por VÍTIMA ter participado desse movimento causou uma indisposição entre as pessoas presentes na reunião; QUE "ai o Gilson não aguentou ficar calado, pois dizem que ele tomou até tapa do marido de ADÉLIA na manifestação", conforme se expressa; QUE o INVESTIGADO parabenizou as professoras; QUE o INVESTIGADO disse para ADÉLIA que tinha reclamações sobre a sua má conduta; QUE GILSON ressaltou para ADÉLIA que o seu cargo era de confiança mas ainda assim, existia a possibilidade de retornar para a sala de aula; QUE GILSON não citou nomes de quem teria feito as reclamações; QUE o DEPOENTE nunca recebeu nenhuma reclamação da VÍTIMA; QUE o DEPOENTE acredita que exista uma desavença entre o INVESTIGADO e a VÍTIMA de cunho político; QUE o DEPOENTE acredita que ele e os outros vereadores ficaram incomodados com a presença de ADÉLIA; QUE "eu acho que tanto eu, quanto outros três vereadores ficamos com a imagem dela na cabeça. Ela xingou muito, acho que ela não deveria ter ido lá, depois de ter feito essas coisas e tratar a gente como bandido", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE não viu as críticas como ofensivas; QUE "no boletim de ocorrência eles colocaram muitas mentiras, se ele tivesse falado aquilo tudo que ta lá. Teria sido ofensivo, eles aumentaram muito", conforme se expressa; QUE SILVIA respondeu ao vereador GILSON; QUE SILVIA convidou os vereadores para participarem de uma reunião do conselho da Educação bem como, disse que as portas estavam abertas para participação; QUE ADÉLIA só agradeceu, sem agressão, convidando os demais participantes para irem até a Escola em que ela é diretora; QUE "a Adélia não demonstrou estar ofendida, ela só respondeu calma e no outro dia foi aquele barulhão", conforme se expressa; QUE na reunião de 04/10/2022 três advogados participaram, Dr. Rodolpho, Dr. Djalma e Dr. Márcio Macedo e questionaram o comportamento de GILSON; QUE o DR. RODOLPHO solicitou indenização pelas críticas por parte de GILSON; QUE o DR. MÁRCIO MACEDO pediu para que GILSON pedisse desculpas para ADÉLIA; QUE o DR. DJALMA disse que o vídeo teria sido adulterado e pediu para que GILSON falasse o nome das professoras que fizeram as reclamações; QUE todas as reuniões da Câmara dos Vereadores são transmitidas em formato de *live* para a rede social *Facebook;* QUE o vídeo da reunião sumiu da rede social após a reunião, não sabendo o motivo; QUE a CRISTIANE é a responsável pelas gravações dos vídeos para a rede social; QUE o DEPOENTE teve conhecimento que o vídeo retornou para a página um dia após os fatos.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

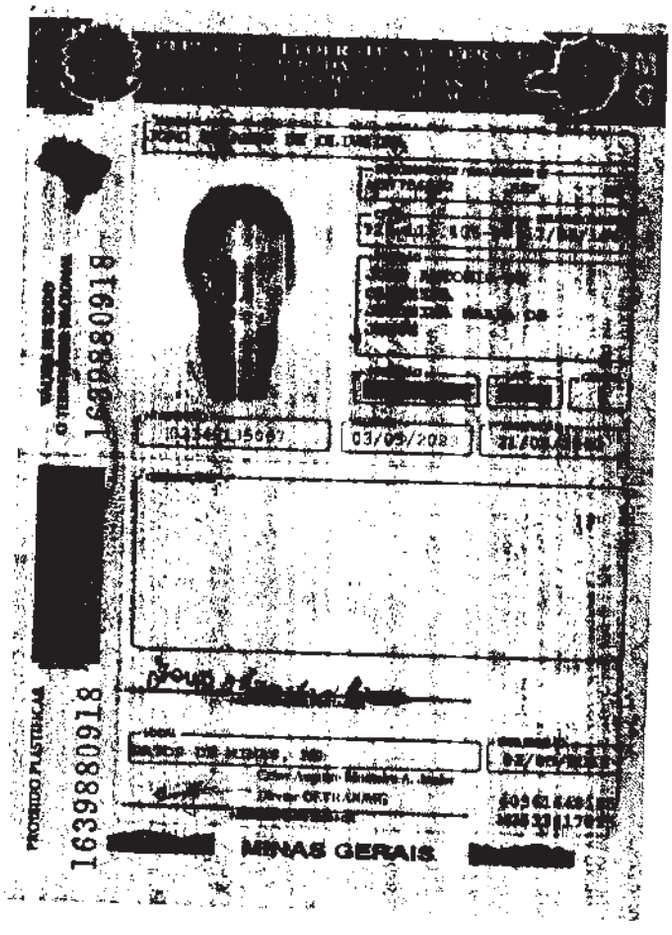
Geraldo A. C. Rios Neto
Delegado da Polícia
MASP: 1212954-0
Autoridade Policial

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

Depoente: JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47


1639880918
PROIBIDO PLASTIFICAR
MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 08 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **CRISTIANE NUNES VELOZO BONTEMPO**

Documento Identidade: 10415417 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 03543983695

Filiação:
Pai: EVANDO LUCIANO VELOZO
Mãe: LIRA NUNES VELOZO

Naturalidade: SAO GOTARDO/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 14/02/1978 Estado Civil: Casado
Profissão: FUNCIONARIO PUBLICO MUNICIPAL Cor: Branca

Endereco: PRACA SÃO JOÃO BATISTA, 44, APTO 101, bairro CENTRO, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: CRISTIANEBASILEU@ICLOUDE.COM Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Superior completo

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: a DEPOENTE é assessora do Presidente da Câmara dos

Cristiane N. Velozo

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Vereadores de Arapuá/MG; QUE a DEPOENTE estava presente na reunião do dia 27/09/2022; QUE a DEPOENTE teve conhecimento da presença dos servidores da educação pois o vereador WILLIAN solicitou via Ofício; QUE WILLIAN enviou o Ofício convidando a secretaria de educação e professores para receberem homenagens do resultado positivo do IDEB 2021; QUE a DEPOENTE não sabe dizer se o vereador WILLIAN comunicou aos demais vereadores sobre a presença dos servidores; QUE WILLIAN prestou as homenagens; QUE GILSON fez as homenagens; QUE "ele começou a fala elogiando os professoras e disse que recebia algumas reclamações de uma determinada diretora, e que ele estava falando naquele momento para que tudo ficasse perfeito na educação; que existia algumas falhas a serem corrigidas", conforme se expressa; QUE GILSON afirmou que teria recebido reclamações de alguns professores sobre ADÉLIA; QUE GILSON não disse quem era os professores que fizeram as reclamações; QUE "as reclamações eram no sentido de que as professoras se sentiam menosprezadas pela diretora e tinham um tratamento diferenciado em relação aos outros professores", conforme se expressa; QUE "Gilson falou de uma maneira geral, que existem pessoas que as vezes não estão preparadas para certos cargos", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE não se recorda exatamente do discurso de GILSON; QUE a DEPOENTE não considera as críticas feitas por GILSON ofensivas; QUE SILVIA respondeu ao GILSON exclamando que estava à disposição para esclarecimentos e sugeriu uma reunião para resolver a situação; QUE GILSON se dispôs a participar dessa reunião solicitando que marcassem o horário e afirmando que estaria presente; QUE ADÉLIA também se dispôs a esclarecer as dúvidas e fez o convite para que as pessoas fossem até a escola para acompanhar o seu trabalho e prestar esclarecimentos; QUE "a Adélia estava normal, não sei te dizer se ela estava ofendida", conforme se expressa; QUE na reunião de 04/10/2022 três advogados participaram, Dr. Rodolpho, Dr. Djalma e Dr. Márcio Macedo e questionaram o comportamento de GILSON; QUE "eles não estavam aceitando a situação, da forma que o Gilson fez as reclamações sobre ela", conforme se expressa; QUE o Dr. RODOLPHO e o DR. DJALMA estavam presentes representando a VÍTIMA; QUE o DR. MÁRCIO MACEDO estava participando da reunião apenas na condição de cidadão; QUE "o Dr. Djalma disse que estava suspeitando de mudança no vídeo, porque tinha sido tirado", conforme se expressa; QUE "o Dr. Rodolpho comentou que tinha entrando com uma ação de um caso parecido com o do fato de Gilson. A ação era entre Rodolpho e outra pessoa e. que ele tinha ganhado a ação, cerca de R$10.000,00 (dez mil reais) ", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE é responsável por transmitir as reuniões via *live* para a página da Câmara dos Vereadores, na rede social *Facebook;* QUE a DEPOENTE salva as transmissões na referida página; QUE somente a DEPOENTE e o Técnico de informática, EDER MOURA DE OLIVERA JUNIOR tem acesso à página do *Facebook;* QUE a transmissão da reunião do dia 27/09/2022 sumiu da rede social; QUE a DEPOENTE nega ter apagado o vídeo da referida reunião; QUE "no outro dia o vereador Willian me ligou e me perguntou se eu sabia do vídeo, porque tinha algumas professoras que estava querendo assistir e não estava disponível", conforme se expressa; QUE "eu entrei em contato com Juninho.

Cristiane N. Veloso

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Técnico de informática porque eu não entendo muito. E pedi para ele ver se o vídeo tinha ido para o arquivo e ele me respondeu que não estava arquivado e não tinha nenhum vestígio da transmissão", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE pediu para que EDER entrasse em contato com o suporte do *Facebook* para entender o tinha acontecido; QUE a DEPOENTE entrou em contato com o vereador WILLIAN e afirmou que o vídeo havia realmente sumido e não sabia dizer o motivo; QUE "Willian me disse que não tinha problems e que ele realizaria outra homenagem aos professores ou faria uma nota em sua página pessoal do *Facebook* parabenizando os professores; QUE no dia 29/09/2022, por volta das 17h, PAULO ROBERTO informou a DEPOENTE que o vídeo estava novamente disponível; QUE "eu liguei para o Juninho e perguntei se ele tinha visto que o vídeo tinha voltado. Ele me disse que tinha acabado de atualizar a página do *Facebook*. Então eu não sei dizer se por esse motivo o vídeo retornou", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE entrou em contato com a Polícia Militar para informar que o vídeo tinha retornado para a rede social; QUE a Polícia Militar pediu para que a DEPOENTE enviasse um *print* confirmando pelo aplicativo *WhatsApp;* QUE a DEPOENTE ressaltou que o referido vídeo retornou com a mesma data de transmissão, sendo 27/09/2022; QUE a DEPOENTE afirma que o vídeo está disponível na página da Câmara Municipal de Arapuá.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

Cristiane N. Velozo

Depoente: CRISTIANE NUNES VELOZO BONTEMPO

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

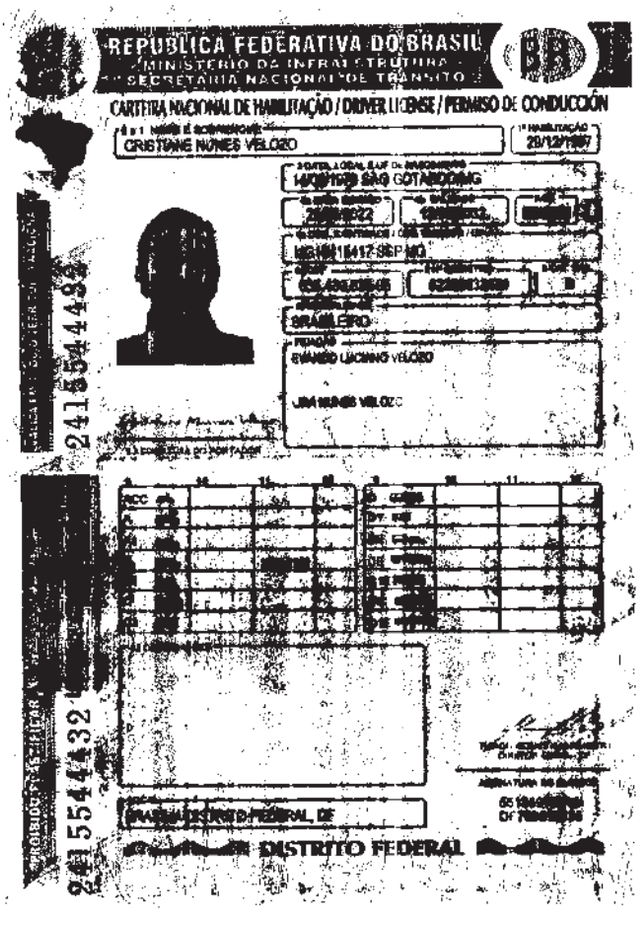
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08

Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN
CRISTIANE NUNES VELOZO
29/12/1987
BRASILEIRO
EVANDRO LUCIANO VELOZO
DISTRITO FEDERAL
DISTRITO FEDERAL, DF
02155444324
02155444324

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 08 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA**

Documento Identidade: 10694424 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 03699530612

Filiação:
Pai: MANOEL FURTADO DE OLIVEIRA
Mãe: ROSINHA LINHARES DE OLIVEIRA FURTADO

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 22/08/1978 Estado Civil: Divorciado
Profissão: FUNCIONARIO PUBLICO MUNICIPAL Cor: Branca

Endereco: RUA BOAVENTURA GONÇALVES DE OLIVEIRA, 446, bairro CENTRO, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Superior incompleto

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: a DEPOENTE é secretária de Cultura e Turismo na cidade

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

de Arapuá/MG; QUE a DEPOENTE não estava presente na reunião da Câmara dos Vereadores de Arapuá/MG no dia 27/09/2022; QUE a DEPOENTE acompanhou a reunião através da transmissão na rede social *Facebook*; QUE a DEPOENTE sempre acompanha às reuniões presencialmente ou através das transmissões em rede social; QUE a DEPOENTE afirma que as servidoras foram convidadas através de um Ofício pelo vereador WILLIAN, para receber homenagens do resultado positivo do IDEB/2021; QUE foi feita a homenagem para os professores; QUE GILSON disse que na oportunidade iria falar sobre reclamações que havia recebido de ADÉLIA; QUE "Gilson disse que Adélia não tinha qualificação técnica e nem emocional e tratava com desigualdade os funcionários. Que Adélia tinha que se preparar para voltar a ser professora, disse que o cargo de diretora era político e ela não tinha capacidade de exercer essa função", conforme se expressa; QUE "a meu ver foi uma falta de respeito com ADÉLIA", conforme se expressa; QUE SILVIA pontuou que essas reclamações não eram de seu conhecimento e era necessário marcar uma reunião uma vez que, até então não tinha nenhuma reclamação verbal ou escrita da diretora ADÉLIA; QUE ADÉLIA ficou com a cabeça abaixada e manifestou-se deixando a Escola de portas abertas para prestar esclarecimentos; QUE a DEPOENTE assistiu à reunião do dia 04/10/2022 na íntegra ao vivo, onde MARCIO MACEDO foi até a reunião para pedir que fosse feita uma retratação e pedido de desculpas, insatisfeito com a posição do vereador GILSON; QUE "Márcio disse que a Câmara representava a população e que Gilson não estava correto", conforme se expressa; QUE "Gilson falou que não tinha sido comunicado daquela homenagem, não tinha conhecimento de o quê era o IDEB, que a queixa que ele tinha recebido já tinha algum tempo que a pessoa tinha feito essa reclamação e ele estava esperando o momento certo para falar", conforme se expressa; QUE "João Orlando disse na reunião de 04/10/2022, que a postura de Adélia não era a mesma que estava na manifestação política de novembro/2021", conforme se expressa; QUE a DEPOENTE assistindo novamente à transmissão da reunião após ao dia 04/10/2022, não sabendo dizer exatamente a data; QUE "João Orlando disse que queria fazer um desabafo nos últimos 11 minutos de reunião, que teria tido uma reunião muito polêmica e não concordava com a presença dos servidores para receber homenagens. Já que em novembro/2021 houve uma manifestação polêmica lá na Câmara onde a população se revoltou", conforme se expressa; QUE JOÃO ORLANDO disse que não existia a necessidade de retratação por parte de GILSON; QUE a DEPOENTE acredita que exista desavenças de cunho político; QUE a DEPOENTE afirma que quando existe a oportunidade, principalmente com as servidoras municipais que estavam presentes na manifestação, são tratados de maneira desrespeitosa nas reuniões por GILSON; QUE a DEPOENTE compartilha as publicações das reuniões em sua página pessoal da rede social *Facebook*; QUE a DEPOENTE compartilhou a reunião do dia 27/09/2022 em sua rede social; QUE após o compartilhamento a DEPOENTE notou que o vídeo havia sumido; QUE a DEPOENTE entrou em contato com a pessoa de VIVIANE, no dia 28/09/2022, para saber por qual motivo o vídeo não estava disponível; QUE após um dia dos fatos referidos nos autos, a reunião retornou para ambas as páginas da rede social, da

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Câmara Municipal e página pessoal da DEPOENTE.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

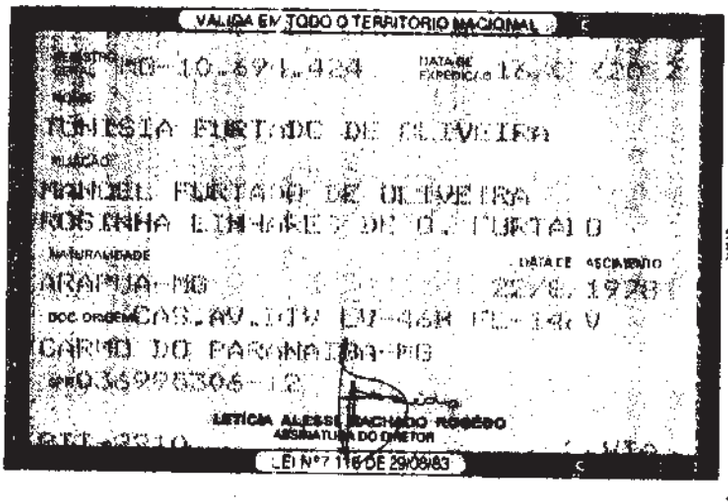
Tunísia Furtado de Oliveira

Depoente: TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: 30181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Tunisia Furtado de Oliveira
CARTEIRA DE IDENTIDADE


VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
TUNESIA FURTADO DE OLIVEIRA
MANOEL FURTADO DE OLIVEIRA
NATURALIDADE
ARAPUA-MG
DOC ORIGEM
CARMO DO PARANAIBA-MG
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 10 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **WILLIAM ANDREI MARQUES**

Documento Identidade: 12528052 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 05651624627

Filiação:
Pai: NADIR FERREIRA MARQUES
Mãe: TERESINHA ALVES MARQUES

Naturalidade: UBERABA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 09/11/1981 Estado Civil: Solteiro
Profissão: VEREADOR Cor: Parda

Endereco: RUA ALVARO AUGUSTO DE MEDEIROS, 238, bairro BELA VISTA, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Ensino médio incompleto (2º grau)

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: o DEPOENTE é atualmente vereador na cidade de

william andrei marques

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Arapuá/MG; QUE o DEPOENTE trouxe para ser anexado junto a sua oitiva as Atas das reuniões da Câmara de Vereadores dos dias 27/09/2022 e 04/10/2022: QUE o DEPOENTE realizou o convite através de um Ofício para os Servidores da Educação comparecerem até a reunião do dia 27/09/2022 às 19h; QUE o Ofício foi encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação; QUE o DEPOENTE realizou o convite para participação com o intuito de homenagear os Servidores pelo resultado positivo do IDEB/2021; QUE "eu fiz o convite pois me admira como pai e vereador no meio de uma pandemia, as nossas escolas ficarem em boa colocação no IDEB", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE notificou os vereadores sobre o convite; QUE "ele é mentiroso ao dizer que não sabia da presença das servidoras, pois ele faz parte da mesa diretora. E nenhum Ofício é encaminhado sem o conhecimento de todos", conforme se expressa; QUE em nenhum momento o GILSON pediu ao DEPOENTE espaço durante a reunião para falar sobre reclamações do setor da Educação; QUE "primeiro eu prestei as homenagens para diretoras e professoras, Paulo Roberto também fez agradecimentos e perguntou se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra", conforme se expressa; QUE GILSON pediu a palavra, fez os agradecimentos e começou a proferir palavras de violência contra a diretora ADÉLIA; QUE "o Gilson disse que Adélia era incompetente , que o cargo dela era político. que havia recebido algumas reclamações de três professores adversárias políticas, que Adélia estaria humilhando essas professoras. Chamou ela de despreparada. E disse para Adélia que ela deveria passar por uma reciclagem e praticamente fez uma ameaça para Adélia dizendo que em dois anos ela iria voltar para a sala de aula", conforme se expressa: QUE o DEPOENTE acredita que as frases proferidas por GILSON é uma perseguição política uma vez que, ADÉLIA teria participado de uma manifestação em desfavor do investigado em novembro de 2021, não sabendo dizer exatamente a data; QUE o DEPOENTE afirma perceber o constrangimento de ADÉLIA mediante as falas de GILSON; QUE "eu fiquei observado a Adélia sair do plenário, ela estava muito incomodada com a situação e não conseguia andar direito e foi amparada pelas colegas de trabalho", conforme se expressa; QUE "estive com Adélia recentemente e ela está traumatizada ao ir ao trabalho é perceptível que isso é devido ao fato, ela se sente humilhada diante às pessoas do município", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE afirma que não é a primeira vez que o INVESTIGADO humilha algum servidor durante uma reunião; QUE "eu fui me desculpar com os profissionais e nenhuma deles querem retornar até a Câmara com medo da posição de GILSON", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE na sua condição de vereador nunca recebeu nenhuma reclamação em desfavor de ADÉLIA; Que o DEPOENTE respondeu GILSON; QUE "eu disse para o Gilson que a fala dele não oportuna para o momento, sendo que as servidoras não estavam lá para passar por aquele constrangimento", conforme se expressa; QUE na reunião do dia 04/10/2022, o eleitor de GILSON, compareceu até a reunião, o advogado Dr. MÁRCIO MACEDO que pediu para o investigado se retratar à vítima; QUE GILSON negou a retratação; QUE Dr. RODOLPHO defensor da VÍTIMA também estava presente; QUE sobre a presença de RODOLPHO o DEPOENTE DISSE "ele queria que abrisse uma CPI para caçar o vereador GILSON", conforme se expressa;

William André Marques

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

QUE o DR. DJALMAS também estava presente e demonstrou sua indignação a respeito das críticas relacionadas a ADÉLIA; QUE na reunião do dia 04/10/2022 JOÃO ORLANDO disse que a presença de ADÉLIA causou um desconforto para alguns vereadores ,devido a presença da vítima na manifestação política de novembro de 2021; QUE "ele pediu para que não tocasse em seu nome pois esses vereadores se sentem invioláveis", conforme se expressa; QUE reunião seguinte do dia 04/10/2022, não sabendo dizer exatamente a data, o assunto retornou para o reunião da Câmara dos vereadores; QUE "o JOÃO ORLANDO falou que respeitava a passagem dos advogado, mas nas questões da Adélia que tinham "advogadinhos" que estavam sendo usados somente quando a coisa apertava e que não queria que eles tocassem no nome dele", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE acredita que essas reclamações não deveriam ser discutidas em uma reunião, deveriam ser tratadas na Secretaria Municipal da Educação; QUE as reuniões são transmitidas ao vido para a rede social do *Facebook;* QUE CRISTIANE e o Técnico de Informática são as pessoas que tem acesso a página da rede social *Facebook;* QUE "MARIA APARECIDA entrou em contato comigo depois de 25 minutos e me disse que a reunião teria desparecido da rede social", conforme se expressa; QUE após o contato de MARIA APARECIDA o DEPOENTE entrou em contato com a CRISTIANE e questionou sobre o desaparecimento do vídeo; QUE "no meu entendimento como a reunião estava sem assessora jurídica no dia dos fatos, portanto, assim que terminou a reunião eu acredito que o GILSON foi orientado a respeito do desacato. E a transmissão sumiu da internet", conforme se expressa; QUE o DEPOENTE acredita que GILSON possa ter pedido para retirar a reunião do ar; QUE as gravações das reuniões só apareceram depois do DEPOENTE questionar a respeito; QUE após dois dias a reunião retornou para a página da rede social.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

william andrei marques

Depoente: WILLIAM ANDREI MARQUES

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Ata da 2ª Sessão Legislativa, 2º Período Legislativo de 2022, Décima Quarta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, realizada no dia 27 (vinte e sete) de setembro de 2022, às 19h00min (dezenove horas), no Salão de Reuniões "Vereador Círio Pio Dos Santos". O Presidente Paulo Roberto de Melo deu início à Reunião **"Em nome de Deus e do povo de Arapuá declarando a sessão aberta"**. Foi feita por Daniela Silva Borges a leitura bíblica de "Provérbios 07 versículo 01 á 14" e em seguida a oração do **Pai Nosso.** Efetuada a chamada, presentes os Vereadores: **Gilson da Cunha Matos, Hélio Maria Bontempo, João Lázaro Nunes Boaventura, João Orlando de Oliveira, Luciana da Silva Mendonça, Paulo Henrique Fernandes Ribeiro, Paulo Luiz Ferreira, Paulo Roberto de Melo e William Andrei Marques.** Contamos com a presença da Assessora de Gabinete da Presidência Cristiane Nunes Velozo e da Controladora Interna da Câmara Municipal de Arapuá/MG, Wanessa Medeiros Boaventura, da Secretária de Educação Silvia do Socorro Souza Primo e servidores da Educação Municipal. Depois de feita a chamada dos Vereadores, entregues e lidas as correspondências, inicia-se o expediente do dia. A pedido do 1º Secretário João Lázaro Nunes Boaventura, foi feita por Daniela Silva Borges, Secretária Legislativa da Câmara Municipal de Arapuá, a leitura da ata da Decima Terceira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, realizada no dia 13 (Treze) de setembro de 2022, que foi discutida, votada e aprovada por todos os edis presentes por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra). Não havia projetos em Pauta. Foi enviado a Secretaria de Educação pelo vereador Wiliam Andrei Marques o oficio nº 38/2022 convidando para parabenizá-las pela nota do Ideb 2022. O presidente Paulo Roberto de Melo passou a palavra primeiro ao vereador William Andrei Marques que parabenizou a secretária de Educação e os demais servidores por ter conseguido uma das melhores notas do Alto Paranaíba, o Presidente Paulo Roberto de Melo também parabenizou o empenho e os resultados positivos da área da educação infantil do Município, depois a palavra foi passada a Secretaria de Educação Silvia do Socorro Souza Primo, a qual agradeceu o empenho de todos os servidores da educação desde o jardineiro até as diretoras das escolas que se empenharam muito para conseguirem a excelente nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O vereador Gilson da Cunha Matos, pediu a palavra ao ser oferecida pelo presidente e após também parabenizar aos servidores da Educação pela referida nota disse que precisava aproveitar a oportunidade para fazer uma queixa que chega frequentemente a ele sobre a Diretora da Escola Maria Caetano da Rocha, Adélia. Disse que: "...as vezes o servidor designado não tem formação ou preparo emocional para exercer um cargo de líder, que a mesma vem se colocando acima das outras colegas de trabalho o que vem atrapalhando o aprendizado pela insatisfação de alguns professores que se sentem perseguidos e com tratamento desigual", frisou que nas outras escolas municipais não acontecem esse tipo de reclamação e que em tempos atrás a quantidade de reclamações era pior. Após a fala do parlamentar, o presidente passou a palavra novamente a Secretária de Educação a qual perguntou ao vereador Gilson se existe algum fato específico que pode ser citado, ele propôs a fazer uma reunião com o conselho. A secretária deixou o convite para todos os vereadores não só para reunião do conselho, mas também para visitarem todas as escolas e para proporem ideias para melhorar a conduta escolar, disse que admira a postura de liderança que a diretora tem. Logo a palavra foi passada a diretora Adélia que convidou o vereador

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Gilson e a todos os vereadores para visitarem a escola e que está à disposição. E não havendo mais nada para o momento o Presidente **Paulo Roberto de Melo,** declarou encerrada a sessão e para que conste, **Daniela Silva Borges,** Secretária Legislativa, lavrou a presente ata, que depois de lida por mim, **João Lazaro Nunes Boaventura,** será discutida, votada e assinada pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretários, demais edis presentes e por ela.

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Ata da 2ª Sessão Legislativa, 2° Período Legislativo de 2022, Décima Quinta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, realizada no dia 04 (quatro) de outubro de 2022, às 19h00min (dezenove horas), no Salão de Reuniões "Vereador Círio Pio Dos Santos". O Presidente Paulo Roberto de Melo deu início à Reunião **"Em nome de Deus e do povo de Arapuá declarando a sessão aberta"**. Foi feita por Daniela Silva Borges a leitura bíblica de "Salmo 20" e em seguida a oração do **Pai Nosso**. Efetuada a chamada, presentes os Vereadores: **Gilson da Cunha Matos, Hélio Maria Bontempo, João Lázaro Nunes Boaventura, João Orlando de Oliveira, Luciana da Silva Mendonça, Paulo Henrique Fernandes Ribeiro, Paulo Luiz Ferreira, Paulo Roberto de Melo e William Andrei Marques**. Contamos com a presença da Assessora de Gabinete da Presidência Cristiane Nunes Velozo e da Controladora Interna da Câmara Municipal de Arapuá/MG, Wanessa Medeiros Boaventura, do Advogado Dijalmas Dias da Silva, do Advogado Rodolfo de Oliveira Gomes e do Advogado Márcio Maria Macedo. Depois de feita a chamada dos Vereadores, entregues e lidas as correspondências, inicia-se o expediente do dia. A pedido do 1° Secretário João Lázaro Nunes Boaventura, foi feita por Daniela Silva Borges, Secretária Legislativa da Câmara Municipal de Arapuá, a leitura da ata da Décima Quarta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, realizada no dia 27 (vinte e sete) de setembro de 2022, que foi discutida, votada e aprovada por todos os edis presentes por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra). Não havia projetos em Pauta. O presidente Paulo Roberto de Melo passou a palavra primeiro ao advogado Márcio Maria Macedo que começou sua fala pedindo o apoio dos parlamentares para o projeto Rota Túnel Arapuá e também aproveitou o momento para parabenizar a educação de Arapuá e pediu ao vereador Gilson que se retratasse pela sua fala ocorrida na reunião do dia 27/09 em relação a Diretora Adélia. O vereador William pediu que constasse em ata que ele convidou a secretária de Educação e as diretoras do Município para serem homenageadas e não humilhadas, que ele não tem nada a ver com o que foi dito pelo vereador Gilson à diretora Adélia. Disse também que foi questionado por uma professora sobre a gravação do dia 27/09 ter sumido e que conversou com a servidora Cristiane. Que misteriosamente o vídeo apareceu, alegando que não quer saber o porquê por se tratar de parte técnica que será resolvida posteriormente. O William também pediu que constasse em ata sobre a fala do Advogado Márcio Macedo "que deu uma pequena aula de democracia demonstrando como deveria ser a dinâmica na atual Sessão Legislativa da Câmara." O Presidente Paulo Roberto de Melo passou a palavra ao Advogado Dijalmas que disse " Que era advogado da diretora Adélia, disse que a ata da reunião anterior suavizou o que foi dito na reunião a mesma, que professores vem ameaçando a diretora em chamar o vereador Gilson e também que queria protocolar um pedido para que o vereador apresentasse os nomes das pessoas que reclamaram contra a diretora, disse que procurou reclamações por escrito e não encontrou, que o vereador extrapolou o limite da imunidade parlamentar ao colocar o vídeo na internet, porque o vereador caluniou, difamou a honra e acabou com a mesma". O Advogado Dijalmas entregou o requerimento por escrito, ao presidente pedindo que o vereador Gilson apresente o nome das professoras que fizeram a reclamação contra a Adélia. A palavra foi passada ao vereador Rodolfo de Oliveira Gomes, que disse que também era advogado da Diretora Adélia, disse que gostaria que constasse em ata as palavras falta de preparo suficiente, falta de liderança e condições emocionais. Que os

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

limites da imunidade não são válidos para pessoa comum. Que a imunidade parlamentar não é absoluta e sim relativa. Disse que queria que algum dos outros vereadores abrisse uma CPI contra o vereador Gilson "Fez o pedido da CPI direcionado ao vereador Wiliam. O advogado Dijalmas pediu que acrescentasse palavras que não foram ditas na reunião anterior, e a secretaria Daniela Silva Borges informou que palavras que não foram ditas não poderiam ser acrescentadas, que lavrou a ata de acordo com o que foi falado na reunião. O Advogado Dijalmas disse que a gravação do vídeo foi reeditada. O vereador Gilson fazendo o uso da palavra disse: "que não foi comunicado que haveria uma homenagem aos servidores da educação naquela reunião, que não tinha conhecimento dessa nota do IDEB, que mesmo após parabenizar ele fez um pedido para amenizar um problema que está acontecendo na educação, que não teve a intenção de ofender nenhum professor, pelo contrário, pediu um tratamento de respeito aos outros professores até pela diretora. Queria que ao expor o problema, até mesmo por ser um representante do povo que o mesmo fosse resolvido. Frisou que ele estava representando as professoras sem a intenção de ofender. Se soubesse que ela ficaria tão ofendida em um dia de homenagem ele teria esperado para expor o problema em outro momento. Que a convocação aos servidores da Educação não foi passada pela mesa diretora. O comentário que ele fez quanto a questão da diretora por tratamento desigual foi em defesa de outros professores. Nós temos um vídeo, que as palavras que eles estão querendo que coloquem na ata e que estão no boletim de ocorrência são inverdades faladas sobre o que falou; que eles terão que provar que o vídeo foi editado; quando disse que não tem condições emocionais para exercer um cargo está se referindo a qualquer profissional. Somos passíveis de cometer falhas, mas que elas têm que ser corrigidas até mesmo para salvar outras professoras. Que todas tem que trabalhar satisfeitas porque diante da situação elas estão em situação pior que o da diretora". "Parabenizou novamente a nota, disse que quer se inteirar da dimensão do recebimento dessa nota e que colocou um único problema que existe na Educação do Município no intuito de regularizá-lo para se tornar perfeito, disse que não acredita que essa manifestação foi feita pela Diretora Adélia, mas por outras pessoas que querem o prejudicar." O vereador William pediu que constasse em ata que a mesa diretora foi omissa ao passar um convite a prefeitura sem ter sido autorizado pela mesa diretora que foi entregue em tempo hábil." O vereador Paulo Henrique pediu que o Advogado explicasse sua fala que as professoras vêm ameaçando a Diretora ao dizer que vai chamar o Vereador Gilson, que nessa situação tem alguma coisa de mal explicado." E não havendo mais nada para o momento o Presidente **Paulo Roberto de Melo,** declarou encerrada a sessão e para que conste, **Daniela Silva Borges,** Secretária Legislativa, lavrou a presente ata, que depois de lida por mim, **João Lazaro Nunes Boaventura,** será discutida, votada e assinada pelo, Presidente, Vice-Presidente, Secretários, demais edis presentes e por ela.

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Lucio Mauro Bontempo

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

Ofício nº. 038/2022 – Vereador Câmara Municipal de Arapuá/MG
Assunto: Convida para participar de Reunião Ordinária.

Arapuá/MG, 26/09/2022

Exma. Secretária Municipal de Educação – Arapuá/MG

Sra. Sílvia do Socorro Souza Primo,

O Vereador da Câmara Municipal de Arapuá/MG, WILLIAM ANDREI MARQUES, vem através do presente ofício, no uso de suas atribuições:

Convidar Vossa Excelência, juntamente com as Diretoras Escolares e professores municipais, para participarem da 14ª Reunião Ordinária, que será realizada no dia 27/09/2022, a partir de 19h00min, na sede da Câmara Municipal.

O assunto a ser tratado com Vossa Excelência e demais membros da educação municipal, é a nota obtida pelo Município no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Sendo o que nos cumpre neste momento, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Câmara Municipal de Arapuá/MG, 26 de setembro de 2022.

William Andrei Marques
Vereador da Câmara Municipal de Arapuá/MG

RECEBI EM
26/09/22
15 hs 51 m
Lívia Fernandes

Exma. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Arapuá/MG
Sra. Sílvia do Socorro Souza Primo

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

MG

NOME
WILLIAM ANIBE[illegible] MARQUES

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
MG1.52805[illegible] SSP MG

CPF
056.516.2[illegible]

DATA NASCIMENTO
09/11/1981

FILIAÇÃO
MAR[illegible] E FERREIRA MARQUES
TEREZINHA ALVES MARQUES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02541355[illegible]

VALIDADE
[illegible]

1ª HABILITAÇÃO
16/10/2002

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
19911806 30

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE DECLARAÇÃO

Rio Paranaíba, 10 de novembro de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: LETYCIA GABRIELLA SILVA

Declarações que presta: Declarações
Nome: **GILSON DA CUNHA MATOS**

Documento Identidade: 4157499 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 59313994615

Filiação:
Pai: LAZARO FRANCISCO DE MATOS
Mãe: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

Naturalidade: CAMPINA VERDE/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 09/10/1969 Estado Civil: Casado
Profissão: DENTISTA Cor: Branca

Endereco: AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS, 240, A, bairro CENTRO, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Superior completo

Costumes: disse nada.
Compromisso Legal: NÃO

O Delegado de Policia deu ciência à pessoa a ser ouvida, informando os seus

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

direitos e garantias fundamentais do art.5º da CRF/88, dentre eles, o de permanecer em silêncio.

PERGUNTADO disse QUE: o DECLARANTE é vereador no município de Arapuá/MG; QUE o DECLARANTE não tinha conhecimento da presença dos Servidores da Educação na reunião dos Vereadores no dia 27/09/2022; QUE o convite foi feito pelo vereador WILLIAN ANDREI; QUE o DECLARANTE não sabe dizer por qual meio de comunicação que o convite foi realizado; QUE o DECLARANTE só soube da presença dos servidores em plenário; QUE o vereador WILLIAN prestou os agradecimentos e homenagens aos servidores pelo resultado positivo do IDEB/2021; QUE o DECLARANTE tomou conhecimento sobre o motivo da presença dos profissionais da educação após a fala do vereador WILLIAN ANDREI; QUE "após a fala da Secretária de Saúde, Silvia, eu também pedi a palavra para parabeniza-los e fiz o seguinte comentário: que a educação do município avançou muito como aumento de salários e melhores condições nas escolas. Aproveitei o momento que estavam reunidos para trazer uma queixa que chegou pra mim, sobre uma questão da diretora da Escola Maria Caetano da Rocha, Senhora Adélia. Que sabemos que os diretores são escolhidos por cargos políticos e de confiança, que as vezes a pessoa não tem preparo suficiente ou condições emocionais para ser líder, esquecendo que o cargo diretor é temporário e que as vezes esse diretor volta para a sala de aula. Que quando uma pessoa é nomeada e se coloca acima dos colegas, acredito que isso atrapalha o aprendizado na Escola pela insatisfação de alguns professores que sentem perseguidos pelo tratamento desigual. E disse que o ambiente escolar deve ser um bom ambiente para trabalho. Essas reclamações foram até maiores até um tempo atrás, mas as vezes o diretor passou por curso, procurou se especializar mais e se colocou a nível dos colegas, é o que eu espero que aconteceu na referida escola, como nas outras escolas municipais que tem bastante elogios. Da minha parte gostaria de parabenizar por esse índice onde a gente sabe que houve um esforço, onde os alunos conseguiram ter esse conhecimento e obter essas notas, meus parabéns à todas! ", conforme se expressa; QUE SILVIA SOCORRO respondeu "ela disse que teria mudado estratégias, feito reuniões e até mesmo conversado com Adélia (danado com Adélia), para obter o melhor resultado", conforme se expressa; QUE SILVIA convidou DECLARANTE e os demais vereadores para realizar uma reunião e conhecer a realidade das escolas e tratativa dessa reclamação por parte do investigado; QUE o DECLARANTE confirmou a presença na eventual reunião a ser marcada; QUE "eu disse que confio no conselho municipal de educação e pedi para que ficassem atentos e ouvissem todos os professores, para que se tenha condições iguais de trabalho. Tenho certeza que todos os professores se dedicam muito e que existe uma compensação de esforço desses que se sentem com tratamento desigual, deve ser muito desagradável professor ir trabalhar chateado em sala de aula", conforme se expressa; QUE PAULO ROBERTO deu a oportunidade para ADÉLIA falar sobre as questões que estavam sendo levantadas na reunião; QUE ADÉLIA disse apenas que a Escola estava aberta a receber os vereados para prestar esclarecimentos; QUE o DECLARANTE afirma que ADÉLIA

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

compareceu em uma manifestação em 27/11/2021 em uma reunião da Câmara Municipal dos Vereadores; QUE ADÉLIA estava acompanhada de seu marido; QUE o marido de ADÉLIA, JOÃO ALVES, agrediu com um chute o DECLARANTE; QUE o DECLARANTE fez uma denúncia sobre o episódio; QUE ADÉLIA e JOÃO ALVES efetuaram o pagamento da transação determinada pelo Juiz; QUE "eu já fui até dentista das filhas dela, enquanto elas moravam na cidade de Arapuá. Que depois da manifestação de novembro/2021 em uma votação de um projeto na Câmara, eu fui ter contato com a Adélia somente agora, quase um ano depois", conforme se expressa; QUE "Mesmo com a presença de Adélia na Câmara, a minha intenção foi apenas de parabenizar pelo feito de toda a equipe de educação, mas também levantar essa queixa no sentido de resolver esse problema na escola como já ocorreu em outras situações, com outros problemas na Administração", conforme se expressa; QUE na reunião do vereadores do dia 04/10/2022, DR. RODOLPHO esteve presente fazendo reclamações; QUE "o Dr. Rodolpho disse que a transmissão tinha se propagado muito", conforme se expressa; QUE o DECLARANTE afirma que os comentários e compartilhamentos na página da rede social "*Facebook*" , foram de amigos e familiares próximos de ADÉLIA; QUE na reunião do dia 04/10/2022, esteve presentes advogados pedindo retratação por parte do DECLARANTE; QUE DR. DJALMAS mencionou que o vídeo poderia ter sido adulterado e excluso temporariamente a pedido do DECLARANTE; QUE o DECLARANTE nega ter pedido a exclusão do vídeo na página da rede social; QUE "eu disse a eles que o boletim de ocorrências estava totalmente, não condizente com o que houve na reunião. Até comentei com eles, que acredito que o que foi colocado no boletim de ocorrência não deve ter sido algo pensado pela Senhora Adélia", conforme se expressa; QUE todas as reuniões da Câmara dos Vereadores são transmitidas ao vivo para a rede social "*Facebook*"; QUE as reuniões são gravadas pela Secretária Parlamentar CRISTIANE NUNES; QUE " eu cheguei em casa, eu tenho a hábito de assistir a reunião após, por volta das 20h30min. No outro dia a noite no final da tarde, fui informado pelo policial que o vídeo não estava mais na rede social. Pois, eu disse a ele que o que eu disse estava gravado e filmado", conforme se expressa; QUE no dia após os fatos, o DECLARANTE foi informado pelo Assistente de Informática, JUNIOR, que após realizar uma atualização na referida página o vídeo retornou; QUE "segundo ele, com a mesma data e horário da gravação", conforme se expressa; QUE o vídeo continua disponível na página da Câmara Municipal dos Vereadores na rede social "*Facebook*".

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Declarante e por mim **LETYCIA GABRIELLA SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47
Num. 9713006516 - Pág. 45

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

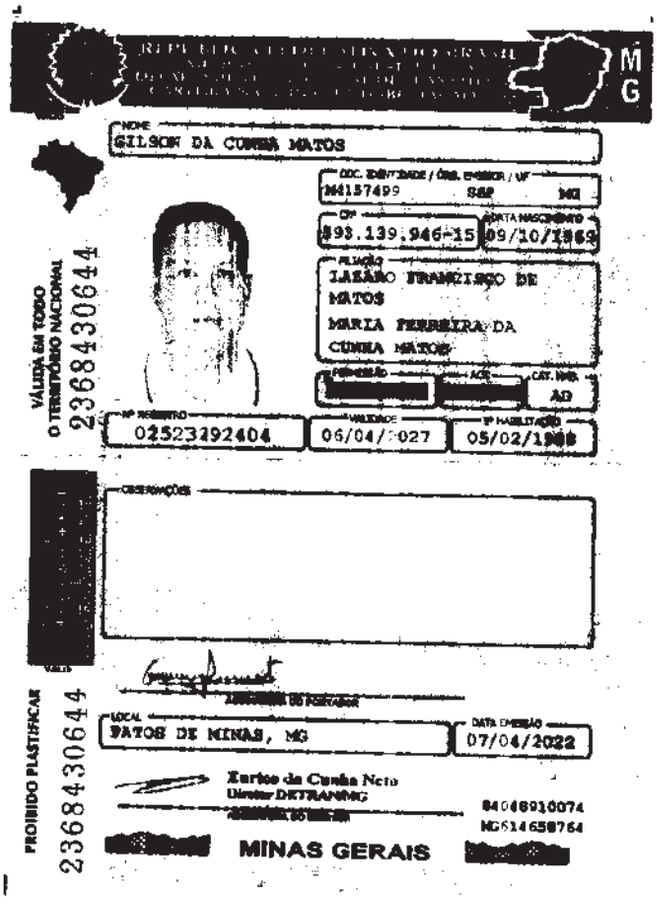
Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Masp: m1478985

Declarante: GILSON DA CUNHA MATOS

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47



MG

NOME
GILSON DA CUNHA MATOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
M4157499 SSP MG

CPF
893.139.946-15

DATA NASCIMENTO
09/10/1969

FILIAÇÃO
LAZARO FRANCISCO DE MATOS
MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
02523492404

VALIDADE
06/04/2027

1ª HABILITAÇÃO
05/02/1988

OBSERVAÇÕES

LOCAL
PATOS DE MINAS, MG

DATA EMISSÃO
07/04/2022

Carlos da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

84068910074
MG614658764

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2368430644

PROIBIDO PLASTIFICAR
2368430644

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE JUNTADA

Em 17 de Novembro de 2022, **FAÇO A JUNTADA** nestes autos das peças: mídia contendo a gravação da reunião legislativa ocorrida em 27 de setembro de 2022 encaminhada pela Câmara Municipal de Arapuá/MG.

Para constar, lavro este termo.

eu, LETYCIA GABRIELLA SILVA.

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAIBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

CERTIDÃO

LETYCIA GABRIELLA SILVA - Masp: x0181330 ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC no exercício do cargo, na forma da lei, CERTIFICA E DÁ FÉ: deixo de proceder a juntada da mídia no sistema PCnet,uma vez que o arquivo não coube no sistema.

Rio Paranaíba, 17 de novembro de 2022

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47



ILMO. SR. DR. DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DA CIRCUNSCRIÇÃO DE RIO PARANAÍBA/MG.

T.C.O

[redacted] GILSON DA CUNHA MATOS X ADÉLIA DUARTE PEREIRA ALVES

ADÉLIA DUARTE PEREIRA ALVES, já qualificada nos autos do inquérito em epígrafe, vem respeitosamente, perante V.Exa., por seu procurador, **REQUERER,** conforme segue.

i. Durante o inquérito em voga, mais 2 (duas) pessoas indignadas com a repercussão do que indiciado praticou ao proferir palavras de desrespeito à vítima manifestaram interesse em prestar depoimento, pelo que vem indicar mais testemunhas a fim de que sejam ouvidas, a saber:

1) CARMEM HELENA LOPES VIEIRA
CPF:542457966-34
RG: MG-3.588.331
End.: Rua Abizai Justiniano de Oliveira,
N. 199 - bairro Centro - Arapuá/MG
CEP 38860-000
CELULAR: (34) 98847-6244

2) DAVID ANTÔNIO DE MOURA
CPF:393.954.726-34
RG: MG- 6.808.186
Rua Expedicionário Mourão Neto,
N.273 - bairro Centro - Arapuá/MG
CEP 38860-000
CELULAR: (34) 98889-5211

RG ADVOCACIA
Rua Agenor Maciel, 170, sala 302 - Centro – Patos de Minas/MG - CEP: 38.700-046
Tel(s): (34)99982-4090
rgadvocaciaadv@gmail.com

ii. Diante disso, **REQUER** a V.Sa., que se digne:

A) DETERMINAR A INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS PARA OITIVA;

B) INTIMAR O PROCUDADOR DA VÍTIMA, RODOLPHO OLIVEIRA GOMES, OAB/MG 91.021, PELO TELEFONE *WHATSAPP* (34) 99982-4090, PARA ACOMPANHAMENTO DAS OITIVAS.

Nestes termos.
Pede deferimento.

Arapuá, 21 de outubro de 2022.

Rodolpho Oliveira Gomes
OAB/MG 91.021

RG ADVOCACIA
Rua Agenor Maciel, 170, sala 302 - Centro – Patos de Minas/MG - CEP: 38.700-046
Tel(s): (34)99982-4090
rgadvocaciaadv@gmail.com

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08

Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

Nº do Despacho de Assunção: 2022-555-000546-007-012152972-08

DESPACHO DE ASSUNÇÃO

Designado pelo Despacho de Avocação 2023-000-000546-026-012411718-00 / 24.12.2022, ASSUMO, nesta data, a presidência deste auto: -000-000000-001-011545587, -000-000000-001-011473689, -000-000000-001-011473832, -000-000000-001-011347625, -000-000000-001-011390923, -000-000000-001-010764944, -000-000000-001-010667170, -000-000000-001-011184662, -000-000000-001-008042105, -000-000000-001-007847377, -000-000000-001-007560185, -000-000000-001-006195738, -000-000000-001-010603046, -000-000000-001-010017643, -000-000000-001-009899976, -000-000000-001-008855284, -000-000000-001-006123275, -000-000000-001-006002592, -000-000000-001-004921086, -000-000000-001-000792630, -000-000000-001-012351888, -000-000000-001-012351777, -000-000000-001-012350979, -000-000000-001-012350252, -000-000000-001-001013707, -000-000000-001-001028792, -000-000000-001-001028791, -000-000000-001-001016918, -000-000000-001-012148771, -000-000000-001-012130587, -000-000000-001-012092668, -000-000000-001-012088217, -000-000000-001-012195540, -000-000000-001-012195426, -000-000000-001-012195323, -000-000000-001-012148777, -000-000000-001-012029182, -000-000000-001-011986233, -000-000000-001-011985532, -000-000000-001-011984951, -000-000000-001-012076873, -000-000000-001-012044299, -000-000000-001-011497762, -000-000000-001-012029206, -000-000000-001-011890359, -000-000000-001-011686410, -000-000000-001-011686406, -000-000000-001-011092009, -000-000000-001-011984854, -000-000000-001-011956311, -000-000000-001-011925989, -000-000000-001-011919759, -000-000000-001-011611291, -000-000000-001-011599827, -000-000000-001-011492424, -000-000000-001-010997172, -000-000000-001-011544859, -000-000000-001-011325509, -000-000000-001-011309152, -000-000000-001-011020031, -000-000000-001-007776701, -000-000000-001-012156317, -000-000000-001-012088959, -000-000000-001-012076435, -000-000000-001-008997954, -000-000000-001-009277200, -000-000000-001-008943084, -000-000000-001-008620635, -000-000000-001-011919853, -000-000000-001-011896199, -000-000000-001-011880110, -000-000000-001-011880338, -000-000000-001-011802701, -000-000000-001-011977309, -000-000000-001-011950346, -000-000000-001-011950343, -000-000000-001-011599015, -000-000000-001-011520236, -000-000000-001-011473692, -000-000000-001-011391364, -000-000000-001-011735908, -000-000000-001-011669460, -000-000000-001-011647546, -000-000000-001-011599039, -000-000000-001-000795343, -000-000000-001-000787537, -000-000000-001-000792561, -000-000000-001-000792528, -000-000000-001-

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08

Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

000803185, -000-000000-001-000803253, -000-000000-001-000802222, -000-000000-001-000797955, -000-000000-001-000747008, -000-000000-001-000744734, -000-000000-001-000740052, -000-000000-001-000744585, -000-000000-001-000792523, -000-000000-001-000792517, -000-000000-001-000760543, -000-000000-001-000754034, -000-000000-001-000733439 e outros..

Rio Paranaíba, 09 de Janeiro de 2023

GERALDO AZEVEDO DA COSTA RIOS NETO
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1212954

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Nome:	GILSON DA CUNHA MATOS		
Registro Geral:	MG-4157499	**CPF:**	
Nº Prontuário:	3362240	**CNH:**	
Sexo:	MASCULINO		
Raça/Cor	PARDA		
Filiação:	MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS		
	LAZARO FRANCISCO DE MATOS		
Data de	09/10/1969		
Naturalidade:	CAMPINA VERDE /MG		
Nacionalidade:	BRASILEIRA		
Data Óbito:			
Situação Cadastro:	Com Registros Policiais / Judiciais		

REGISTROS POLICIAIS JUDICIAIS:

Em pesquisa realizada nos arquivos do sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, constam notas provenientes da Polícia Civil ou Justiça, listadas no presente RELATÓRIO.

Belo Horizonte, 17/01/2023 13:51 .

DOCUMENTO (S):

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Número Documento:	15674	**Falso ?**	
Data da Emissão:	25/08/2017		
Município/UF Emissor:	PATOS DE MINAS/MG		
Nome do Cartório:	MARIA DAS G GUIMARAES		
Número do Livro:	51	**Número da Folha:**	74
Órgão de Cadastro:	2210 - POSTO DE IDENTIFICACAO/UAI PATOS DE MINAS		
Data de Cadastro:	04/07/2019		

CPF

Número Documento:	59313994615	**Falso ?**	

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Data de Cadastro: 04/07/2019

ENDEREÇOS:

Origem do Endereço: SIP
Tipo de Endereço: Residencial **Apresentação** Declarado
Tipo de Logradouro: AVENI
Logradouro: EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS **Número:** 240
Complemento: A
Bairro: CENTRO
Município/UF: ARAPUA/MG
Cep: 38860000 **Telefone:**
Órgão de Cadastro: 546 - DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA
Data Cadastro: 06/10/2022

Origem do Endereço: SIP
Tipo de Endereço: Residencial **Apresentação** Declarado
Tipo de Logradouro: AVEND
Logradouro: EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS **Número:** 240
Complemento: CASA A
Bairro: CENTRO
Município/UF: ARAPUA/MG
Cep: 38860000 **Telefone:** 0038561313
Órgão de Cadastro: 2210 - POSTO DE IDENTIFICACAO/UAI PATOS DE MINAS
Data Cadastro: 04/07/2019

FÓRMULA DATILOSCÓPICA:

Mão Direita:

POLEGAR	INDICADOR	MÉDIO	ANULAR	MÍNIMO
E	4 DV DED	3	3 VD	3
T N D	T N D	T N D	T N D	T N D

Mão Esquerda:

POLEGAR	INDICADOR	MÉDIO	ANULAR	MÍNIMO
I	4 DV DDD	2	4 DV CO	4 DV DED
T N D	T N D	T N D	T N D	T N D

TCO (S):

Instituição: POLÍCIA CIVIL DE MG
Órgão Responsável: 546 - DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA
Doc. de Origem:
Nome da Vítima: A COLETIVIDADE
Município do Fato: ARAPUA /MG
Número do TCO: 10086135 **Data do TCO:** 16/11/2020
Número do Inquerito:
Informação Judicial: NÃO

OPERADOR: *x0181330 - LETYCIA GABRIELLA SILVA* *17/01/2023 13:51*

Nome do Delegado: 1479040 - FELIPE AUGUSTO MIRANDA FACANHA

Observações:

Órgão de cadastro: 546 - DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

Operador de Inclusão: M1479040 **Data de** 17/11/2020

Enquadramentos: ART 39 PAR 5 INC II / L 9504, ART 14 INC 1 / DL 2848

PROTOCOLO:

REQUISITANTE: LETYCIA GABRIELLA SILVA

FUNÇÃO/CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC

OPERADOR: x0181330 - LETYCIA GABRIELLA SILVA

Uso exclusivo da Polícia Civil de Minas Gerais

DELEGADO DE POLÍCIA:

NÚMERO IDENTIFICADOR DO INDÍVIDUO NO 3745164

OPERADOR: *x0181330 - LETYCIA GABRIELLA SILVA* *17/01/2023 13:51*

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

TERMO DE REMESSA

Criminal

Em 17 de Janeiro de 2023 **REMETO** este(s) autos ao Juizado Especial Criminal devidamente concluído e para protocolo inicial, nos termos do Provimento Conjunto n.º 70/2017.

Para constar, eu, LETYCIA GABRIELLA SILVA, lavro este termo.

LETYCIA GABRIELLA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC
Masp: x0181330

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,. 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2022-555-000546-007-012152972-08
Nº FATO/REDS: 2022-042711749-001

DESPACHO DE INCLUSÃO DE NOTAS POLICIAIS

Considerando que as provas carreadas aos autos demonstram a autoria e materialidade do delito em apuração e estando convicto que todos os requisitos legais encontram-se preenchidos INDICIO a(s) pessoa(s) de nome(s): GILSON DA CUNHA MATOS, já qualificada(s) nestes autos, figurando como vítima(s):

• ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES - art. 331 do Decreto Lei 2848/40, 1 vezes, Consumado.

Determino a expedição do(s) Boletim(ns) Individual(ais) - PC-10, encaminhando-o(s) ao Instituto de Identificação, solicitando a inclusão na(s) respectiva(s) Folha(s) de Antecedentes Policiais e Judiciais.

Após juntado o relatório final, remeta os presentes autos à Justiça Pública da Comarca de RIO PARANAÍBA, cumprindo todas as cautelas de praxe.

CUMPRA-SE.

Rio Paranaíba, 17 de novembro de 2022

GERALDO AZEVEDO DA COSTA RIOS NETO
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1212954

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM CERTIFICADO DIGITAL POR GERALDO AZEVEDO DA COSTA RIOS NETO
MASP M1212954, CARGO DELEGADO DE POLICIA, EM 24/01/2023 15:58:17 (ASSINATURA VALIDA)

Número do documento: 23020113194710100009709099735
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020113194710100009709099735
Assinado eletronicamente por: ROSENI MARIA SILVA DE PAULA - 01/02/2023 13:19:47

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

COMARCA DE RIO PARANAÍBA/Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba/MG

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

CERTIDÃO DE TRIAGEM CRIMINAL

Certifico que:

1) Realizada a conferência inicial em relação aos documentos do processo foi constado que:

(x) o processo encontra-se instruído com todos os documentos imprescindíveis, de forma legível, e de acordo com as orientações da Corregedoria-Geral de Justiça (Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018).

( ) estão ausentes os seguintes documentos imprescindíveis:_____.

2) Em relação ao flagrante e/ou ao inquérito:

(x) foram digitalizados completamente.

( ) não foram digitalizados completamente.

3) Em relação à classe processual e à vinculação dos assuntos:

(x) estão corretas.

( ) alterei a classe de _____ para _____.

( ) excluí o(s) assunto(s) _____ e incluí o(s) assunto(s) _____.

4) Em relação às partes:

(x) todas as partes estão devidamente cadastradas e corretamente qualificadas, nos termos do art. 146 do Provimento da Corregedoria Geral de Justiça nº 355, de 18 de abril de 2018.

( ) alterei os seguintes dados da(s) parte(s): _____.

5) Em relação à procuração:

(x) há procuração nos autos.

( ) não há procuração nos autos.

6) Em relação ao(s) advogado(s) da parte autora:

( ) está(ão) devidamente cadastrado(s) e corretamente qualificado(s).

(x) foi feita a seguinte retificação : OAB/MG 091.021.

7) Em relação ao lançamento do pedido de segredo de justiça:

( ) houve o correto lançamento.

( ) foi alterado de _____ para _____.

8) Em relação ao lançamento do pedido de justiça gratuita:

(x) houve o correto lançamento.

( ) foi alterado de _____ para _____.

9) Em relação ao comprovante do recolhimento das custas, da taxa judiciária e das despesas processuais:

(x) não foi juntado.

( ) foi juntado e houve recolhimento compatível entre o valor mencionado na petição inicial e o

valor efetivo da causa.

( ) foi juntado e houve recolhimento incompatível entre o valor mencionado na petição inicial e o valor efetivo da causa.

10) Em relação ao pedido liminar:

(x) não há pedido liminar.

( ) houve o correto lançamento.

( ) não houve o correto lançamento, tendo sido alterado para _____.

11) Em relação à indicação de prioridade na tramitação processual:

(x) não há prioridade. ( ) houve indicação correta.

( ) houve alteração de _____ para _____.

12) Em relação a outros processos:

( ) não há outros processos que tramitem em meio físico ou eletrônico envolvendo as mesmas partes, objeto e causa de pedir na comarca.

(x) há outro(s) processo(s) envolvendo as mesmas partes, objeto e causa de pedir, nesta comarca, conforme pesquisa no SISCOM/PJE – Processo n°5000081-39.2022.8.13.0555 , Vara Única de Rio Paranaíba/MG.

13) Em relação a objetos apreendidos:

( ) há protocolo.

(x) não há protocolo.

14) Em relação à situação prisional do requerido:

( ) houve marcação no sistema.

(x) não houve marcação no sistema.

15) Realizada a conferência inicial das demais informações inseridas no sistema:

(x) foi constatado que estão em conformidade com as orientações da Corregedoria-Geral de Justiça (Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018).

( ) foram feitas, de ofício, as seguintes retificações: _____.

O referido é verdade. Dou fé.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica.

GEOVANA SILVA MARTINS

Servidor

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

COMARCA DE RIO PARANAÍBA/Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba/MG

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que juntei a CAC.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica

GEOVANA SILVA MARTINS

Estagiário(a) Secretaria

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

RIO PARANAÍBA

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL até a presente data, CONSTA(M) ou CONSTOU(ARAM) contra:

Nome: GILSON DA CUNHA MATOS
CPF: 593.139.946-15
Nome pai: LAZARO FRANCISCO DE MATOS
Nome mãe: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

Processo	Distribuição	Situação
5000334-90.2023.8.13.0555	01/02/2023	PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO

SECRETARIA: JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO

VÍTIMA: A P D A

Número do documento: 23020312483061400009711221081
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23020312483061400009711221081
Assinado eletronicamente por: GEOVANA SILVA MARTINS - 03/02/2023 12:48:30

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

Certidão solicitada em 03 de Fevereiro de 2023 às 12:47

RIO PARANAÍBA, 03 de Fevereiro de 2023 às 12:47

Código de Autenticação: 2302-0312-4749-0086-9107

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 2 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

Autos vista ao MP.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica.

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

Autos: 5000334-90.2023.8.13.0555
Classe: 278 - Termo Circunstanciado
Partes:
- ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES
- GILSON DA CUNHA MATOS
- PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

Meritíssimo Juiz,

O Ministério Público requer a criação de link no sistema PJE Mídias para juntada da gravação da reunião legislativa ocorrida em 27 de setembro de 2022 (Termo de Juntada fl. 111), para análise por este parquet.

Rio Paranaiba, 27 de fevereiro de 2023.

Marcio Oliveira Pereira
Promotor de Justiça

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

COMARCA DE RIO PARANAÍBA/Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba/MG

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que junto aos autos certidão constando link do Pje Mídias para acesso à mídia que consta nos autos físicos.

RIO PARANAÍBA, 2 de março de 2023.

IZABEL APARECIDA MOREIRA

Servidor

Número do documento: 23030217364644400009736871100
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030217364644400009736871100
Assinado eletronicamente por: IZABEL APARECIDA MOREIRA - 02/03/2023 17:36:46

CERTIDÃO

CERTIFICO que a mídia constante nos autos físicos n° 5000334-90.2023.8.13.0555 foi disponibilizada no PJe Mídias e poderá ser acessada por meio de pesquisa no sistema com o número dos autos deste processo, bem como pelo link:

https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=S4Ok4sMqZOsmg28Gm7rK

Rio Paranaíba/MG, 02 de março de 2023.

Natália de Oliveira Soares

Estagiária

E-2712200

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

COMARCA DE RIO PARANAÍBA/Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba/MG

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que junto aos autos certidão constando link do Pje Mídias para acesso à mídia que consta nos autos físicos.

RIO PARANAÍBA, 2 de março de 2023.

IZABEL APARECIDA MOREIRA

Servidor

Número do documento: 23030314423377300009737751084
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030314423377300009737751084
Assinado eletronicamente por: GEOVANA SILVA MARTINS - 03/03/2023 14:42:33

Manifestação em anexo.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA – MG

Promoção de Arquivamento
Autos: 5000334-90.2023.8.13.0555

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado para a apuração do delito previsto no art. 331 do Código Penal, praticado, supostamente, por **Gilson da Cunha Matos**.

Nota-se dos autos que o suposto autor do fato, vereador do município de Rio Paranaíba, em sessão legislativa realizada em 27 de setembro de 2022, afirmou, em síntese, que recebeu algumas reclamações a respeito de Adélia Pereira Duarte Alves, diretora de um colégio do município e ora vítima.

Na ocasião, o vereador deu a entender que a referida se põe acima das colegas de trabalho, que demonstram insatisfação e se sentem perseguidas e em situação de desigualdade no ambiente de trabalho, tendo afirmado, ainda, que nem sempre aquele que recebe um cargo de confiança tem preparo suficiente ou condições emocionais para exercê-lo.

Não obstante às declarações aportadas, da detida análise dos autos, incluindo a gravação da sessão legislativa em comento, *data vênia,* não se vislumbra o cometimento do delito de desacato, previsto no artigo 331 da Lei nº 2.848/1940. Isso porque, houve, na hipótese, tão somente uma manifestação de desagrado à conduta da diretora, amparada por

Número do documento: 23031316433800200009746889687
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031316433800200009746889687
Assinado eletronicamente por: SOFIA FRANGE MIZIARA OLIVEIRA - 13/03/2023 16:27:34

críticas recebidas pelo investigado, na condição de vereador do município e representante do povo.

Com efeito, apesar de inoportuno, o comportamento do autor do fato, uma vez atípico, não deve ser tutelado pelo Direito Penal.

Diante do exposto, considerando a ausência de justa causa para a promoção da ação penal, o Ministério Público promove o **ARQUIVAMENTO** do feito, com as ressalvas do art. 18 do Código de Processo Penal, destacando, ainda, que o presente arquivamento não inviabiliza que a vítima busque reparação, no âmbito cível, caso tenha se sentido ofendida pelo comentário feito pelo ora investigado no dia dos fatos.

Rio Paranaíba, 13 de março de 2023.

Sofia Frange Miziara Oliveira
Promotora de Justiça

Número do documento: 23031316433800200009746889687
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031316433800200009746889687
Assinado eletronicamente por: SOFIA FRANGE MIZIARA OLIVEIRA - 13/03/2023 16:27:34

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

ASSUNTO: [Desacato]

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de procedimento criminal que visa a apurar a prática da infração penal prevista no artigo 331 do Código Penal**.**

No caso em comento, o vereador, ora réu, durante sessão legislativa, afirmou, em síntese, que recebeu algumas reclamações a respeito da suposta vítima, Adélia, a qual era diretora de um colégio do município.

Na ocasião, o réu teria subentendido que a vítima se colocava acima dos colegas no ambiente de trabalho, sendo que tais colegas demonstraram insatisfação e sentiam perseguidas, além de afirmar que, nem sempre aquele que recebe cargo de confiança tem preparo suficiente ou condições emocionais para exercê-lo.

Destaca-se que, no caso em comento, houve apenas uma manifestação de desagrado à conduta da diretora, tendo em vista as críticas recebidas pelo investigado, na condição de vereador do município. Fato o qual não se amolda a conduta típica prevista no art. 331 do CP, sendo portanto a conduta atípica.

Desta forma, **HOMOLOGO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO** do feito pela atipicidade da conduta.

Isento o Estado do pagamento das custas e despesas processuais.

Façam-se as comunicações necessárias, qual seja, ao Instituto de Identificação do Estado. Declaro desnecessária a intimação pessoal do acusado ou de eventual vítima.

Destinação de bens apreendidos conforme legislação pertinente, especialmente o Provimento Conjunto nº 24/CGJ/2012 e 53/2016.

Recolha-se eventual mandado de prisão ou expeça-se contramandado de prisão, se o caso.

Ante a falta de interesse recursal, determino o imediato trânsito em julgado, baixar e arquivar.

P.R.I.C.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica.

ROGERIO RORIZ DE CASTRO BARBO

Juiz(íza) de Direito

Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo:5000334-90.2023.8.13.0555

CERTIDÃO - TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a sentença transitou em julgado em 10/04/2023.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica
GEOVANA SILVA MARTINS
Estagiário(a) Secretaria
Documento assinado eletronicamente

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

ASSUNTO: [Desacato]

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de procedimento criminal que visa a apurar a prática da infração penal prevista no artigo 331 do Código Penal**.**

No caso em comento, o vereador, ora réu, durante sessão legislativa, afirmou, em síntese, que recebeu algumas reclamações a respeito da suposta vítima, Adélia, a qual era diretora de um colégio do município.

Na ocasião, o réu teria subentendido que a vítima se colocava acima dos colegas no ambiente de trabalho, sendo que tais colegas demonstraram insatisfação e sentiam perseguidas, além de afirmar que, nem sempre aquele que recebe cargo de confiança tem preparo suficiente ou condições emocionais para exercê-lo.

Destaca-se que, no caso em comento, houve apenas uma manifestação de desagrado à conduta da diretora, tendo em vista as críticas recebidas pelo investigado, na condição de vereador do município. Fato o qual não se amolda a conduta típica prevista no art. 331 do CP, sendo portanto a conduta atípica.

Desta forma, **HOMOLOGO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO** do feito pela atipicidade da conduta.

Isento o Estado do pagamento das custas e despesas processuais.

Façam-se as comunicações necessárias, qual seja, ao Instituto de Identificação do Estado. Declaro desnecessária a intimação pessoal do acusado ou de eventual vítima.

Destinação de bens apreendidos conforme legislação pertinente, especialmente o Provimento Conjunto nº 24/CGJ/2012 e 53/2016.

Recolha-se eventual mandado de prisão ou expeça-se contramandado de prisão, se o caso.

Ante a falta de interesse recursal, determino o imediato trânsito em julgado, baixar e arquivar.

P.R.I.C.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica.

ROGERIO RORIZ DE CASTRO BARBO

Juiz(íza) de Direito

Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

Autos: 5000334-90.2023.8.13.0555
Classe: 278 - Termo Circunstanciado
Partes:
- ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES
- GILSON DA CUNHA MATOS
- PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

CIENTE O MP

Ciente o MP da sentença proferida.

Rio Paranaiba, 13 de abril de 2023.

Sofia Frange Miziara Oliveira
Promotora de Justiça

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

CERTIDÃO DE BAIXA

Certifico que, em cumprimento à determinação do (a) MM. Juiz(íza), procedi à baixa dos presentes autos, tendo em vista que não existem pendências de pagamento de custas e todas as providências foram cumpridas.

RIO PARANAÍBA, 26 de abril de 2023.

IZABEL APARECIDA MOREIRA

Servidor

Documento assinado eletronicamente

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5000334-90.2023.8.13.0555

[CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

Certifico e dou fé que, junto aos autos o(s) seguinte(s) documento(s): CDJ e Ofício

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica

GEOVANA SILVA MARTINS

Servidor

Avenida Trajano José Silva, 485, Centro, RIO PARANAÍBA - MG - CEP: 38810-000

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA - COMARCA DE RIO PARANAIBA -MG
FÓRUM EMILIANO FRANKLIN CASTRO - AV. TRAJANO JOSÉ DA SILVA, 485 – CENTRO – CEP 38810-000 – (34) 3855-1103 – RIO PARANAIBA/MG

Ofício 22/2023

Jesp Criminal

Rio Paranaíba, 14 de Abril de 2022.

Senhor(a) Chefe,

Encaminho Comunicação de decisão judicial eletrônica (CDJ) referente aos 40 processos que seguem listados:

5000474-27.2023.8.13.0555; 5000441-37.2023.8.13.0555; 5000270-80.2023.8.13.0555; 5000189-34.2023.8.13.0555; 5000191-04.2023.8.13.0555; 5001068-12.2021.8.13.0555; 5000208-40.2023.8.13.0555; 5000473-42.2023.8.13.0555; 5000427-53.2023.8.13.0555; 5002079-42.2022.8.13.0555; 5001216-86.2022.8.13.0555; 5000477-79.2023.8.13.0555; 5000300-18.2023.8.13.0555; 500278-57.2023.8.13.0555 (2); 5000432-75.2023.8.13.0555; 5000253-44.2023.8.13.0555; 5000429-23.2023.8.13.0555; 5002071-65.2022.8.13.0555; 5002069-95.2022.8.13.0555; 5000483-86.2023.8.13.0555; 5000470-87.2023.8.13.0555; 5000558-28.2023.8.13.0555; 5000440-52.2023.8.13.0555; 5000329-68.2023.8.13.0555; 5000330-53.2023.8.13.0555; 5000586-93.2023.8.13.0555; 5000472-57.2023.8.13.0555; 5000415-39.2023.8.13.0555; 5000287-19.2023.8.13.0555; 5000334-90.2023.8.13.0555; 5001765-96.2022.8.13.0555; 5001684-50.2022.8.13.0555; 5001732-09.2022.8.13.0555; 5002214-54.2022.8.13.0555; 5001733-91.2022.8.13.0555; 5001763-29.2022.8.13.0555; 5000589-48.2023.8.13.0555; 5000302-85.2023.8.13.0555 e 5000193-71.2023.8.13.0555

Atenciosamente,

Rogério Roriz de Castro Barbo
Juiz de Direito

Ao Senhor Diretor
Instituto de Identificação
Belo Horizonte/MG

Comunicação de Decisão Judicial Eletrônica

TJMG

Número CDJe: **Data da Geração da CDJe:** 12/04/2023 **Tipo:** Jesp Criminal

Parte

Número: 5000334-90.2023.8.13.0555
Nome: GILSON DA CUNHA MATOS
RG: MG-4157499
CPF: 593.139.946-15
Naturalidade: Campina Verde/MG
Data de Nascimento: 09/10/1969
Nacionalidade: Brasileira **Sexo:** Masculino
Estado Civil: Casado **Profissão:** Não consta
Filiação:
Mãe: Maria Ferreira da Cunha Matos
Pai: Lazaro Francisco de Matos
Registro Policial: 2022-042711749-001
Prontuário: 3362240

Processo

Número: 5000334-90.2023.8.13.0555
Data do Fato: 27/09/2022
TCO: 12152972
Vítima: Adelia Pereira Duarte Alves

Comarca: RIO PARANAÍBA
Tipo: Processo

Instância: 1ª
Juízo: SECRETARIA DO JUÍZO-ÚNICA
E-mail Vara: rpaadm@tjmg.jus.br
Data da denúncia: Não possui
Data da distribuição: 01/02/2023
Data do TCO: 06/10/2022
Origem: RIO PARANAÍBA/MG
Delegacia: DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DA COMARCA
Classe: TERMO CIRCUNSTANCIADO

Decisão/ Sentença Judicial

Data da Decisão/Sentença: 10/04/2023
Data do trânsito em julgado para parte: 10/04/2023
Data do trânsito em julgado para MP: 10/04/2023
Motivo da extinção: Sentença absolutória – homologação de promoção de arquivamento do feito pela atipicidade da conduta.
Enquadramentos: Art. 331 do Código Penal.

Izabel Aparecida Moreira
Gerente de Secretaria
PJPI - 14870-0

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG

VIRGÍNIA OLIVEIRA CORRÊA SILVA, brasileira, solteira, servidora pública, CPF nº 069.175.206-08, residente e domiciliada na Fazenda Limeira, s/n, zona rural, Rio Paranaíba/MG, vem com fulcro nos artigos 41, II, c e 42, §1º da Lei Orgânica do Município de Arapuá c/c os artigos 136, II e 134 II do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Arapuá/MG c/c art. 7º, III, do Decreto-Lei n. 201/67, requerer a instauração de

PROCESSO DE CASSAÇÃO DE MANDATO

em desfavor de **GILSON DA CUNHA MATOS**, brasileiro, casado, dentista, CPF nº 593.139.946-15, residente e domiciliado à Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 240, centro, Arapuá/MG, pelos fatos e razões que passa a expor:

DOS FATOS:

EPISÓDIO 1

Na data de 22 de novembro de 2022, às 19 horas a Representante, que é Procuradora do Município de Arapuá, compareceu à 18ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Arapuá, a convite de seu Presidente, Sr. Paulo Roberto de Melo, a fim de esclarecer pontos supostamente controversos do Projeto de Lei nº 18/2022 que estima a receita e fixa a despesa do Município para o ano de 2023.

Após a Representante discorrer sobre o projeto, o Representado iniciou sua fala dizendo que a mesma utilizou de argumentos que não são verdadeiros para aprovação do Projeto de Lei nº 021/2022, afirmando que: *"Eu entendo que os argumentos que ela trouxe não são verdadeiros. Eu sabia que ela estava usando de argumentos para passar um projeto de lei sem apresentar as dotações. Não sei porque até agora o tamanho da urgência sendo que choveu na segunda e ele pediu as 06 horas da manhã um recurso de número exato de valores".*

Como se não bastasse o Representado atacou diretamente a Representante, a acusando de ser responsável pelas manifestações e atos seguintes ocorridos em novembro de 2021, dizendo: *"eu acho que a Virgínia tem uma responsabilidade de no mínimo 70% do que aconteceu!".*

E, por fim, afirmou que a Representante interfere na votação dos projetos, direcionando a votação dos Vereadores, usando argumentos que não são verdadeiros, afirmando: *"Não sei até onde vai o seu direito como servidora do Município, como controladora, é me fugiu aqui seu cargo,* ***vir para a Câmara interferir na apresentação dos projetos***", afirmando ainda que: "*O problema é quando* ***você direciona a votação dos vereadores*** *com argumentos que nem sempre são condizentes com a verdade*".

Os fatos acima descritos foram registrados no REDS nº 2022.051195665-001 e na ata da 18ª de Reunião Ordinária, ambos segue em anexo.

Infelizmente, tamanho desrespeito não foi um caso isolado!

EPISÓDIO 2

Na 14ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores, ocorrida no dia 27 de setembro de 2022, o Representado fez sérias acusações contra a servidora Adélia Pereira Duarte, ofendendo-a em sua dignidade e honra pessoal e profissional, a qual estava presente à reunião a convite para receber, juntamente com a Secretária de Educação, demais diretoras e supervisoras homenagem em razão da excelente nota obtida pelo Município no IDEB.

Perceba-se a falta de senso ou de sensibilidade do Parlamentar que, num momento de congratulação, de homenagem, iniciou seu ataque à referida servidora sem qualquer elemento de prova que pudesse fundamentar suas críticas, já que a classificou "sem preparo suficiente ou condição emocional para ser líder e ocupar o cargo de Diretora", insinuando que a mesma "se põe acima das outras colegas", além de "perseguir e tratar com desigualdade outras colegas".

Sim, simplesmente nada, o Representado não apresentou uma reclamação sequer formalizada em desfavor da referida servidora, aliás o Representado não informou sequer o nome de quem quer que seja que tenha reclamado do trabalho realizado pela servidora na direção da escola municipal, fazendo questão de classificá-lo como uma "má conduta", revelando o caráter pérfido da atitude promovida pelo Representado com a nítida intenção de humilhar, de ofender e de machucar a servidora, transformando um momento que

era de alegria, em tristeza, conduta que é totalmente o contrário do que se espera de um Vereador.

A atitude abusiva e desrespeitosa do Representado recebeu forte reprovação social, tendo sido objeto de duras manifestações registradas na página da Câmara Municipal, bem como de nota de indignação veiculada pela Secretaria Municipal de Educação, estando sendo investigada pela Polícia Civil, em sede de inquérito policial de n. PcNet (TCO) = 12152972.

EPISÓDIO 3

Na reunião ocorrida em 05 de outubro de 2022, o Representado foi grosseiro e desrespeitoso em sua fala direcionada a Secretária de Educação, Sra. Silvia do Socorro Souza Primo, dizendo que "se a mesma tivesse boa vontade já teria resolvido o problema do transporte escolar", desconsiderando totalmente o fato de que estávamos no meio de uma pandemia.

Ademais, outras servidoras já foram desrespeitadas nas reuniões da Câmara de Vereadores, pelo Representando que utiliza do argumento de que é imune em suas falas e opiniões como se esta fosse absoluta, e, o legitimasse a denegrir, ofender, acusar, desrespeitar, humilhar e caluniar os servidores ali presentes da prática de crime. Senão vejamos:

Ao dizer que a Representante é responsável por no mínimo 70% dos fatos ocorridos em dezembro de 2021, imputa a ela, no mínimo a prática de crime previsto no artigo 286[1], 288[2] do Código Penal, incitação à violência, há visto que várias pessoas foram representadas pelo pratica de crimes como, lesão corporal, ameaça e incitação à violência.

Com isso o Representado infringe os artigos 138[3] e 140[4], ambos do Código Penal.

Ao dizer que a Representante utiliza de argumentos falsos em suas falas, influenciando e direcionado os votos os vereadores, infringe, também, o disposto no artigo

---

[1] Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime.

[2] Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes

[3] *Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:*

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga

[4] *Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.*

139[5] do Código Penal, devendo, em ambos os casos, ser considerada ainda a causa de aumento de pena prevista no artigo 141, II, §2º[6] do Código Penal.

Ao ofender a Representante que sempre pautou sua conduta profissional no Município pela retidão em seus atos, buscando sempre trabalhar pelo melhor para Arapuá, acabou por abalá-la emocionalmente, gerando um sentimento de descrédito pelo trabalho desempenhado, quem vem causando transtornos e danos à saúde emocional da mesma, infringindo ainda o disposto no artigo 147-B[7] do Código Penal.

Com relação aos demais episódios supracitados, nota-se que todos se amoldam as mesmas condutas, já descritas, tratando-se de prática reiterada de crimes, sendo portanto, pratica de violência no exercício da função, previsto no artigo 322[8] do Código Penal e, aleio às circunstâncias criminais que o mesmo possa responder, certo é que na seara da responsabilização política o Representado não está imune de ter suas condutas apreciadas pelos seus pares que, pelo perfil leviano, agressivo, mal educado, desrespeitoso, tóxico e arrogante, está bem distante do perfil de parlamentar que se espera ocupar uma das cadeiras do Poder Legislativo Municipal de Arapuá, quiçá de qualquer órgão de representação social.

Infelizmente a conduta do Representando, não é compatível com o cargo desempenhado, o que consequentemente viola as disposições do Regimento Interno desta Nobre Casa, além da Lei Orgânica do Município de Arapuá e do Decreto-Lei n. 201/ 1967, caracterizando-se enquanto falta de decoro parlamentar.

Dispõem os artigos 134 II, 136 II e 137 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores

> ***Art. 134*** *– São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com censura verbal:*

---

[5] ***Art. 139*** *- Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.*

[6] ***Art. 141*** *- As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:*

II *- contra funcionário público, em razão de suas funções, ou contra os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal*

III *- na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.*

§ 2º Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena.

[7] ***Art. 147-B****. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação*

[8] ***Art. 322*** *- Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.*

II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências das Câmara.

***Art. 136** – São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a suspensão temporária do mandato:*

II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos fundamentais.

***Art. 137** – Além das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar prevista na Lei Orgânica Municipal, a reincidências naquelas arroladas no artigo anterior pode ensejar a cassação do mandado do vereador.*

Outrossim, dispõem os artigos 41, II, c e 42, II da Lei Orgânica do Município:

***Art. 41** – É vedado ao vereador*

***II**- desde a posse:*

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

***Art. 42**. Perderá o mandato o Vereador:*

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

II – cujo procedimento for declarado incompatível como o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível como o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

No mesmo sentido estão as disposições do Art. 7º[9], III do Decreto Lei nº 201/1967, conforme dispõe o artigo 109[10] da Lei Orgânica do Município de Arapuá

> ***Art.*** *7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:*
>
> ***III*** *- Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.*

Embora possa causar estranheza a citação do artigo 41, II, c da Lei Orgânica do Município, o fato é que o Representado desde sua posse se utiliza de contrato firmado entre o Município de Arapuá e a empresa Pró-Ambiental para efetuar o descarte de material contaminado oriundo do consultório dentário do qual é proprietário.

Outro ponto que merece destaque é que nos REDS nº 2022-051195665-001 e 2022-042711749-001 foram citadas como testemunhas dos fatos os vereadores Paulo Roberto de Melo, João Orlando de Oliveira, os quais por estarem nesta condição, encontram-se impedidos de atuar no presente feito, já que serão ouvidos como testemunhas, devendo ser convocados os respectivos suplentes para exercer as atividades processuais e deliberativas correspondentes, conforme dispõe o artigo 5º, I[11] do Decreto Lei 201/67, prestigiando o devido processo legal, a imparcialidade e a isonomia que deve ser observada também nessa seara.

O fato é que são inúmeras as condutas praticadas pelo Representado em total descompasso do que se espera de um vereador, caracterizando quebra de decoro parlamentar, já que em todas as oportunidades que tem destila seu ódio, sua violência e o seu desrespeito contra mulheres em especial as servidoras públicas do Município.

---

[9] ***Art.*** *7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:*
III *- Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.*
§ 1º *O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 5º deste decreto-lei.*

[10] ***Art. 109*** *– Os trabalhos das comissões de Investigação e processante serão regidos pelo disposto na Lei Orgânica Municipal e no Decreto Lei nº 201/1967*

[11] ***Art. 5º*** *O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:*
I *- A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.*

Diante dos fatos, não resta alternativa senão propor a presente representação pugnando pela instauração do competente processo político-administrativo, esperando que esta Casa reestabeleça a ordem e bons costumes e por uma questão de justiça, casse o mandato do Representado, nos termos descritos na Lei e no Regimento Interno.

Para provar o alegado junta os seguintes documentos:

Reds nº 2022-051195665-001

Reds nº 2022-042711749-001

Ata da 18ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Arapuá.

Nota de Repúdio emitia pela Secretaria de Educação

Certidão referente a conduta da servidora Adélia Pereira Duarte;

Requerendo desde já, seja juntada, por esta Nobre Casa, as mídias referente as reuniões mencionadas.

Pugna ainda pela oitiva das seguintes testemunhas:

1) Adélia Pereira Duarte;
2) Sílvia do Socorro Souza Primo;
3) Sebastião Francisco Rodrigues;
4) Paulo Roberto de Melo

Arapuá/MG, 23 de dezembro de 202022

VIRGÍNIA OLIVEIRA CORRÊA SILVA
OAB/MG 117774

ESCRITO POR

Redação Paranaíba Agora

O portal Paranaíba Agora completa oito anos levando informação com responsabilidade e credibilidade para todo Alto Paranaíba.

O caso foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Rio Paranaíba para as providências cabíveis.

Histórico citado na ocorrência

O boletim de 2026 também menciona um episódio registrado em 2022 envolvendo o vereador e familiares da vítima.

Na ocasião, conforme outro boletim de ocorrência ao qual a redação também teve acesso, uma diretora escolar denunciou ter sido alvo de ofensas verbais feitas por Gilson durante uma sessão da Câmara Municipal de Arapuá transmitida ao vivo pelas redes sociais do Legislativo.

em uma das mãos. Apesar disso, segundo o relato, não houve agressão física nem tentativa direta de ataque com a arma branca.

O boletim aponta ainda que houve troca de ofensas verbais entre as partes.

Após o registro da ocorrência, os militares realizaram diligências para localizar o vereador, porém ele não foi encontrado nem na residência nem no consultório odontológico. Em contato telefônico com os policiais, Gilson informou que estava fora da cidade e retornaria posteriormente.

Ainda segundo o registro, Gilson teria dito frases como: “Naquele dia, na praça, você manifestou contra mim porque estava protegido pela polícia; manifesta agora, se você for homem”.

A vítima relatou também que o vereador portava um canivete na mão durante a discussão. De acordo com o boletim, o parlamentar ainda teria chamado a vítima de “vagabundo” e afirmado que ela “não era homem”.

Uma testemunha ouvida pela Polícia Militar confirmou ter presenciado a discussão e afirmou que viu o vereador com um canivete

ofensas verbais e intimidação por parte do vereador dentro do estabelecimento comercial.

Conforme o boletim, a vítima informou que entrou na loja para realizar compras quando encontrou Gilson no interior do local. Segundo o relato, ao perceber sua presença, o vereador iniciou provocações relacionadas a uma antiga manifestação ocorrida em frente à Câmara Municipal de Arapuá.



O vereador de Arapuá, Gilson da Cunha Matos, foi denunciado após uma discussão registrada na manhã do dia 9 de maio de 2026 em um depósito de materiais de construção no bairro Bela Vista, em Arapuá.

Segundo o registro policial, que a redação do Paranaíba Agora teve acesso com exclusividade, a vítima compareceu ao quartel da PM relatando que foi alvo de provocações,

POLÍCIA/POLÍTICA

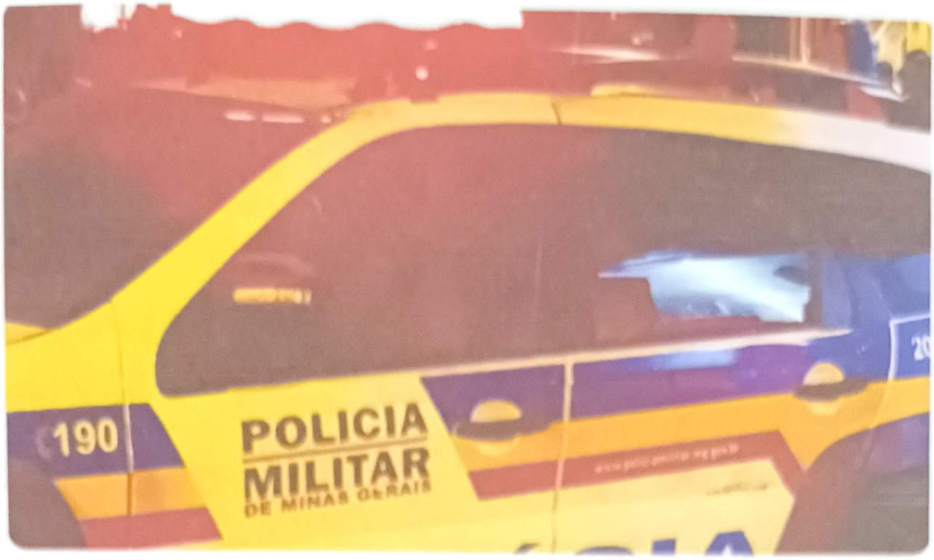
Vereador de Arapuá é denunciado após discussão com ameaças e uso de canivete em depósito de materiais de construção

Redação do Paranaíba Agora teve acesso exclusivo ao boletim de ocorrência registrado pela Polícia Militar

Por **Redação Paranaíba Agora** • 17/05/2026 às 18:41

• 2 min de leitura

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 184



O vereador de Arapuá, Gilson da Cunha Matos, foi denunciado após uma discussão registrada na manhã do dia 9 de maio de 2026 em um depósito de materiais de construção no bairro Bela Vista, em Arapuá.

Segundo o registro policial, que a redação do Paranaíba Agora teve acesso com exclusividade, a vítima compareceu ao quartel da PM relatando que foi alvo de provocações,

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAPUÁ/MG
FLS 185
P

ofensas verbais e intimidação por parte do vereador dentro do estabelecimento comercial.

Conforme o boletim, a vítima informou que entrou na loja para realizar compras quando encontrou Gilson no interior do local. Segundo o relato, ao perceber sua presença, o vereador iniciou provocações relacionadas a uma antiga manifestação ocorrida em frente à Câmara Municipal de Arapuá.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 186

Ainda segundo o registro, Gilson teria dito frases como: "Naquele dia, na praça, você manifestou contra mim porque estava protegido pela polícia; manifesta agora, se você for homem".

A vítima relatou também que o vereador portava um canivete na mão durante a discussão. De acordo com o boletim, o parlamentar ainda teria chamado a vítima de "vagabundo" e afirmado que ela "não era homem".

Uma testemunha ouvida pela Polícia Militar confirmou ter presenciado a discussão e afirmou que viu o vereador com um canivete

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 187

em uma das mãos. Apesar disso, segundo o relato, não houve agressão física nem tentativa direta de ataque com a arma branca.

O boletim aponta ainda que houve troca de ofensas verbais entre as partes.

Após o registro da ocorrência, os militares realizaram diligências para localizar o vereador, porém ele não foi encontrado nem na residência nem no consultório odontológico. Em contato telefônico com os policiais, Gilson informou que estava fora da cidade e retornaria posteriormente.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ
FLS 198

O caso foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Rio Paranaíba para as providências cabíveis.

Histórico citado na ocorrência

O boletim de 2026 também menciona um episódio registrado em 2022 envolvendo o vereador e familiares da vítima.

Na ocasião, conforme outro boletim de ocorrência ao qual a redação também teve acesso, uma diretora escolar denunciou ter sido alvo de ofensas verbais feitas por Gilson durante uma sessão da Câmara Municipal de Arapuá transmitida ao vivo pelas redes sociais do Legislativo.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 189

ESCRITO POR

Redação Paranaíba Agora

O portal Paranaíba Agora completa oito anos levando informação com responsabilidade e credibilidade para todo Alto Paranaíba.

Digitalizado com CamScanner

RECEBI EM
26 / 05 / 2026
14 hs 53 m

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 190

Arapuá/MG, 26 de maio de 2026

OFÍCIO Nº 001/2026
INTERESSADA: Câmara Municipal de Arapuá/MG
ASSUNTO: Manifestação de adesão institucional à denúncia por quebra de decoro parlamentar protocolada em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS

Senhor Presidente,

O DIRETÓRIO MUNICIPAL DO MDB DE ARAPUÁ/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES NETO, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, manifestar **ADESÃO INSTITUCIONAL** à denúncia por quebra de decoro parlamentar protocolada nesta data perante a Câmara Municipal de Arapuá em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, relacionada aos fatos descritos no Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001.

A presente manifestação não possui finalidade de substituição ou duplicidade da denúncia originariamente apresentada pelo cidadão legitimado, mas objetiva reforçar institucionalmente a necessidade de apuração político-administrativa dos fatos narrados, diante de sua inequívoca repercussão ética, política e institucional perante a comunidade arapuense.

Os fatos narrados na representação originária, em tese, revelam possível conduta incompatível com o decoro parlamentar, especialmente à luz do disposto no artigo 42, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Arapuá, segundo o qual perderá o mandato o Vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

A repercussão pública do episódio, associada ao contexto político em que os fatos teriam ocorrido e à condição de representante popular exercida pelo denunciado, ultrapassa interesses meramente individuais ou privados, alcançando dimensão institucional apta a justificar a regular atuação fiscalizatória e ética desta Casa Legislativa.

Nesse contexto, o MDB de Arapuá entende que a preservação da dignidade do mandato parlamentar, da credibilidade institucional do Poder Legislativo Municipal e da confiança da população nas instituições democráticas locais exige a instauração do adequado processo político-administrativo, com observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Dessa forma, requer:

a) seja recebida a presente manifestação de adesão institucional aos termos da denúncia já protocolada;

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAPUÁ/MG
FLS. 191

b) seja a presente juntada aos autos do procedimento político-administrativo correspondente;

c) seja observada, no processamento da denúncia, a incidência do artigo 42, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Arapuá, em conjunto com o artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevado apreço e respeito institucional.

JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES NETO
Presidente do Diretório Municipal do MDB de Arapuá/MG

Excelentíssimo Senhor
Vereador Paulo Henrique Fernandes Ribeiro
DD. Presidente da Câmara Municipal
Arapuá/MG

Digitalizado com CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOSE ANTONIO GONCALVES NETO

1ª HABILITAÇÃO
25/09/1986

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
19/05/1967 ARAPUA/MG

4a DATA EMISSÃO
29/02/2024

4b VALIDADE
29/02/2029

ACC
D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
M3744146 SSP MG

4d CPF
534.204.706-49

5 Nº REGISTRO
04079785244

5 DAT. HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
DARIO GONCALVES DE OLIVEIRA

CELI CANDIDA PEREIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

2781154018



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
JOSE ANTONIO GONCALVES NETO

DATA DE NASCIMENTO
19/05/1967

Nº INSCRIÇÃO
0193 4636 0213

ZONA
236

SEÇÃO
0002

MUNICÍPIO / UF
ARAPUÁ/MG

DATA DE EMISSÃO
07/03/2015

JUIZ ELEITORAL

Des. Gerado Arreta de Almeida
Presidente TREMG

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 191

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ MG FLS 192

Ata da 2ª Sessão Legislativa, 1° Período Legislativo de 2026, Oitava Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, realizada no dia 26 (vinte e seis) de maio de 2026, às 19:00h (Dezenove) horas, no Salão de Reuniões "Vereador Círio Pio Dos Santos". O Presidente **Paulo Henrique Fernandes Ribeiro** deu início à Reunião "Em nome de Deus e do povo de Arapuá, havendo quórum regimental, declarando a sessão aberta". Foi feita pela vereadora Camile a leitura bíblica do "Salmo 134" e em seguida a oração do Pai Nosso. Efetuada a chamada, presentes os Vereadores: **Camile Emanuela Marques Silva, Gilson da Cunha Matos, Luciana da Silva Mendonça, Paulo Henrique Fernandes Ribeiro, Paulo Luiz Ferreira, Thiago Henrique de Oliveira** e **William Andrei Marques**, ausente os vereadores **Antônio Augusto de Bessa** e **Paulo Roberto de Melo**. Contamos com a presença do Assessor Jurídico da Câmara Juliano Gonçalves Nunes Teixeira, da Controladora Interna da Câmara Patricia Aparecida Rodrigues de Oliveira, da Assessora da Presidência Edilene Gonçalves dos Santos e do Secretário Legislativo da Câmara Wanderson Oliveira de Morais. Depois de feita a chamada dos Vereadores, entregues e lidas as correspondências, iniciou-se o expediente do dia. Foi feita pelo Primeiro Secretário, Vereador William Andrei Marques, a leitura da Ata da Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, realizada no dia 12 (doze) de maio de 2026, que foi discutida e votada e aprovada por 6x0 (seis votos favor e nenhum contra). Antes de discutir as proposições, o Presidente da Câmara Municipal informou aos presentes que fora protocolado na Câmara Municipal de Arapuá/MG, na data de 26 de junho de 2026, **denúncia formulada em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, por suposta prática de infração político-administrativa relacionada a quebra de decoro parlamentar**. Para fins de esclarecimento acerca do rito a ser observado pelo Poder Legislativo Municipal, o Presidente da Câmara, Sr. Paulo Henrique, solicitou ao Assessor Jurídico da Casa, Sr. Juliano Gonçalves Nunes Teixeira, que prestasse esclarecimentos aos Vereadores e aos presentes sobre o procedimento a ser adotado pela Câmara Municipal. Em sua manifestação, o Assessor Jurídico informou que o rito aplicável ao caso é o previsto no Decreto-Lei nº 201/1967, uma vez que inexiste rito próprio previsto na Lei Orgânica Municipal, em se tratando de apuração de denúncia referente à suposta prática de infração político-administrativa relacionada à quebra de decoro parlamentar. Esclareceu que, inicialmente, compete ao Presidente da Câmara proceder à leitura integral da denúncia em plenário, submetendo, em seguida, ao crivo dos Vereadores a deliberação acerca do recebimento ou arquivamento da denúncia. Ressaltou que, sendo a denúncia recebida pelo plenário, deverá ser constituída Comissão Processante, composta por 03 (três) membros, incumbida da condução do processo de apuração dos fatos narrados. Destacou, ainda, que à Comissão caberá assegurar ao denunciado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante disponibilização de todos os documentos pertinentes ao processo, realização de instrução processual, oitivas de testemunhas e do denunciado, bem como a prática dos demais atos necessários à elucidação dos fatos. Por fim, esclareceu que, concluída a fase de instrução processual e apresentada a defesa final pelo acusado, a Comissão Processante deverá elaborar parecer conclusivo, opinando pelo arquivamento da denúncia ou pelo reconhecimento da prática de infração político-administrativa. Salientou, contudo, que referido parecer possui

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAPUÁ/MG
FLS. 193

caráter opinativo e não vinculante, devendo ser submetido à apreciação do plenário, a quem compete deliberar, mediante votação qualificada de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, acerca da ocorrência ou não da infração político-administrativa, cuja sanção prevista é a cassação do mandato parlamentar do denunciado. Na sequência, o Presidente da Câmara Municipal de Arapuá, solicitou ao Primeiro-Secretário procedeu-se à leitura integral da denúncia apresentada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO, a qual fora subscrita pelo Partido Político MDB, representado pelo presidente José Antônio Gonçalves Neto, conforme segue em anexo a presente Ata. Encerrada a leitura da denúncia, o Presidente da Câmara Municipal informou que ao Parlamentar denunciado será assegurado o exercício do direito de defesa, observados os prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável. Esclareceu, ainda, que o Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, por figurar como parte diretamente interessada no processo, encontra-se legalmente impedido de participar da votação, nos termos da legislação pertinente. Na sequência, o Presidente submeteu ao Plenário a deliberação acerca do recebimento da denúncia, a qual restou recebida por unanimidade dos Vereadores aptos a votar, registrando-se 05 (cinco) votos favoráveis e 0 (zero) votos contrários, nos termos do artigo 7º, inciso III, c/c artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967. Recebida a denúncia, ato contínuo, procedeu-se ao sorteio dos Vereadores aptos a compor a Comissão Processante, na forma prevista no Decreto-Lei nº 201/1967, restando sorteados os seguintes parlamentares: **Camile Emanuela Marques Silva, Thiago Henrique de Oliveira e Paulo Luiz Ferreira**. Ficou deliberado que a Comissão Processante terá a seguinte composição: **Presidente – Vereadora Camile Emanuela Marques Silva; Relator: Thiago Henrique de Oliveira, e Vogal/Membro: Paulo Luiz Ferreira**. Em ato contínuo, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Paulo Henrique, passou-se então à discussão das proposições da ordem do dia. Inicialmente as proposições foram analisadas no âmbito das comissões permanentes. O **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 21 DE 12 DE MAIO DE 2026 Dispõe sobre o serviço de transporte individual remunerado de passageiros por táxi no Município de Arapuá/MG, estabelece normas de autorização, operação e fiscalização, e dá outras providências**. Foi analisado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aprovado por 3x0 (três votos a favor e nenhum contra), e pela Comissão de Serviços Públicos foi aprovado por 2x0 (dois votos a favor e nenhum contra), ausente o Vereador Antônio Augusto de Bessa. O **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15 DE 15 DE ABRIL DE 2026 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências**. Foi analisado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aprovado por 3x0 (três votos a favor e nenhum contra), e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentaria foi aprovado por 2x0 (dois votos a favor e nenhum contra), ausente o Vereador Paulo Roberto de Melo. As Comissões Permanentes emitirão seus pareceres escritos com o auxílio do Assessor Jurídico da Câmara. Evolui-se para a ordem do dia, com a seguinte conclusão: O **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 21 DE 12 DE MAIO DE 2026 Dispõe sobre o serviço de transporte individual remunerado de passageiros por táxi no Município de Arapuá/MG, estabelece normas de autorização, operação e fiscalização, e dá outras providências**. Foi discutido, votado e

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 194

aprovado por 6x0 (seis votos a favor e nenhum contra). O **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 22 DE 25 DE MAIO DE 2026 Dispõe sobre a utilização onerosa de espaços públicos municipais para realização de eventos particulares no Município de Arapuá, institui preço público pela cessão de uso, estabelece regras de utilização, responsabilidades e dá outras providências**. Após discussão da matéria em plenário, o Vereador Gilson da Cunha Matos solicitou vista do Projeto, o qual foi submetido à deliberação do Plenário e este foi aprovado por aprovado por 6x0 (seis votos a favor e nenhum contra). O **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15 DE 15 DE ABRIL DE 2026 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências**. O Presidente retirou o Projeto de Lei da Pauta, determinando apenas a votação da A EMENDA Nº 001 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15 DE 15 DE ABRIL DE 2026, DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG, de autoria do Vereador Gilson da Cunha Matos. Foi discutida, votado e rejeitada por 5x1 (cinco votos contra e um voto a favor). Encerrada a votação, passou-se aos assuntos de interesse interno da casa. E, não havendo mais nada para o momento o Presidente Paulo Henrique Fernandes Ribeiro, declarou encerrada a sessão às 20h44min (vinte horas e quarenta e quatro minutos), e para que conste, Wanderson Oliveira de Morais, Secretário Legislativo, lavrou a presente ata, que depois de lida por mim, William Andrei Marques, será discutida, votada e assinada pelo, Presidente, Vice-Presidente, Secretários, demais edis presentes e por ele.

Assinatura de Todos os Parlamentares Presentes na Sessão:

Presidente:
Paulo Henrique Fernandes Ribeiro / MDB

Vice-Presidente:
Camile Emanuela Marques Silva / MDB

Primeiro-Secretário:
William Andrei Marques / PL

Segundo-Secretário:
Thiago Henrique de Oliveira / MDB

Gilson da Cunha Matos / PSD

Luciana Da Silva Mendonça / PL

Paulo Luiz Ferreira /PL

Secretario Legislativo:
Wanderson Oliveira de Morais

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 195

Arapuá/MG, 31 de maio de 2026.

OFÍCIO Nº 29/2026
Assunto: Encaminhamento dos autos da Comissão Processante nº 01/2026

Senhora Presidente,

Em cumprimento à deliberação plenária ocorrida na Sessão da Câmara Municipal de Arapuá/MG realizada em 26 de maio de 2026, ocasião em que foi recebida denúncia formulada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, por suposta prática de infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, encaminho a Vossa Excelência os autos integrais da Comissão Processante nº 01/2026 para adoção das providências legais e regimentais cabíveis.

Encaminham-se os seguintes documentos:

1. denúncia apresentada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO;
2. documentos pessoais e eleitorais do denunciante;
3. Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001;
4. documentos relativos aos fatos pretéritos mencionados na denúncia;
5. documentos jornalísticos e demais elementos probatórios apresentados;
6. ata da sessão de recebimento da denúncia;
7. Portaria nº 07/2026 de constituição da Comissão Processante.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Paulo Henrique Fernandes Ribeiro
Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssima Senhora
Vereadora Camile Emanuela Marques Silva
DD. Presidente da Comissão Processante nº 01/2026
Câmara Municipal de Arapuá

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 196

PORTARIA DO PODER LEGISLATIVO Nº 07 DE 31 DE MAIO DE 2026

Institui Comissão Processante para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída a Vereador, nomeia os respectivos membros e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Arapuá/MG, no uso das atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o recebimento, pelo Plenário da Câmara Municipal, da denúncia formulada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, inciso III, c/c artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967;

CONSIDERANDO o sorteio realizado em sessão plenária para composição da Comissão Processante,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Processante nº 01/2026, destinada à apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, consistente em possível quebra de decoro parlamentar.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão Processante nº 01/2026 os seguintes Vereadores:

I – Camile Emanuela Marques Silva – Presidente;

II – Thiago Henrique de Oliveira – Relator;

III – Paulo Luiz Ferreira – Vogal.

Art. 3º O procedimento observará o rito estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, assegurando-se ao denunciado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

Art. 4º O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

PUBLICADO

/ /

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 197

Art. 5º O processo deverá ser concluído no prazo legal de 90 (noventa) dias, contados da efetiva notificação do denunciado, sob pena de arquivamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Arapuá/MG, 31 de maio de 2026.

Presidente
Paulo Henrique Fernandes Ribeiro / MDB

Vice-Presidente
Camile Emanuela Marques Silva / MDB

Primeiro-Secretário
William Andrei Marques / PL

Segundo-Secretário
Thiago Henrique de Oliveira / MDB

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 198

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE
Comissão Processante nº 01/2026

Aos 31 dias do mês de maio de 2026, às 08h00mim, na sede da Câmara Municipal de Arapuá/MG, situada na Praça São João Batista, nº 100, Centro, reuniram-se os membros da Comissão Processante nº 01/2026, instituída em decorrência do recebimento, pelo Plenário da Câmara Municipal, de denúncia formulada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, por suposta prática de infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967.

Presentes os Vereadores Camile Emanuela Marques Silva, como Presidente da Comissão Processante, Thiago Henrique de Oliveira, como Relator da Comissão Processante e Paulo Luiz Ferreira, como Vogal/Membro da Comissão Processante.

Verificada a presença de todos os membros da Comissão Processante, declarou a Sra. Presidente formalmente instalada a Comissão Processante nº 01/2026.

Inicialmente, a Presidente designou a servidora Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira para secretariar os trabalhos da Comissão, auxiliando na organização processual, lavratura de atas, expedição de documentos e demais atos administrativos necessários ao regular andamento do procedimento.

Na sequência, determinou a Sra. Presidente a leitura da denúncia apresentada, dos documentos que a instruem, da ata da sessão plenária de recebimento da denúncia e da Portaria nº 07/2026, que instituiu a presente Comissão Processante.

Após discussão entre os membros da Comissão, deliberou-se:

1. que a Comissão Processante assegurará rigorosamente ao denunciado GILSON DA CUNHA MATOS o exercício do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;
2. que o procedimento observará o rito estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, aplicado ao caso por força do artigo 7º, inciso III, do referido diploma legal;
3. que seja o denunciado regularmente notificado, com remessa de cópia integral da denúncia e dos documentos que a instruem, para apresentação de defesa prévia, por escrito, no prazo legal de 10 (dez) dias, indicando as provas que pretenda produzir;

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 199

4. que eventual ausência do denunciado em local incerto ou não sabido ensejará sua notificação por edital, na forma da legislação aplicável;
5. que, decorrido o prazo para apresentação de defesa prévia, com ou sem manifestação do denunciado, a Comissão Processante deliberará acerca do prosseguimento da denúncia e da produção das provas requeridas;
6. que todos os atos processuais serão devidamente documentados e juntados aos autos da Comissão Processante nº 01/2026.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, segue devidamente assinada pelos membros da Comissão Processante.

Camile Emanuela Marques Silva
Camile Emanuela Marques Silva
Presidente

Thiago Henrique de Oliveira
Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Paulo Luiz Ferreira
Paulo Luiz Ferreira
Vogal/Membro

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ
ARAPUÁ/MG
FLS. 200

CITAÇÃO DO DENUNCIADO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Notificante: COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026
Notificado: GILSON DA CUNHA MATOS

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada no âmbito da Câmara Municipal de Arapuá para apuração de suposta infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, com fundamento no artigo 7º, inciso III, c/c artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, NOTIFICA o Vereador GILSON DA CUNHA MATOS para que apresente DEFESA PRÉVIA, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, contado do recebimento da presente citação, podendo indicar as provas que pretenda produzir e arrolar testemunhas, na forma da legislação aplicável.

A presente notificação acompanha:
a) cópia integral da denúncia;
b) cópia dos documentos que instruem a denúncia;
c) cópia da Portaria nº 07/2026;
d) cópia da ata de instalação da Comissão Processante nº 01/2026.

Fica o notificado advertido de que o procedimento seguirá regularmente, independentemente da apresentação de defesa, assegurados, em qualquer hipótese, os direitos constitucionais ao contraditório e à ampla defesa.

Arapuá/MG, 31 de maio de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

Ciente em: 01/06/2026, às 14 h 19 min.

GILSON DA CUNHA MATOS

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 201

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, situado na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, nº 240, bairro Centro, no Município de Arapuá/MG, CEP 38860-000, com a finalidade de proceder à sua citação acerca da instauração da Comissão Processante nº 01/2026, bem como entregar cópia integral da denúncia e dos documentos que a instruem.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente os documentos e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber os documentos e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 01 de junho de 2026.

Patrícia Ap. Rodrigues de Oliveira

Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira
Servidora Responsável

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 202

Recebido em 02/06/26 às 08:19 Patrícia

EXCELENTÍSSIMA SENHOR VEREADORA PRESIDENTA DA COMISSÃO PROCESSANTE Nº 001/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ – MG

GILSON DA CUNHA MATOS, brasileiro, vereador, casado, filho de Maria Ferreira da Cunha Matos e Lázaro Francisco de Matos, inscrito no CPF nº 593.139.946-15 e RG nº 4.157.499, residente na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros nº 240, Centro, Arapuá – MG, por meio de seu advogado com escritório na Rua João Leandro 190, centro, Rio Paranaíba – MG, e-mail: juridicopmrp@hotmail.com, telefone 34 99907-0990, vem a presença dessa Comissão Parlamentar, requerer juntada de procuração e requerer que todas as intimações seja realizada a esse procurador.

Termos que,

Pede e espera o deferimento.

Rio Paranaíba, 01 de junho de 2026

HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA

OAB/MG 139707

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 203

PROCURAÇÃO *"AD JUDICIA" E "AD NEGOCIA"*

OUTORGANTE: **GILSON DA CUNHA MATOS**, brasileiro, vereador, casado, filho de Maria Ferreira da Cunha Matos e Lázaro Francisco de Matos, inscrito no CPF nº 593.139.946-15 e RG nº 4.157.499, residente na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros nº 240, Centro, Arapuá - MG

OUTORGADO – **HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA,** brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 139707 e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.352.296-44; com escritório em Rio Paranaíba, na Rua João Leandro, 190, Centro, Tel-Fax 34 3855-3208, e-mail: juridicopmrp@hotmail.com

PODERES - São conferidos aos outorgados os poderes contidos na cláusula "ad judicia" e "ad negocia", para o foro em geral, em qualquer instância, juízo ou tribunal, ainda que administrativos, órgãos públicos, substabelecer com ou sem reserva de poderes, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender as contrárias, podendo para tanto, transigir, desistir, firmar compromissos, fazer acordos, adjudicar, receber e dar recibo e quitações, receber, receber citações, contestar, impugnar, embargar, recorrer, receber intimações, confessar em juízo ou fora dele, e praticar os demais atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato em especial para **propor defesa na Comissão Processante nº 01/2026 na Câmara Municipal de Arapuá - MG e propor medida judiciais cabiveis**.

Rio Paranaíba, 01 de junho de 2026

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS 204 P
Recebido em 10/06/26 às 15:49
Patrícia

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTA DA COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ – MG

GILSON DA CUNHA MATOS, brasileiro, vereador, casado, filho de Maria Ferreira da Cunha Matos e Lázaro Francisco de Matos, inscrito no CPF nº 593.139.946-15 e RG nº 4.157.499, residente na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros nº 240, Centro, Arapuá – MG, por meio de seu advogado, vem a presença dessa Comissão Processante apresentar sua **DEFESA PRÉVIA** pelos fatos e fundamentos a seguir:

REFLEXÃO SOBRE ESSES FATOS – JULGAMENTO POLÍTICO/ADMINISTRATIVO – ADVERSÁRIO POLÍTICO E PONTO CRUCIAL DO JULGAMENTO DO SEMELHANTE

O Papa Francisco em uma de suas falas durante a cerimônia de encerramento do Encontro de Juízes Panamericanos sobre Direitos Sociais e Doutrina Franciscana, na Cidade do Vaticano disse:

> "(...) Aproveito esta oportunidade **para manifestar a minha preocupação com uma nova forma de intervenção externa nos cenários políticos dos países, através do uso indevido de procedimentos legais e tipificações judiciais**. O lawfare, além de colocar a democracia dos países em sério risco, é utilizado para minar os processos políticos emergentes e incentivar a violação sistemática dos direitos sociais. A fim de garantir a qualidade institucional dos Estados, **é fundamental detectar e neutralizar este tipo de prática que resulta de uma**

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 205

> **atividade judicial imprópria em combinação com operações midiáticas paralelas. E todos estamos familiarizados com o julgamento antecipado pela mídia**. (...)

Senhores Julgadores, essa fala recaí perfeitamente no caso que será apreciados por Vossas Excelências, pois o Vereador Gilson já está pré-julgado a cassação de seu mandato perante a manifestação de seus adversários políticos na sociedade de Arapuá.

Da mesma forma, fazemos a seguinte pergunta a cada um de nos envolvidos nesse julgamento: **Por qual motivo foi dado ampla divulgação midiático ao atrito verbal ocorrido entre as partes? Por qual motivo foi dado ampla divulgação midiático ao recebimento da denúncia pelo parlamento? Quem repassou essas notícias a imprensa? A notícia foi divulgada da maneira correta que ocorreu os fatos, onde ambos agrediram mutualmente?**

Façam essas perguntas a cada um de vocês e comparem com a fala do Papa Francisco!

Por fim, trago uma fala do Senhor Jocivaldo dos Anjos, o qual é professor e prefeito do município de Antônio Cardoso, sob **A política da vingança e a vingança da política.**

> "(...) **A política se vinga do político. O político que não desce do palanque é convidado a sair da gestão**. O político que é somente gestão é desconvidado a subir ao palanque novamente. O emaranhado da política requer muita sabedoria. E isso deve vir com metas estabelecidas na gestão, foco nos resultados e buscas constantes de aceitação popular, para que não haja desencontros entre a política e a gestão. Mas, em nenhuma das atitudes tomadas, o fígado deve ser um parâmetro.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 206

A raiva, o ódio, a vingança e outros tantos sentimentos desprezíveis não devem fazer parte do repertório e do cardápio do político. Por outro lado, o altruísmo, o amor, a sabedoria e o diálogo devem ser um orientador constante. Isso difere o político do eleito. Às vezes, o eleito não necessariamente é um político. Às vezes pensa na política numa ideia patrimonialista, totalitarista, revanchista e não no seu sentido amplo do que deve ser a política: a arte do diálogo e da construção coletiva.

(...)

Fazer política com vingança é semear maldades em terra fértil. Porque isso nasce e cresce. E, na hora que formos ao quintal pegar os frutos, teremos os frutos das sementes que plantamos. Quem planta manga não colhe jaca. A gente pode topar ser um gestor de um grupo ou ser o gestor de um povo. **O que separa um do outro é o tamanho da nossa grandeza. Grandeza espiritual**.

A gente tá de passagem e devemos entender o que estamos semeando em nossa passagem. **Que fotografia a gente quer ter ao término dela. Isso deve orientar nosso que fazer.**

Julgar seu semelhante não é um papel fácil, mas esperamos um julgamento justo e imparcial, respeitando a legislação, e principalmente, onde cada um dessa Comissão Processante irá analisar os fatos ocorridos dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, **não deixado as interferência midiáticas e políticas contaminar o julgamento**, pois como dito sempre pelo "**Frei Gilson em seus Rosários ESTAMOS AQUI DE PASSAGEM**" e cada um de nós queremos viver **Provérbios 3:24: *"Quando você se deitar, não terá medo; o seu sono será suave e tranquilo."*** ,

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 207

Pois a Política é passageira.....

DOS FATOS

Narra a peça inicial da denúncia em resumo o seguinte:

> "(...) Conforme registro no Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001, lavrado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no dia 09 de maior de 2026, por volta das 10h30min, o denunciante compareceu ao estabelecimento comercial denominado "ED Casa", situado no Bairro Bela Vista, Município de Arapuá/MG, ocasião em que encontrou o denunciado no interior do referido comércio.
>
> Segundo consta do histórico policial, ao perceber a presença do denunciante, o denunciado passou imediatamente a dirigir-lhe palavras em tom de provocação e intimação, afirmando: "Aquele dia, na praça, você manifestou contra mim, porque estava protegido pela polícia; manifesta agora, se você for homem."
>
> (...) ainda conforme registrado, o denunciado passou a proferir ofensas verbais contra o denunciante, chamando-o de "vagabundo" e afirmando reiteradamente que ele "não era homem".

Narra, ainda, a inicial que o denunciado estava, portanto, um canivete em uma das mãos, durante a discussão verbal, e que todo o ocorrido foi na presença da testemunha Jhonatas Washington Pereira.

Na inicial, o denunciante faz menção a atritos já ocorridos entre eles no ano de 2021 e sua esposa Adélia no ano de 2022, fazendo a citação do REDS nº 2022-042711749-001 e processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 208

Afirma que em razão do reds e processo citados acima, o denunciado teve em seu desfavor representação por quebra de decoro por falar mal da esposa do denunciante em plenário da Câmara no ano de 2022.

Ressalta na inicial, que o denunciante e o denunciado já existem um histórico de conflito anterior, fazendo menção a fatos pretéritos a essa legislatura, o que enseja uma quebra do decoro parlamentar.

Faz menção que os fatos ocorridos em âmbito privado, está tendo uma repercussão pública e midiática, o que caracteriza um impacto institucional perante a sociedade arapuense.

Cita que o cabimento da denúncia está no art.7, inciso III do Decreto-Lei 201/1967, Art.42, inciso II e §1º da Lei Orgânica do Município de Arapuá e relaciona para o processamento do denunciado os artigos 45, I e art. 59, VII do Regimento Interno da Câmara, bem como o art. 30, §6º da Lei Orgânica Municipal.

Como justificativa da quebra do decoro parlamentar, sustenta que *"(...)os fatos narrados extrapolam, de forma evidente, os limites de mero desentendimento privado ou discussão ocasional entre particulares. Isso porque o denunciado, valendo-se da condição de agente político local e fazendo referência explícita à manifestação política anteriormente realizada pelo denunciante em frente à Câmara Municipal, dirigiu-lhe provocações, ofensas pessoais e comportamento potencialmente intimidatório em ambiente público, enquanto portava ostensivamente um canivete em uma das mãos."*

Ao final pleiteou a abertura do processo de cassação do mandato do Denunciado, justificando suas razões da seguinte forma:

> **"(...) Diante da gravidade dos fatos, da repercussão institucional da conduta e da necessidade de preservação da respeitabilidade do Poder Legislativo Municipal, revela-se plenamente legítima e juridicamente necessária a apuração da infração**

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 209

político-administrativa narrada, em tese passível de enquadramento nas hipóteses previstas no artigo 7º do Decreto-Lei nº 201/1967, inclusive na penalidade de cassação do mandato, caso os fatos sejam confirmados no curso regular instrução processual."

Indica como meio de provas o boletim de ocorrência REDS nº 2026-021178676-001; documentos jornalísticos relacionado aos fatos e oitiva das testemunhas arroladas.

Faz a juntada de uma relação de documentos anexos, relacionando cada documento com os fatos narrados na inicial.

Ao final pede a cassação do denunciado.

A denúncia foi lida em plenário e recebida no dia 26/05/2026.

Portaria de instituição da Comissão Processante nº 07 de 31 de maio de 2026, nomeando os membros da comissão.

Citação do denunciado em 01/106/2026.

É o essencial.

DA REJEIÇÃO LIMINAR DA REPRESENTAÇÃO POR INÉPCIA – NECESSÁRIO ARQUIVAMENTO

A peça de representação oferecida pelo Denunciante João Alves Neto é absolutamente inepta, eis que, a toda evidência, do confuso e descontextualizado relato inicial, não se infere quaisquer atos incompatíveis com o mandato ou atentatórios ao decoro parlamentar.

De fato, não é preciso muito para identificar que a presente representação, **verdadeiro instrumento de vingança pessoal**, busca, em última medida, **responsabilizar o**

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 210

Representado por atos praticados no estrito e regular exercício de seus deveres e prerrogativas constitucionalmente assegurados no ano de 2021 e 2022, tendo em vista, que ao tempo todo da inicial o advogado que subscreveu a petição para o denunciante, faz menção aos fatos pretéritos de outra legislatura, tanto que faz a juntada de cópia integral de documentos, reds, processo judicial e denúncia referente ao ano de 2021 e 2022.

DOC. 04 - REDS/Termo Circunstanciado de 2022 e **DOC. 05** - Processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555
Finalidade:

- demonstrar existência de episódio anterior envolvendo o denunciado;
- demonstrar repercussão institucional pretérita;
- contextualizar histórico de animosidade político-institucional;
- evidenciar possível padrão comportamental incompatível com o decoro parlamentar.

DOC. 06 – Representação/Denúncia anterior por quebra de decoro parlamentar
Finalidade:

- demonstrar que fatos semelhantes já motivaram provocação institucional da Câmara;
- reforçar relevância político-administrativa das condutas;
- demonstrar ausência de caráter isolado do episódio atual.

Ora, é desnecessário afirmar que constitui ônus do representante descrever o fato aludidamente antiético em toda a sua inteireza, de modo a permitir, desde logo, o exercício da ampla defesa pelo representado, que no caso em apreço, o denunciante tenta a qualquer custo trazer fatos de outra legislatura para ter conexão com o fato ocorrido no último dia 09/05/2026.

Argumentar fatos que não ocorreram nessa legislatura não tem o cordão para justificar a presente representação, ou seja, na representação o denunciante apenas tenta emplacar as ofensas verbais tais **como "vagabundo" e "não era homem", como fato desabonador que enseja uma quebra de decoro parlamentar**, sendo o único fato ocorrido durante essa legislatura do denunciado.

E por qual motivo que o denunciante tenta uma conexão dos fatos pretéritos com esse xingamento?

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 211 P

Essa resposta não foi citada na denúncia, **pois o denunciante falta com a verdade com esse parlamento**, ao confrontar o boletim de ocorrência REDS nº 2026-021178676-001, **o qual foi redigido de forma unilateral**, ou seja, a Polícia Militar não foi requisitada no local dos fatos, sendo o denunciante que foi no quartel da Polícia militar e contou sua versão dos fatos, mas versão essas de forma verdadeira e transparente, **as quais demonstram uma agressão verbal de ambas as partes.**

Vejamos o que os Policiais cita no REDS.

A EQUIPE POLICIAL MILITAR DE SERVIÇO NA CIDADE DE ARAPUÁ - MG FOI ACIONADA POR JOÃO ALVES NETO, O QUAL COMPARECEU AO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR EM ARAPUÁ, RELATANDO DESENTENDIMENTO OCORRIDO POR VOLTA DAS 10H30MIN, NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ED CASA, SITUADO NA RUA JOSÉ MACEDO DO AMARAL, Nº 73, BAIRRO BELA VISTA, NESTA CIDADE.

QUE GILSON TAMBÉM PASSOU A OFENDÊ-LO VERBALMENTE, CHAMANDO-O DE VAGABUNDO E AFIRMANDO QUE ELE NÃO ERA HOMEM. EM RAZÃO DAS OFENSAS PROFERIDAS, JOÃO ALVES AFIRMOU QUE HOUVE REVIDE VERBAL DE SUA PARTE.

Toda essa agressão verbal foi presenciada pela única testemunha presencial Jhonatas, **que disse aos policiais que as ofensas foram mútuas**, e que não houve agressão física e/ou utilização do canivete por parte do Denunciado, vejamos:

NO LOCAL DOS FATOS, OS MILITARES MANTIVERAM CONTATO COM A TESTEMUNHA JHONATAS, A QUAL RELATOU QUE SE ENCONTRAVA NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO QUANDO PRESENCIOU O ACIRRAMENTO VERBAL ENTRE JOÃO ALVES E GILSON. INFORMOU QUE, INICIALMENTE, NÃO PERCEBEU A DISCUSSÃO, IMAGINANDO TRATAR-SE DE CONVERSA EM TOM DE BRINCADEIRA, PORÉM, EM SEGUIDA, NOTOU A ALTERAÇÃO DO DIÁLOGO E A TROCA DE PROVOCAÇÕES E OFENSAS MÚTUAS.

RELATOU AINDA TER VISUALIZADO GILSON PORTANDO UM CANIVETE EM UMA DAS MÃOS DESDE ANTES DA CHEGADA AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL POR JOÃO ALVES. NÃO TENDO PRESENCIADO TENTATIVA DE GOLPE, AMEAÇA DIRETA COM O OBJETO OU AGRESSÃO FÍSICA ENTRE AS PARTES.

QUE PRESENCIOU AGRESSÕES VERBAIS MÚTUAS ENTRE GILSON E JOÃO ALVES.

A única testemunha presencial ao tempo todo do ocorrido, ao prestar depoimento perante a Autoridade Policial, confirmou a versão dada a Polícia Militar, reforçando que as agressões verbais foram de ambas as partes.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 212

Construção Ed Casa; QUE JOÃO, GILSON e VANDER são meus clientes; QUE no dia 9 de Maio de 2026, GILSON foi até minha loja para comprar peça para uma torneira; QUE enquanto estava atendendo GILSON, este pegou seu canivete e começou a tirar o veda rosca da torneira; QUE JOÃO chegou e foi procurar o que estava precisando; QUE fui anotar o que GILSON tinha comprado, momento em que ele foi até JOÃO; QUE de início achei que estavam se cumprimentando como amigos, pois não sabia que existia uma rixa entre eles; QUE não me recordo totalmente do que foi falado por eles, mas GILSON dizia algo parecido com: " você falou aquilo naquele dia, fala agora de novo"; QUE JOÃO ficou alterado e começou a falar mais alto com GILSON; QUE me recordo de JOÃO falar para GILSON passar o canivete em seu pescoço; QUE as ofensas foram mutuas embora eu não me lembre tudo o que foi falado; QUE VANDER que já estava na loja, foi até eles e tirou JOÃO de lá; QUE na hora fiquei muito assustado e não tive reação para separar eles até porque percebi que era uma discussão depois; QUE na minha percepção, GILSON em momento algum ameaçou JOÃO; QUE após esses fatos tomei conhecimento de que eles possuiam um desentendimento iniciado na Câmara Municipal há alguns anos e que GILSON também teria ofendido Adélia, " conforme se expressa.

Percebe-se que a testemunha disse ao Delegado que o denunciante pediu ao denunciado para passar o canivete em seu pescoço, além de estar bastante alterado e xingando o denunciado.

A outra testemunha que chegou no local durante os fatos, o Sr. Vander, não foi encontrada no dia dos fatos pela Polícia Militar, e ao prestar seu depoimento perante a Autoridade Policial, relatou que as agressões verbais foram praticadas de ambas as partes, e não somente pelo Denunciado, tendo inclusive tirado o denunciante do local.

verdade, sendo que a partir desse momento, não poderá faltar com a verdade ou omiti-la, sob pena de responder por crime de falso testemunho. Perguntado ao DEPOENTE sobre os fatos, respondeu que: " tem uma loja de móveis ao lado da loja de Jonathan e sempre vou lá pego o que preciso, Jonathan anota e vou embora; QUE neste dia, fui até a loja pegar alguns parafusos e GILSON estava próximo ao balcão; QUE fiz como de costume peguei o que precisava, Jonathan anotou e quando estava indo embora GILSON foi até JOÃO; QUE foi nesse momento em que vi JOÃO na loja; QUE GILSON dizia: " repete o que você falou na praça naquele dia, porque hoje não tem polícia para te proteger" ; QUE ambos proferiram ofensas, porém não me recordo tudo que disseram; QUE GILSON estava na posse de um canivete, mas não vi se estava aberto ou não; QUE fiquei um pouco nervoso e comecei a tremer; QUE fui até a minha loja e me acalmei um pouco, e depois retornei até a loja de Jonathan e levei JOÃO embora, " conforme se expressa.

Levando em consideração a única prova válida, juntada nos autos pelo Denunciante, que é o Reds, pois as demais provas/documentos foram de outra legislatura, a narrativa fática deve abranger, de forma clara e consistente, **as razões pelas quais as condutas imputadas**

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 213

teriam infringido deveres funcionais ou extrapolado prerrogativas, a fim de que possa haver o específico rebate fático e jurídico pelo Representado.

Importante registrar, sempre nessa senda, que o processo por quebra de decoro parlamentar, dada sua clara natureza sancionatória e disciplinar, deve guardar respeito não somente às regras previstas na Constituição Federal, como também ao que preveem o Código de Processo Penal e Código Penal.

Feito o paralelo, é oportuno registrar que art. 41 do Código de Processo Penal, analogicamente aplicável, prevê que a denúncia, necessariamente, deverá conter "**a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias", bem como "a classificação do crime**".

São inúmeras as manifestações da Suprema Corte no sentido da inviabilidade de **denúncias que não descrevem os fatos supostamente delitivos de modo a subsumi-los ao tipo proibitivo supostamente violado.**

No caso dos autos, a representação ofertada apontou apenas **escassa e genericamente** que o Representado teria praticado quebra de decoro parlamentar, por desentendimento pessoal, para assim supostamente prejudica-lo.

Deixou, todavia, de arrazoar, ao menos de forma minimamente convincente, não apenas em que consistiria e sustentaria a denúncia pela quebra de decoro parlamentar, deixando de apontar através da legislação específica em qual artigo enquadraria a atitude do parlamentar denunciado, pois para haver uma quebra de decoro nos termos do art. 7º, inciso III do Decreto-Lei 201/1967, deve haver uma conexão entre a ação penal e o processo político administrativo de cassação, pois a acusação alega fato tipificado como crime na Legislação Penal, deixando de apontar sua tipificação.

De fato, a partir das malversadas construções da peça de representação não é possível sequer identificar com a clareza

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 214

necessária qual teria sido efetivamente a quebra de decoro parlamentar perpetrada, pois a denúncia faz uma salada para confundir os parlamentares que irão analisar a denúncia, pois **inicia-se a denúncia com o fato ocorrido no dia 09/05/2026, e ao mesmo tempo já faz referência a desentendimento pessoais ocorridos em outra legislatura**, tentando confundir e levar esse parlamento ao erro na apreciação tão somente do fato ocorrido em 09/05/2026.

Vênia Concessa, mais parece a peça de representação uma queixa-crime em defesa de terceiros – no caso, o Sr. João Alves Neto e a Sra. Adélia Pereira Duarte Alves – sem qualquer relação, nem mesmo em tese, com o falta de decoro no exercício da atividade parlamentar desta legislatura.

De fato, a menos que se entenda, tal como o Representante, que o mero atrito verbal praticado de forma mútua entre as partes configuram quebra de decoro, não merece sequer ser processada a representação aqui objurgada.

Como visto, o Representante indica a suposta prática dos procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar previstos no art. 7º, inciso III do Decreto-Lei 201/1967.

> Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:
>
> I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
>
> II - Fixar residência fora do Município;
>
> III - **Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.**

Todavia, em nenhum momento da peça de representação são descritos fatos ou circunstâncias concretas que indiquem o

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 215

"abuso de prerrogativas" ou a "prática de irregularidades graves" pelo parlamentar Representado.

Em suma, não é possível enxergar na narrativa do Denunciante um nexo mínimo e razoável entre as condutas narradas e o tipo Decoro Parlamentar, fato que inviabiliza o próprio exercício do direito ao contraditório, na medida em que influi eficácia dos argumentos defensivos.

De fato, incumbia ao Representante a demonstração clara da subsunção das condutas reputadas ímprobas e antiéticas aos preceitos proibitivos previstos na legislação, sem a qual está eivada de vício insanável a representação.

Em tese poderia o Denunciante invocar na peça inicial a infração penal tipificada no art.140 do Código Penal, que seria a injúria, mas diante da dinâmica dos fatos, e tendo o próprio Denunciante confirmado para a Polícia Militar que houve agressões verbais mútuas, assim como o relatado e comprovado pelas testemunhas, esse tipificação/crime praticado em tese pelo Denunciado cai por terra nos termos do §1º, I e II do mesmo art.140 do Código Penal.

Injúria

Art. 140 - **Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro**:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - **O juiz pode deixar de aplicar a pena**:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 216

Em outras palavras, como houve uma agressão mútua, confirmada pelo denunciante e testemunhas, não haverá nenhuma infração penal a ser aplicada.

Nesse sentido é a jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

> EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - BRIGA ENTRE JOGADORES DE FUTEBOL - ÔNUS DA PROVA - ART.373, INCISO I, DO CPC/15.
> - Palavras de baixo calão, ofensas e injúrias dirigidas à parte em local público constituem agressão ilegítima e, por conseguinte, constituem danos morais por ofensa direta aos direitos de personalidade da vítima.
>
> - Nos termos do art.373, inciso I, do CPC/15 incumbe à parte autora o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, o que, in casu, implica a exigência de comprovação da ocorrência das ofensas e agressões verbais e físicas.
>
> - **Se o acervo probatório indica que ocorreram mútuas agressões entre as partes em um contexto belicoso após a realização de partida de futebol, inviável se reconhecer o direito a indenização ao requerente.**- Recurso ao qual se nega provimento. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.312804-0/001, Relator(a): Des.(a) Lílian Maciel , 20ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 20/03/2024, publicação da súmula em 21/03/2024)
>
> EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - INJURIA RACIAL - RECURSO MINISTERIAL - PEDIDO CONDENATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVA SEGURA - PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE E DO IN DUBIO

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 217

PRO REO - SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. No processo criminal vigora o princípio segundo o qual a prova, para alicerçar um decreto condenatório, deve ser irretorquível, cristalina e indiscutível. **Tratando-se de agressões mútuas e não havendo nos autos prova segura sobre a pratica do crime, deve ser mantida a sentença absolutória, consoante o princípio do in dubio pro reo.** (TJMG - Apelação Criminal 1.0024.13.340149-7/001, Relator(a): Des.(a) Rubens Gabriel Soares , 6ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 14/09/2021, publicação da súmula em 17/09/2021)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - INJÚRIA RACIAL - PRELIMINAR - OFERECIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - RECUSA MANIFESTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - **MÉRITO - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO - AGRESSÕES VERBAIS MÚTUAS - RETORSÃO IMEDIATA - ABSOLVIÇÃO DECRETADA**. - Diante da recusa manifestada pela douta Procuradoria-Geral de Justiça, que detém a atribuição para propositura do Acordo de Não Persecução Penal - ANPP, é de ser indeferido o pleito defensivo formulado nesse sentido. - **Não havendo provas suficientes da autoria do crime de injúria racial imputado à apelante e configurada hipótese de retorsão imediata, a decretação da absolvição é medida que se impõe**. (TJMG - Apelação Criminal 1.0000.24.467617-7/001, Relator(a): Des.(a) Agostinho Gomes de Azevedo , 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 14/05/2025, publicação da súmula em 14/05/2025)

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 218

De fato, incumbia ao Representante a demonstração clara da subsunção das condutas reputadas ímprobas e antiéticas aos preceitos proibitivos previstos na legislação, sem a qual está eivada de vício insanável a representação.

Feito essas considerações, **requer o reconhecimento da inépcia da inicial**, pela ausência do apontamento da tipificação da conduta que configuraria a quebra de decoro do parlamentar, **requerendo que essa Comissão Processante determine o arquivamento da representação**.

DA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA

Tal como ocorre no processo penal e no direito administrativo sancionador, o prosseguimento de processo por quebra de decoro parlamentar está **condicionado à presença de elementos probatórios mínimos para aferir a legitimidade da pretensão de punição posta**.

Conquanto o conceito de justa causa seja estranho ao Decreto-Lei 201/1967, colhe-se do processo penal a concepção segundo a qual **há justa causa para o prosseguimento de uma denúncia quando presentes indícios mínimos de autoria e de prova da materialidade do fato que se pretende punir.**

Trata-se de exigência significativa porquanto serve de óbice capaz de barrar, desde o nascedouro, acusações infundadas e sem um mínimo de lastro probatório.

Em recente decisão do e. TJMG publicada em 07/04/2026, foi reconhecido a ausência de justa causa em crime de injúria quando essa é praticada no calor da discussão.

> EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME DE INJÚRIA QUALIFICADA PELA CONDIÇÃO DE PESSOA IDOSA - **REJEIÇÃO DA DENÚNCIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA** - RECURSO NÃO

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 219

PROVIDO. 01. A justa causa para o exercício da ação penal exige lastro probatório mínimo que demonstre a viabilidade da acusação, sendo necessária a demonstração da tipicidade da conduta, inclusive sob o aspecto subjetivo. 02. No crime de injúria qualificada, é imprescindível a presença do dolo específico de ofender a honra subjetiva da vítima, valendo-se de elementos discriminatórios. 03. **Havendo o acervo indiciário demonstrado que as expressões foram proferidas no calor de uma discussão preexistente e acirrada entre vizinhos, sem animus injuriandi, necessário para a configuração do delito,** revela-se atípica a conduta. (TJMG - Rec em Sentido Estrito 1.0000.25.474575-5/001, Relator(a): Des.(a) Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro (JD Convocado) , 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 31/03/2026, publicação da súmula em 07/04/2026)

Como já mencionado no tópico anterior, as provas carreadas nos autos pelo Denunciante e agora juntada pelo Denunciado em sua defesa, demonstra cabalmente através do REDS e do depoimento das testemunhas prestadas na delegacia, que **houve uma agressão verbal mútua entre as partes no dia 09/05/2026**, o que na legislação penal tipifica o crime previsto no art. 140 do Código Penal

Art. 140 - **Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro**:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - **O juiz pode deixar de aplicar a pena**:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 220

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Aplicando-se a jurisprudência, ambos não irão responder a qualquer infração penal nos termos do do §1º, I e II do art.140 do Código Penal, o que por analogia deverá essa Comissão Processante aplicar no caso em tela, ante a agressão verbal mútua praticada entre o denunciante e denunciado.

Por fim, em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, o mesmo reconheceu que o Poder Judiciário poderá realizar o controle da justa causa nos processos de cassação, o que por si só, caberá essa Comissão Processante o acolhimento dessa preliminar:

> *"Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário referente à cassação de mandato de vereador por alegada quebra de decoro parlamentar. O STF, ao analisar o caso,* ***reconheceu a inexistência de justa causa para a instauração do processo de cassação, evidenciando a violação dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e legalidade.*** *[...] A justa causa é condição de procedibilidade do processo de cassação e está sujeita ao controle de legalidade realizado pelo Poder Judiciário." (ARE 1.364.825/SP, rel. min. Ricardo Lewandowski, julgado em 9/2/2022).*

A bem da verdade, a presente representação, na verdade, uma forma de perseguição e tentativa de intimidação intentada, curiosamente, o denunciante traz a baila fatos ocorridos em outra legislatura, os quais se querem podem ser apreciados nessa representação, nem a título de conexão pra provar conduta antecedente do Denunciado.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 221

Impositivo, portanto, **o reconhecimento de falta de justa causa para o prosseguimento da representação**, com o consequente arquivamento.

NO MÉRITO

Ao analisar uma denúncia contra vereador por infração ao decoro parlamentar é necessário realizar um prévio e ponderado juízo quanto à sua admissibilidade, sob pena de o processo se tornar um pretexto para revogar mandatos legitimamente conferidos pelo povo.

No caso subjudice o Denunciado foi o vereador mais votado no pleito eleitoral de 2022, com uma votação expressiva de 244 votos, correspondente a um percentual expressivo do eleitorado de Arapuá, não podendo esse parlamento deixar de levar em consideração a vontade popular, principalmente, levando em conta que o único fato narrado na inicial é um atrito verbal entre 02 (dois) conhecidos da sociedade como inimigos, desde o ano de 2021, onde o Denunciante agrediu o denunciado após uma sessão da Câmara de Vereadores.

Gilson Dentista 55.123	PSD	
Eleito 7,83 %	244 votos	
Thiago Capucho 15.456	MDB	
Eleito 6,99 %	218 votos	
Luciana Mendonça 22.456	PL	
Eleito 6,93 %	216 votos	
Camile 15.111	MDB	
Eleito 5,45 %	170 votos	

O próprio denunciante faz menção no boletim de ocorrência os atritos já ocorrido entre eles, inclusive quando no uso da sua imunidade parlamentar o Denunciado falou da esposa do denunciante no plenário da Câmara Municipal no ano de 2022.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 222

JOÃO ALVES DISSE QUE A FALA DE GILSON É RELACIONADA A UMA DESAVENÇA QUE OCORREU EM FRENTE AO PODER LEGISLATIVO ARAPUENSE EM NOVEMBRO DE 2021. APÓS UMA REUNIÃO NA CÂMARA MUNICIPAL.

RELATOU AINDA QUE, NAQUELE MOMENTO, GILSON PORTAVA UM CANIVETE NA MÃO DIREITA.

QUE GILSON TAMBÉM PASSOU A OFENDÊ-LO VERBALMENTE, CHAMANDO-O DE VAGABUNDO E AFIRMANDO QUE ELE NÃO ERA HOMEM. EM RAZÃO DAS OFENSAS PROFERIDAS, JOÃO ALVES AFIRMOU QUE HOUVE REVIDE VERBAL DE SUA PARTE.

E ACRESCENTOU QUE, NO ANO DE 2021 GILSON OFENDEU A HONRA DE SUA ESPOSA, ADÉLIA PEREIRA DUARTE ALVES, DURANTE REUNIÃO REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL.

SEGUNDO O DECLARANTE, NA REFERIDA OCASIÃO GILSON TERIA AFIRMADO QUE ADÉLIA ERA INCOMPETENTE PARA EXERCER A DIREÇÃO DA ESCOLA MARIA CAETANO DA ROCHA, FUNÇÃO ENTÃO OCUPADA POR ELA.

Ambos os fatos narrados pelo Denunciante no Reds e na inicial já foram objetos de ação criminal, sendo que o Denunciado foi absolvido por ausência de justa causa (atipicidade da conduta) na representação criminal movida pela Sr. Adélia, através do processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555. (sentença em anexo)

> Destaca-se que, no caso em comento, houve apenas uma manifestação de desagrado à conduta da diretora, tendo em vista as críticas recebidas pelo investigado, na condição de vereador do município. Fato o qual não se amolda a conduta típica prevista no art. 331 do CP, sendo portanto a conduta atípica.
>
> Desta forma, **HOMOLOGO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO** do feito pela atipicidade da conduta.

Portanto, em relação a essa situação narrada pelo Denunciante na exordial e no REDS, o judiciário não reconheceu nenhum crime a ser imputado ao Denunciado, sendo apenas um desabor por parte do Denunciado.

Da mesma forma, o próprio denunciante faz juntada nessa denúncia, da cópia de uma Representação por Cassação de Mandato em face do denunciado, a qual foi assinada pela adgovada Virgínia no ao de 2022, e que consta a mesma alegação da Sra. Adélia (esposa do denunciante), e naquela oportunidade o plenário da Câmara decidiram pelo arquivamento da denúncia, ou seja, **esse fato por si só já esta morto e enterrado**, pelo poder Judiciário e por esse Parlamento, o que não está morto e enterrado nesses fatos é a **vontade crucial do Denunciante em vingar do Denunciado**, utilizando fatos já com trânsito em julgado nessa denúncia.

O outro fato alegado pelo Denunciante no Reds **e principalmente o fato que originou toda essa agressão mútua no dia 09/05/2026**, foi a Agressão verbal e física sofrida pelo Denunciado (Gilson) em

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 223 P

setembo de 2021, quando o Denunciante João lhe agrediu fisicamente e a esposa do Denunciado lhe agrediu verbalmente, motivando a representação criminal nº 5000081-39.2022.8.13.0555. (cópia da representação e depoimento do denunciado)

Vejam através do depoimento e a Representação quem agride é o Denunciante e sua esposa Adélia, inclusive chutou o denunciado, **razão que o denunciante respondeu um processo criminal e guarda essa magoa e a vontade de vingança em seu coração.**

> Municipal; QUE JOAO ALVES NETO deu um chute nas pernas do DECLARANTE tendo acertado também o Policial militar que o escoltava, além disso proferiu xingamentos e ofensas ao DECLARANTE; QUE REUMOCITES ALVES FERNANDES obstruiu a saída do DECLARANTE da Câmara Municipal e também proferiu xingamentos e ofensaş ao DECLARANTE; QUE ÉDSON GOMES DA SILVA no trajeto da saída da Câmara Municipal o DECLARANTE o visualizou ameaçando fazendo gestos de socos, xingou e proferiu ofensas ao DECLARANTE; QUE LÚCIO LÍVIO DE SOUZA acompanhou o DECLARANTE até a residência deste e ficou proferindo ameaças e xingamentos; QUE ADÉLIA PEREIRA DUARTE ficou durante toda a reunião ordinária ficou balançando a cabeça em sinal de reprovação ao DECLARANTE e após o fim da reunião ADÉLIA ficou na rua incitando a violência contra o DECLARANTE;

A agressividade do Denunciante é tamanha, que nesse dia que agrediu o Denunciado, o mesmo agrediu outros vereadores e inclusive o Comandante da Polícia Militar, conforme depoimento prestado pelo vereador João Orlando. (cópia anexo)

> Municipal; QUE JOÃO ALVES NETO proferiu vários xingamentos e tentando dar chute para me acertar; QUE inclusive foi dar um chute e pegou no comandante; QUE depois que saimos da Câmara Municipal escoltados, fomos para residência do vereador GILSON e várias pessoas foram atrás até o portão fazendo xingamentos e ameacando."(conforme se expressa). QUE O DECLARANTE DESEJA

O Denunciante e sua esposa Adélia naquela ocasião, respondeu um processo criminal (5000081-39.2022.8.13.0555) pelos crimes tipificados nos artigos 140, 147, 286 do Código Penal e artigo 21 da Lei de Contravenções Penais, tendo como uma das vítima o vereador Denunciado Gilson, **razão que é uma das motivações dessa representação nesse parlamento.**

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 224

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado em razão da notícia de fatos que, em tese, configuram os crimes tipificados nos artigos 140, 147, 286 do Código Penal e artigo 21 da Lei de Contravenções Penais, praticados em por Marcio Mendonça dos Reis, Antonio Ribeiro, Clênio Gonçalves de Melo, Luiz Eduardo Veloso Cunha, João Alves Neto, Reumocites Alves Fernandes, Edson Gomes da Silva, Lúcio Lívio de Souza, Adelia Pereira Duarte, Talvane Mendonça Ribeiro, Welton Valeriano de Souza, Lucas Cornélio Morais Veloso, Tunísia Furtado de Oliveira, Lilian Gonçalves da Cunha Matos, Cenir Sinfrônia de Oliveira Lopes, Ivanilde Gomes dos Santos Ferreira.

Portanto, resta comprovado através dos fatos narrados acima e da documentação anexas, **que o Denunciante e sua esposa já arrasta uma animosidade e uma sede de vingança em favor do vereador Denunciado desde o ano de 2021**, o que deverá ser levado em consideração pela Comissão Processante na apreciação do mérito.

A personalidade e a vida pública do denunciado é reconhecida por todos os seus pares, mesmo sendo um vereador de oposição, sabe colocar com dignidade e respeito as suas opiniões no cenário político administrativo, não respondendo por nenhum processo criminal, conforme certidão de antecedentes criminais emitida pelo TJMG e a Folha de Antecedente Criminais emitida pela Polícia Civil em 09/06/2026. (ambas em anexo)

Como já dito anteriormente, o fato ocorrido no último dia 09/05/2026, foi um momento de bobeira de ambas as partes, o denunciado pelo fato do denunciante ter lhe socado um chute no ano de 2021, e o denunciante pelo simples fato do denunciado ter representado criminalmente no ano de 2021, onde ele e sua esposa respondeu um processo judicialmente (já relatado acima).

O atrito verbal mútuo, ocorrido no dia 09/05/2026, entre denunciante e denunciado, **não passou de uma lavagem de coração angustiado/ferido** pelos fatos ocorridos em 2021 e 2022, os quais envolvia as mesmas partes.

E a bem da verdade, essa discussão entre eles não ficou restrito a eles e as duas testemunhas que presenciaram os fatos, devido a vontade e a sede de vingança que alguns políticos que estão governando Arapuá tem em prejudicar e riscar da política o vereador Denunciado, e esse prato caiu como uma luva na mão de seus adversários políticos, os quais rapidamente

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 225

encaminhou a notícia para os órgãos de notícias regionais, contrataram advogados para fazer a peça inicial da denúncia, a qual é uma peça bem fundamentada na legislação, assim como a agilidade da leitura da denúncia no mesmo dia que foi protocolada, ou seja, há um interesse escuro por traz dessa denúncia, mas que aos bons olhos da população sabe-se a motivação política por traz do Denunciante em ver o provimento da denúncia.

Como dito na introdução, na preliminar de inépcia da inicial e na ausência de justa causa, a matéria posta em apreciação dessa Comissão Processante e posteriormente ao plenário da Câmara, não há respaldo jurídicos mínimos para seguir adiante para a fase de instrução probatória nessa Comissão, a uma que os fatos narrados na inicial não constitui crime ao ponto de ensejar a quebra do decoro parlamentar do denunciado; a duas que o próprio denunciante reconhece que houve agressões verbais mútuas; e a três os demais fatos narrados na inicial já foram objeto de Representação nesse parlamento sendo arquivado, além de ter sido praticados na legislatura anterior, e ainda o denunciado foi absolvido criminalmente por atipicidade da conduta.

A única prova válida juntada pelo denunciante foi o boletim de ocorrência REDS nº 2026-021178676-001, **o qual foi redigido de forma unilateral**, ou seja, a Polícia Militar não foi requisitada no local dos fatos, sendo o denunciante que foi no quartel da Polícia militar e contou sua versão dos fatos, **mas versão essas de forma verdadeira e transparente**, **as quais demonstram uma agressão verbal de ambas as partes.**

Vejamos o que os Policiais cita no REDS.

A EQUIPE POLICIAL MILITAR DE SERVIÇO NA CIDADE DE ARAPUÁ - MG FOI ACIONADA POR JOÃO ALVES NETO, O QUAL COMPARECEU AO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR EM ARAPUÁ, RELATANDO DESENTENDIMENTO OCORRIDO POR VOLTA DAS 10H30MIN, NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ED CASA, SITUADO NA RUA JOSÉ MACEDO DO AMARAL, Nº 73, BAIRRO BELA VISTA, NESTA CIDADE.

QUE GILSON TAMBÉM PASSOU A OFENDÊ-LO VERBALMENTE, CHAMANDO-O DE VAGABUNDO E AFIRMANDO QUE ELE NÃO ERA HOMEM. EM RAZÃO DAS OFENSAS PROFERIDAS, JOÃO ALVES AFIRMOU QUE HOUVE REVIDE VERBAL DE SUA PARTE.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 226

Toda essa agressão verbal entre as partes foi presenciada pela única testemunha presencial e arrolada na denúncia o Sr. Jhonatas, **que disse aos policiais que as ofensas foram mútuas**, e que não houve agressão física e/ou utilização do canivete por parte do Denunciado, vejamos:

NO LOCAL DOS FATOS, OS MILITARES MANTIVERAM CONTATO COM A TESTEMUNHA JHONATAS, A QUAL RELATOU QUE SE ENCONTRAVA NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO QUANDO PRESENCIOU O ACIRRAMENTO VERBAL ENTRE JOÃO ALVES E GILSON. INFORMOU QUE, INICIALMENTE, NÃO PERCEBEU A DISCUSSÃO, IMAGINANDO TRATAR-SE DE CONVERSA EM TOM DE BRINCADEIRA, PORÉM, EM SEGUIDA, NOTOU A ALTERAÇÃO DO DIÁLOGO E A TROCA DE PROVOCAÇÕES E OFENSAS MÚTUAS.

RELATOU AINDA TER VISUALIZADO GILSON PORTANDO UM CANIVETE EM UMA DAS MÃOS DESDE ANTES DA CHEGADA AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL POR JOÃO ALVES. NÃO TENDO PRESENCIADO TENTATIVA DE GOLPE, AMEAÇA DIRETA COM O OBJETO OU AGRESSÃO FÍSICA ENTRE AS PARTES.

QUE PRESENCIOU AGRESSÕES VERBAIS MÚTUAS ENTRE GILSON E JOÃO ALVES.

A testemunha prestou depoimento perante a Autoridade Policial, confirmou a versão dada a Polícia Militar, **reforçando que as agressões verbais foram de ambas as partes**.

Construção Ed Casa: QUE JOÃO, GILSON e VANDER são meus clientes; QUE no dia 9 de Maio de 2026, GILSON foi até minha loja para comprar peça para uma torneira; QUE enquanto estava atendendo GILSON, este pegou seu canivete e começou a tirar o veda rosca da torneira; QUE JOÃO chegou e foi procurar o que estava precisando; QUE fui anotar o que GILSON tinha comprado, momento em que ele foi até JOÃO; QUE de início achei que estavam se cumprimentando como amigos, pois não sabia que existia uma rixa entre eles; QUE não me recordo totalmente do que foi falado por eles, mas GILSON dizia algo parecido com: " você falou aquilo naquele dia, fala agora de novo"; QUE JOÃO ficou alterado e começou a falar mais alto com GILSON; QUE me recordo de JOÃO falar para GILSON passar o canivete em seu pescoço; QUE as ofensas foram mutuas embora eu não me lembre tudo o que foi falado; QUE VANDER que já estava na loja, foi até eles e tirou JOÃO de lá; QUE na hora fiquei muito assustado e não tive reação para separar eles até porque percebi que era uma discussão depois; QUE na minha percepção, GILSON em momento algum ameaçou JOÃO; QUE após esses fatos tomei conhecimento de que eles possuíam um desentendimento iniciado na Câmara Municipal há alguns anos e que GILSON também teria ofendido Adélia, " conforme se expressa.

Do depoimento acima, percebe-se claramente que denunciante estava induzido o Denunciado a praticar um crime, ao pedir o denunciado para passar o canivete em seu pescoço, além de estar bastante alterado e xingando o denunciado.

No contexto fático desde o ano de 2021, 2022 e o último atrito verbal ocorrido em 09/05/2026, nota-se que o Denunciante não é uma pessoa calma e equilibrada, pois suas atitudes demonstra uma pessoal

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 227

totalmente desiquilibrada, a qual já agrediu fisicamente o vereador denunciado e nesse último contato ficou induzindo o vereador a cometer um ilícito penal.

Felizmente o denunciado não caiu na pilha do denunciante, não passando dos atritos verbais mútuos, como provado nos autos.

Ademais, cumpre esclarecer, a questão do canivete, o qual restou provado que quando o Denunciante chegou no local dos fatos, o denunciante já estava no local portanto o canivete na mão, ocasião em que estava limpando a fita veda rosca da torneira, conforme expressou a testemunha em seu depoimento em anexo.

sob pena de responder por crime de falso testemunho. Perguntado ao DEPOENTE sobre os fatos, respondeu que: "sou proprietário do estabelecimento comercial de Materiais de Construção Ed Casa; QUE JOÃO, GILSON e VANDER são meus clientes; QUE no dia 9 de Maio de 2026, GILSON foi até minha loja para comprar peça para uma torneira; QUE enquanto estava atendendo GILSON, este pegou seu canivete e começou a tirar o veda rosca da torneira; QUE JOÃO chegou e foi procurar o que estava precisando; QUE

Portanto, não há que falar que o denunciado atentou contra a vida do denunciante com um canivete, o que houve na verdade foi agressões verbais mútuas sem a utilização de qualquer agressão física ou uso de arma branca.

Sem mais delongas, os esclarecimentos acima estão claros e cristalinos que há uma rivalidade antiga entre denunciante e denunciado; que no dia dos fatos houve uma agressão verbal mútua, essa reconhecida pelo denunciante no Boletim de Ocorrência e pelas testemunhas; e que inexiste prova da quebra de decoro do parlamentar denunciado pelas razões que passamos a justificar.

Da ausência da quebra do decoro parlamentar

Preceitua o artigo 7º, inciso III do Decreto-Lei 201/67

Art. 7º **A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:**

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 228

I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II - Fixar residência fora do Município;

III - **Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública**.

Decoro parlamentar é a conduta individual exemplar que se espera ser adotada pelos políticos, representantes eleitos de sua sociedade.

No caso em apreciação perante essa Comissão Processante e posteriormente o plenário **não houve a quebra do decoro parlamentar do denunciado**, pois inexiste nos autos que a imagem da Câmara está manchada em decorrência dos fatos ocorridos no último dia 09/05/2026, uma vez que a matéria jornalística faz menção a uma discussão entre vereador e o denunciante em estabelecimento privado e não das dependências da câmara.

O que há nos autos e por traz dessa representação, e a vontade enorme do partido do atual Prefeito Municipal, o PMDB, o qual é adversário e inimigo político, obter vantagens políticas com a cassação do mandato de seu único opositor na Câmara Municipal.

Tanto é verdade, que a denúncia foi protocolada na Câmara Municipal no dia 26/05/2026, às 08:41 horas, e no mesmo dia, antes da denúncia tornar pública, ser lida a denúncia em plenário como foi feito pelo Presidente, o Diretório Municipal do MDB de Arapuá, através de seu Presidente, atravessou uma petição às 14:53 horas do dia 26/05/2026, requerendo "Adesão institucional aos termos da denúncia já protocolada em face do denunciado".

É gritante e bizarro a agilidade do vazamento da denúncia para terceiros, antes mesmo da denúncia ser lida em plenário.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA ARAPUÁ/MG FLS 229

Atitudes como essa demonstram sem sobra de dúvidas que o encaminhamento das noticiais do REDs (09/05/2026) e o recebimento da denúncia (26/05/2026) para a impressa regional foi orquestrada pelo partido MDB ou representante do Poder Legislativo, pois está claro, a intenção desse processo, e esses vazamentos tem o único sentido e caminho, a tentativa de endossar através da mídia comprada e parcial, a comprovação da quebra de decoro parlamentar do denunciado, a qual inexiste provas nos autos de qualquer infração penal que acarreta a quebra do decoro.

Para ter a quebra do decoro parlamentar, além de ter a prova cabal que SOMENTE o denunciado teria praticado o crime de injúria, a mesma teria que ter o cordão de manchar a imagem do Poder Legislativo, mas no caso dos autos, resta fartamente provado que o Denunciado e Denunciante já trava uma briga desde o ano de 2021, a qual houve um esquenta com os atritos do denunciado com a esposa do denunciante em 2022, sendo que em 2021 o denunciante respondeu criminalmente por agressão física e injúria, enquanto nesse último episódio, houve uma agressão verbal mútua entre as partes, a qual não irão responder pelo crime de injúria nos termos do art. 140, §1º, I e II do Código Penal.

> Art. 140 - **Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro**:
>
> Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.
>
> § 1º - **O juiz pode deixar de aplicar a pena**:
>
> **I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;**
>
> **II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.**

Em recente decisão do e. TJMG publicada em 07/04/2026, foi reconhecido a ausência de justa causa em crime de injúria quando essa é praticada no calor da discussão.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 230

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME DE INJÚRIA QUALIFICADA PELA CONDIÇÃO DE PESSOA IDOSA - **REJEIÇÃO DA DENÚNCIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA** - RECURSO NÃO PROVIDO. 01. A justa causa para o exercício da ação penal exige lastro probatório mínimo que demonstre a viabilidade da acusação, sendo necessária a demonstração da tipicidade da conduta, inclusive sob o aspecto subjetivo. 02. No crime de injúria qualificada, é imprescindível a presença do dolo específico de ofender a honra subjetiva da vítima, valendo-se de elementos discriminatórios. 03. **Havendo o acervo indiciário demonstrado que as expressões foram proferidas no calor de uma discussão preexistente e acirrada entre vizinhos, sem animus injuriandi, necessário para a configuração do delito,** revela-se atípica a conduta. (TJMG - Rec em Sentido Estrito 1.0000.25.474575-5/001, Relator(a): Des.(a) Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro (JD Convocado) , 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 31/03/2026, publicação da súmula em 07/04/2026)

Por essas razões, o que espera é o acolhimento pela Comissão Processante dos argumentos acima, para determinar o arquivamento da representação, principalmente, pelo fato da inexistência de qualquer prova no sentido da quebra do decoro parlamentar, pois inexiste qualquer matéria publicada levando o nome dos parlamentares o da sede do poder legislativo, e o fato que decorreu a motivação dessa representação, claro tirando a motivação política dos adversários políticos dos Denunciado, inexiste fato criminoso que será o vereador denunciado, ante a injúria reciproca e confessada pelo Denunciante.

PEDIDOS

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 231

Por todo o exposto, requer o acolhimento da presente defesa prévia, para que surta seus devidos pedidos, nos seguintes termos:

1 – Que a Comissão Processante acolha a preliminar de inépcia da inicial nos termos acima; e não sendo o entendimento, requer o acolhimento da ausência de justa causa, em razão da atipicidade da conduta praticada por ambas as partes, sendo uma injúria reciproca, a qual não irão responder processo nos termos do art. 140, §1º, I e II do Código Penal.

2 – Liminarmente, requer o arquivamento da representação perante essa Comissão Processante nos termos do art.5º, inciso III, do Decreto-Lei 201/1967.

3 – Não sendo o entendimento pelo arquivamento na Comissão, requer a produção de todas as provas admitidas, em especial o depoimento pessoal do denunciante e a prova testemunhal as quais segue o rol.

Suely Boaventura – CPF nº 069.497.986-44, residente na Rua José Macedo do Amaral, 57, Bela Vista, nesta cidade.

Everson César Boaventura, produtor rural, inscrito no CPF nº 014.361.006-66, Fazenda Arapuá, zona rural desta cidade.

Maria de Lourdes Gomes Boaventura, inscrita no CPF nº 498.531.476.53, residente na Avenida Augusto de Medeiros 624, Arapuá – MG

Jhonatas Washington Pereira, inscrito no CPF nº 122.160.406-65, residente na Rua José Macedo do Amaral 73, Bela Vista, Arapuá – MG

Willian Andrei Marques, vereador, inscrito no CPF nº 056.516.246-27, o qual pode ser encontrado na sede do Poder Legislativo.

4 – Após a instrução requer prazo para alegações finais;

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 232

5 – No mérito requer a improcedência da representação e o seu arquivamento.

6 – Requer que todas as intimações sejam feitas na pessoa do advogado do representado.

Termos que,

Pede e espera o deferimento.

Rio Paranaíba, data da assinatura digital.

gov.br Documento assinado digitalmente
HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA
Data: 10/06/2026 15:10:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA

OAB/MG 139707

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 233 P

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

RIO PARANAÍBA

CERTIDÃO CRIMINAL E DE EXECUÇÃO PENAL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: GILSON DA CUNHA MATOS
CPF: 593.139.946-15
Nome pai: LAZARO FRANCISCO DE MATOS
Nome mãe: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão negativa emitida nos termos do inciso I do § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 08 de Junho de 2026 às 16:18

RIO PARANAÍBA, 08 de Junho de 2026 às 17:04

Código de Autenticação: 2606-0817-0413-0576-0294

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Digitalizado com CamScanner

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DEL. POL. DA COM. DE RIO PARANAÍBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA - (34)3865-1550

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
POLÍCIA CIVIL 22 RIO PARANAÍBA/MG
CÂMARA MUNICIPAL ARAPUÁ/MG FLS. 234

TERMO DE DECLARAÇÃO

TCO

Local e data: Rio Paranaíba, 02 de dezembro de 2021.

Autoridade: Bel. Dr. Marcos Patrick Sena Leite

Escrivão: Taís Rangel de Lima

Declaração que presta: declaração

Procedimento: TCO

GILSON DA CUNHA MATOS

Filiação: LAZARO FRANCISCO DE MATOS

Mãe: MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

CI: MG 457499 **Nacionalidade**: Brasileiro **Naturalidade**: CAMPINA VERDE / MG

Data de nascimento: 09/10/1969 **Sexo**: MASCULINO

Profissão: CIRURGIÃO DENTISTA

Lê: Sim **Escreve**: Sim **Escolaridade**: SUPERIOR COMPLETO

Endereço: AV Eduardo Augusto de Medeiros, 240, Centro, Arapuá- MG

Telefone: 34-988103811 - 38561313

PERGUNTADO disse que: o DECLARANTE relata que no dia 23/11/2021 em Reunião ordinária para votação da Lei Orçamentária Anual houve uma manifestação na Câmara Municipal em virtude de uma emenda parlamentar que reduzira o percentual de créditos adicionais suplementares disponíveis para o ano seguinte; QUE nessa emenda haveria uma redução para 10% dos créditos adicionais suplementares; QUE em virtude disso os manifestantes proferiam ameaças e ofensas direcionadas aos vereadores que votassem a favor da emenda; QUE o DECLARANTE esclarece que é o autor da emenda; QUE MARCIO MENDONÇA DOS REIS, cercou o DECLARANTE e o xingou e o acusou de ter "mexido" com sua esposa, também vereadora, além de ter o empurrado diversas vezes; QUE JOAO BATISTA TERTO DA CUNHA estava presente o tempo todo na manifestação, mas que o DECLARANTE não viu nenhum ofensa direta a ele no local; QUE ANTONIO RIBEIRO, MARCOS ANTONIO LIBERATO, ANTONIO MARCOS LIBERATO, LUIZ EDUARDO VELOSO CUNHA, LUCAS CORNÉLIO MORAIS VELOSO na saída do

X

Taís

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL ARAPUÁ/MG 235

DECLARANTE da Câmara Municipal estavam na saída do corredor a direita que o DECLARANTE foi surpreendido com um soco na nuca, que o DECLARANTE acredita que tenha sido efetuado por ANTONIO RIBEIRO; QUE CLÊNIO GONÇALVES DE MELO ameaçou "dar uns tapas" no DECLARANTE e durante a confusão da saída da Câmara municipal CLÊNIO correu em direção ao DECLARANTE e foi contido pelo seu pai, ressaltasse que o DECLARANTE se sentiu muito ameaçado diante da investida de CLÊNIO; QUE LUIZ EDUARDO VELOSO CUNHA deu um soco na cabeça do DECLARANTE e é possível a confirmação através das imagens do circuito interno da Câmara Municipal; QUE JOAO ALVES NETO deu um chute nas pernas do DECLARANTE tendo acertado também o Policial militar que o escoltava, além disso proferiu xingamentos e ofensas ao DECLARANTE; QUE REUMOCITES ALVES FERNANDES obstruiu a saída do DECLARANTE da Câmara Municipal e também proferiu xingamentos e ofensas ao DECLARANTE; QUE ÉDSON GOMES DA SILVA no trajeto da saída da Câmara Municipal o DECLARANTE o visualizou ameaçando fazendo gestos de socos, xingou e proferiu ofensas ao DECLARANTE; QUE LÚCIO LÍVIO DE SOUZA acompanhou o DECLARANTE até a residência deste e ficou proferindo ameaças e xingamentos; QUE ADÉLIA PEREIRA DUARTE ficou durante toda a reunião ordinária ficou balançando a cabeça em sinal de reprovação ao DECLARANTE e após o fim da reunião ADÉLIA ficou na rua incitando a violência contra o DECLARANTE; QUE TALVANI MENDONÇA RIBEIRO acompanhou o DECLARANTE até a residência deste e ficou proferindo ameaças e xingamentos; QUE WELTON VALERIANO DE SOUZA acompanhou o DECLARANTE até a residência deste e ficou proferindo ameaças e xingamentos; QUE LUCAS CORNÉLIO MORAIS VELOSO acompanhou o DECLARANTE até a residência deste e ficou proferindo ameaças e xingamentos; QUE TUNÍSIA FURTADO DE OLIVEIRA após a provação da emenda e saída dos vereadores esta proferiu os seguintes dizeres: " se não consegue na legislação, tem qúe se resolver o no pau, no cacete" além de incitar a violência dos manifestantes dizendo: "traiu o povo, agora está com medo"; QUE LILIAN GONÇALVES DIAS PIEDADE através das câmeras de vídeo foi possível verificar que esta ficou proferindo xingamentos e incitando a violência; QUE DIJALMAS DIAS DA SILVA estava na reunião e por duas vezes interrompeu o DECLARANTE durante as suas falas dizendo que a emenda era inconstitucional e que era representante dos outros quatro vereadores; QUE depois do encerramento da audiência DIJALMAS disse diretamente ao DECLARANTE o seguinte dizeres: " Dr. Aceite a derrota"; QUE CENIR SINFRÔNO DE OLIVEIRA LOPES proferiu através das redes sociais acusações de roubo e corrupções aos cinco vereadores que votaram a favor da emenda; QUE IVANILDE GOMES DOS SANTOS ficou incitando a violência, após o fim da reunião e em dias anteriores publicou no facebook uma ameaça diretamente ao DECLARANTE dizendo que a "cobra irá fumar" além de convocar a população para a manifestação com incitação da violência; QUE ALINE MULLER OLIVEIRA BRAGA que quando o DECLARANTE estava entrando para a reunião mandou mensagem para este pedindo que o DECLARANTE votasse corretamente pois se a emenda fosse aprovada a filha dela pararia de receber um leite especial, mas que não houve nenhuma ameaça por parte dela;

Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade Policial, pelo Declarante e por mim TAÍS RANGEL DE LIMA que o digitei e assino.

x

Taís R

Digitalizado com CamScanner

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DEL. POL. DA COM. DE RIO PARANAÍBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA - (34)3855-1550

CÂMARA MUNICIPAL ARAPUÁ/MG 236 P

POLÍCIA CIVIL 24 RIO PARANAÍBA/MG

MARCOS PATRICK SENA LEITE

DELEGADO DE POLÍCIA

MASP: m1478985-3

Depoente: x Wilson de Lima Matos

TAIS RANGEL DE LIMA

Escrivã de Policia

MASP: 1492567-1

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 233
POLÍCIA CIVIL
155
PARANAIBA-MG

fl.

POLÍCIA CIVIL
MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2021-555-000546-007-011293716-09
Nº FATO/REDS: 2021-060749806-001

TERMO DE DECLARAÇÃO

Rio Paranaíba, 05 de maio de 2022.

Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE
Editor: KATIA APARECIDA MARTINS RIBEIRO SILVA

Declarações que presta: Declarações
Nome: **JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA**

Documento Identidade: 7756542 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 72911140630

Filiação:
Pai: JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA
Mãe: JEROSINA MARIA DE JESUS

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 17/03/1967 Estado Civil: Casado
Profissão: Cor: Ignorada

Endereco: RUA PATOS DE MINAS, 460, bairro MINAS GERAIS, CARMO DO PARANAIBA - MG, CEP 0
Endereço Eletrônico: Telefone:

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Alfabetizado

Costumes: Disse nada.
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: QUE o declarante é vereador do Município de Arapuá no

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 238
POLÍCIA CIVIL 156 RIO PARANAIBA-MG

fl.

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2021-555-000546-007-011293716-09
Nº FATO/REDS: 2021-060749806-001

pleito de 2021 à 2024. Perguntado ao declarante sobre os fatos, ele respondeu que: "eu era o presidente da Câmara Municipal; no dia 23/11/2021 em reunião ordinária entrou em pauta a votação a Lei Orçamentária Anual; QUE nem deveria ter começado a reunião, porque já estava tudo organizado para a manifestação; QUE fomos surpreendidos; QUE iniciada a reunião começou a gritarem, fazendo grande algazarra, para atrapalhar a reunião; QUE as pessoas que estavam presentes, que eram muitas, gostariam que fosse votado do jeito deles; QUE queriam que o crédito suplementar fosse de 30%; QUE foi proposto uma emenda baixando para 10%; QUE foi votado e aprovado; QUE depois dessa votação, no término da reunião ficamos aguardando se o povo ia embora para que nós pudéssemos ir embora; QUE ninguém saiu; QUE chamei a polícia para fazer a escolta; QUE na saída da Câmara, sofri ameaças e xingamentos; QUE TUNÍSIA FURTADO DE OLIVEIRA fez vários xingamentos dizendo "que votamos contra o povo e agora estávamos saindo escoltados."(conforme se expressa); QUE ANTÔNIO RIBEIRO também fez vários xingamentos; QUE WELTON VALERIANO DE SOUZA fez vários xingamentos e estava muito agressivo porém, só não me encostou a mão porque a polícia não deu espaço; QUE LUIZ EDUARDO estava muito agressivo; QUE MARCIO MENDONÇA estava muito agressivo, até mesmo dentro da Câmara Municipal; QUE JOÃO ALVES NETO proferiu vários xingamentos e tentando dar chute para me acertar; QUE inclusive foi dar um chute e pegou no comandante; QUE depois que saímos da Câmara Municipal escoltados, fomos para residência do vereador GILSON e várias pessoas foram atrás até o portão fazendo xingamentos e ameaçando."(conforme se expressa). **QUE O DECLARANTE DESEJA REPRESENTAR CONTRA TODOS OS ENVOLVIDOS COMO INVESTIGADOS.**

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Declarante e por mim **KATIA APARECIDA MARTINS RIBEIRO SILVA** que o digitei e assino.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp.: m1478985

Declarante: JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ-MG
FLS. 239

05/06/2026

Número: **5000334-90.2023.8.13.0555**

Classe: **[CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO**
Órgão julgador: **Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba**
Última distribuição : **01/02/2023**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Assuntos: **Desacato**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS (AUTORIDADE)	
GILSON DA CUNHA MATOS (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)

Outros participantes	
ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES (VÍTIMA)	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9750796768	13/03/2023 16:44	MPMG-5000334-90.2023.8.13.0555 - Arquivamento 331 CP - Gilson da Cunha Matos	Arquivamento

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 240

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA – MG

Promoção de Arquivamento
Autos: 5000334-90.2023.8.13.0555

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado para a apuração do delito previsto no art. 331 do Código Penal, praticado, supostamente, por **Gilson da Cunha Matos**.

Nota-se dos autos que o suposto autor do fato, vereador do município de Rio Paranaíba, em sessão legislativa realizada em 27 de setembro de 2022, afirmou, em síntese, que recebeu algumas reclamações a respeito de Adélia Pereira Duarte Alves, diretora de um colégio do município e ora vítima.

Na ocasião, o vereador deu a entender que a referida se põe acima das colegas de trabalho, que demonstram insatisfação e se sentem perseguidas e em situação de desigualdade no ambiente de trabalho, tendo afirmado, ainda, que nem sempre aquele que recebe um cargo de confiança tem preparo suficiente ou condições emocionais para exercê-lo.

Não obstante às declarações aportadas, da detida análise dos autos, incluindo a gravação da sessão legislativa em comento, *data vênia*, não se vislumbra o cometimento do delito de desacato, previsto no artigo 331 da Lei nº 2.848/1940. Isso porque, houve, na hipótese, tão somente uma manifestação de desagrado à conduta da diretora, amparada por

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 241

críticas recebidas pelo investigado, na condição de vereador do município e representante do povo.

Com efeito, apesar de inoportuno, o comportamento do autor do fato, uma vez atípico, não deve ser tutelado pelo Direito Penal.

Diante do exposto, considerando a ausência de justa causa para a promoção da ação penal, o Ministério Público promove o **ARQUIVAMENTO** do feito, com as ressalvas do art. 18 do Código de Processo Penal, destacando, ainda, que o presente arquivamento não inviabiliza que a vítima busque reparação, no âmbito cível, caso tenha se sentido ofendida pelo comentário feito pelo ora investigado no dia dos fatos.

Rio Paranaíba, 13 de março de 2023.

Sofia Frange Miziara Oliveira
Promotora de Justiça

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 242

fl.

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

TCO

Nº PCnet: 2021-555-000546-007-011293716-09
Nº FATO/REDS: 2021-060749806-001

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA			
Nº: 11293716	Livro Nº:	Folha Nº:	Volume:
Cartório: TCO		Editor: KATIA APARECIDA MARTINS RIBEIRO SILVA	
Unidade Policial: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA			
Tipificação: art. 21 do Decreto Lei 3688/41, art. 147 do Decreto Lei 2848/40			
Autoridade Policial: MARCOS PATRICK SENA LEITE			
Cidade: ARAPUÁ		Comarca: RIO PARANAÍBA	
Investigado(s): MARCIO MENDONCA DOS REIS, Nº Prontuário: 2309765; ANTONIO RIBEIRO; CLENIO GONCALVES DE MELO; LUIZ EDUARDO VELOSO CUNHA; JOAO ALVES NETO, Nº Prontuário: 927523; EDSON GOMES DA SILVA, Nº Prontuário: 2253560; LUCIO LIVIO DE SOUZA; ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES; WELTON VALERIANO DE SOUZA, Nº Prontuário: 2732117; LUCAS CORNELIO MORAIS VELOZO; TUNISIA FURTADO DE OLIVEIRA; CENIR SINFRONIA DE OLIVEIRA LOPES; IVANILDE GOMES DOS SANTOS FERREIRA, Nº Prontuário: 2575137; TALVANE MENDONCA RIBEIRO; REUMOCITES ALVES FERNANDES, Nº Prontuário: 2489446; LILIAN GONÇALVES DIAS PIEDADE.			
Vítima(s): GILSON DA CUNHA MATOS.			

AUTUAÇÃO

Aos 05 dias do mês de Janeiro de 2022, autuei o Termo Circunstanciado de Ocorrência e demais peças que se seguem. Do que, para constar, lavrei este termo. Eu, KATIA APARECIDA MARTINS RIBEIRO SILVA, que a digitei e assino.

KATIA APARECIDA MARTINS RIBEIRO SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA AD HOC - MASP x0180193

OBSERVAÇÃO

TCO Nº: 143/21

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
243

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

POLÍCIA CIVIL 02 RIO PARANAÍBA/MG

Nº PCnet: 2021-555-000546-007-011293716-09
Nº FATO/REDS: 2021-060749806-001

DESPACHO INICIAL

Considerando as informações contidas no(s) expediente(s), ACEITO o presente como TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA com o objetivo de proceder às seguintes diligências, após autuado e registrado:

I - Junte-se as declarações e repersentação de **GILSON DA CUNHA MATOS**, bem como as petições do advogado e mídia trazida aos autos. Oportunamente, defiro o pedido de prova solicitado no segundo parágrafo da petição protocolada em 03 de dezembro de 2021, devendo ser expedido o ofício pertinente para a angariação do elemento informativo.;

II - Juntar o documento noticiador do fato;

III - Juntar a FAC.

Cumpra-se.

Rio Paranaíba, 21 de dezembro de 2021.

MARCOS PATRICK SENA LEITE
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1478985

Digitalizado com CamScanner

SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA CIVIL | Nº 2021.0401.0000.001

REGISTRO DE FATOS POLICIAIS - REFAP

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO	MUNICÍPIO
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA	RIO PARANAIBA

UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL
UNIDADE MILITAR: 2 PEL/216 CIA PM/15 BPM/10 RPM
UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

DATA DO REGISTRO	DESTINATÁRIO
20/12/2021 14:25	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

DOCUMENTO DE ORIGEM

TIPO DE DOCUMENTO DE ORIGEM	ORIGEM	
REQUERIMENTO	XXXX	
COMARCA	VARA	NÚMERO DO DOCUMENTO
XXXX	XXXX	XXXX
DESCRIÇÃO DO TIPO DO DOCUMENTO	NOME DO RESPONSÁVEL	
XXXX	ADVOGADO: SILAS SILVA REZENDE OAB/MG 183.823	

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL
B08021 - VIAS DE FATO / AGRESSAO

ALVO DO EVENTO
PESSOA - IGNORADO

TENTADO / CONSUMADO
CONSUMADO

EVENTO OCORRIDO DURANTE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE POR APLICATIVO?
NÃO

DATA/HORA DO FATO	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO
23/11/2021 XX:XX	20/12/2021 15:05	20/12/2021 15:05

DESCRIÇÃO DO LUGAR	COMPL. DE LOCAL MEDIATO
VIA DE ACESSO PUBLICA	VIA DE ACESSO PUBLICA

LOCAL (AV., RUA, ETC)
PRACA SAO JOAO BATISTA

NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO / VILA	CEP
100	XXXX	XXXX	CENTRO	XXXX

MUNICÍPIO	UF	PAÍS
ARAPUA	MG	BRASIL

PONTO DE REFERÊNCIA	LATITUDE	LONGITUDE
XXXX	-19° 2' 2,94"	-46° 9' 15,02"

TIPO VIA
XXXX

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	SOLICITANTE	FISICA	B08021	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA
VIAS DE FATO / AGRESSAO

NOME COMPLETO
GILSON DA CUNHA MATOS

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	09/10/1969	CAMPINA VERDE / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
52	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	IGNORADO

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
IGNORADA	DENTISTA

MÃE
MARIA FERREIRA DA CUNHA MATOS

PAI
LAZARO FRANCISCO DE MATOS

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
4157499	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	59313994615

ESCOLARIDADE
ESCOLARIDADE - IGNORADA

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
AVENIDA EDUARDO AUGUSTO DE MEDEIROS	240	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	ARAPUA	MG

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	XXXX	(34)988-103-811	(34)3856-1313

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

DIGITADOR: PC1460483

GERADO POR: PC1460483
20/12/2021 15:05

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
245

SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA CIVIL | Nº 2021-060749606-001

REGISTRO DE FATOS POLICIAIS - REFAP | Fl. 24

ENVOLVIDO 1

ENVOLVIDO 2

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	SOLICITANTE	FISICA	B08021	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: VIAS DE FATO / AGRESSAO

NOME COMPLETO: JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	17/03/1967	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL
54	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	IGNORADO

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
IGNORADA	PRODUTOR RURAL

MÃE: JEROSINA MARIA DE JESUS

PAI: JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
7756542	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	72911140630

ESCOLARIDADE: ESCOLARIDADE - IGNORADA

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
XXXX	XXXX	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
XXXX	XXXX	XX

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 3

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	SOLICITANTE	FISICA	B08021	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: VIAS DE FATO / AGRESSAO

NOME COMPLETO: HELIO MARIA BONTEMPO

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	08/04/1959	ARAPUA / MG

IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO	ESTADO CIVIL
62	GRAU DA LESAO - IGNORADO	CASADO

ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO
IGNORADO	IGNORADO

CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL
IGNORADA	PRODUTOR RURAL

MÃE: VENERALDA ANTONIA CAMILO

PAI: GERALDO MARIA BONTEMPO

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ
1513836	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	23899697634

ESCOLARIDADE: ESCOLARIDADE - IGNORADA

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
XXXX	XXXX	XXXXX	XXXX

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
XXXX	XXXX	XX

PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

EMAIL	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL
XXXX	INFORMAÇÃO DESCONHECIDA

ENVOLVIDO 4

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
MASCULINO	SOLICITANTE	FISICA	B08021	CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA: VIAS DE FATO / AGRESSAO

DIGITADOR: PC1460483

GERADO POR: PC1460483
20/12/2021 15:05

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
246

SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLÍCIA CIVIL | Nº 2021-060740[illegible]-001

REGISTRO DE FATOS POLICIAIS - REFAP

FL. 1/4

POLÍCIA CIVIL 05 RIO PARANAÍBA/MG

ENVOLVIDO 4

NOME COMPLETO: JOAO LAZARO NUNES BOAVENTURA			
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 14/11/1967	NATURALIDADE / UF: ARAPUA / MG	
IDADE APARENTE: 54		ESTADO CIVIL: CASADO	
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: IGNORADO		
CUTIS: IGNORADA	OCUPAÇÃO ATUAL: SERVIÇOS GERAIS		
MÃE: NERCI NUNES BOAVENTURA			
PAI: EVANDO GONCALVES BOAVENTURA			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE: 11115154	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: 59729392668
ESCOLARIDADE: ESCOLARIDADE - IGNORADA			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): XXXX	NÚMERO: XXXX	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX
BAIRRO: XXXX	MUNICÍPIO: XXXX		UF: XX
PAÍS: XXXX	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: (34) 988-265-247	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA		

ENVOLVIDO 5

SEXO: MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO: SOLICITANTE	TIPO DE PESSOA: FISICA	COD. NATUREZA: B08021	TENTADO / CONSUMADO: CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA: VIAS DE FATO / AGRESSAO				
NOME COMPLETO: PAULO ROBERTO DE MELO				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO: 28/10/1976	NATURALIDADE / UF: ARAPUA / MG		
IDADE APARENTE: 45	GRAU DA LESÃO: GRAU DA LESAO - IGNORADO	ESTADO CIVIL: CASADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL: IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO: IGNORADO			
CUTIS: IGNORADA	OCUPAÇÃO ATUAL: MOTORISTA			
MÃE: MARIA DIVINA DE MELO				
PAI: DARCI JOSE DE MELO				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE: 10323653	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF: MG	CPF / CNPJ: 02505712697	
ESCOLARIDADE: ESCOLARIDADE - IGNORADA				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): RUA MADALENA VALERIANO DE SOUZA	NÚMERO: 65	KM: XXXXX	COMPLEMENTO: XXXX	
BAIRRO: XXXX	MUNICÍPIO: ARAPUA		UF: MG	
PAÍS: BRASIL	CEP: XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR: XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR: XXXX	
EMAIL: XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL: INFORMAÇÃO DESCONHECIDA			

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

SENHOR DELEGADO,

REGISTRO ESTE REFAP PARA APURAR EVENTUAL COMETIMENTO DE ILÍCITO PENAL, CONFORME REQUERIMENTO IMPETRADO PELO ADVOGADO SILAS SILVA REZENDE (OAB/MG 183.823), REPRESENTANTE DOS SOLICITANTES DESCRITOS EM CAMPO PRÓPRIO.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFIXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX

DIGITADOR: PC1460483

GERADO POR: PC1460483
20/12/2021 15:05

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
247

SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA CIVIL | Nº 2021-060749806-001

YAMEN

REGISTRO DE FATOS POLICIAIS - REFAP | FL. 1/1

Perícia Técnica

MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO
SEM NECESSIDADE

RELATOR / DIGITADOR REFAP

POLÍCIA CIVIL
RIO PARANAÍBA/MG

UNIDADE
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

MATRÍCULA	NOME COMPLETO
1460483	BRUNA NUNES DE FARIA GOMES

CARGO
INVESTIGADOR DE POLICIA I NIVEL I

CORPORAÇÃO
POLICIA CIVIL

ASSINATURA:

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO (

Recebi o "Registro de Fatos Policiais" de Número REDS 2021-060749806-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
20/12/2021	15:02	1460483	BRUNA NUNES DE FARIA GOMES

CARGO
INVESTIGADOR DE POLICIA I NIVEL I

ÓRGÃO/UF
POLICIA CIVIL / MG

UNIDADE
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/RIO PARANAIBA

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE
XXXX

ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO
XXXX

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:	DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
PC1460483 - BRUNA NUNES DE FARIA GOMES	20/12/2021 15:04

********* FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *********

GERADO POR: PC1460483
20/12/2021 15:05

DIGITADOR: PC1460483

Digitalizado com CamScanner

ADVOCACIA
SILAS REZENDE

POLÍCIA CIVIL
RIO PARANAÍBA/MG

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLÍCIA DA COMARCA DE RIO DO PARANAÍBA/MG.

GILSON DA CUNHA MATOS, brasileiro, casado, cirurgião dentista, CPF 593.139.946-15 e RG M-4.157.499, residente e domiciliado na AV. Eduardo Augusto de Medeiros n° 240, bairro Centro, cidade de Arapuá - Minas Gerais, **JOÃO ORLANDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, produtor rural, CPF 729.111.406-30, e RG MG7756542, residente e domiciliado na Fazenda Lages, zona rural, cidade de Arapuá - Minas Gerais, **HÉLIO MARIA BONTEMPO**, brasileiro, casado, produtor rural, CPF 238.996.976-34 e RG M-1.513.836, residente e domiciliado na Fazenda Mata da Lagoa, zona rural, cidade de Arapuá - Minas Gerais, **JOÃO LAZARO NUNES BOAVENTURA**, brasileiro, casado, serviços gerais, inscrito no CPF n° 597.293.926-68 e RG n° MG-11.115.154, residente e domiciliado na rua 2 n° 104, bairro Bela Vista, cidade de Arapuá - Minas Gerais, **PAULO ROBERTO DE MELO**, brasileiro, casado, motorista, CPF 025.057.126-97, e RG 10.323.653, residente e domiciliado na Rua Madalena Valeriano de Souza n° 65, bairro Centro, cidade de Arapuá -Minas Gerais, todos representados pelo advogado que esta subscreve, conforme os poderes outorgados pela procuração anexa vem respeitosamente, à presença de vossa excelência, requerer;

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL,

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Vigilato Rodrigues n° 244 - Centro - Carmo do Paranaiba - MG - CEP: 38840-000
advocacia@silasrezende.com.br

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 249

POLÍCIA CIVIL
RIO PARANAÍBA/MG

com fulcro no artigo 5°, inciso II (nos crimes de ação privada a fundamentação será o artigo 5°, parágrafo 5° do CPP) do Código de Processo Penal, a fim de que seja apurada a infração penal praticada, por:

a) **MÁRCIO MENDONÇA DOS REIS**, vice-prefeito municipal, brasileiro, casado, empresário, contato (34) 98855-3364, residente e domiciliado na Rua Laura Maria da Conceição, 130, centro, Arapuá-MG; 5396342 - 998.951.026-15

b) **JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA**, prefeito municipal, brasileiro, casado, empresário, contato (34)3856-1234, residente e domiciliado na Av. Eduardo Augusto de Medeiros 226, cidade de Arapuá/MG;

c) **ANTÔNIO RIBEIRO**, vulgo "toizinho", brasileiro, servidor público contratado, contato (34) 98828-4715, residente e domiciliado na Travessa João Pedro da Silva, 40 Centro - Arapuá-MG; 1502297

Marcos Antônio Liberato, (irmão do Prefeito), brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na rua Antônio Prudêncio de Paula n° 146, centro, cidade de Arapuá, contato (34) 98822-9153

e) **CLÊNIO GONÇALVES DE MELO**, brasileiro, servidor público efetivo, contato (34) 98826-6549, residente e domiciliado na Rua Licurgo Gonçalves de Melo, 70 Centro - Arapuá-MG;

f) **LUIZ EDUARDO VELOSO CUNHA**, filho do prefeito, vulgo "Totó" brasileiro, empresário, contato (34) 98821-9765, residente e domiciliado na Av. Eduardo Augusto de Medeiros, 226, Centro - Arapuá-MG; 19026484

g) **JOÃO ALVES NETO**, marido de diretora de escola municipal, vulgo "Peixinho", brasileiro, casado, contato (34) 98804-9178/98862-9367, residente e domiciliado na Fazenda Boa Esperança, Município de Arapuá/MG;

h) **REUMOCITES ALVES FERNANDES**, pai de servidora contratada, brasileiro, casado, produtor rural, contato (34) 98809-5249/99987-6124, residente e domiciliado na Fazenda Boa Esperança, município de Arapuá/MG;

1158082 DF
810.279.906-49
18.03 1971

Sebastiana Mª Souza
Francisco Alves Souza
Arapuá

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
250
POLÍCIA CIVIL 09 RIO PARANAÍBA/MG

ADVOCACIA
SILAS REZENDE

ameaça

i) **ÉDSON GOMES DA SILVA**, vulgo "Gomerço", brasileiro, casado, servidor público contratado, contato(34) 98831-8[illegible], residente e domiciliado na Rua Francisco José Fernandes, 66, Bairro Bela Vista - Arapuá-MG;

ameaça e injuria

j) **LÚCIO LÍVIO DE SOUZA**, marido da secretária de educação, brasileiro, casado, contato (34)98883-2050, residente e domiciliado na Av. Eduardo Augusto de Medeiros, 91 Centro - Arapuá-MG;

imitação

k) **ADÉLIA PEREIRA DUARTE**, brasileira, diretora escola municipal, contato (34) 3856-1224/98862-9632, residente e domiciliada na Av. Eduardo Augusto de Medeiros nº 1.107, cidade de Arapuá/MG;

ameaça e injuria MG-11771199 pai R. Santos

l) **TALVANI MENDONÇA RIBEIRO**, industrial, brasileiro, contato (34) 98883-2050, residente e domiciliado na Av. Eduardo Augusto de Medeiros, 70 Centro - Arapuá-MG Mãe Maria Ribeiro 046.397.446.84 15.12.1978

ameaça e injuria

m) **WELTON VALERIANO DE SOUZA**, brasileiro, servidor público contratado, contato (34) 98823-2877, residente e domiciliado na Fazenda Santa Rita, município de Arapuá/MG;

ameaça e injuria

n) **LUCAS CORNÉLIO MORAIS VELOSO**, brasileiro, secretário de obras, contato (34) 99926-8234, residente e domiciliado na Praça São João Batista, 84, fundos, Arapuá/MG;

ameaça e imit.

o) **TUNÍSIA FURTADO DE OLIVEIRA**, brasileira, secretária municipal Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, contato (34) 98819-5932, residente e domiciliado na Rua Boaventura Gonçalves de Oliveira, 446, Centro - Arapuá-MG;

p) **ANTONIO MARCOS LIBERATO**, irmão do prefeito, brasileiro, produtor rural, contato (34) 98825-5187, residente e domiciliado na Fazenda Boa Esperança, zona rural, Município de Arapuá/MG;

injuria e imit.

q) **LILIAN GONÇALVES DIAS PIEDADE**, conselheira tutelar, contato (34) 98896-8972, residente e domiciliada na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, 375, Centro, Arapuá-MG; 2219938 763991681 04 17.04.75 / Mãe Gonçalves de Oliveira Machado / Altair Dias Machado

r) **DIJALMAS DIAS DA SILVA**, amigo intimo do prefeito, advogado e professor, contato (34) 98810-6587, residente e domiciliado na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, 1100, Bairro Bela Vista - Arapuá/MG;

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaiba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 251
POLÍCIA CIVIL 10 DELEGACIA PARANAÍBA/MG

ADVOCACIA
SILAS REZENDE

injúria

s) **CENIR SINFRÔNIO DE OLIVEIRA LOPES**, mãe de secretário de meio ambiente, aposentada, contato, (34) 99286-1955, residente na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, 420, Centro - Arapuá/MG;

t) **IVANILDE GOMES DOS SANTOS**, serviços gerais, contato (34) 98812-0562, servidora contratada, contato (34), residente e domiciliada na Rua José Macedo do Amaral, 120, Bairro Bela Vista - Arapuá/MG;

x) **ALINE MULLER OLIVEIRA BRAGA**, do lar, contato (34) 98856-0906, residente e domiciliada na Rua Torquato da Silva Porto, 120, Centro - Arapuá/MG.

Em razão dos fatos a seguir expostos:

Em setembro de 2021 foi enviado à câmara municipal projeto de lei que dispõe sobre o orçamento anual para 2022 (LOA), referido projeto de lei foi discutido em reunião ordinária, sendo relatado pelo vereador Gilson da Cunha Matos que apresentou emenda legislativa alterando artigo que previa a possibilidade de abertura de créditos adicionais no limite de 30%.

Após os membros do poder executivo ficarem sabendo da emenda que seria apresentada pelo vereador Gilson, **começaram a difundir na cidade um boato de que se os demais vereadores aprovassem referida emenda os "servidores públicos não iriam receber aumento no ano de 2022 e o executivo municipal estaria impedido de realizar a construção e doação de casas populares", ressalta-se que tais inverdades foram disparadas e orquestradas por pessoas de dentro da administração pública.**

Após disseminação desta Fake News, a administração pública liderada pelo Prefeito Municipal, mobilizou o secretariado, os servidores público contratados, concursados e em cargos comissionado, para comparecerem as manifestações em frente à câmara municipal no dia e hora da referida reunião da câmara dos vereadores, no intuito de intimidar os vereadores, para que estes rejeitassem a emenda Legislativa apresentada pelo vereador Gilson.

Após tomar conhecimento de que o chefe do poder executivo e seus secretários estavam orquestrando a citada manifestação, o presidente da câmara enviou ofício solicitando

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
252
POLÍCIA CIVIL
RIO PARANAÍBA/MG

apoio policial, a fim de que a reunião ocorresse de forma democrática e sem qualquer tipo de incidente.

Contudo o ofício não foi respondido oficialmente até a presente data, a única resposta que o presidente da Câmara Municipal teve, foi por telefone, nesta ligação o comandante disse que "não poderia colocar policiais militares fardados no plenário da câmara municipal, pois poderia estar coagindo vereadores, diante disto colocaria policiais na rua para acompanhar as manifestações".

Sendo assim os policiais militares se posicionaram em frente a Prefeitura Municipal, a cerca de 50 metros da Câmara municipal.

Dando início a reunião, os vereadores foram surpreendidos por uma algazarra, com gritos, vaias e xingamentos que estavam ocorrendo em frente à câmara Municipal, mas prosseguiram com a reunião conforme estava agendado, sempre pautados pelo direito de manifestação que nossa carta magna garante.

Contudo durante a reunião, Secretários Municipais, Comissionados e Servidores efetivos e contratados, agrediram verbalmente os vereadores, disparando gritos e ameaças em frente a câmara municipal.

Durante a reunião o advogado Dijalmas, interrompeu a reunião por várias vezes, sem autorização do presidente da casa, o qual é a autoridade máxima da Câmara Municipal em reuniões, durante as interrupções o citado advogado começou a fazer ameaças aos vereadores, sendo por várias vezes repreendido pelo presidente Vereador João Orlando, contudo desrespeitava sem qualquer pudor.

Ressalta-se ainda, que todos que fizeram inscrição prévia pra usar o plenário da câmara municipal com falas a favor ou contra a emenda legislativa tiveram deferido o uso da palavra.

Cabe informar ainda, que o citado advogado registrou boletim de ocorrência, alegando que protocolou uma procuração para falar em nome dos vereadores da situação, e que sua prerrogativa foi cerceada, contudo tal alegação não tem amparo legal, vez que no início da reunião o senhor Dijalmas entregou a uma servidora da Câmara Municipal a citada procuração, contudo quem tem prerrogativa para conceder ou não a palavra é o presidente da

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaiba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

POLÍCIA CIVIL 12 RIO PARANAÍBA/MG
CÂMARA MUNICIPAL ARAPUÁ/MG
FLS 253

câmara, o qual não teve tempo hábil para analisar o referido documento.

Após a votação da emenda Legislativa, a qual foi aprovada por 5 votos a 4, os xingamentos se intensificaram, tendo os cinco vereadores que votaram a favor e os servidores legilativos permanecidos no plenário da câmara aguardando que as manifestantes se dispersassem.

Contudo aproximadamente após 30 minutos do término da reunião (20:31h), sem que os manifestantes se dispersassem, o presidente entrou em contato por telefone com a policia Militar, para que esta garantisse a segurança dos parlamentares durante a saída dos mesmos.

Diante da solicitação do presidente da Câmara Municipal o comandante Sargento Sidney se prontificou, subiu até a sala de reuniões e perguntou com tom de voz elevado: porque ainda não tinham descido? Os parlamentares ficaram sem reação com a indagação do militar.

Sendo assim o militar informou que iria formar um cordão de isolamento para saída dos vereadores, pela lateral da Câmara Municipal, os quais deveriam seguir pela calçada até com a AV. Eduardo Augusto de Medeiros.

Diante dito dois policiais desceram na frente, tendo mais três policiais aguardando na entrada da Câmara municipal.

Assim que saíram do prédio da Câmara Municipal os manifestantes começaram a agredir os parlamentares com chutes, socos, empurrões, mesmo na presença da polícia que pedia para os manifestantes se afastarem, tentando proteger os parlamentares e levá-los até o acesso à AV. Eduardo Augusto de Medeiros.

A maioria dos manifestantes acompanharam os vereadores até o acesso a AV. Eduardo Augusto de Medeiros sempre com xingamentos e ameaça de agressão, sendo que os vereadores tiveram o acompanhamento da polícia militar até a casa do vereador Gilson.

O que causa bastante estranheza é que não foi feito nenhum tipo de afastamento dos manifestantes durante e após o término da reunião com intuito de garantir a segurança dos vereadores de oposição. As viaturas da polícia militar permaneceram cerca de 50 metros da câmara municipal durante toda

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

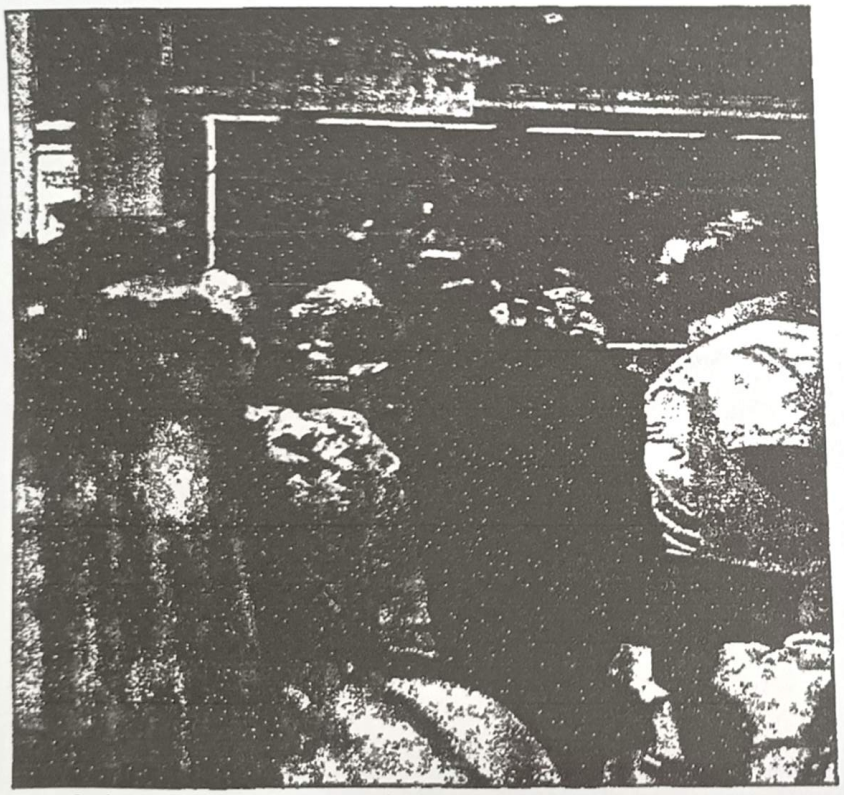
CÂMARA MUNICIP. ARAPUÁ/MG
Fls. 0054
POLÍCIA CIVIL 13 RIO PARANAÍBA/MG

reunião, somente após o presidente da casa ligar e pedir para que os policias fossem até a câmara para os retirar do recinto é que as viaturas se posicionaram na entrada da câmara municipal.

Em observância aos vídeos que a população publicou em redes sociais, ficou claro a presença do prefeito Municipal, o qual orquestrou toda manifestação e por incrível que pareça a presença da esposa do Sargento Sidney, que é contratada pela administração municipal.

Durante o trajeto, os vereadores foram agredidos com chutes, murros, tapas, agressões verbais, etc...

Para provar o alegado passe-se a juntar fotos do acontecimento e printes de Fake News, ressalta-se ainda que os vídeos estão em mídia, as quais estão anexas ao presente requerimento.

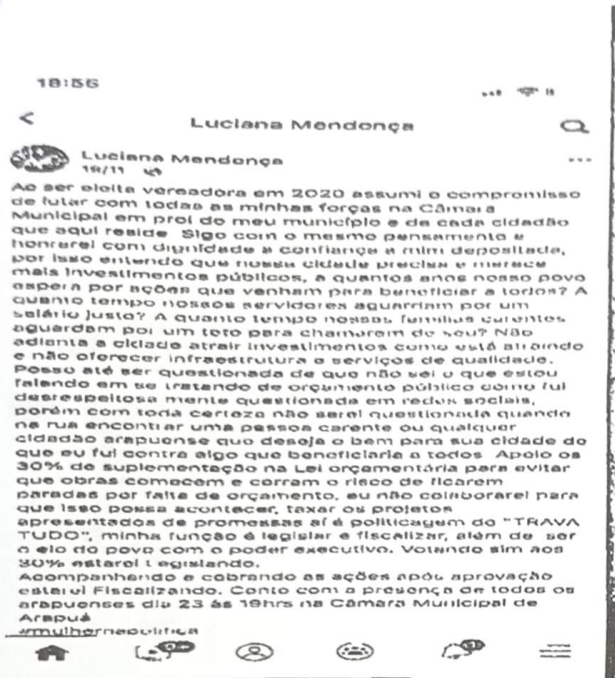


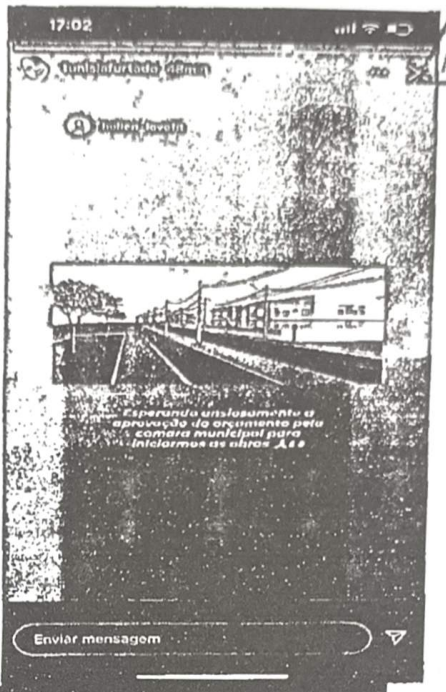
Prefeito João Terto de camiseta branca, acompanhado as instruções da Policia Militar.

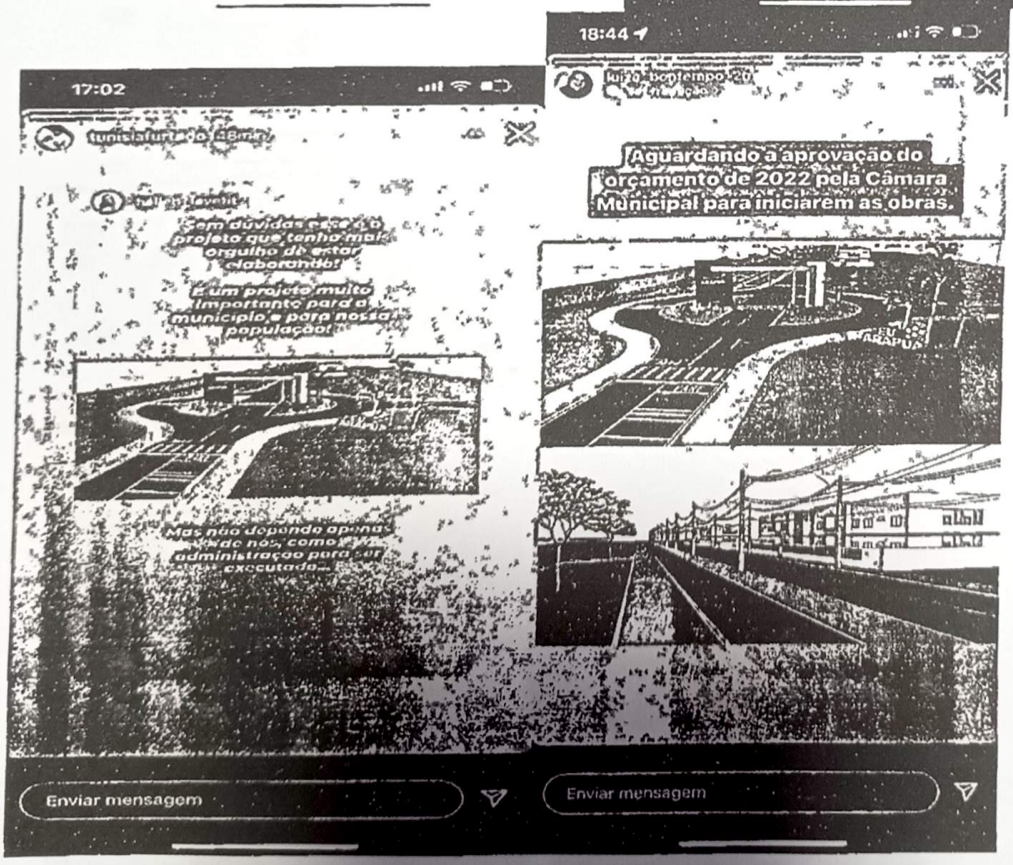
Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
255
POLÍCIA CIVIL 15 RIO PARANAÍBA/MG







Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
Fl. 256
POLÍCIA CIVIL 14 RIO PARANAÍBA/MG.

18:44

Município de Arapuá fez uma transmissão ao vivo.
6 d

Marcelino Oliveira
Boa parte da população está acompanhando a belíssima educação da turma que foi convocada para ir "acompanhar" a reunião...
6 d Curtir Responder 2

Érica Cristina Silva
Marcelino Oliveira com todo respeito do mundo meu amigo, fica mais fácil julgar a euforia dos outros quando não se recebe salário mínimo e precisa pagar aluguel (pois já foi contemplado com um teto) e demais contas.
6 d Curtir Responder 3

Marcelino Oliveira
Érica Cristina Silva compartilho do mesmo respeito, meu comentário foi a respeito da bagunça que estava aí fora, não sobre reunião ou seu desfecho, é direito ir reinvidicar direitos, mas pra isso não necessita fazer bagunça!
6 d Curtir Responder 1

Você pode comentar como um superfã Obter selo

Escreva um comentário...

18:49

Tunisia Furtado

Curtir Compartilhar

Tunisia Furtado
5 d

Dijalmas Silva
5 d

NÃO APROVO O QUE ACONTECEU, MAS DEVO ADMITIR QUE VEREADOR FOI ELEITO PARA DEFENDER OS DIREITOS DO POVO. QUANDO VOTAM CONTRA A POPULAÇÃO A REAÇÃO É ESSA. ISSO NÃO É EXCLUSIVIDADE DE ARAPUA. NÃO PODE UM CANDIDATO ELEITO PELO POVO LEGISLAR CONTRA O POVO QUE O ELEGEU.



YOUTUBE.COM
Cinco vereadores brigam em praça da cidade de Arapuá - BALANÇO GERAL

Curtir Compartilhar

Tunisia Furtado
6 d

18:51

William Andrey Marques

William Andrey Marques
11/11

Passando agora pelo instagram senti uma alegria enorme de ver praticamente todos meus contatos lá no instagram compartilhando essa imagem e esperando uma decisão do legislativo sobre a lei orçamentária a qual entraria a construção de casas para a população que realmente necessita, essa imagem ou copiei de uma jovem que creio eu que eu tem uns 16 anos e tá lá torcendo para que aconteça essa realização, quando você vê um jovem te cobrando a aprovação de um projeto assim é porque realmente ainda temos esperança de uma política limpa e sem a velha politicagem, parabéns a vocês que estão me cobrando uma votação favorável e tudo isso, e direito e dever realmente de cada cidadão nos cobrar, afinal vocês são nossos patrões!! Já deixo aqui declarado que meu voto é um grande simmmm para a lei orçamentária continuar nos seus 30% é um simmmmm muito maior diante desse projeto de evolução de nossa querida cidade!! Parabéns e obrigado a todos que estão empenhados e me cobrando que seja feita a vontade de quem ganho para representar!! Obrigado a todos!!



18:52

Paulo Henrique

Paulo Henrique está em Arapuá MG - A Nossa Cidade.
14/11

Passando aqui para dizer que sou a favor da lei orçamentária continuar nos 30%. E falar como cidadão arapuense que tenho orgulho e gratidão por ter a oportunidade de votar esse projeto dia 23, nós vereadores fomos eleitos pelo município, e eu como representante legislativo, vou proteger e apoiar os interesses do cidadão, e este interesse e de grande importância para o MUNICÍPIO, esse cidade merece ser evoluída. E deixo ciente de que este projeto vem não só para a construção de apartamentos populares, ele vai muito além. Conte comigo povo de arapuá, assim seguimos com responsabilidade e compromisso em prol da população!

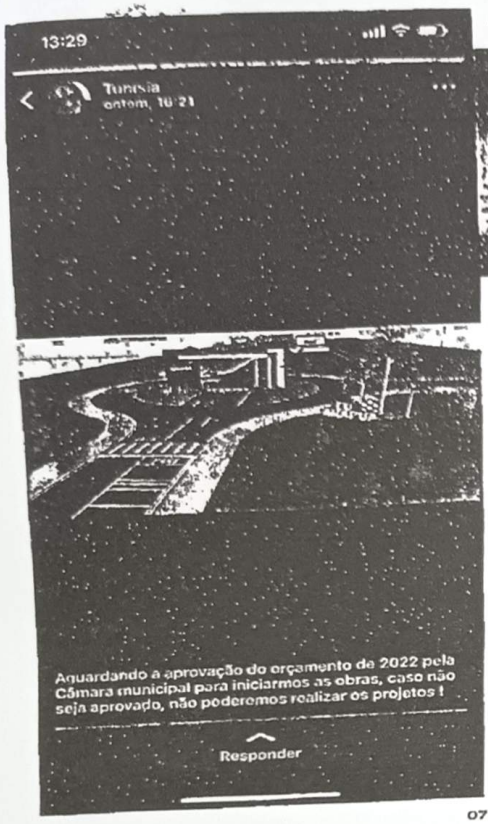


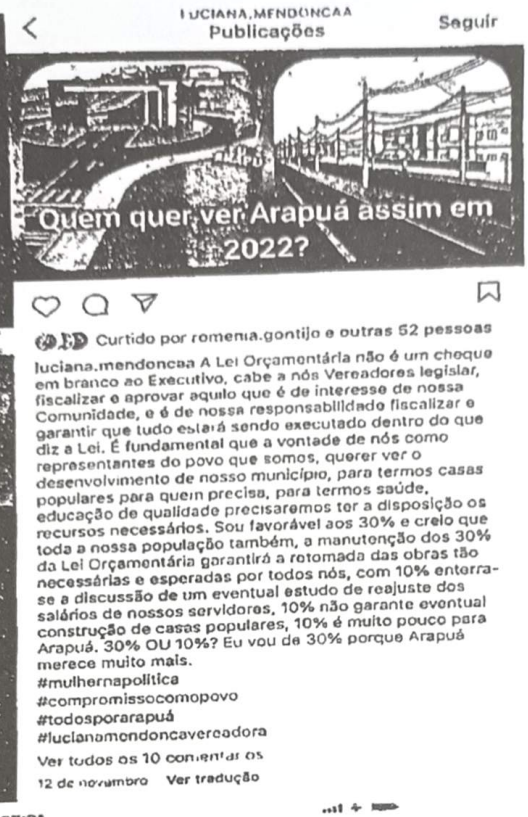
Curtir Comentar Compartilhar

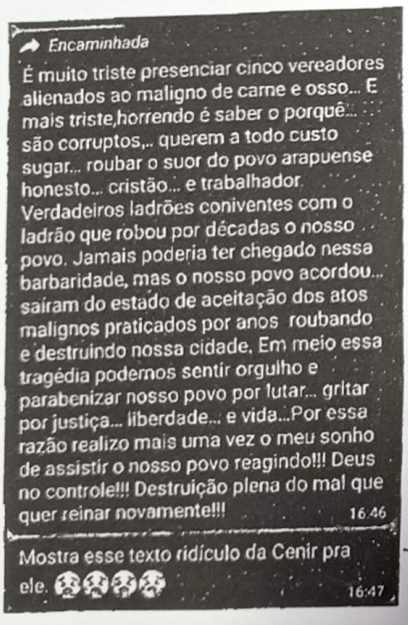
Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

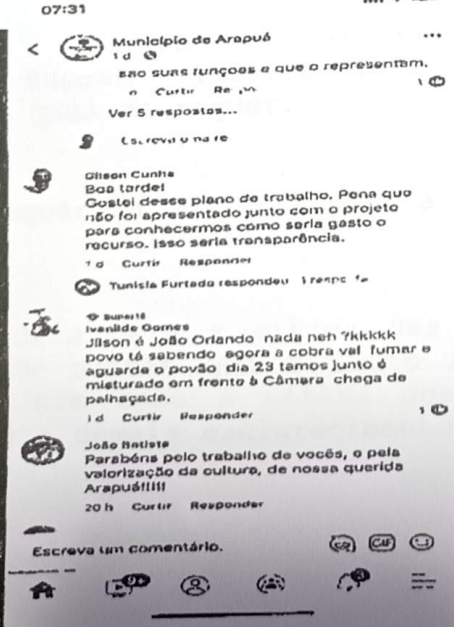
Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
257
POLÍCIA CIVIL
16
RIO PARANAÍBA/MG





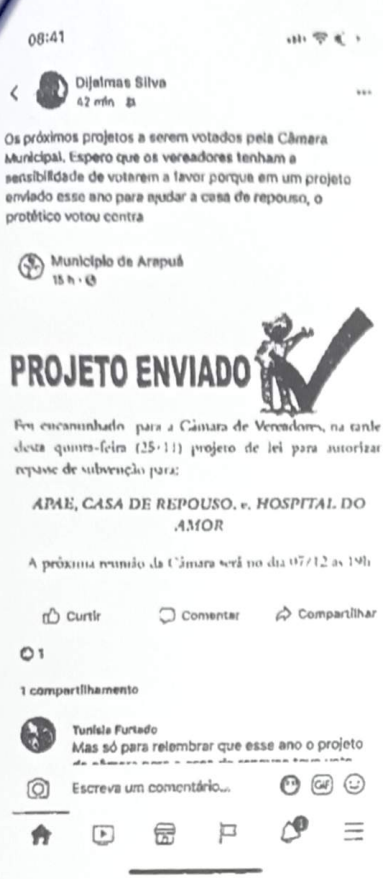




Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

POLÍCIA CIVIL
RIO PARANAÍBA/MG
17
2580



São estes os fatos, reconhecidamente graves, caracterizadores de suposto ilícito penal perpetrado pelos Requeridos, razão pela qual se requer:

I. A instauração de inquérito policial para a devida apuração dos fatos narrados;

II. A designação de data para a oitiva das testemunhas abaixo arroladas, bem como de outras que o Douto Autoridade Policial porventura localizar, bem como a oitiva dos requerentes, para ratificação do exposto e demais esclarecimentos que se entenderem necessários;

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

ADVOCACIA
SILAS REZENDE

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
Fls. 259

POLÍCIA CIVIL
RIO PARANAÍBA/MG

III. Por fim, requer, ainda, que seja, desde logo, aberta a portaria que instituirá este inquérito policial.

Termos em que,

Pede deferimento.

Carmo do Paranaíba, 30 de novembro de 2021

Silas Silva Rezende
Advogado OAB/MG 183.823

Silas Rezende Advogado - OAB/MG 183823
Rua Ismael Furtado, 189 - Centro - Carmo do Paranaíba - MG - CEP: 38840-000
silasrezende.adv@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

Número: **5000334-90.2023.8.13.0555**

Classe: **[CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO**

Órgão julgador: **Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba**

Última distribuição : **01/02/2023**

Valor da causa: **R$ 0,00**

Assuntos: **Desacato**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 260

Partes	Advogados
PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS (AUTORIDADE)	
GILSON DA CUNHA MATOS (AUTOR(A) DO FATO)	
	RODOLPHO OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO)

Outros participantes	
ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES (VÍTIMA)	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9753902430	10/04/2023 10:45	Sentença	Sentença

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 261

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de RIO PARANAÍBA / Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

PROCESSO Nº: 5000334-90.2023.8.13.0555

CLASSE: [CRIMINAL] TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

ASSUNTO: [Desacato]

AUTORIDADE: PCMG - POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AUTOR(A) DO FATO: GILSON DA CUNHA MATOS

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de procedimento criminal que visa a apurar a prática da infração penal prevista no artigo 331 do Código Penal.

No caso em comento, o vereador, ora réu, durante sessão legislativa, afirmou, em síntese, que recebeu algumas reclamações a respeito da suposta vítima, Adélia, a qual era diretora de um colégio do município.

Na ocasião, o réu teria subentendido que a vítima se colocava acima dos colegas no ambiente de trabalho, sendo que tais colegas demonstraram insatisfação e sentiam perseguidas, além de afirmar que, nem sempre aquele que recebe cargo de confiança tem preparo suficiente ou condições emocionais para exercê-lo.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 062

Destaca-se que, no caso em comento, houve apenas uma manifestação de desagrado à conduta da diretora, tendo em vista as críticas recebidas pelo investigado, na condição de vereador do município. Fato o qual não se amolda a conduta típica prevista no art. 331 do CP, sendo portanto a conduta atípica.

Desta forma, **HOMOLOGO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO** do feito pela atipicidade da conduta.

Isento o Estado do pagamento das custas e despesas processuais.

Façam-se as comunicações necessárias, qual seja, ao Instituto de Identificação do Estado. Declaro desnecessária a intimação pessoal do acusado ou de eventual vítima.

Destinação de bens apreendidos conforme legislação pertinente, especialmente o Provimento Conjunto nº 24/CGJ/2012 e 53/2016.

Recolha-se eventual mandado de prisão ou expeça-se contramandado de prisão, se o caso.

Ante a falta de interesse recursal, determino o imediato trânsito em julgado, baixar e arquivar.

P.R.I.C.

RIO PARANAÍBA, data da assinatura eletrônica.

ROGERIO RORIZ DE CASTRO BARBO

Juiz(íza) de Direito

Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 263

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29
Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 03 de junho de 2026.

Autoridade Policial: GUILHERME FONSECA DE CAMPOS
Editor: ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES**

Documento Identidade: 6306331 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 05326345609

Filiação:
Pai: RAIMUNDO PEREIRA DUARTE
Mãe: ALMERINDA MARIA DE JESUS

Naturalidade: TIROS/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 06/07/1973 Estado Civil: Casado
Profissão: FUNCIONARIO PUBLICO MUNICIPAL Cor: Branca

Endereco: RUA MARIO LUIZ FERREIRA, 225, bairro BELA VISTA, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone(s):(34)98891-3616

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Ensino fundamental completo (8 anos estudo)

Costumes: Disse nada;
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: A DEPOENTE foi informado de seu dever legal de dizer a

Adelia Pereira Duarte Alves

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 264

fl.

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29
Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

verdade, sendo que a partir desse momento, não poderá faltar com a verdade ou omiti-la, sob pena de responder por crime de falso testemunho. Perguntado a DEPOENTE sobre os fatos, respondeu que: " era diretora em uma escola do município de Arapuá; QUE em 2021 fui convidada pela secretária de educação para uma homenagem na Câmara Municipal; QUE GILSON pediu a palavra e primeiro parabenizou pelo trabalho e em seguida disse que gostaria de falar algumas palavras para mim, pois estava aguardando a muito tempo e naquele dia teria a oportunidade; QUE GILSON disse: ' Você foi a pior diretora que passou por aquela escola. Você é uma incompetente. Você não tem formação e precisa fazer uma reciclagem. Você é uma desqualificada. ' ; QUE GILSON falou para todos ouvirem, e inclusive estava sendo feita uma transmissão ao vivo no Facebook; QUE fiquei muito magoada com as palavras de GILSON, mas não disse nada a ele; QUE após esse acontecido precisei começar um tratamento psicológico, pois me sentia incapaz para exercer a minha profissão; QUE no ano seguinte, em 2022, houve uma seleção para o cargo de diretora, e eu participei e passei em primeiro lugar, e foi aí que vi que GILSON estava errado sobre suas palavras e minha autoestima voltou; QUE em 2025 deixei a direção da escola após descobrir um problema de saúde," conforme se expressa. Perguntada a DEPOENTE se presenciou os fatos do dia 9 de Maio de 2026 na casa de materiais para construção, respondeu que: " não; QUE João me contou depois," conforme se expressa. Perguntada a DEPOENTE se possui a gravação da transmissão feita no Facebook, respondeu que: " não; QUE após um dia, a retiraram do ar," conforme se expressa.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA** que o digitei e assino.

GUILHERME FONSECA DE CAMPOS
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1530467

Adelia Pereira Duarte Alves

Depoente: ADELIA PEREIRA DUARTE ALVES

ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA
Masp: x0190648

Adelia Pereira Duarte Alves

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 265

fl.

POLÍCIA CIVIL
MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29

Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNIC
ARAPUÁ/MG
FLS. 266

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29
Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

TERMO DE DECLARAÇÃO

Rio Paranaíba, 03 de junho de 2026.

Autoridade Policial: GUILHERME FONSECA DE CAMPOS
Editor: ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA

Declarações que presta: Declarações
Nome: **JHONATAS WASHINGTON PEREIRA**

Documento Identidade: 18808220 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: 12216040665

Filiação:
Pai: EDGAR ALVES PEREIRA
Mãe: IDELMA MARIA DA SILVA PEREIRA

Naturalidade: SAO GOTARDO/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 12/02/1996 Estado Civil: Solteiro
Profissão: COMERCIANTE Cor: Branca

Endereco: 73, CASA, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone(s):(34)99853-0152

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Pós-graduação

Costumes: Disse nada;
Compromisso Legal: NÃO
PERGUNTADO disse QUE: O DEPOENTE foi informado de seu dever legal de dizer a verdade, sendo que a partir desse momento, não poderá faltar com a verdade ou omiti-la,

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 267
fl.

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29
Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

sob pena de responder por crime de falso testemunho. Perguntado ao DEPOENTE sobre os fatos, respondeu que: "sou proprietário do estabelecimento comercial de Materiais de Construção Ed Casa; QUE JOÃO, GILSON e VANDER são meus clientes; QUE no dia 9 de Maio de 2026, GILSON foi até minha loja para comprar peça para uma torneira; QUE enquanto estava atendendo GILSON, este pegou seu canivete e começou a tirar o veda rosca da torneira; QUE JOÃO chegou e foi procurar o que estava precisando; QUE fui anotar o que GILSON tinha comprado, momento em que ele foi até JOÃO; QUE de início achei que estavam se cumprimentando como amigos, pois não sabia que existia uma rixa entre eles; QUE não me recordo totalmente do que foi falado por eles, mas GILSON dizia algo parecido com: " você falou aquilo naquele dia, fala agora de novo"; QUE JOÃO ficou alterado e começou a falar mais alto com GILSON; QUE me recordo de JOÃO falar para GILSON passar o canivete em seu pescoço; QUE as ofensas foram mutuas embora eu não me lembre tudo o que foi falado; QUE VANDER que já estava na loja, foi até eles e tirou JOÃO de lá; QUE na hora fiquei muito assustado e não tive reação para separar eles até porque percebi que era uma discussão depois; QUE na minha percepção, GILSON em momento algum ameaçou JOÃO; QUE após esses fatos tomei conhecimento de que eles possuíam um desentendimento iniciado na Câmara Municipal há alguns anos e que GILSON também teria ofendido Adélia, " conforme se expressa. Perguntado ao DEPOENTE se viu GILSON na posse de uma arma branca, como canivete, respondeu que: " sim," conforme se expressa.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Declarante e por mim **ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA** que o digitei e assino.

GUILHERME FONSECA DE CAMPOS
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1530467

Declarante: JHONATAS WASHINGTON PEREIRA

ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA
Masp: x0190648

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 268

fl.

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA

RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29

Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 269

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/RIO PARANAIBA
RUA VICENTE CAETANO,, 253 - CENTRO - RIO PARANAÍBA

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29
Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

TERMO DE DEPOIMENTO

Rio Paranaíba, 08 de junho de 2026.

Autoridade Policial: GUILHERME FONSECA DE CAMPOS
Editor: ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA

Declarações que presta: Depoimentos
Nome: **VANDER DOMINGUES DOS SANTOS**

Documento Identidade: 4385378 Data Expedição:
Órgão Expedidor: Secretaria Estado da Segurança Publica - MG
CPF: Não informado

Filiação:
Pai: ADILSON DOMINGUES
Mãe: EDITH DOS SANTOS MOURA

Naturalidade: ARAPUA/MG Nacionalidade: Brasileira
Data de Nascimento: 02/12/1964 Estado Civil: Casado
Profissão: APOSENTADO Cor: Branca

Endereco: RUA SEBASTIANA SINFRONIO DE SOUSA, 166, bairro BELA VISTA, ARAPUA - MG, CEP 38860000
Endereço Eletrônico: Telefone(s):(34)98011-0930

Lê: Sim Escreve: Sim
Grau de Instrução: Ensino médio incompleto (2º grau)

Costumes: Disse nada;
Compromisso Legal: SIM
PERGUNTADO disse QUE: O DEPOENTE foi informado de seu dever legal de dizer a

Vander Domingues dos Santos

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 270 P

fl.

Nº PCnet: 2026-555-000546-007-018858084-29
Nº FATO/REDS: 2026-021178676-001

verdade, sendo que a partir desse momento, não poderá faltar com a verdade ou omiti-la, sob pena de responder por crime de falso testemunho. Perguntado ao DEPOENTE sobre os fatos, respondeu que: " tem uma loja de móveis ao lado da loja de Jonathan e sempre vou lá pego o que preciso, Jonathan anota e vou embora; QUE neste dia, fui até a loja pegar alguns parafusos e GILSON estava próximo ao balcão; QUE fiz como de costume peguei o que precisava, Jonathan anotou e quando estava indo embora GILSON foi até JOÃO; QUE foi nesse momento em que vi JOÃO na loja; QUE GILSON dizia: " repete o que você falou na praça naquele dia, porque hoje não tem polícia para te proteger" ; QUE ambos proferiram ofensas, porém não me recordo tudo que disseram; QUE GILSON estava na posse de um canivete, mas não vi se estava aberto ou não; QUE fiquei um pouco nervoso e comecei a tremer; QUE fui até a minha loja e me acalmei um pouco, e depois retornei até a loja de Jonathan e levei JOÃO embora, " conforme se expressa.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, pelo Depoente e por mim **ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA** que o digitei e assino.

GUILHERME FONSECA DE CAMPOS
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1530467

Vander Domingues dos Santos.

Depoente: VANDER DOMINGUES DOS SANTOS

ANA LUIZA ALMEIDA SOUZA
Masp: x0190648

Vander Domingues dos Santos.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 271

CERTIDÃO

Certifico que em 10/06/2026 as 15:49 recebi do notificado GILSON DA CUNHA MATOS sua defesa prévia, que veio acompanhada dos seguintes anexos:

1. Certidão Criminal e de Execução Penal Negativa
2. Cópia de Termo de Declaração em TCO de Gilson da Cunha Matos, datado de 02/12/2021;
3. Cópia de Termo de Declaração em TCO de João Orlando de Oliveira, datado de 05/05/2022;
4. Cópia da promoção de arquivamento do processo judicial de n. 5000334-90.2023.8.13.0555;
5. Cópia do Termo Circunstanciado de Ocorrência n. 11293716.
6. Cópia de Sentença do processo judicial de n. 5000334-90.2023.8.13.0555.
7. Cópia de Termo de Depoimento de Adelia Pereira Duarte Alves, datado de 03/06/2026;
8. Cópia de Termo de Declaração de Jhonatas Washington Pereira, datado de 03/06/2026;
9. Cópia de Termo de Depoimento de Gilson da Guilherme Fonseca de Campos;

Atenciosamente,

Patrícia A. Rodrigues de Oliveira

Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 272

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que na certidão lavrada em 10 de junho de 2026, referente ao recebimento da defesa prévia apresentada pelo notificado e seus anexos, constou um equívoco material, no item 9 da relação de documentos anexados, a descrição consta: "cópia de termo de depoimento de Gilson da Guilherme Fonseca de Campos."

Assim, retifico a referida certidão para que passe a constar corretamente:

"9. Cópia do termo de depoimento de Vander Domingues dos Santos".

Ficam mantidos inalterados os demais termos e informações constantes da certidão anteriormente expedida.

Arapuá, 11 de junho de 2026

Atenciosamente,

Patrícia Ap. Rodrigues de Oliveira

Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 273

ATA REUNIÃO COMISSÃO PROCESSANTE

Aos 15 de junho de 2026, as 10:00 horas na sede da Câmara Municipal de Arapuá/MG, situada na Praça São João Batista, n° 100, Centro, reuniram-se os membros da Comissão Processante n° 01/2026, instituída em decorrência do recebimento, pelo Plenário da Câmara Municipal, de denúncia formulada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO em face do Vereador Gilson da Cunha Matos, por suposta prática de infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do art. 7°, inciso III, do decreto Lei n° 201/1967.

Presentes os vereadores Camile Emanuela Marques Silva, como Presidente da Comissão Processante, Thiago Henrique de Oliveira como Relator da Comissão Processante e Paulo Luiz Ferreira, como Vogal/Membro da Comissão Processante, além da servidora designada para acompanhar nos trabalhados administrativos da Comissão Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira.

A Comissão recebeu do relator o parecer anexo.

Após a leitura e debate a comissão aprovou por unanimidade o parecer, deliberando pelo regular prosseguimento do feito, diante da existência de elementos mínimos aptos à continuidade da instrução processual.

Em seguida, a presidente expediu o despacho de designação de audiência de instrução para o dia 17 de junho à partir das 07:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá.

Determinou-se a oitiva do denunciante, do denunciado e das testemunhas, nos seguintes horários:

1. Denunciante João Alves Neto às 07:00 horas;
2. Testemunha Jonathas Washington Pereira às 08:00 horas;
3. Testemunha Vander Domingues dos Santos às 09:00 horas;
4. Denunciado Gilson da Cunha Matos às 10:00 horas
5. Testemunha Suely Boaventura às 11:00 horas;
6. Testemunha Everson Cesar Boaventura às 14:00 horas;
7. Testemunha Maria de Lourdes Boaventura às 15:00 horas;
8. Testemunha Willian Andrei Marques às 16:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, segue devidamente assinada pelos membros da Comissão Processante.

Esta ata foi lavrada pela Presidente da Comissão, Camile Emanuela Marques Silva.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 274

Camile Emanuela Marques Silva

Camile Emanuela Marques Silva

Presidente

Thiago Henrique de Oliveira

Relator

Paulo Luiz Ferreira

Vogal/Membro

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 275

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR Nº 01/2026

DENUNCIANTE: JOÃO ALVES NETO

DENUNCIADO: Vereador GILSON DA CUNHA MATOS

RELATOR: Vereador THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

A Comissão Processante, instituída em 1º/06/2026 pela Portaria nº 07/2026 e composta pelos Vereadores Camile Emanuela Marques Silva - Presidente; Thiago Henrique de Oliveira - Relator, e Paulo Luiz Ferreira - Vogal, após a apresentação de defesa pelo denunciado, GILSON DA CUNHA MATOS, com fundamento no art. 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67, emite o presente parecer, consubstanciado nos seguintes fatos e fundamentos:

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de denúncia por infração político-administrativa (quebra de decoro parlamentar – art. 7º, inciso III, Decreto-Lei nº 201/67) apresentada pelo cidadão e eleitor JOÃO ALVES NETO em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS. (fls.01 a 09). A peça acusatória imputa ao denunciado comportamento indigno e incompatível com o mandato, consubstanciado na prática de provocações e ofensas verbais em ambiente comercial público e no porte ostensivo de arma branca (canivete) durante a discussão ocorrida no dia 9 de maio de 2026.

Instruindo a denúncia (fls. 10 a 189), o denunciante juntou os seguintes documentos, nos termos do art.7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67:

Expediente	**Folhas dos autos**
Título de eleitor do denunciante João Alves Neto Finalidade: • comprovar condição de eleitor e cidadão do Município; • demonstrar legitimidade para oferecimento de denúncia por infração político-administrativa, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967.	Fl. 10
Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001 envolvendo João Alves Neto Finalidade: • comprovar o fato principal narrado na denúncia; • demonstrar as ofensas verbais; • demonstrar o contexto de intimidação; • comprovar que o Vereador portava canivete durante a discussão; • comprovar existência de testemunhas presenciais.	Fls. 11 a 16

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 276

REDS/Termo Circunstanciado de 2022 Finalidade: • demonstrar existência de episódio anterior envolvendo o denunciado; • demonstrar repercussão institucional pretérita; • contextualizar histórico de animosidade político-institucional; • evidenciar possível padrão comportamental incompatível com o decoro parlamentar.	Fls. 17 a 27
Processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555 Finalidade: • demonstrar existência de episódio anterior envolvendo o denunciado; • demonstrar repercussão institucional pretérita; • contextualizar histórico de animosidade político-institucional; • evidenciar possível padrão comportamental incompatível com o decoro parlamentar.	Fls. 28 a 175
Representação/Denúncia anterior por quebra de decoro parlamentar Finalidade: • demonstrar que fatos semelhantes já motivaram provocação institucional da Câmara; • reforçar relevância político-administrativa das condutas; • demonstrar ausência de caráter isolado do episódio atual.	Fls. 176 a 182
Reportagem jornalística local https://paranaibaagora.com.br/vereador-de-arapua-e-denunciado-apos-discussao-com-ameacas-e-uso-de-canivete-em-deposito-de-materiais-de-construcao/ Finalidade: • demonstrar repercussão pública e social do episódio; • evidenciar impacto institucional perante a comunidade local; • reforçar dano à imagem do Poder Legislativo Municipal.	Fls. 183 a 189

Complementando a denúncia primária o Sr. José Antonio Gonçalves Neto, representando o partido político Movimento Democrático Brasileiro, não tendo caráter de nova denúncia, e sim de referendar a denúncia original fls. 190 a 191A, juntou os seguintes documentos:

Expediente	Folhas dos Autos

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 197

Documento de identificação pessoal do denunciante José Antônio Gonçalves Neto Finalidade: • comprovar a qualificação civil do denunciante; • demonstrar legitimidade subjetiva para apresentação da denúncia; atender exigências formais de identificação da parte denunciante.	Fls. 191A

2. A denúncia foi regularmente lida no expediente e submetida ao crivo do Plenário desta Casa Legislativa em sessão ordinária realizada no dia 26 de maio de 2026. Na oportunidade, os Vereadores deliberaram, de forma unânime, por 5 (cinco) votos a 0 (zero), pelo recebimento da representação, restando obstado legitimamente o voto do denunciado, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967. (fls.192 a 194).

3. Em estrita observância ao rito preconizado pelo art. 5º, inciso II, do citado diploma federal, procedeu-se ao sorteio público dos membros componentes desta Comissão Processante, culminando na edição da Portaria nº 07/2026, restando este edil designado para exercer o encargo de Relator. (fls.192 a 194)

4. O denunciado foi pessoalmente citado e notificado no dia 1º de junho de 2026 (fls. 201), vindo a protocolar sua Defesa Prévia em 10 de junho de 2026, assinada pelo advogado Heuler Charly de Paiva Souza, inscrito na OAB/MG sob o nº 139.707 (fls.203 a 203). Em suas razões de insurgência preliminar (fls. 204 a 232), sustentou:

a) a inépcia da petição inicial por ausência de indicação expressa e capitulação de artigo criminal correspondente no Código Penal;

b) a ausência de justa causa processual, invocando a atipicidade penal decorrente de suposta injúria recíproca/retorsão imediata (art. 140, § 1º, do CP);

c) no mérito, alegou a irrelevância do fato por ter ocorrido em ambiente privado ("ED Casa") e que as referências a episódios de 2021 e 2022 estariam preclusas por pertencerem a legislatura pretérita.

5. Na sequência, os autos foram conclusos a este Relator para a análise de admissibilidade e emissão do parecer opinativo de que trata o art. 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967.

6. É o breve relatório. Passa-se à devida fundamentação jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – DA IMUNIDADE PARLAMENTAR E DO DECORO PARLAMENTAR

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

Os Vereadores gozam de imunidade material quanto às opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato e na circunscrição do Município, conforme assegura o art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal:

> *Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:*
>
> *(...) VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

Trata-se de garantia constitucional destinada a resguardar a independência do exercício da função legislativa e a livre manifestação do parlamentar no desempenho de suas atribuições institucionais.

A relevância e o alcance dessa proteção constitucional foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a repercussão geral da matéria e firmou entendimento vinculante acerca dos limites e da extensão da imunidade material dos Vereadores, nos seguintes termos:

> *"(...) nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos." (RE 600.063, redator do acórdão min. Roberto Barroso, j. 25-2-2015, P, DJE de 15-5-2015, Tema 469)."*

No recinto da Casa Legislativa, a imunidade do Vereador assume contornos absolutos, de modo que a manifestação proferida não é passível de responsabilização civil ou penal. O STF[1] possui entendimento consolidado nesse sentido. Em seu voto no Inquérito 3.814/2014, a ministra Rosa Weber afirmou que *"quando a ofensa é irrogada no recinto da Casa Legislativa, esta Suprema Corte tem entendido ser absoluta a inviolabilidade"*.

Em outras palavras, as opiniões, palavras e votos emitidos pelo Vereador no desempenho de suas funções legislativas encontram-se protegidos pela garantia constitucional da inviolabilidade, desde que presentes a pertinência temática com o mandato e a vinculação ao exercício da atividade parlamentar.

No entanto, isso não significa que o Vereador seja totalmente isento de responsabilidade, uma vez que está sujeito à censura política de seus pares e pode ser responsabilizado por eventuais excessos pela Casa Legislativa que o

[1] Pet 6156, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ de 28/9/2016; Inq 1958/AC, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Rel. p/ o acórdão Min. CARLOS BRITTO, Plenário, DJ de 18/2/2006; RE 576.074 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 25/5/2011.

Digitalizado com CamScanner

abriga. O decoro parlamentar funciona, portanto, como um limitador da imunidade parlamentar.

Enquanto a inviolabilidade protege a democracia e assegura o livre exercício do mandato, o decoro parlamentar preserva a imagem do Poder Legislativo. Cabe à Câmara Municipal zelar por sua reputação e dignidade exigindo um comportamento ético de seus membros.

Doutrinariamente, o decoro exige correção, respeito e dignidade compatíveis com o cargo. Para Miguel Reale[2], o termo "decoro", de origem latina, refere-se à conveniência no comportamento, tanto em relação ao próprio indivíduo quanto em relação aos outros. O decoro implica correção, respeito e dignidade, de acordo com o *status* do cargo. A falta de decoro, conforme entendimento do jurista, pode envolver comportamento indecente, imoral, embriaguez e outros atos que desmereçam a instituição legislativa.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho[3] define como ato atentatório ao decoro a conduta que fere os padrões elevados de moralidade indispensáveis ao prestígio do mandato e à dignidade do Parlamento.

Assim, apesar de ser um conceito jurídico indeterminado, o decoro exige do edil uma conduta moral que, se violada, pode ensejar a perda do mandato.

II.2 – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO PROCESSANTE

7. Antes de adentrar no exame das insurgências do defendente, imperioso demarcar o papel e o poder-dever outorgado a este colegiado. Segundo o disposto no art. 5º, inciso III, c/c o art. 7º, § 1º, do Decreto-Lei Federal nº 201/1967, compete à Comissão Processante realizar o controle formal de admissibilidade e viabilidade da acusação logo após o recebimento da defesa prévia, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia perante o Plenário.

II.3 – REBATE DAS PRELIMINARES ARGUIDAS PELA DEFESA

A) Da Rejeição da Preliminar de Inépcia da Inicial

8. O denunciado assevera que a peça acusatória padece de vício formal intransponível por não trazer a capitulação penal estrita do fato ou a sua correlação direta com um tipo criminal específico. Tal tese confunde institutos básicos do direito processual.

---

[2] REALE, Miguel. Decoro parlamentar e cassação de mandato eletivo. Revista de Direito Público, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 10, out./dez. 1969, p. 88-89.

[3] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Comentários à Constituição brasileira de 1988. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 330

Digitalizado com CamScanner

9. O processo político-administrativo de cassação de mandato parlamentar orienta-se pelo rito do Decreto-Lei nº 201/1967, o qual exige unicamente a exposição clara dos fatos e a indicação das provas pretendidas (art. 5º, inciso I):

> *Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:*
> *I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.*

10. A infração político-administrativa de quebra de decoro é balizada por uma **cláusula de tipicidade aberta** (art. 7º, inciso III).

> *Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:*
> *(...)*
> *III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.*

11. A conduta atribuída ao defendente está perfeitamente delimitada no tempo e no espaço: no dia 9 de maio de 2026, às 10h30min, no interior do estabelecimento "ED Casa", o parlamentar dirigiu provocações ao denunciante e portou ostensivamente uma faca/canivete em suas mãos. O direito ao contraditório e à ampla defesa restou perfeitamente preservado, tanto que o edil apresentou alentada peça rebatendo todos os episódios fáticos. Afasta-se, pois, a preliminar de inépcia.

B) Da Rejeição da Suposta Ausência de Justa Causa: O Princípio da Independência das Instâncias

11. Sob a tese de ausência de justa causa, o denunciado invoca o art. 140, § 1º, incisos I e II, do Código Penal, asseverando que a ocorrência de "retorsão imediata" e de "ofensas verbais mútuas" afasta o crime de injúria na esfera penal e, analogicamente, obstaria o processo político. **Equivoca-se cabalmente.**

O argumento do denunciado confunde os objetivos, os bens jurídicos tutelados e a natureza de cada esfera.

1. Esfera Penal: Proteção da Honra Individual

O art. 140 do Código Penal trata do crime de **injúria**, que visa proteger a **honra subjetiva** do indivíduo (o sentimento que cada um tem a respeito de seus próprios atributos).

Digitalizado com CamScanner

As hipóteses de perdão judicial, como a retorsão imediata, existem porque, em um contexto de ofensas mútuas e instantâneas, o Direito Penal entende que o interesse estatal em punir a ofensa diminui ou desaparece. Trata-se de uma questão resolvida na esfera interpessoal.

Nesse sentido um julgado do TJ-DF ilustra bem a aplicação deste instituto, estritamente na esfera penal:

> *QUEIXA-CRIME. INJÚRIA. INJUSTA PROVOCAÇÃO. RETORSÃO IMEDIATA. DEMONSTRAÇÃO. PERDÃO JUDICIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PROVIMENTO. 1. Nos casos em que o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria, bem como naqueles casos em que o ofensor pratique a retorsão imediata, que configure outra injúria, o juiz deverá deixar de aplicar a pena, conforme previsão expressa na legislação penal (art. 140, § 1º, do CP) e extinguir a punibilidade pelo perdão judicial com fundamento no art. 107, IX, do Código Penal. 2. Recurso conhecido e provido. (TJ-DF 07205466520208070001 1650356, Relator: JESUINO RISSATO, Data de Julgamento: 15/12/2022, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: 23/01/2023).*

Este mecanismo é exclusivo da ação penal e sua lógica não pode ser transposta para outras esferas.

2. Esfera Político-Administrativa: Proteção da Dignidade do Mandato

O processo por **quebra de decoro parlamentar** tem um objetivo completamente distinto. Ele não visa proteger a honra pessoal do político A ou B, mas sim zelar pela **dignidade, respeitabilidade e credibilidade do cargo público e da instituição legislativa** como um todo.

O bem jurídico tutelado aqui é o **decoro parlamentar**, um dever inerente à função pública. A análise é sobre se a conduta do parlamentar, independentemente de ter sido provocada ou correspondida, é compatível com a dignidade que se espera de um representante do povo.

3. O Erro da Analogia

Aplicar por analogia uma causa de perdão judicial penal a um processo político é um erro técnico, por três motivos principais:

a) **Bens Jurídicos Distintos:** Como visto, a honra de um indivíduo não se confunde com a dignidade de uma instituição pública.
b) **Finalidades Diferentes:** O processo penal busca punir um crime. O processo por quebra de decoro busca avaliar a adequação da conduta de um agente político para continuar exercendo seu mandato.
c) **Natureza da Sanção:** A sanção penal é uma pena (detenção, multa). A sanção política é de natureza administrativa (advertência, suspensão, cassação do mandato).

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 282

Ofensas mútuas podem até neutralizar a relevância penal do fato entre os indivíduos, mas não apagam o possível dano à imagem e à liturgia do Poder Legislativo. O espetáculo de ofensas trocadas entre parlamentares pode, por si só, configurar a quebra do decoro, independentemente de quem começou.

Além disso, a jurisprudência pátria, inclusive em julgados recentes dos Tribunais de Justiça, reafirma de forma mansa e pacífica que a imunidade parlamentar e as regras processuais ordinárias não servem de salvo-conduto para obstar a apuração ética pelo Poder Legislativo, limitando-se o controle jurisdicional à estrita legalidade do procedimento, *in verbis*:

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - CÂMARA MUNICIPAL - VEREADOR - COMISSÃO ESPECIAL DE ÉTICA - QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR - IMUNIDADE PARLAMENTAR - LIMITES - CONTROLE JUDICIAL RESTRITO À LEGALIDADE - TUTELA DE URGÊNCIA - REQUISITOS AUSENTES - RECURSO NÃO PROVIDO. A imunidade parlamentar prevista no art. 29, VIII, da Constituição Federal, assegura aos vereadores inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, mas não os exime da responsabilização política por quebra de decoro parlamentar no âmbito do Poder Legislativo, nos termos do art. 55 da CF/88, aplicável, com adaptações, às Câmaras Municipais. O controle jurisdicional em processos de responsabilização política limita-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, sendo vedada a incursão do Judiciário no mérito das denúncias ou deliberações interna corporis do Legislativo, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou desproporcionalidade, conforme Súmula 665 do STJ. Não se vislumbram, neste juízo perfunctório, irregularidades no procedimento instaurado pela Câmara Municipal de Felício dos Santos, que, ao receber denúncia de quebra de decoro parlamentar contra vereador, seguiu os trâmites previstos em seu Regimento Interno para a constituição de Comissão Especial de Ética. Ausentes os requisitos de probabilidade do direito e risco de dano irreparável, nos termos do art. 7º, III, da Lei 12.016/2009, o indeferimento da tutela de urgência é medida que se impõe. Recurso não provido.(TJ-MG - Agravo de Instrumento: 26427428020248130000, Relator: Des.(a) Wilson Benevides, Data de Julgamento: 19/11/2024, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/11/2024)*

12. Eventual atipicidade penal ou o perdão judicial de um crime contra a honra entre particulares não vincula o juízo ético da Câmara. O que se afere no Parlamento não é a subsunção do fato ao Código Penal, mas sim se a conduta agressiva de um Vereador em praça ou estabelecimento de acesso público avilta a dignidade do Poder que ele representa. Assim, o argumento criminalístico não possui o condão de estancar o prosseguimento desta Comissão.

II.4 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE MÉRITO

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 283

14. Nesta fase procedimental, cumpre a esta Comissão verificar a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria que fundamentem o prosseguimento da denúncia.

15. O fato principal, ocorrido no dia **9 de maio de 2026**, é plenamente incontroverso no que pertine à sua ocorrência temporal e espacial. A alegação defensiva de que a representação busca ressuscitar fatos "mortos e sepultados" das legislaturas de 2021 e 2022 desmorona por completo. Como expressamente assentado pelo próprio denunciante na inicial, os episódios anteriores foram trazidos exclusivamente como **elementos contextuais** para demonstrar o histórico relacional e o padrão comportamental reiterado do representado. O objeto de julgamento da presente Comissão é o fato novo ocorrido em 2026.

16. Ademais, o conteúdo fático trazido nos autos revela-se de extrema gravidade e densidade probatória inicial:

a) O Boletim de Ocorrência policial registra que o defendente interpelou o cidadão fazendo expressa alusão a uma manifestação política ocorrida em frente ao prédio da Câmara (*"Aquele dia, na praça, você manifestou contra mim..."*);

b) Restou fartamente documentado no Termo de Declarações da testemunha presencial Vander Domingues dos Santos que o Vereador intimidou o cidadão ao bradar: *"Repete o que você falou na praça naquele dia, porque hoje não tem polícia para te proteger"*;

c) O porte de objeto perfurocortante (canivete) durante a troca de provocações é fato testemunhado e admitido no bojo das investigações policiais.

17. O argumento de que o atrito ocorreu em um comércio particular e, por isso, não arranharia a imagem da Câmara Legislativa não resiste à leitura do art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, que pune a falta de decoro na **conduta pública** do edil, sem limitação geográfica às paredes do Palácio Legislativo. O fato ganhou ampla repercussão midiática e comunitária regional, abalando o prestígio social e a respeitabilidade do Parlamento de Arapuá/MG.

18. Restando evidenciada a perfeita aptidão formal da inicial e a sólida justa causa consubstanciada em prova testemunhal e documental, impõe-se a submissão do feito à regular instrução probatória.

III – CONCLUSÃO

19. Diante de todo o exposto e fundamentado, esta Comissão conclui:

i) **PELA REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES** de inépcia da petição inicial e de ausência de justa causa aventadas pelo denunciado;

ii) Em razão do exposto, e com fundamento no art. 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67, esta Comissão OPINA pelo PROSSEGUIMENTO DA DENÚNCIA por quebra de decoro parlamentar pelo Vereador **GILSON DA CUNHA MATOS**.

Digitalizado com CamScanner

Arapuá-MG, 15 de junho de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 284

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente

Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Paulo Luiz Ferreira
Vogal

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 285

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Vistos.

Considerando a apresentação de defesa prévia pelo denunciado GILSON DA CUNHA MATOS, bem como os documentos juntados aos autos da Comissão Processante nº 01/2026, DELIBERA esta Comissão pelo prosseguimento regular do feito, diante da existência de elementos mínimos aptos à continuidade da instrução processual.

Defere-se a produção das seguintes provas:

1. juntada dos documentos apresentados pelas partes;
2. oitiva do denunciante;
3. oitiva do denunciado;
4. oitiva das testemunhas arroladas;
5. demais diligências que se mostrarem necessárias ao esclarecimento dos fatos.

Designa-se audiência de instrução para o dia 17 de junho de 2026, a partir das 07:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá.

Intimem-se as partes e testemunhas arroladas.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 286

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Considerando o regular prosseguimento da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967;

Considerando a necessidade de produção de prova oral requerida pelas partes,

DESIGNA-SE audiência de instrução para o dia 17 de junho de 2026, a partir das 07:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, ocasião em que serão colhidos os depoimentos das partes e testemunhas regularmente arroladas.

Intimem-se o denunciante, o denunciado, seus procuradores e as testemunhas indicadas.

Faz-se constar que os depoimentos serão colhidos nos seguintes horários:

1. Denunciante João Alves Neto às 07:00 horas;
2. Testemunha Jonathas Washington Pereira às 08:00 horas;
3. Testemunha Vander Domingues dos Santos às 09:00 horas;
4. Denunciado Gilson da Cunha Matos às 10:00 horas;
5. Testemunha Suely Boaventura às 11:00 horas;
6. Testemunha Éverson César Boaventura às 14:00 horas;
7. Testemunha Maria de Lourdes Gomes Boaventura às 15:00 horas;
8. Testemunha Willian Andrei Marques às 16:00 horas;

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 287

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Considerando o regular prosseguimento da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967;

Considerando a necessidade de produção de prova oral requerida pelas partes,

DESIGNA-SE audiência de instrução para o dia 17 de junho de 2026, a partir das 07:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, ocasião em que serão colhidos os depoimentos das partes e testemunhas regularmente arroladas.

Intimem-se o denunciante, o denunciado, seus procuradores e as testemunhas indicadas.

Faz-se constar que os depoimentos serão colhidos nos seguintes horários:

1. Denunciante João Alves Neto às 07:00 horas;
2. Testemunha Jonathas Washington Pereira às 08:00 horas;
3. Testemunha Vander Domingues dos Santos às 09:00 horas;
4. Denunciado Gilson da Cunha Matos às 10:00 horas;
5. Testemunha Suely Boaventura às 11:00 horas;
6. Testemunha Éverson César Boaventura às 14:00 horas;
7. Testemunha Maria de Lourdes Gomes Boaventura às 15:00 horas;
8. Testemunha Willian Andrei Marques às 16:00 horas;

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
15/06/26
16 hs 21 m

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ
ARAPUÁ/MG
FLS. 288

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). JOÃO ALVES NETO, residente e domiciliado(a) na Mario Luiz Ferreira, n. 225, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, as 07:00 horas , no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
15/06/2026
17 hs 31 m

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 289

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da DENUNCIANTE JOÃO ALVES NETO situado na Rua Mário Luiz Ferreira, N°225, Bairro Bela Vista Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 07:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente a intimação e apôs sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Bruna Aparecida Rodrigues de Oliveira
Servidor(a) Responsável

Recebido em 15/06/26
às 17:31

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
290

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). JONATHAS WASHINGTON PEREIRA, residente e domiciliado(a) na Rua José Macedo do Amaral, n. 73, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, as 08 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
15 / 06 / 26
17 hs 02 m

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 291

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da TESTEMUNHA JONATHAS WASHINGTON PEREIRA situado na Rua José Macedo do Amaral, N°73, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 08:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente a intimação e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Servidor(a) Responsável

Patrícia de Rodrigues de Oliveira

Recebido em 15/06/26 às 17:02

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 292

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). VANDER DOMINGUES DOS SANTOS residente e domiciliado(a) na Rua Sebastiana Sinfronio de Sousa, n. 166, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, as 09 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
15/06/26
17 hs 7 m
Vander D. Santos

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 293

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da TESTEMUNHA VANDER DOMINGUES DOS SANTOS situado na Rua Sebastiana Sinfronio de Sousa, N°166, Bairro Bela Vista Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 09:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente a intimação e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira
Servidor(a) Responsável

Recebido em
15/06/26 às 17:07

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 294

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). SUELY BOAVENTURA, residente e domiciliado(a) na Rua José Macedo do Amaral n° 57, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, a partir das 11 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camila Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
____/____/____

_____hs _____m

_____

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 295

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da TESTEMUNHA SUELY BOAVENTURA situada na Rua José Macedo do Amaral, N°57, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 11:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

( ) o notificado recebeu regularmente a intimação e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

(X) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: no endereço foi localizado a irmã da testemunha, que informou que ela não reside no local.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira

Servidor(a) Responsável

Expedido em 15/06/26 às 17:14

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ FLS. 296

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). ÉVERSON CÉSAR BOAVENTURA residente e domiciliado(a) na Fazenda Arapuá, Zona Rural, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, as 14:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuele Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
15/06/26
18 hs 58 m

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 297

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da TESTEMUNHA EVERSON CÉSAR BOAVENTURA situado na Fazenda Arapuá, Zona Rural, Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 14:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente a intimação e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Patrícia Rodrigues de Oliveira.
Servidor(a) Responsável

Recebido em
15/06/26 às 18:58

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 29

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). MARIA DE LOURDES GOMES BOAVENTURA residente e domiciliado(a) na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, n°624, Bairro Centro, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, ás 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camile Emanuela marques Silva

Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM

15 / 06 / 2026

17 hs 23 m

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG Fls. 299

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da TESTEMUNHA MARIA DE LOURDES BOAVENTURA, situada na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, N°624, Bairro Centro Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 15:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente a intimação e apôs sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira
Servidor(a) Responsável

Recebido em 15/06/26 às 17:23

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 300

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a). WILLIAN ANDREI MARQUES residente e domiciliado(a) na Rua Álvaro Augusto de Medeiros, n°238, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de junho de 2026, ás 16:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG, 15 de junho de 2026.

Camila Emanuela marques Silva

Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM

15 / 06 / 2026

13 hs 10 m

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 302

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço da TESTEMUNHA WILLIAN ANDREI MARQUES situado na Rua Álvaro Augusto de Medeiros, N°238, Bairro Bela Vista Município de Arapuá/MG, com a finalidade de proceder ao mandado de intimação para comparecer à audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 16:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente a intimação e apôs sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber a intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Patrícia Ap. Rodrigues de Oliveira
Servidor(a) Responsável

Recebido em 15/06/26 às 13:20

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ ARAPUÁ/MG FLS. 302

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

O Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, manda que o(a) Sr.(a) GILSON DA CUNHA MATOS residente e domiciliado(a) na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, n° 240, Bairro Centro, Município Arapuá, na pessoa do seu ADVOGADO HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA OAB/MG 139707 com escritório profissional situado na Rua João Leandro, N°190, Bairro Centro, Município de Rio Paranaíba, em cumprimento ao presente mandado, seja INTIMADO(A) para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17 de Junho de 2026, às 10 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, situado na Praça São João Batista, nº 100, Centro, Arapuá/MG.

Fica o(a) intimado(a) advertido(a) de que deverá comparecer munido(a) de documento oficial de identificação.

Arapuá/MG,15 de Junho de 2026.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
15 / 06 / 26
16 hs 18 m

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 303

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço do DENUNCIADO GILSON DA CUNHA MATOS residente e domiciliado(a) na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, n° 240, Bairro Centro, Município Arapuá, na pessoa do seu ADVOGADO HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA OAB/MG 139707 com escritório profissional situado na Rua João Leandro, N°190, Bairro Centro, Município de Rio Paranaíba, com finalidade de proceder ao mandato de intimação para comparecer á audiência de instrução que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2026 ás 10:00 horas.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente os documentos e o mandato de intimação e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber os documentos e o mandato de intimação e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 15 de Junho de 2026.

Patricia de Rodrigues de Oliveira
Servidor(a) Responsável

Recebido em
15/06/26 às 16:18

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 304

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

ATA DE AUDIÊNCIA

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 07 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá/MG, presentes os membros da Comissão Processante nº 01/2026, foi aberta audiência destinada à instrução processual da denúncia formulada em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS.

Presentes os membros da Comissão Processante, a servidora Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira, o denunciante JOÃO ALVES NETO, o denunciado GILSON DA CUNHA MATOS e o procurador do denunciado o Sr. Heuler Charly OAB MG 139.7047, bem como o Assessor Jurídico da câmara Municipal Dr. Juliano Gonçalves Nunes Teixeira

Iniciados os trabalhos, foi colhido o depoimento do denunciante, faz-se constar que neste momento:

O Relator da Comissão interrompeu o depoimento dizendo que o advogado de defesa não estava fazendo perguntas e sim lendo os documentos, o advogado de defesa pediu para constar a fala em ata.

O Vogal interrompeu o depoimento dizendo que a defesa está citando o depoimento da testemunha na delegacia e o vogal alegou que a citada testemunha será ouvida nesta Comissão.

O advogado de defesa declarou voz de prisão ao depoente alegando que este faltou com a verdade perante a polícia e perante esse parlamento, pelo falso testemunho, direcionando a solicitação de guarnição policial ao Plenário a Presidente da Comissão.

O Vogal disse que o advogado de defesa que estava conduzindo as perguntas direto ao depoente.

Encerrado o depoimento do denunciante.

Em seguida, o advogado de defesa pediu para constar os seguintes requerimentos: que o depoimento do denunciante seja encaminhado para o Ministério Público para as devidas apurações de crime de falso testemunho apesar de não ter a previsão legal na legislação brasileira a qual protege a vítima e o denunciante em relação a esse crime. Considerando que restou tudo documentado em ata e no depoimento do denunciante a defesa retira o pedido verbal dirigido a Sra. Presidenta da voz de prisão e da solicitação da guarnição policial. De outro lado a defesa requer que o denunciante aguarde o depoimento

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 305

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

para que seja deferido a acareação entre o denunciante e a testemunha Jhonatas Washington Pereira, afim que possam esclarecer as divergências centrais de seus depoimentos quanto ao fato do denunciante não ter sido tocado pelas costas e nem empurrado com a barriga pelo denunciado; e quanto ao fato da testemunha ter dito que o Denunciante pediu por várias vezes que o denunciado passasse o canivete em seu pescoço. No mesmo sentido, deverá ser deferido a acareação entre o Denunciante e a Testemunha Vander Domingues dos Santos, para esclarecer a divergência entre a afirmação que a testemunha disse que o Denunciante ficou batendo no peito e pedindo para o denunciado lhe socar o canivete, bem como que o denunciado não lhe tocou em suas costas.

Essas divergências apontadas tem que ser devidamente esclarecidas, pois os indícios de manipulação da verdade estão claros pelo denunciante, dano uma versão totalmente desconexa com a prova dos autos e os depoimentos prestados nessa Comissão Processante nessa data.

Desta forma, pela busca da verdade a qual deverá prevalecer nessa comissão, Requer o deferimento da acareação entre o denunciante e as testemunhas Jhonatas Washington Pereira e Vander Domingues dos Santos, a ser designado por essa comissão.

Requer, ainda, que seja oficiado a Delegacia de Polícia Civil para informar se houve o indiciamento do denunciado, e se houve representação em face do denunciante.

Requer que seja encaminhado cópia integral de todos os depoimentos, o interrogatório e ata através do WhatsApp 34 999070990 ou pelo email: jurídicopmrp@hotmail.com, da mesma forma para contribuição dos andamentos dessa Comissão Processante as próximas intimações do processo poderá ser feita pelo WhatsApp 34 999070990 ou pelo email: jurídicopmrp@hotmail.com.

Após as deliberações a Comissão Processante, redigiu o seguinte parecer:

A defesa do denunciado requer a realização de acareação entre o denunciante e as testemunhas Jhonatas Washington Pereira e Vander Domingues dos Santos, bem como o envio de ofício à Polícia Civil para informações acerca de eventual indiciamento do denunciado e eventual representação em face do denunciante.

Inicialmente, cumpre registrar que a acareação constitui meio de prova destinado a esclarecer divergências relevantes verificadas entre declarações prestadas por pessoas já ouvidas no procedimento.

Entretanto, a Comissão Processante entende que as divergências apontadas pela defesa já se encontram devidamente registradas nos autos, por meio dos depoimentos prestados pelo denunciante e pelas testemunhas mencionadas.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS. 306

da única testemunha presencial para após ser ou não acariciado entre denunciante e a testemunha Jonathan.

O termo passa a integrar a presente ata

O Vogal fez constar que quando do relatório da Comissão se existir discordância entre o denunciante e a testemunha Jonathas serão convocados posteriormente para acareação.

A Presidente, por sua vez, indeferiu o pedido do advogado de defesa, constando que caso haja divergência o advogado poderá procurar os órgãos competentes, dispensando o denunciante.

Em seguida iniciou-se os depoimentos das testemunhas regularmente arroladas e do denunciado, cujos termos passam a integrar a presente ata para todos os fins legais.

O advogado de defesa dispensou o depoimento da testemunha Suely Boaventura.

Faz-se constar que a primeira folha do depoimento do denunciante foi trocada, haja vista que derramou água e foi borrada, o advogado de defesa anuiu a troca da folha com a assinatura dos demais presentes.

A defesa do denunciado fez os seguintes requerimentos:

Encerrada a fase de oitiva das testemunhas, denunciante e denunciado, percebe-se claramente que os fatos estão confusos e não esclarecidos, principalmente, ao confrontar os depoimentos prestados pelo denunciante e a peça acusatória, com as declarações prestadas nessa comissão pelas Testemunhas Vander e Jhonatas, pois o Denunciante sustentou o tempo todo que o Denunciado lhe tocou, inclusive trazendo de forma surpreendente que o denunciado lhe empurrou com a barriga. Enquanto as testemunhas presenciais e compromissadas nessa comissão, disse por várias vezes que o Denunciado não agrediu fisicamente, não encostou no denunciante em nenhum momento. Da mesma forma, extraindo dos depoimentos das testemunhas, percebe-se que o denunciante não estava com suas costas viradas para o denunciado, bem como, através do depoimento da testemunha Vander, nota-se claramente que o denunciante faltou com a verdade perante essa comissão processante, pois ambas as testemunhas disseram que o Denunciante ficou induzindo o Denunciado a lhe tacar com canivete em seu peito e pescoço (falar da testemunha Vander).

Diante dessas contradições, e em busca da verdade real, a defesa do denunciado reitera o pedido da Acareação realizado ao término do depoimento do denunciante, o qual foi indeferido naquele momento, e postergado sua analise ao final da instrução e relatório. Dessa Forma a defesa requer a sua ampliação.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 307

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

cabendo à Comissão valorar tais elementos quando da elaboração do relatório final.

Observa-se que os depoimentos foram colhidos sob o crivo do contraditório, com ampla oportunidade para formulação de perguntas pelas partes, encontrando-se suficientemente delineadas as versões apresentadas por cada um dos envolvidos.

Nesse contexto, a eventual realização de acareação não se mostra necessária para o esclarecimento dos fatos, uma vez que as contradições apontadas são evidentes e poderão ser objeto de análise pela Comissão na formação de seu convencimento, sem prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório.

Quanto ao pedido de expedição de ofício à Polícia Civil para informar eventual indiciamento do denunciado e eventual representação em face do denunciante, verifica-se que tais informações dizem respeito à esfera penal e não constituem elemento indispensável à apuração da infração político-administrativa objeto deste processo.

Ressalta-se que a responsabilidade político-administrativa possui natureza autônoma em relação à esfera criminal, não dependendo de indiciamento, denúncia ou condenação para que a Comissão forme seu convencimento acerca dos fatos submetidos à sua apreciação.

Diante do exposto, a Comissão Processante INDEFERE o pedido de realização de acareação entre o denunciante e as testemunhas Jhonatas Washington Pereira e Vander Domingues dos Santos, bem como INDEFERE o pedido de expedição de ofício à Polícia Civil, por entender que as diligências requeridas não se mostram necessárias ao esclarecimento dos fatos e à formação do convencimento desta Comissão.

Após a leitura do parecer da Comissão a defesa pediu a palavra novamente e fez os seguintes pedidos:

A defesa do denunciado reitera o pedido de encaminhamento do depoimento do denunciante João Alves Neto, devendo incluir os termos de depoimento da testemunha Jhonatan e Vander, para fins de apuração de crime de denunciação caluniosa, requerendo que o encaminhamento seja ao Ministério Público da comarca de Rio Paranaíba.

Requer por fim, que seja encaminhado cópia do termo da oitiva do denunciante João Alves bem como a ata desta audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Arapuá, afim de que apure a suspeição do primeiro vogal e do relator, uma vez que durante o depoimento do denunciante os membros citados acima tentaram de todas as formas impedir o exercício da defesa em busca dos princípios basilares do direito do contraditório e da ampla defesa, chegando um membro desta comissão dizer/questionar o defensor do vereador Gilson que não

Digitalizado com CamScanner

poderia ficar lendo depoimentos pois testemunhas arroladas seriam ouvidas nessa audiência. Da mesma forma, a defesa requer que seja encaminhado ao Presidente desta casa o termo da oitiva da testemunha Willian, o qual é vereador, que, durante o seu depoimento já antecipou o seu voto, o qual irá seguir o parecer desta Comissão Processante, e ainda, pelo fato do vereador na condição de testemunha ter mencionado em audiência que o vereador denunciado em outra legislatura não respondeu o processo em razão de uma maioria de membros desta casa ser ao seu favor, e agora o denunciado está enfrentando esse processo por esta casa não ser em sua maioria com os mesmos pensamentos ligados naquela época, chegando ao ponto de dizer que a mesa diretora é totalmente diferente do que a mesa que recebeu a denúncia ano de 2022. Por essas razões a defesa fundamenta que há indícios claros e cristalinos da suspeição do vereador Willian Andrei Marques, razão que requer a Presidência desta casa a análise quanto a suspeição alegada tanto de membros da Comissão Processante quando do vereador na condição de testemunha. Termos que pede e espera deferimento.

A Comissão irá analisar os demais pedidos posteriormente, momento em que disporá sobre as próximas deliberações.

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a audiência, sendo lavrada a presente ata.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente

Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Paulo Luiz Ferreira
Vogal/Membro

OAB/MG 139707

VEREADOR DENUNCIADO

OAB/MG 158076

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 309

TERMO DE DEPOIMENTO DO DENUNCIANTE

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 07:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, perante a Comissão Processante nº 01/2026, compareceu o denunciante JOÃO ALVES NETO, brasileiro, casado, portador do RG nº M 1762568 e CPF nº 593.388.656-49, residente e domiciliado na Mario Luiz Ferreira, n 225, Município de Arapuá.

Advertido acerca do dever de dizer a verdade e cientificado das consequências legais decorrentes de declarações falsas, passou a prestar depoimento.

Inquirido pelo Presidente da Comissão Processante, respondeu:

QUE confirma os fatos narrados na denúncia, que saiu da fazenda para ir até a loja de materiais de construção, que quando entrou na loja passou perto do vereador Gilson, e enquanto estava procurando a peça Gilson saiu do local que estava bateu a mão nas suas costas, e disse que aquele dia lá na praça estava protegido, e pediu pra que ele repetisse o que ele disse naquele dia, disse que estava distraído, e que Gilson estava transtornado mandando repetir o que ele disse com o canivete na mão, que ele não era home m era um moleque. Que ele veio pra cima dele com o canivete com arrogância, que a loja era pequena, mas foi se afastando devido ao canivete, que chegou ao balcão para conversar com o vendedor, e que Vander chegou e disse para que ele fosse embora.

Perguntado em que momento viu o vereador, disse que foi quando o vereador deslocou de onde estava sentado e veio até ele.

Perguntado se cumprimentou ou teve algum contato inicial disse que não.

Perguntado quem iniciou a conversa disse que foi o vereador quem iniciou.

Perguntado se confirma a distância do local que ele estava quando iniciou as ofensas disse que estava no final da loja, com cerca de 7 metros de distância.

Que as ofensas proferidas são as mencionadas anteriormente, que ele não era homem e que antes ele era protegido pela polícia.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 310

Confirma que o fato anterior referido na discussão foi ocorrido na praça onde tinha cerca de 100 pessoas, que estava no evento por curiosidade e não costuma se envolver com política.

Disse que sobre os fatos ocorridos na loja de materiais reagiu respondendo que era homem sim, mas se conscientizou do risco e foi se afastando do vereador que estava nervoso e com um canivete na mão.

Disse que percebeu que o vereador estava com o canivete quando este bateu em suas costas. Que o canivete estava aberto.

Que interpretou o canivete na mão como uma ameaça, e por isso se afastou.

Que sentiu medo de ser agredido com o canivete;

Que além dele e do vereador quem presenciou os fatos foi o Jonathan e o Vander.

Que sobre as perguntas da Presidente da Comissão não tem mais nada a dizer;

Perguntado pelo vogal da Comissão Processante: disse que no momento da discussão estava de costas para o vereador; que antes não teve atrito com ele, e que quando entrou teve que passar perto porque só havia uma entrada.

Franqueada a palavra à defesa do denunciado para formulação da defesa, foi argumentado QUE:

Não sabe a hora exata do fato, mas acredita que tenha ocorrido entre as 10:00 as 10:30;

Que quando se sente agredido a sua reação é afastar;

Disse que não chamou a polícia porque saiu e foi fazer a ocorrência, mas só fariam após as 13:00 da tarde;

Disse que não sabe como funciona a questão das ocorrências da polícia, perguntado a respeito do atendimento imediato da polícia.

Perguntado sobre as supostas agressões verbais que proferiu contra o vereador, disse que disse que era homem.

Que entende que a fala "que ele é homem" depende da forma que ela é dita, que se um cara chegar com o canivete na mão e falar que não é homem entende como agressão.

O advogado da defesa fez a leitura do REDS com o intuito de instruir suas perguntas;

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 311

Perguntado se confirma o teor do Reds disse que disse aos policiais que estava portando o canivete; perguntado novamente se confirma integralmente o REDS disse que confirma que viu Gilson no interior da loja; que Gilson deslocou de onde estava para dizer as falas de que proferiu. Perguntado porque não constou no REDS que Gilson bateu em suas costas, disse que neste depoimento de audiência de instrução falou o que aconteceu e que no dia por estar nervoso não falou; perguntado se confirma o que consta no boletim sobre revide verbal, disse que não lembra, que lembra de dizer que responder que era homem. Perguntado se tem amizade ou inimizade com a testemunha Jonathas disse que não é amigo nem inimigo, que é cliente da loja.

O advogado de defesa fez a leitura do depoimento da testemunha Jonathas dado na polícia civil;

Perguntado se falou mais alto com Gilson, disse que não sabe a altura que falou, mas perante o canivete pode ter respondido mais alto mesmo, que o que é alto para um pode não se para o outro.

O Relator da Comissão interrompeu o depoimento dizendo que o advogado de defesa não estava fazendo perguntas e sim lendo os documentos, o advogado de defesa pediu para constar a fala em ata.

Perguntado se Jonathas está falando a verdade no depoimento da polícia civil disse que não se recorda, não está falando que está mentindo.

Que a única agressão verbal foi dizer que não era homem; que dizer que não é homem é agressão verbal dependendo do tom que é falado e mencionou novamente o canivete.

Perguntado se leu o boletim de ocorrência disse que leu; perguntado se o que está no boletim é verdade, disse que o que consta no boletim está um pouco vago devido a nervosismo, que foi um dia diferente em sua vida.

Perguntado se tem uma cópia do boletim em suas mãos disse que não sabe, mas que leu.

Perguntado se tem inimizade com o vereador disse que não tem inimizade disse que não, mas que tem sentimento devido a uma humilhação publica proferida no plenário da Câmara pelo vereador Gilson; que sua esposa teve que fazer tratamento psicológico por 2 anos, que se sentia incapaz; que após isso sua esposa fez uma prova e passou e continuou sendo diretora.

Respondeu que já foi processada pelo vereador Gilson; disse que não tem mágoa;

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 312

O Vogal interrompeu o depoimento dizendo que a defesa está citando o depoimento da testemunha na delegacia e o vogal alegou que a citada testemunha será ouvida nesta Comissão.

Perguntado se sua esposa processou o vereador disse que não sabe, mas foi feito boletim de ocorrência.

Perguntado se o depoente diz anteriormente que não tem a certeza que sua esposa de nome Adélia processou o vereador Gilson porque ele juntou a cópia integral do processo movido em 2022 nesta denúncia, disse que é falta de conhecimento, porque é leigo, porque como não teve audiência, achou que era apenas uma denúncia.

Perguntado onde obteve a cópia dos documentos juntados na denúncia disse que foi seu advogado que enviou.

Perguntado se sua esposa guarda mágoa de Gilson pela fala dele disse que estão focados em outras coisas devido ao problema de saúde que ela está, mas acredita que superou.

Inquirido sobre sua afirmação sobre as ofensas de Gilson que não era homem disse que foi no momento "lá".

Perguntado se mostrou o boletim de ocorrência para alguém, disse que pelo que se lembra não;

Perguntado se sabe dizer se o prefeito é adversário político do vereador Gilson disse que não sabe dizer;

Perguntado se acompanha os trabalhos da Câmara Municipal disse que ultimamente não;

Perguntado se tem algum interesse nesse processo, com essa denúncia, disse que seu interesse é se proteger;

Perguntado porque em 2022 quando os fatos eram muito mais graves ele ou a esposa não representaram contra o vereador, disse que aquela vez atingiu a moral de sua esposa e dessa vez atingiu seu corpo como objeto, e para ele é mais grave.

Perguntado se o vereador Gilson chegou perto dele com o canivete na mão disse que ele o vereador foi o "empurrando com a barriga" e ele se afastando.

O advogado de defesa declarou voz de prisão ao depoente alegando que este faltou com a verdade perante a polícia e perante esse parlamento, pelo falso testemunho, direcionando a solicitação de guarnição policial ao Plenário a Presidente da Comissão.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
Fls. 313

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

O Vogal disse que o advogado de defesa que estava conduzindo as perguntas direto ao depoente.

Encerrado o depoimento do denunciante.

Em seguida, o advogado de defesa pediu para constar os seguintes requerimentos: que o depoimento do denunciante seja encaminhado para o Ministério Público para as devidas apurações de crime de falso testemunho apesar de não ter a previsão legal na legislação brasileira a qual protege a vítima e o denunciante em relação a esse crime. Considerando que restou tudo documentado em ata e no depoimento do denunciante a defesa retira o pedido verbal dirigido a Sra. Presidenta da voz de prisão e da solicitação da guarnição policial. De outro lado a defesa requer que o denunciante aguarde o depoimento da única testemunha presencial para após ser ou não acariciado entre denunciante e a testemunha Jonathan.

Perguntado pelo vogal se sentiu constrangido com a voz de prisão disse que sim, que tudo pra ele é novidade porque não tem esse perfil.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, segue devidamente assinado.

Camila Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Relator

Vogal/Membro

JOÃO ALVES NETO

Advogado(a) do Denunciante

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 315

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS - Vereador de Arapuá/MG

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 09:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, perante a Comissão Processante instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, fundada no art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, procedeu-se à oitiva da testemunha abaixo identificada:

Jhonatas Washington Pereira, brasileiro, estado civil solteiro, profissão engenheiro civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº SSP MG 18808220 e inscrito(a) no CPF sob o nº 122.160.406-65, residente e domiciliado(a) na Rua José Macedo do Amaral, n° 73, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, sabendo ler e escrever.

A testemunha foi regularmente advertida e compromissada na forma da lei, sendo cientificada do dever de dizer a verdade acerca dos fatos de que possui conhecimento, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo 342 do Código Penal, consistente em *"fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha em processo judicial ou administrativo, inquérito policial ou em juízo arbitral"*, cuja pena é de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Inquirida pelo Presidente da Comissão Processante, respondeu: QUE só vai dizer a verdade; confirmou seu nome e profissão; que não possui parentesco com o denunciante ou denunciado; disse que ambas as partes são do seu circulo social, que são clientes, "amigos de balcão";

Que não interesse no processo, que inclusive tinha compromissos profissionais e perdeu honorários por estar aqui; Que estava presente no acontecimento do dia 09 de maio de 2026, que estava atendendo e estava sozinho; que naquele momento sua atividade era de comerciante; que se encontrava de dentro do balcão; que percebeu a chegada do denunciante; que o denunciado já estava no local resolvendo um problema de uma torneira;

A presidente solicitou que ele relatasse os fatos; que por volta das 10, 11 horas foi o denunciado a loja resolver um problema de uma torneira; e que como a torneira já estava com problema há muito tempo e a veda rosca estava grudada; e o denunciado pegou um canivete para tirar e veda rosca; disse que o senhor vulgo "peixinho" ora denunciante chegou ao estabelecimento, e que Vander chegou para pegar alguns parafusos e que ele foi ajuda-lo. Que não viu quem começou, que de início achou que era brincadeira, que percebeu quando o volume aumentou.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
Fls. 316

Que apesar da voz alterada não teve xingamentos pesados como filho de puta e desgraçado; que não houve xingamentos e sim retruques; que não disse nada, ficou nervoso e não teve reação. Que o "peixinho" dizia se você for homem passa o canivete no meu pescoço; que na confusão Vander voltou e "tirou" o peixinho. Que entende que não teve nenhum tipo de ameaça;

Que percebeu que não era uma conversa amistosa quando o tom de voz aumentou. Que desde o momento que o denunciado foi tirar a fita veda rosca viu que ele estava com o canivete. Que durante a discussão não viu o canivete. Que não viu canivete durante a discussão então não sabe dizer se estava aberto ou fechado.

Que apesar dos ânimos aflorados não viu agressão, que houve incitação a violência por parte do denunciante, mas que não viu probabilidade de agressão, senão teria intervido.

Que somente ele presenciou todos os fatos, que Vander entrou pegou os parafusos então viu parcialmente e só depois retornou, que Vander tem a audição prejudicada.

Que não presenciou o início da discussão pois estava atendendo o Vander; que a discussão foi breve e quando os ânimos estavam acalmando Vander chegou e "tirou" o denunciante para fora.

Que o denunciante deixou o estabelecimento primeiro quando o Vander o tirou.

Que não sabia que havia desavença entre as partes, que só depois soube por comentários de populares que havia desentendimento.

Que não lembra de mais nenhum fato importante para falar, que já narrou na delegacia da polícia civil os fatos conforme ocorreram.

Perguntado pelo vogal se em seu estabelecimento comercial tem câmera de segurança disse que apenas na parte externa; que a distância entre o denunciante o denunciado que a distancia seria cerca de 5 a 7 metros, acredita que seja 4 metros no máximo porque 7 é o tamanho total. Que não viu quem começou, que não pode afirmar quem começou porque na hora estava atendendo o Vander.

Franqueada a palavra ao denunciado e à sua defesa técnica, respondeu:

Que distância entre onde o denunciante e o denunciado estavam cerca de metros de distância no corredor. Que quando o denunciante chegou não se lembra cumprimentou ele ou o denunciado. Que no momento que o denunciante chegou foi direto procurar a mercadoria. Que após o ocorrido o denunciante teve na loja compareceu ao local perguntando se havia câmeras.

Que ouviu denunciante pedindo para ser agredido; narrou novamente que de início achou que era brincadeira, os ânimos afloraram, não houveram xingamentos pesados, que o denunciante disse que "passa o canivete aqui no meu pescoço oh, você não é homem";

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 317

Que confirma que não houve agressão por nenhuma das partes, que o denunciado não agrediu o denunciante.

Que Confirma o depoimento dado na polícia civil.

Que não viu o canivete na hora da discussão, que inclusive o denunciado estava com as mãos abaixadas atrás das costas, e que não fez nenhuma menção a ataque do canivete em direção ao denunciante.

Que não viu empurrão ou qualquer outra agressão. Que não viu Gilson empurrando o denunciante com a barriga.

Que vê falando na cidade sobre os fatos anteriormente ocorridos em 2021/2022 é político. Que não tinha conhecimento dessas datas, que apenas viu as pessoas trazerem à tona os fatos antigos, que não presenciou nenhum deles.

Que houve falar que a motivação é que o denunciado é a única oposição da Câmara, e que a situação está sendo política.

Que em relação a ser oposição política, se sabe dizer se o denunciado vota contra a atual administração pública, disse que o que sabe que todos os vereadores estão votando em prol da população.

Que escuta falar que o denunciado é um vereador ativo, que está sempre lendo e passando para a população, acredita que como os demais vereadores. Que na sociedade a pessoa do Gilson é um cidadão comum, profissional, um cidadão modelo para representar o povo, assim como os demais.

Que ninguém ligado a política foi a seu estabelecimento para saber do fato, que somente recebeu a intimação para o depoimento. Que ninguém da imprensa entrou em contato para saber do fato.

Que o povo fala que o denunciado vai ser cassado em razão desse fato. Que quem faz esses comentários, são vários grupos, polarizado.

Perguntado se o fato ocorrido mancha a imagem da câmara, disse que manchar não pode dizer, mas é uma repercussão negativa. Que nenhum dos vereadores tem culpa de nenhum dos fatos.

Que sobre a repercussão negativa está falando de tudo, dos fatos e do processo. Que não entende motivo suficiente para cassação, mas é só um cidadão.

Perguntado se alguém chegar e falar você não é homem é agressão, respondeu que isso é pessoal, que cada pessoa reage de um jeito, que algumas pessoas podem atender a provocação e outras não, que depende do momento, se fosse ele faria alguma coisa.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos membros da Comissão Processante, pelo denunciado, por sua defesa e pela testemunha presente.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Flávia Henrique de Almeida
Relator da Comissão Processante

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAPUÁ-MG
FLS. 318

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

Membro/Vogal da Comissão Processante

Testemunha

Advogado(a) do Denunciado

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 319

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS - Vereador de Arapuá/MG

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 10:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, perante a Comissão Processante instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, fundada no art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, procedeu-se à oitiva da testemunha abaixo identificada:

Vander Domingues dos Santos, brasileiro(a), estado civil casado, profissão aposentado, portador(a) da Carteira de Identidade nº SSP MG 4385378 e inscrito(a) no CPF sob o nº 468.788.236-68, residente e domiciliado(a) na Rua Francisco José Fernandes n. 166, Bairro Bela Vista, Município de Arapuá, sabendo ler e escrever.

A testemunha foi regularmente advertida e compromissada na forma da lei, sendo cientificada do dever de dizer a verdade acerca dos fatos de que possui conhecimento, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo 342 do Código Penal, consistente em *"fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha em processo judicial ou administrativo, inquérito policial ou em juízo arbitral"*, cuja pena é de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Inquirida pelo Presidente da Comissão Processante, respondeu: que se compromete em dizer a verdade, confirmou nome e profissão; que não possui parentesco com o denunciante; que não possui parentesco com o denunciado; que não mantém amizade próxima com nenhuma das partes;

Que estava presente no estabelecimento comercial no dia 09 de maio de 2026;

Foi pedido para que relatasse o que presenciou: disse que entrou na loja para comprar parafusos, que foi ao balcão que Gilson estava sentado lá; que Gilson se levantou e partiu para cima do peixinho denunciante, com o canivete na mão e disse para ele vir se fosse homem, para repetir o que disse na praça, que tem problema auditivo que tem mais coisas mas não sabe dizer.

Que se descontrolou um pouco saiu e sua esposa veio achando que o problema era com ele, que voltou e tirou o peixinho abraçado;

Que foi comprar parafuso no local; que o denunciado estava sentado no balcão e denunciante entre as prateleiras, que não havia percebido que o denunciante estava lá dentro, que só viu quando Gilson foi para cima dele.

Que tem problema auditivo, que saiu o assunto do ocorrido em frente a câmara que envolve a esposa do denunciante.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 320

Que temeu que a discussão evoluísse para uma agressão física, que os dois estavam alterados e foi por isso que tirou o denunciante de lá.

Que o denunciado estava com o canivete prata, mas não sabe dizer se estava fechado ou aberto.

Que em relações as ofensas só ouviram o começo enquanto estava mais perto, que o denunciado disse que se fosse homem era pra vir, que ali não tinha polícia pare defende-lo, que o denunciante gesticulou e batia no peito e disse passa o canivete aqui no meu pescoço se você for homem; que vieram ofensas dos dois lados.

Perguntado pelo vogal respondeu que foi o denunciado que foi para cima do denunciante; que a distância era entre dois a três passos. Que o denunciante estava de lado e depois ficou de frente.

Dada a palavra à defesa, foi perguntado se o denunciante estava de costas, e respondeu QUE estava meio de lado e depois ficaram de frente; que não viu Gilson cutucar ou encostar em JOÃO; Que não viu agressão física de nenhum lado;

Que não pode afirmar com certeza que ouviu a palavra vagabundo; que saiu muita bobagem das duas bocas;

Perguntado se o vereador Gilson é envolvido em brigas, se absteve da pergunta porque não tem relação com os fatos; que não participa da vida social do município; que não acompanha;

Perguntando se viu Gilson empurrando João com a barriga, disse que no tempo que viu a discussão viu que João recuou de Gilson.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos membros da Comissão Processante, pelo denunciado, por sua defesa e pela testemunha presente.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Thiago Henrique de Oliveira
Relator da Comissão Processante

Membro/Vogal da Comissão Processante

Reuder Domingues dos Santos
Testemunha

Advogado(a) do Denunciado

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 321

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS - Vereador de Arapuá/MG

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 11:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, perante a Comissão Processante instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, fundada no art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, procedeu-se à oitiva da testemunha abaixo identificada:

Everson Cesar Boaventura, brasileiro(a), estado civil casado, profissão lavrador, portador(a) da Carteira de Identidade nº SSP MG 10.566481 e inscrito(a) no CPF sob o nº 014.361.006-66, residente e domiciliado(a) na Fazenda Arapuá, Zona Rural, Município de Arapuá, sabendo ler e escrever.

A testemunha foi regularmente advertida e compromissada na forma da lei, sendo cientificada do dever de dizer a verdade acerca dos fatos de que possui conhecimento, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo 342 do Código Penal, consistente em *"fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha em processo judicial ou administrativo, inquérito policial ou em juízo arbitral"*, cuja pena é de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Inquirido pela Presidente da Comissão Processante, respondeu: QUE se compromete a dizer a verdade; confirmou nome e profissão; que conhece o denunciado e o denunciante há muitos anos; que não possui parentesco com nenhuma das partes; que possui relação de amizade com ambas as partes; que não possui interesse político ou pessoal no resultado do processo;

Que não estava presente no estabelecimento comercial que ocorreu o fato no dia 09 de maio de 2026; que não presenciou a discussão objeto dessa denúncia; que não ouviu pessoalmente a discussão entre Gilson e João naquele dia;

Que não possui conhecimento direto dos fatos ocorridos, que só ouviu falar; que tomou conhecimento do episódio por terceiros; que terceiros lhe relataram o fato; que tomou conhecimento dos fatos três, quatro dias após; que não conversou com o denunciado sobre o ocorrido; que não conversou com o denunciante sobre o ocorrido; que não teve acesso ao boletim de ocorrência; que não deseja acrescentar nenhuma informação de conhecimento próprio.

Franqueada a palavra ao denunciado e à sua defesa técnica, às perguntas formuladas, respondeu: Que a respeito do fato ficou sabendo que Gilson estava no estabelecimento, que quem o contou foi o Jhonatan, que Gilson estava manuseando o canivete para trocar uma peça, que em seguida João

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 322

entrou e a discussão iniciou. Que antes do Jhonatan ouviu falar por terceiros; que dois, três dias depois foi comprar material na loja, perguntou a Jonathan e ele o relatou.

Que o comentário da população na cidade, é que o fato não poderia ter acontecido; que não deseja mal a nenhum dos dois;

Que não ouviu falar se o motivo é político então não vai se manifestar sobre isso. Que a respeito da esposa do denunciante não sabe dizer sobre desentendimentos com o denunciado, mas que em relação ao denunciante e o denunciado houve um problema na câmara em que o denunciante agrediu o denunciado.

Que acompanha a vida dos vereadores, não vem as reuniões, mas ouve falar; que sua opinião é que o vereador Gilson está sempre presente. Que Gilson não faz oposição a administração pública, que ele desempenha seu papel como vereador.

Perguntado se o fato ocorrido prejudica a câmara ou a imagem dos vereadores, respondeu que não deixa de repercutir, que é desagradável, que não é um fato isolado; que quando diz que o fato é desagradável não está falando da população e sim dentro da câmara.

Perguntado pelo vogal, disse que não tem conhecimentos de brigas e intervenções do vereador Gilson.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos membros da Comissão Processante, pelo denunciado, por sua defesa e pela testemunha presente.

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Relator da Comissão Processante

Membro/Vogal da Comissão Processante

Everson Cesar Bacuartura
Testemunha

Advogado(a) do Denunciado

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 329

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS - Vereador de Arapuá/MG

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 12 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, perante a Comissão Processante instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, fundada no art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, procedeu-se à oitiva da testemunha abaixo identificada:

Maria de Lourdes Gomes Boaventura, brasileiro(a), estado civil viúva, do lar portador(a) da Carteira de Identidade nº MG 3877524 e inscrito(a) no CPF sob o nº 498.531.476-53, residente e domiciliado(a) na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros, n. 624, centro, Município de Arapuá, sabendo ler e escrever.

A testemunha foi regularmente advertida e compromissada na forma da lei, sendo cientificada do dever de dizer a verdade acerca dos fatos de que possui conhecimento, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo 342 do Código Penal, consistente em *"fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha em processo judicial ou administrativo, inquérito policial ou em juízo arbitral"*, cuja pena é de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Inquirida pelo Presidente da Comissão Processante, respondeu: Que se compromete a dizer a verdade; confirmou nome e profissão; que conhece o denunciado desde 2001, desde que veio para a cidade; que conhece o denunciante desde a época da escola; que não possui parentesco com nenhuma das partes; que não é amiga ou inimiga de nenhuma das partes; que não possui interesse pessoal ou político no resultado do processo; Que não estava presente no estabelecimento comercial que ocorreu o fato no dia 09 de junho de 2026; que não presenciou a discussão objeto da denúncia; que não ouviu pessoalmente a discussão entre Gilson e João naquele dia; confirmou que não possui conhecimento direto dos fatos ocorridos naquele dia; que tomou conhecimento do episódio por conversa de rua; que ouviu muitas conversas que não sabe relatar detalhes; que tomou conhecimento passado alguns dias; que não chegou a conversar com o denunciado e denunciante sobre o ocorrido; que não teve acesso ao boletim de ocorrência; Sobre informações de conhecimento próprio, Gilson foi o mais votado, e deve merecer o cargo. Que a população paga o salário funcionário público, que cada um tem a sua opinião.

Dada a palavra à defesa, não foram feitas perguntas.

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 324

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos membros da Comissão Processante, pelo denunciado, por sua defesa e pela testemunha presente.

Camila Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Relator da Comissão Processante

Membro/Vogal da Comissão Processante

Maria de Lourdes Gomes Boaventura
Testemunha

Advogado(a) do Denunciado

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 325

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS - Vereador de Arapuá/MG

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 12:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, perante a Comissão Processante instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, fundada no art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967, procedeu-se à oitiva da testemunha abaixo identificada:

Willian Andrei Marques, brasileiro, estado civil: casado, vereador, portador da Carteira de Identidade nº SSP MG 12528052 e inscrito(a) no CPF sob o nº 056.516.246-27, residente e domiciliado(a) na Rua Álvaro Augusto de Medeiros, n. 238, Bela Vista Município de Arapuá, sabendo ler e escrever.

A testemunha foi regularmente advertida e compromissada na forma da lei, sendo cientificada do dever de dizer a verdade acerca dos fatos de que possui conhecimento, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo 342 do Código Penal, consistente em *"fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha em processo judicial ou administrativo, inquérito policial ou em juízo arbitral"*, cuja pena é de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Inquirido pela Presidente da Comissão Processante, respondeu: Que se compromete a dizer a verdade; confirmou seu nome e cargo; que exerce o mandato eletivo há 9 anos; que a relação com o denunciado é de colega de trabalho; que não possui relação com o denunciante, que é primo primeiro de sua mãe mas nunca tiveram vínculo; que não estava presente no dia dos fatos; confirma que não possui conhecimento direto dos fatos investigados nessa comissão; que já presenciou o vereador usar o cargo para intimar ou constranger alguém, que isso ocorreu dentro da câmara; tem conhecimento de que houveram outras denúncias registradas nessa casa; que acredita que as denúncias do passado não foram pra frente porque não levaram para frente; Que não tem mais nada a acrescentar que considera importante;

Perguntado pelo vogal disse que não tem conhecimento do motivo que foi arrolado como testemunha da defesa. Que tem conhecimento de confusões do vereador somente dentro da câmara, inclusive no dia que a secretária de educação e professoras foram convidadas para receber homenagem, acredita que o problema começou nesse dia, que o denunciado dirigiu palavras a esposa do denunciante; que sobre o suposto dissentimento do denunciado com o cidadão denominado Liu disse não ter conhecimento.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 326

Dada a palavra à defesa, perguntado sobre como tomou conhecimento do fato, disse que sai pouco, que soube 3 ou 4 dias depois, pela página de notícias de Rio Paranaíba/MG pelo facebook; que conversou com os colegas depois sobre a questão de maneira vaga;

Perguntado se considera o fato ocorrido em 09 de maio de 2026 é mais grave que o fato ocorrido em 2021 e 2022, respondeu que não está aqui para julgar; que considera os três fatos graves; que cada um tem sua importância.

Que para a imagem interna da câmara considera os três fatos relevantes, desde que tenha um parlamentar envolvido a visão é sempre a mesma, porque quando fala em um vereador atinge os outros oito, a casa toda. Que afirma que não teve conhecimento total do fato ocorrido em 09 de maio de 2026, que está mais afastado da política; que em 2022 não fazia parte da mesa diretora; Que como parlamentar não teve acesso a denuncia recebida na câmara, que fez a leitura na reunião, que fez a leitura da denúncia, que não teve acesso ao caderno todo.

Perguntado se a câmara tomou alguma providência sobre as agressões ocorridas em 2022, disse que se recorda que João Orlando esbravejava que chamou a polícia e que a polícia foi parcial ao executivo, dizendo que ia denunciar a polícia ao comando; e que o comandante estava presente e foi contra essa afirmação. Que João Orlando tentou resolver; que essa testemunha no dia desses fatos de 2022 agiu para que não agredissem mais pessoas inclusive o vereador Gilson da confusão quando estava indo embora.

Que o cargo eletivo tem suas prerrogativas e não tem ligação com o executivo. Que nesses 9 anos Gilson não se demonstra como adversário direto do executivo, que o vereador Gilson fala o que pensa, tem seus pensamentos próprios; que os quatro anos da administração anterior era pior, que tinha briga pessoal com o ex prefeito; que hoje é uma questão mais profissional.

Perguntado, se no meio do núcleo político Gilson é tido como adversário político deles, disse que não tem grupo político; que da outra vez o antigo presidente João Orlando não recebeu a denúncia, que na época foi feito diferente e achou um absurdo. Que João Orlando conduziu de maneira errada para beneficiar o vereador Gilson; que não sabe o que levou o atual presidente a receber a denúncia e nem o que levou o antigo presidente João Orlando a não receber; que na época em que a denuncia não foi recebida o grupo de vereadores era mais alinhado com o vereador Gilson; que acredita que hoje a denuncia foi recebida porque a o Presidente, e mesa diretora e não tem afinidade nem com Gilson nem com os demais, são imparciais.

Perguntado se o fato repercutiu negativamente entre os vereadores; disse que se fosse só fato da agressão verbal não; mas que pela maneira que viu nas reportagens o vereador estava com o canivete na mão e manteve, e isso repercutiu no site de notícias, e isso trouxe algo negativo. Que repercutiu negativamente só em razão da arma branca; Que as pessoas ligam pra ele perguntando do caso do Gilson e que pra ele isso é indiferente, que cabe

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 327

a comissão processante julgar e decidir e que ele vai acolher o que for concluído pela Comissão.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos membros da Comissão Processante, pelo denunciado, por sua defesa e pela testemunha presente.

Camile Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Relator da Comissão Processante

Membro/Vogal da Comissão Processante

William André marques
Testemunha

Advogado(a) do Denunciado

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 328

TERMO DE INTERROGATÓRIO DO DENUNCIADO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Denunciante: JOÃO ALVES NETO
Denunciado: GILSON DA CUNHA MATOS - Vereador de Arapuá/MG

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 13:30 horas, compareceu perante a Comissão Processante nº 01/2026 o Vereador denunciado GILSON DA CUNHA MATOS.

Após cientificado acerca dos fatos narrados na denúncia e de seus direitos ao contraditório e ampla defesa, **foi inquirido pelo Presidente da Comissão Processante** e respondeu que compreendeu seus direitos; confirmou seu nome e profissão; que recebeu cópia da denúncia; que teve oportunidade de conversar com seu advogado e preparar a sua defesa; a palavra foi concedida para relatar os fatos de maneira livre, disse que:

Em torno das 10, 10:30 foi a loja tentar arrumar um prolongador de uma torneira, que estava conversando com o Jonathas e estava tentando tirar o veda rosca com o canivete; que João Alves entrou na loja; que tinha vontade de conversar com João assim como outras pessoas que participaram do ocorrido em 2021; que achou a oportunidade de conversar com João, que desde o ocorrido, muitos das pessoas que participaram da manifestação, talvez a grande maioria não sabe o motivo que estavam na praça proferindo ameaças e tentando bater, que se perguntar qual o objeto de discussão da câmara também não sabem responder; que essas pessoas nutrem uma raiva; que o denunciado sabe que essas pessoas foram manipulados; que no dia do fato ocorrido em 09 de maio de 2026 João Alves estava de lado, e que Gilson disse a João, você estava muito bravo comigo em 2021, João o ignorou, em seguida levantou, ficou de frente e disse: tem dó vagabundo, apontando o dedo, não parando mais os xingamentos; Que Gilson apelou com João e disse que vagabundo era ele; que ele teria o xingado porque estava na presença da polícia, de companheiros políticos e de tantos outros que causaram aquela manipulação; como João não parava de o xingar e buscou assunto da fala que foi proferida em 2022 no plenário contra sua esposa, nessa hora Gilson ficou mudo; João se debateu com a mão direta no próprio rosto no mínimo 8 vezes e disse a Gilson, você está com o canivete, seja homem e passa ele no meu pescoço, e o depoente disse, você é quem precisa virar homem, já que você está muito macho repete para mim a palavra pilantra, que João deixou de enfrenta-lo de frente, virou um pouco de lado, que ficou calado nessa hora, que Vander então então voltou a loja, pegou João pelo ombro e o retirou em silêncio, Que durante a discussão, quem lembrou o depoente que ele portava uma arma foi João; que não o procurou para discutir, bater ou matar; que procurou João na tentativa de ter uma condição melhor como cidadão; que antes de 2021 sempre foi seu amigo, que foi ortodontista das duas filhas de João e sempre teve relação de cordialidade, com a família toda.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 329

Retomadas as perguntas, disse que percebeu a chegada de João quando ele entrou na loja. Que quando João entrou estava sentado no balcão, Jhonatan de um lado e Gilson do outro; que foi ele que iniciou a conversa, o chamou João pelo nome, inclusive pelo apelido; que a discussão foi iniciada por João; Em relação a fala referente a João estar protegido pela polícia no episódio de 2021, disse que na época João desferiu chutes, e que foi conversar com ele agora e ficou pior; que denunciou ele e mais 17 envolvidos na manifestação em 2021; que em 2021 após uma reunião da câmara em que Gilson propôs uma emenda parlamentar reduzindo os créditos de suplementação no orçamento de 30% para 10%, na semana a anterior a votação do projeto houve uma grande quantidade de publicações em redes sociais, inclusive dentre alguns vereadores, secretários, espalhando que se houvesse a redução na suplementação a administração pública ficaria sem condições de exercer a gestão. Juntamente a isso, na mesma semana, foi informado depois que secretários e o próprio prefeito procuravam encarregados efetivos e contratados para vir a frente da câmara municipal na data da reunião fazer pressão para que não passasse a aprovação da emenda dentro do projeto; que dois três dias antes da data da reunião percebendo a grande participação da população solicitou ao presidente da câmara que enviasse um ofício ao comando da polícia militar para dar cobertura durante e após a reunião; que era época de pandemia mas mesmo assim a câmara ficou lotada de pessoas ligadas a administração, apenas pessoas ligadas a administração e alguns convidados; que durante a reunião a senhora Adélia ficou em pé encostada numa parede fazendo sinal negativo com a cabeça e olhando para o depoente durante toda a reunião; que após o encerramento do trabalho na câmara, quando o plenário esvaziou-se, os vereadores da oposição tomaram café e ficaram aguardando a presença policial para conduzir a retirada do plenário; que como a polícia não apareceu, de dentro da câmara viram alguns policiais próximos da viatura na entrada da prefeitura municipal. O vereador Hélio Bontempo ficou muito preocupado e ligou para um dos policiais, em instantes subiram dois policiais e o comandante Sidnei com muita falta de educação queria saber o que os vereadores estavam fazendo no plenário; combinou com o vereadores que era pra descer e seguir na lateral das casas até a esquina e que iam leva-los a casa do vereador Gilson; que quando desceram o depoente foi escoltado com o policial do lado das construções na calçada e o depoente exposto pelo lado da rua com a população totalmente entre eles; que durante esse momento houve agressões físicas socos nas costas e na nuca; chutes do senhor João mesmo junto a polícia e muitos gritos; que o depoente foi de inteirar dos fatos totalmente muito dias depois através de vídeos que circularam pelo WhatsApp;

Que acredita que o conflito atual teve origem no fato ocorrido em 2021, que João e muitos outros estavam ali por falta de conhecimento, usados pela administração;

A presidente voltou a perguntar sobre a situação ocorrida em 09 de maio de 2026, perguntado se ofendeu João disse que proferiu depois que ele não parava de xingar, o enfrentou, respondendo as ofensas; que as ofensas foram retribuídas, que lembra de dizer vagabundo é o senhor, que o senhor tem

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 330

que virar homem. Que João proferiu ofensas o tempo todo, como vagabundo, você não é homem, que ele mexia com todo mundo, que João não se calava.

Que estava com o canivete trago da sua casa, que estava mexendo na torneira; que já estava com o canivete na mão antes da chegada do senhor João Alves; que quando João chegou removia o veda rosca de uma torneira; que quando João chegou o canivete estava aberto; questionado porque não guardou o canivete ao caminhar até João disse que nem se lembrou do canivete; que não tinha intenção de intimidar; que das pessoas que teve problema à época de 2021 o único que não resolveu na paz foi com João. Que tem convicção que o pedido de cassação não partiu de João, que é outra manipulação política para prejudica-lo; que tentou encerrar a discussão; que não considera teve relação com seu atual mandato; perguntado se na sua visão a sua conduta foi compatível com o cargo de vereador disse que sempre foi muito cuidadoso com a questão do decoro parlamentar, dentro e fora da câmara municipal, e que o ocorrido, de acordo com sua intenção não tem nenhuma relação com o mandato; disse que se pudesse voltar aos fatos não tentaria conversar com João; Que tomou conhecimento da denúncia no dia da sessão plenária através do grupo dos vereadores; que não teve reações que está acostumado com as manipulações e manobras políticas; que os fatos narrados não ocorreram da forma descrita pelo denunciante; Que considera todos os pontos trazidos pelo denunciante inverídicos, inclusive todo o depoimento prestado nessa data; que acha uma montagem o depoimento do denunciante; que o depoimento do senhor Vander é mentiroso, quando expressa a palavra partir; que não tem pedido de desculpas a fazer, mas que não gostaria que isso tivesse ocorrido; que na sua avaliação sua conduta foi compatível com a dignidade do cargo de vereador; que não acredita ter praticado ato incompatível com o cargo; que não tem mais nenhum questão importante a trazer.

Perguntado pelo vogal se estava sóbrio, disse que sim, e que antes estava em atendimento, que estava com a roupa do consultório; que se o fato voltar a ocorrer não agiria da mesma maneira, que procurou João com tranquilidade sem intenção de briga; que procurou as outras pessoas com intenção de esclarecer e resolver.

Dada a palavra à defesa, foi perguntado sobre a retratação do fato, tendo respondido que não lembrava que estava com o canivete e que se tivesse lembrado jamais teria procurado João naquele momento. Perguntado se como homem público, vereador da cidade de Arapuá, mesmo achando que não houve uma agressão verbal procuraria João para se retratar, respondeu que, gostaria de ter a oportunidade de explicar ao denunciante o porquê o procurou naquele dia; que a postura que teve no dia do ocorrido foi para resolver a situação; que diante da situação, do processo, está fazendo uma avaliação crítica do que levou a isso, se é justo ou injusto, e que está exposto a isso; que vai continuar fazendo seu trabalho firme como acha que tem que ser; que isso traz um desgaste muito grande, que entende ser desnecessário.

Digitalizado com CamScanner

Câmara Municipal de Arapuá-MG
Praça São João Batista, nº. 100 - Centro
Arapuá - MG, 38860-000
(34) 3856-1222

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 331

Nada mais havendo a questionar, foi encerrado o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos membros da Comissão Processante, pelo denunciado e por sua defesa.

Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante

Relator da Comissão Processante

Membro/Vogal da Comissão Processante

Denunciado

Advogado(a) do Denunciado

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAPUÁ/MG
332

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 1/2026

Aos 18 dias do mês de junho de 2026, às 18:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá/MG, reuniram-se os membros da Comissão Processante nº 01/2026, para deliberação acerca dos Requerimentos formulados pelo Denunciado, ainda pendentes de deliberação.

Presentes os membros da Comissão Processante, e a servidora Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira nomeada para auxiliar nos trabalhos da Comissão, na organização processual e trabalhos administrativos.

I - RELATÓRIO

Após a oitiva das testemunhas do Denunciado e de seu depoimento pessoal e a elaboração de Parecer da Comissão Processante, a Defesa do Denunciado realizou novos Requerimentos, cuja análise foi postergada por esta Comissão.

Sendo assim, em atenção aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, passa-se à análise dos citados Requerimentos

II - DO ENVIO DE CÓPIA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA

Requer a defesa do Denunciado o "*encaminhamento do depoimento do denunciante João Alves Neto, devendo incluir os termos de depoimento da testemunha Jhonatan e Vander, para fins de apuração do crime de denunciação caluniosa, requerendo que o encaminhamento seja ao Ministério Público da Comarca de Rio Paranaíba*".

A Comissão entende e delibera pelo indeferimento do Requerimento.

O presente procedimento tem finalidade própria e delimitada, qual seja, apurar, no âmbito político-administrativo, os fatos descritos na denúncia.

Eventual discussão sobre a prática de denunciação caluniosa pertence à esfera penal e deve ser examinada, se for o caso, pelas autoridades competentes.

As divergências apontadas pela defesa entre os depoimentos colhidos em audiência serão consideradas pela Comissão no momento oportuno, especialmente na análise da prova e na elaboração do relatório final.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG 333

Contudo, tais divergências não autorizam, por si só, neste momento e neste procedimento, a conclusão de que houve prática de crime.

Também é importante registrar que a responsabilidade político-administrativa é autônoma em relação à responsabilidade penal.

Assim, não cabe à Comissão Processante transformar este feito em apuração criminal, nem antecipar juízo sobre eventual ilícito penal que a defesa entenda existente.

Nesse sentido, é entendimento pacífico que a Comissão Processante, no âmbito do processo político administrativo pode indeferir as diligências ou provas Requeridas, desnecessárias ao deslinde do feito[1]

Caso o denunciado ou seu procurador compreendam que há elementos suficientes para adoção de providências perante o Ministério Público ou outro órgão competente, poderão fazê-lo diretamente, pelos meios próprios.

III - DA ALEGADA SUSPEIÇÃO DO PRIMEIRO VOGAL E DO RELATOR DA COMISSÃO PROCESSANTE

Requer o denunciado "seja encaminhado termo da oitiva do denunciante João Alves, bem como a ata desta audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Arapuá, a fim de que apure a suspeição do primeiro vogal e do Relator".

Alega que "*os membros acima citados tentaram de todas as formas impedir o exercício da defesa*".

As intervenções realizadas durante a audiência ocorreram no contexto da condução dos trabalhos, especialmente para organização da instrução, delimitação do objeto das perguntas e preservação da regularidade do ato.

O denunciado esteve presente, acompanhado de advogado, que pôde formular perguntas, fazer registros em ata, apresentar protestos e requerimentos.

A remessa pretendida ao Presidente da Câmara, nos termos em que requerida, não se mostra necessária à apuração dos fatos objeto da denúncia, nem encontra amparo em elemento concreto capaz de demonstrar prejuízo efetivo à defesa.

As circunstâncias apontadas não caracterizam, por si só, parcialidade, impedimento ou suspeição, não se verifica qualquer prejuízo concreto à defesa, uma vez que intervenções pontuais da Comissão não se confundem com prejuízo processual concreto.

---

[1] - Recurso provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0012.11.001411-0/002, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/11/2012, publicação da súmula em 07/12/2012)

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG 334

Ademais, a Comissão Processante, regularmente constituída, é o órgão responsável pela condução do feito, pela apreciação dos requerimentos formulados no curso da instrução e pela deliberação fundamentada sobre a pertinência das providências requeridas.

Assim, por ausência de demonstração concreta de suspeição ou prejuízo à defesa, bem como por não se tratar de providência necessária ao deslinde do feito, indefere-se o requerimento.

IV - DO PEDIDO DE SUSPEIÇÃO DA TESTEMUNHA E VEREADOR WILLIAM

A defesa do denunciado requereu "seja encaminhado ao Presidente desta Casa o termo de oitiva da testemunha Willian, o qual é Vereador, que, durante o seu depoimento já antecipou o seu voto".

Afirma que o Vereador irá seguir o parecer da Comissão Processante e, ainda, na condição de testemunha, mencionou em audiência que o Vereador denunciado em outra legislatura não respondeu o processo em razão de uma maioria de membros desta Casa a seu favor, chegando ao ponto de dizer que a Mesa Diretora é totalmente diferente da Mesa Diretora que recebeu a denúncia no ano de 2022.

Por essas razões, requereu que a Presidência desta Casa realize a análise quanto à alegada suspeição.

Conforme já consignado nesta decisão, a Comissão Processante, regularmente constituída, é o órgão responsável pela condução do feito, pela apreciação dos requerimentos formulados no curso da instrução e pela deliberação fundamentada sobre a pertinência das providências requeridas.

Durante a audiência, verificou-se que a testemunha não possuía conhecimento direto e específico sobre os fatos objeto da denúncia, tendo sido indagada, em diversos momentos, sobre questões de natureza política, composição da Câmara, legislaturas anteriores, atuação de Mesa Diretora e circunstâncias estranhas ao fato concreto apurado neste processo.

Assim, eventual manifestação da testemunha sobre o funcionamento político da Câmara, sobre composição de legislaturas anteriores ou sobre a existência de maioria em determinado momento não altera o objeto deste feito, nem demonstra, por si só, suspeição ou impedimento para atuação parlamentar futura.

Também não se extrai do depoimento antecipação concreta de voto.

Ressalte-se, ainda, que não se mostra adequado que a defesa, após arrolar determinada testemunha e formular perguntas que extrapolaram o núcleo fático da denúncia, pretenda transformar o conteúdo das respostas em fundamento para remessa do expediente à Presidência da Câmara.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 335

Por essas razões, o requerimento não se mostra necessário ao deslinde do feito. A questão relevante para este processo é a apuração dos fatos narrados na denúncia, cabendo à Comissão Processante valorar as provas produzidas e elaborar, ao final, o relatório que entender cabível.

Registre-se, ainda, por oportuno, a jurisprudência pacífica do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no sentido de que as hipóteses de suspeição e impedimento previstas no Código de Processo Civil não se aplicam ao processo político-administrativo de cassação. *In verbis:*

> *EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CÂMARA MUNICIPAL DE LIBERDADE. PROCESSO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO CONTRA PREFEITA MUNICIPAL. RITO. DECRETO-LEI FEDERAL Nº 201/1967. INTIMAÇÃO DA DENUNCIADA SOBRE O CONTEÚDO DO RELATÓRIO FINAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO. SUSPEIÇÃO DE VEREADOR. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. NÃO VIOLAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA. –*
> *(...)*
> ***É pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido que as hipóteses de suspeição e impedimento previstas no Código de Processo Civil não se aplicam ao processo político-administrativo de cassação do prefeito.***
> *(TJ-MG - MS: 10000191613256000 MG, Relator.: Moacyr Lobato, Data de Julgamento: 25/06/2020, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 30/06/2020)*
>
> (g.n.)

A remessa pretendida à Presidência da Câmara, portanto, neste momento, não contribui para o esclarecimento dos fatos, não demonstra prejuízo concreto à defesa e não se ampara em causa objetiva de suspeição.

V - DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Considerando encerrada a fase de instrução da Comissão Processante nº 01/2026, fica concedido prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de alegações finais pela defesa.

Certifique-se e intime-se.

Arapuá/MG, 18 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Camile Emanuela Marques Silva
Presidente

Thiago Henrique de Oliveira
Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Paulo Luiz Ferreira
Paulo Luiz
Vogal

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 336

MANDADO DE INTIMAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa atribuída ao Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, abre vista do processo ao Denunciado, com cópia integral do feito (capa a capa) e o intima para apresentação de razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto Lei nº 201/67.

Arapuá/MG, 18 de junho de 2026.

Camili Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

RECEBI EM
19/06/26
10 hs 29 m

Praça São João Batista, 100 - Centro - Fone: (34) 3856-1222
CEP: 38860-000 - Arapuá - MG - E-mail: camara.arapua@hotmail.com

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 337

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço do procurador do denunciado GILSON DA CUNHA MATOS, Dr. Heuler Charly de Paiva Souza, situado na Rua João Leandro, n° 190, Centro, Município de Rio Paranaíba/MG, com a finalidade de proceder à citação do denunciado na pessoa de seu advogado para vista de cópia integral do feito (capa a capa), bem como para intima-lo para apresentação de razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente os documentos e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber os documentos e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 18 de junho de 2026.

Patrícia Ap. Rodrigues de Oliveira
Servidor(a) Responsável

Recebido em 19/06/26
às 10:29

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 338

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTA DA COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ – MG

Recebido às 13:35h do dia 25-06-2026

GILSON DA CUNHA MATOS, brasileiro, vereador, casado, filho de Maria Ferreira da Cunha Matos e Lázaro Francisco de Matos, inscrito no CPF nº 593.139.946-15 e RG nº 4.157.499, residente na Avenida Eduardo Augusto de Medeiros nº 240, Centro, Arapuá – MG, por meio de seu advogado, vem a presença dessa Comissão Processante apresentar sua **ALEGAÇÕES FINAIS** pelos fatos e fundamentos a seguir:

Tempestividade

Encerrada a fase de instrução os autos vieram para Alegações finais, sendo o decurso do prazo ocorrido no dia 24/06/2026, data em que foi feriado municipal em comemoração ao padroeiro São João Batista, razão que prorrogasse para o 1º dia útil que é 25/06/2026 o término para apresentar as alegações finais.

Relatório

Ratifica o relatório apresentado na defesa prévia fls.204/232 e documentos juntados.

Parecer pela continuidade do Processo Administrativo fls.275/285, rejeitando todas as preliminares e designando audiência de instrução para o dia 17/06/2026.

Ata da audiência juntada fls.304/313, a qual a defesa pugnou por vários pedidos, dentre eles a acareação, suspeição e

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 339

encaminhamento dos termos de depoimento ao Ministério Público, sendo indeferido na mesma ata e decisão posterior fls.332/335, sob a fundamentação em tese que não houve vícios, nulidade, suspeição, parcialidade ou impedimento para o exercício da auto defesa do denunciado.

É o essencial.

MÉRITO

Nada que esse defensor falar ou arguir nessas Alegações Finais não serão levadas em considerações, pois **infelizmente** o denunciado já está pré-julgado a cassação de seu mandato, **não por essa Comissão Processante e/ou por seus pares em plenário, mas sim pela pressão política externa ao parlamento, a qual não admite a postura técnica do vereador denunciado, e com isso,** esse simples advogado pode perceber na fala e no olhar de cada membro dessa comissão processante no último dia 17/06/2026, **que estão exercendo seu papel de vereador sobre uma forte pressão política, na qual deixam transparecer claramente que esse processo é político, sem nenhuma quebra de decoro, principalmente após o depoimento do denunciante e das únicas testemunhas presencial.**

Portanto, essas alegações serão técnicas, e iniciou ela trazendo um pensamento de São João Batista o padroeiro dessa cidade.

"Crias de víboras! Como podeis falar coisas boas, sendo maus?" (Mt 12, 34)

João Batista não gostava da hipocrisia. As palavras que ele escolheu para dirigir-se aos fariseus e aos saduceus deixam isso claro. "Suas palavras são um lembrete, não tão amável, de que o humilde reconhecimento de nossos pecados é mais importante que as aparências"

Após instruir esse processo, como essa Comissão Processante irá opinar pela cassação do vereador Gilson, se ficou totalmente provado no depoimento do denunciante a vontade de vingança, a vontade de

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS. 340

prejudicar o denunciado em razão dos fatos ocorridos entre eles em 2021, e entre a esposa do denunciante no ano de 2022.

Ao confrontar o depoimento do Denunciante perante a Comissão Processante e os depoimentos prestados pela testemunhas Jhonatas Washigton Pereira (fl.315/318) e Vander Domingues dos Santos (fls.319/320), percebe-se claramente que o denunciado não estava com o canivete para agredir o denunciante; percebe-se claramente que o denunciante instigou o denunciado por várias vezes, chegado a bater no peito e no pescoço para que o denunciado lhe passasse o canivete; percebe-se claramente que o denunciado não tocou no denunciante pelas costas, e nem tão pouco houve qualquer contato físico; percebe-se claramente que o Denunciante criou argumentos no Boletim de Ocorrência e perante essa comissão que não ocorreu em nenhum momento, ou seja, o denunciante mentiu descaradamente.

Portanto, ao ler os depoimentos prestados pelo denunciante e testemunhas com total imparcialidade, percebe-se a ausência de justa causa, a qual foi alegada na defesa prévia e rejeitada por essa Comissão, mas que em **sede de Alegações Finais a defesa ratifica e pugna pelo reconhecimento da ausência de justa causa**, levando em considerações os argumentos trazidos defesa prévia fls.204/232 e documentos juntados, juntamente com o depoimento do denunciante e das testemunhas Jhonatas Washigton Pereira (fl.315/318) e Vander Domingues dos Santos (fls.319/320).

No mérito **ratifica os argumentos trazidos na defesa prévia fls.204/232**, reiterando novamente as nulidades alegadas na ata de audiência fls.304/313, principalmente o cerceamento de defesa em não deferir a acareação entre o Denunciante e das testemunhas Jhonatas Washigton Pereira (fl.315/318) e Vander Domingues dos Santos (fls.319/320), pois ficou nítido que o Denunciante faltou com a verdade perante essa comissão processante, e a acareação seria fundamental para comprovar que o denunciante faltou com a verdade sobre os fatos.

PEDIDOS

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 341

Por todo o exposto, requer o recebimento e a juntada das Alegações Finais, sendo **ratificado** a utilização dos argumentos lançados na defesa prévia fls.204/232 e documentos juntados, juntamente com o depoimento do denunciante e das testemunhas Jhonatas Washigton Pereira (fl.315/318) e Vander Domingues dos Santos (fls.319/320), como suas alegações finais, **pleiteando o arquivamento da presente denúncia**, em razão da ausência de justa causa para ensejar a quebra do decoro parlamentar do denunciado.

Termos que,

Pede e espera o deferimento.

Rio Paranaíba, 25 de junho de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA
Data: 25/06/2026 11:57:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA

OAB/MG 139707

"Não pratiquem violência nem façam falsas acusações, e contentem-se com o soldo de vocês." (Lucas 3:14)

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 342

ATA REUNIÃO COMISSÃO PROCESSANTE (PORTARIA Nº 07, DE 31 DE MAIO DE 2026)

Aos 26 de junho de 2026, as 20:00 horas na sede da Câmara Municipal de Arapuá/MG, situada na Praça São João Batista, n° 100, Centro, reuniram-se os membros da Comissão Processante n° 01/2026, instituída em decorrência do recebimento, pelo Plenário da Câmara Municipal, de denúncia formulada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO em face do Vereador Gilson da Cunha Matos, por suposta prática de infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do art. 7°, inciso III, do decreto Lei n° 201/1967.

Presentes os vereadores Camile Emanuela Marques Silva, como Presidente da Comissão Processante, Thiago Henrique de Oliveira como Relator da Comissão Processante e Paulo Luiz Ferreira, como Vogal/Membro da Comissão Processante, além da servidora designada para acompanhar nos trabalhos administrativos da Comissão Patrícia Aparecida Rodrigues de Oliveira.

A Comissão recebeu do relator o parecer anexo.

Após a leitura e debate a comissão deliberou pela PROCEDÊNCIA da denúncia oferecida por João Alves Neto, a qual fora subscrita pelo Partido Político MDB (Movimento Democrático Brasileiro) representado por seu Presidente, José Antônio Gonçalves Neto.

Após a notificação do denunciado será encaminhada ao Presidente da Câmara, Paulo Henrique Fernandes Ribeiro os autos da Comissão Processante 01/2026 em sua integralidade para os devidos encaminhamentos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, segue devidamente assinada pelos membros da Comissão Processante.

Esta ata foi lavrada pela Presidente da Comissão, Camile Emanuela Marques Silva.

Camile Emanuela marques Silva
Camile Emanuela Marques Silva
Presidente

Thiago Henrique de Oliveira
Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Paulo Luiz Ferreira
Paulo Luiz Ferreira
Vogal/Membro

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 343

COMISSÃO PROCESSANTE (PORTARIA Nº 07, DE 31 DE MAIO DE 2026)

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR Nº 01/2026

DENUNCIANTE: JOÃO ALVES NETO

DENUNCIADO: Vereador GILSON DA CUNHA MATOS

RELATOR: Vereador THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

A Comissão Processante, instituída em 31/05/2026 pela Portaria nº 07/2026 e composta pelos Vereadores Camile Emanuela Marques Silva - Presidente; Thiago Henrique de Oliveira - Relator, e Paulo Luiz Ferreira - Vogal, após a apresentação de Alegações Finais pelo denunciado, GILSON DA CUNHA MATOS, com fundamento no art. 5º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/67, emite o presente parecer final, consubstanciado nos seguintes fatos e fundamentos:

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Comissão Processante – CP instituída na 8ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapuá, ocorrida em 26/05/2026, em que mais de 2/3 (dois terços) dos Vereadores acolheram a denúncia formulada pelo cidadão e eleitor João Alves Neto a qual fora subscrita pelo Partido Político MDB (Movimento Democrático Brasileiro) representado por seu Presidente, José Antônio Goncalves Neto, que relatava o cometimento, em tese, da prática de infrações político-administrativas por parte do Vereador, Sr. Gilson da Cunha Matos.

Segundo o denunciante, o Vereador teria incorrido na prática dos atos elencados no art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67, que assim estabelece:

> *Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:*
> *III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.*

1. A criação da CP teve como marco inicial a protocolização da Denúncia de fls1/189., realizada pelo cidadão e eleitor João Alves Neto, a qual fora subscrita pelo Partido Político MDB (Movimento Democrático Brasileiro) representado por seu Presidente, José Antônio Goncalves Neto, tendo este juntado o título de eleitor, fls10.

2. Segundo as peças acusatórias, o denunciado teria faltado com o decoro parlamentar no dia 9 de maio de 2026, por volta das 10h30min, no estabelecimento

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 344

comercial denominado "ED Casa", localizado no Bairro Bela Vista, em Arapuá/MG, quando o denunciante foi interpelado pelo denunciado de forma agressiva e intimidatória. O Vereador, de canivete em punho, proferiu ofensas verbais, tais como "vagabundo", e questionou publicamente a virilidade do cidadão, motivado por desavenças decorrentes do exercício de manifestação política ocorrida anteriormente em frente à sede do Legislativo.

3. A inicial veio instruída com documentos robustos (fls11/189), com destaque para o Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001; registros de histórico de animosidade institucional (REDS de 2022 e Termo Circunstanciado de Ocorrência por desacato a servidora pública, processado sob o nº 5000334-90.2023.8.13.0555 no Juizado Especial de Rio Paranaíba/MG) e clipagem jornalística de ampla repercussão regional.

4. Analisando a denúncia apresentada, esta Comissão constatou que a mesma preenche todos os requisitos no art. 5º, inciso I, do D.L. 201/67, pois:

a) fez-se de forma escrita;

b) foram subscritas por eleitor, fazendo-se acompanhar dos documentos pessoais do denunciante, inclusive Certidão da Justiça Eleitoral indicativa do número do título de eleitor, zona e seção eleitoral;

c) expôs os fatos praticados, em tese, pelo Vereador;

d) indicou a produção de prova documental, juntando os documentos acima mencionados.

5. De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão subsequente ao seu recebimento, determinou sua leitura e consultou a Câmara sobre o seu recebimento.

6. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão foi constituída a Comissão Processante, com 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegeram, desde logo, o Presidente e o Relator.

7. Procedeu-se à instalação da Comissão Processante, em 31/05/2026, conforme se infere da "Portaria do poder Legislativo nº7 de 31 de maio de 2026", de fl. 196/197.

8. O denunciado, GILSON DA CUNHA MATOS, Vereador de Arapuá, foi notificado pessoalmente para responder aos termos das denúncias em 01/06/2026, conforme se infere da aposição de sua assinatura na Notificação de fls.200.

9. O denunciado foi pessoalmente citado e notificado no dia 1º de junho de 2026, vindo a protocolar sua Defesa Prévia em 10 de junho de 2026, assinada pelo advogado Heuler Charly de Paiva Souza, inscrito na OAB/MG sob o nº 139.707 (fls. 204/270).

10. Em suas razões de insurgência preliminar (fls. 204/232), sustentou:

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 345

a) a inépcia da petição inicial por ausência de indicação expressa e capitulação de artigo criminal correspondente no Código Penal;

b) a ausência de justa causa processual, invocando a atipicidade penal decorrente de suposta injúria recíproca/retorsão imediata (art. 140, § 1º, do CP);

c) no mérito, alegou a irrelevância do fato por ter ocorrido em ambiente privado ("ED Casa") e que as referências a episódios de 2021 e 2022 estariam preclusas por pertencerem a legislatura pretérita.

Instruiu a defesa com os seguintes documentos: Certidão Criminal e de Execução Penal Negativa, Cópia de Termo de Declaração em TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência) de Gilson da Cunha Matos, datado de 02/12/2021, Cópia de Termo de Declaração em TCO de João Orlando de Oliveira, datado de 05/05/2022, Cópia da promoção de arquivamento do processo judicial de nº 5000334-90.2023.8.13.0555, Cópia do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 11293716, Cópia de Sentença do Processo Judicial de nº 5000334-90.2023.8.13.0555, Cópia de Termo de Depoimento de Adélia Pereira Duarte Alves, datado de 03/06/2026, Cópia de Termo de Declaração de Jhonatas Washington Pereira, datado de 03/06/2026, Cópia de Termo de Depoimento de Vander Domingues dos Santos.

11. Na sequência, os autos foram conclusos a esta Comissão para a análise de admissibilidade e emissão do parecer opinativo de que trata o art. 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967. Consta às fls275/284 o parecer opinativo emitido pela Comissão Processante.

12. Em sessão do dia 15/06/2026, consta a ata de deliberação da Comissão Processante que, por unanimidade, aprovou o parecer e, com fundamento no art. 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67, opinou pelo PROSSEGUIMENTO DA DENÚNCIA por quebra de decoro parlamentar pelo Vereador GILSON DA CUNHA MATOS.

13. Às fls. 285, consta o despacho datado de 15 de junho, dando prosseguimento ao feito e iniciando a fase de instrução processual e deferindo a produção de provas, designando audiência de instrução para o dia 17 de junho de 2026, a partir de 7:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, determinando a intimação das partes e testemunhas arroladas.

14. À fls. 289, consta Certidão de Citação do denunciante João Alves Neto ocorrida em 15/06/2026.

15. À fl. 291, consta Certidão de Citação da testemunha Jonatas Washington Pereira ocorrida em 15/06/2026.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 346

16. À fl. 293, consta Certidão de Citação da testemunha Vander Domingues dos Santos ocorrida em 15/06/2026.

17. À fl. 295, consta Certidão de Citação de que não foi possível intimar a testemunha Suely Boaventura ocorrida em 15/06/2025.

18. À fl. 297, consta Certidão de Citação da testemunha Everson César Boaventura ocorrida em 15/06/2026.

19. À fl. 299, consta Certidão de Citação da testemunha Maria de Lourdes Boaventura ocorrida em 15/06/2026.

20. À fl. 301, consta Certidão de Citação da testemunha Willian Andrei Marques ocorrida em 15/06/2026.

21. À fl. 303, consta Certidão de Citação do Advogado Heuler Charly de Paiva Souza, OAB/MG 139.707, procurador do denunciado, ocorrida em 15/06/2026.

22. Às fls. 304/308, consta Ata de Audiência de Instrução realizada no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá/MG, realizada dia 17/06/2026, com abertura às 7:00 horas.

23. Às fls. 309/314, consta o depoimento do denunciante JOAO ALVES NETO.

24. Às fls. 315/318, consta o depoimento da testemunha Jonatas Washington Pereira.

25. Às fls. 319/320, consta o depoimento da testemunha Vander Domingues dos Santos.

26. Às fls. 321/322, consta o depoimento da testemunha Everson César Boaventura.

27. Às fls. 323/324, consta o depoimento da testemunha Maria de Lourdes Boaventura.

28. Às fls. 325/327, consta o depoimento da testemunha Willian Andrei Marques.

29. Às fls. 328/331, consta o depoimento do Denunciado, o Vereador Gilson da Cunha Matos.

30. À fls. 332/335, consta decisão da Comissão Processante encerrando a fase de instrução da Comissão Processante nº 01/2026, ficando concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de alegações finais pela defesa.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 347

31. À fls. 336/337, consta intimação à seu advogado, concedendo-lhes prazo para apresentação de alegações finais.

32. À fls. 338/341, constam as alegações finais do denunciado, subscritas por seu advogado.

Conclusos os autos, vieram-nos para análise e emissão do Parecer Final, conforme estabelece o art. 5º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/67.

DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS PELO DENUNCIADO

As alegações finais apresentadas se limitam a imputar parcialidade à Comissão, sem apontar fatos concretos, atos processuais viciados ou normas violadas.

A mera alegação de "pressão política externa" é conclusão sem premissa demonstrada nos autos.

Desta forma, passemos à análise do mérito das acusações, fazendo-se o cotejo dos documentos que instruíram a denúncia, da defesa prévia e das razões escritas apresentadas pelo Vereador, ora denunciado.

ANÁLISE DAS RAZÕES ESCRITAS

A Comissão Processante teve como foco verificar se as argumentações constantes das denúncias seriam suficientemente sérias a ponto de culminar com a decisão pela sua procedência, com a cassação.

Primeiramente, torna-se imprescindível ressaltar que a condução deste processo observou rigorosamente as disposições contidas no Decreto-Lei nº 201/67.

Num segundo instante, considerando a gravidade dos fatos apontados pela denúncia, esta Comissão decidiu agir de forma imparcial, sem manifestar esta ou aquela intenção particular de qualquer de seus membros.

As decisões aqui tomadas foram pautadas pelo consenso da maioria de seus membros.

O direito do denunciado de tomar conhecimento das decisões e falar nos autos não foi tolhido, haja vista que, após cada ato, houve expressa manifestação da defesa.

Desta forma, foi assegurado o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Conselho

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 348

Passando à análise da denúncia propriamente dita, bem como dos documentos que a instruíram, da defesa e das razões finais apresentadas pelo denunciada, temos que o VEREADOR não conseguiu afastar a acusação que contra ele pende, a saber:

DA REJEIÇÃO DA TESE DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA

A defesa insiste, nas alegações finais, no reconhecimento da "ausência de justa causa" para o prosseguimento do feito. A tese, contudo, é manifestamente intempestiva e processualmente inadequada.

A justa causa constitui requisito de admissibilidade da denúncia, cujo momento processual próprio de arguição é anterior à instauração do processo ou, quando muito, na defesa prévia.

O tema foi expressamente apreciado e rejeitado pelo Parecer de fls. 275/285, com fundamentação que não foi tecnicamente rebatida pela defesa em nenhum momento do processo.

Encerrada a fase de instrução probatória, a matéria devolvida à Comissão para apreciação nas alegações finais é o mérito da imputação se os fatos comprovados configuram ou não quebra de decoro parlamentar, e não o juízo de admissibilidade, já definitivamente superado. A reiteração da tese em sede imprópria não a ressuscita processualmente.

Ademais, a própria instrução probatória realizada com coleta de depoimentos, análise do Boletim de Ocorrência e produção documental demonstra, *a contrario sensu,* a existência de justa causa suficiente para o prosseguimento do feito até seu desfecho de mérito.

DA IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE PARCIALIDADE E PRESSÃO POLÍTICA

A defesa sustenta, de forma enfática e repetida, que o processo seria "político", que a Comissão estaria sofrendo "forte pressão política externa ao parlamento" e que seus membros já teriam o denunciado "pré-julgado". Cuida-se, contudo, de mera retórica sem amparo probatório nos autos.

A mera afirmação genérica de "pressão política", desprovida de qualquer indicação factual, documental ou testemunhal que a substancie, não constitui argumento jurídico apto a viciar o processo.

Registre-se que a própria defesa formulou pedidos de suspeição e impedimento durante a audiência de instrução, os quais foram devidamente analisados e rejeitados na decisão de fls. 332/335, com fundamentação que a defesa não desconstituiu nas alegações finais.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 349

A insistência retórica no tema, sem novos elementos, não altera esse quadro.

Em observância ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, garantias que foram efetivamente exercidas pela defesa em todas as fases do procedimento de defesa prévia (fls. 204/232), audiência de instrução (fls. 304/331) e alegações finais. (fls. 338/341).

A pluralidade de pedidos formulados e apreciados demonstra, ao contrário do alegado, que à defesa foram asseguradas todas as oportunidades de manifestação.

DA IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR INDEFERIMENTO DA ACAREAÇÃO

A alegação reiterou pedido formulado na audiência de instrução, de que o indeferimento da acareação entre o denunciante e as testemunhas teria configurado cerceamento de defesa, gerando nulidade processual.

A tese não prospera. A acareação constitui meio de prova facultativo, não obrigatório, a ser deferido quando existam contradições relevantes entre depoimentos que não possam ser dirimidas pelos demais elementos probatórios.

No caso concreto, a decisão de fls. 332/335 fundamentou o indeferimento com base na ausência de contradição substancial que justificasse a medida, tendo a Comissão considerado que os depoimentos colhidos, em conjunto com o Boletim de Ocorrência, forneciam elementos suficientes para a apreciação do mérito. Trata-se de exercício regular do poder instrutório do órgão processante.

Acrescente-se que, para o reconhecimento de nulidade processual, não basta a mera alegação de prejuízo, exige-se sua demonstração concreta no caso específico.

O denunciado não demonstrou, em nenhum momento, qual fato relevante e insuscetível de comprovação por outros meios somente seria elucidado pela acareação. O prejuízo concreto é pressuposto inafastável da nulidade, e sua ausência de demonstração é fatal à tese.

DA INSUFICIÊNCIA TÉCNICA DAS ALEGAÇÕES FINAIS COMO PEÇA DE MÉRITO

Do ponto de vista técnico-processual, as alegações finais apresentadas pela defesa limitam-se a:

a) ratificar os argumentos da defesa prévia de fls. 204/232;
b) apresentar leitura seletiva e parcial dos depoimentos colhidos;
c) imputar à Comissão parcialidade política.

Nenhuma dessas estratégias constitui análise técnica do mérito da imputação.

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 350

As alegações finais têm função processual própria e distinta da defesa prévia: destinam-se à análise crítica da prova produzida na fase de instrução, confrontando cada elemento probatório com os fatos imputados.

A mera remissão à defesa prévia não cumpre essa finalidade processual e não pode ser oposta como obstáculo à apreciação do mérito pela Comissão com base no conjunto probatório regularmente formado.

A narrativa defensiva de que as testemunhas "inocentariam" o denunciado parte de leitura parcial dos depoimentos. A valoração integral e imparcial das provas, função que incumbe a esta Comissão, não está vinculada à interpretação unilateral oferecida pela defesa, mas à análise sistemática de todo o material probatório produzido.

DO MÉRITO: CONFIGURAÇÃO DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

O art. 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967 estabelece que a Câmara poderá cassar o mandato de Vereador quando este "proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública".

No caso em exame, os fatos apurados revelam, objetivamente:

a) o denunciado, na condição de Vereador em exercício de mandato, dirigiu-se ao denunciante em estabelecimento público, fazendo referência expressa e intimidatória à manifestação política por ele exercida anteriormente em frente à Câmara Municipal;

b) proferiu ofensas verbais públicas, chamando o denunciante reiteradamente de "vagabundo" e afirmando que ele "não era homem";

c) portou ostensivamente um canivete em uma das mãos durante toda a discussão, fato registrado pelo Boletim de Ocorrência e confirmado por testemunha presencial identificada no próprio registro policial.

Esses elementos, considerados em conjunto, revelam conduta inequivocamente incompatível com o decoro parlamentar.

O denunciado não agiu como cidadão comum em controvérsia particular: valeu-se de sua condição de agente político para intimidar quem exercera o direito constitucional de manifestação política, perante o Legislativo Municipal, fazendo uso de linguagem hostil e portando instrumento perfurocortante.

A referência explícita à manifestação política pretérita - "aquele dia, na praça, você manifestou contra mim, porque estava protegido pela polícia; manifesta agora, se você for homem" - evidencia que o episódio não decorreu de desentendimento

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 351

pessoal fortuito, mas de retaliação ao exercício de direito político pelo denunciante perante a própria Câmara Municipal.

A condição de Vereador não confere ao agente político autorização para utilizar a função pública como instrumento de hostilidade pessoal, constrangimento ou intimidação de cidadãos em razão de posicionamentos políticos por eles exercidos. Tal conduta viola, simultaneamente, a dignidade do mandato parlamentar, os princípios constitucionais da moralidade e da ética pública, e o dever de urbanidade e equilíbrio inerentes ao exercício da representação popular.

O fato de não ter havido agressão física consumada não elide a gravidade institucional da conduta.

O porte ostensivo de objeto perfurocortante durante discussão diretamente relacionada a divergências políticas pretéritas, associado às ofensas verbais e à referência intimidatória ao exercício de manifestação política, configura, *per si*, comportamento incompatível com os padrões mínimos de decoro exigidos do mandatário parlamentar.

A repercussão pública do episódio, noticiada por veículo de imprensa local (fls. 183/189), reforça o impacto institucional da conduta, que extrapolou o âmbito privado das partes para atingir a credibilidade da função parlamentar perante a comunidade de Arapuá.

Acrescente-se que os autos revelam não se tratar de episódio isolado: o Boletim de Ocorrência REDS nº 2022-042711749-001 (fls. 17/27) e o Processo nº 5000334-90.2023.8.13.0555, em trâmite perante o Juizado Especial da Comarca de Rio Paranaíba/MG, demonstram histórico de comportamento institucionalmente questionável, com episódio anterior envolvendo utilização da tribuna parlamentar para proferir manifestações ofensivas e humilhantes contra servidora pública em contexto de sessão legislativa.

Esses elementos contextuais, trazidos pela própria denúncia como antecedentes, evidenciam padrão de conduta reiterado incompatível com o decoro parlamentar.

CONCLUSÃO SOBRE A PROCEDÊNCIA OU NÃO DA DENÚNCIA

Analisando as provas constantes dos autos, ficou claramente comprovado, pela documentação produzida pelo denunciante e demais documentos trazidos pela defesa, inclusive pela oitiva das testemunhas por ela arroladas, que o Sr. GILSON DA CUNHA MATOS, vereador do Município de Arapuá/MG, praticou a infração político-administrativas tipificada no art. 7, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67.

Desta forma, em consonância com o que dispõe o art. 5º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/67, esta Comissão Processante, por maioria, emite o presente parecer final pela **PROCEDÊNCIA** da denúncia oferecida por João Alves Neto, a qual fora

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNIC
ARAPUÁ/MG
FLS 352

subscrita pelo Partido Político MDB (Movimento Democrático Brasileiro) representado por seu Presidente, José Antônio Gonçalves Neto.

Por consequência, deve este Parecer e todo o processo, ser remetido ao Presidente da Câmara Municipal de Arapuá para que proceda à convocação da sessão de julgamento.

Considerando que o referido processo requer *quorum* qualificado para o julgamento, em caso de ausência de Vereador em exercício do mandato, deverá ocorrer a convocação do respectivo suplente.

Arapuá, 26 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Camile Emanuela Marques Silva
Presidente

Thiago Henrique de Oliveira
Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Paulo Luiz Ferreira
Paulo Luiz Ferreira
Vogal

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 353

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço do advogado Heuler Charly de Paiva Souza, OAB/MG nº 139.707, procurador do Denunciado GILSON DA CUNHA MATOS, com escritório profissional situado a Rua João Leandro, nº 190, Bairro Centro, no município de Rio Paranaíba, com a finalidade de dar ciência ao denunciado do relatório final da Comissão Processante nº 01/2026, bem como entregar cópias da ata da última reunião da Comissão Processante e seu respectivo relatório em anexo.

CERTIFICO, ainda, que:

( ) o notificado recebeu regularmente os documentos e após sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber os documentos e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

(X) Outros: As 10:00hrs estive no endereço do Procurador que não se encontrava, o mesmo enviou mensagem á Presidente dessa Comissão, pedindo para que fosse citado no Domingo(28) á tarde ou na Segunda (29) pela manhã.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 27 de junho de 2026.

Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL ARAPUÁ/MG FLS 354

CITAÇÃO DO DENUNCIADO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Notificante: COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026
Notificado: GILSON DA CUNHA MATOS

A Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, instaurada no âmbito da Câmara Municipal de Arapuá para apuração de suposta infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, com fundamento no artigo 7º, inciso III, c/c artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, CIENTIFICA o Vereador GILSON DA CUNHA MATOS sobre a decisão da Comissão Processante nº 01/2026 que deliberou pela procedência da denúncia oferecida por João Alves Neto.

A presente notificação acompanha:

a) cópia da ata da reunião da Comissão Processante nº 01/2026, realizada em 26/06/2026;
b) relatório final da Comissão Processante nº 01/2026.

Fica o notificado ciente de que a denúncia será remetida ao Presidente da Câmara para demais providências.

Arapuá/MG, 26 de junho de 2026.

Camile Emanuela Marques Silva
Camile Emanuela Marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

Ciente em: 28/06/2026 às 14 h 00 min.

OAB/MG 137707

GILSON DA CUNHA MATOS

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL ARAPUÁ/MG FLS. 355

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço do advogado Heuler Charly de Paiva Souza, OAB/MG nº 139.707, procurador do Denunciado GILSON DA CUNHA MATOS, com escritório profissional situado a Rua João Leandro, nº 190, Bairro Centro, no município de Rio Paranaíba, com a finalidade de dar ciência ao denunciado do relatório final da Comissão Processante nº 01/2026, bem como entregar cópias da ata da última reunião da Comissão Processante e seu respectivo relatório em anexo.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente os documentos e apôs sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber os documentos e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____
_____
_____
_____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 28 de junho de 2026.

Thiago Henrique de Oliveira

Thiago Henrique de Oliveira
Relator

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 356

Arapuá, 29 de junho de 2026.

OFÍCIO Nº 033/2026
Assunto: Encaminhamento dos autos da Comissão Processante nº 01/2026

Senhor Presidente,

Em atenção ao recebimento da denúncia formulada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO em face do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, vimos, por meio do presente, encaminhar a Vossa Excelência os autos da Comissão Processante nº 01/2026, regularmente instaurada para apuração de suposta infração político-administrativa consistente em quebra de decoro parlamentar, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/1967.

Informamos que os autos encontram-se instruídos, até o presente momento, com os seguintes documentos:

1. Denúncia apresentada pelo cidadão JOÃO ALVES NETO;
2. Documentos pessoais e eleitorais do denunciante;
3. Boletim de Ocorrência REDS nº 2026-021178676-001;
4. Documentos relativos ao episódio de 2022 envolvendo familiares do denunciante;
5. Representação anterior por quebra de decoro parlamentar;
6. Matéria jornalística local relacionada aos fatos;
7. Relatório da Comissão Processante nº 01/2026;
8. Ata da sessão plenária de recebimento da denúncia;
9. Portaria nº 07/2026 de constituição da Comissão Processante;
10. Ata de instalação da Comissão Processante nº 01/2026.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Camila Emanuela marques Silva
Presidente da Comissão Processante nº 01/2026

Excelentíssimo Senhor
Vereador Paulo Henrique Fernandes Ribeiro
DD. Presidente da Câmara Municipal
Arapuá/MG

RECEBI EM 29/06/26

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUÁ/MG
FLS 357

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026

Convoca Sessão Extraordinária para julgamento de denúncia por infração político-administrativa, nos termos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, da Constituição da República, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno,

CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante instituída para apuração da denúncia recebida pelo Plenário;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante apresentou parecer final, encerrando a fase instrutória do processo político-administrativo;

CONSIDERANDO que compete ao Plenário da Câmara Municipal deliberar, em sessão especialmente convocada para esse fim, sobre a procedência ou improcedência da denúncia, observando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

CONVOCA os Senhores Vereadores para SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULGAMENTO, a realizar-se no dia 01 de julho de 2026, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Único item: Julgamento do Processo Político-Administrativo nº 01/2026, instaurado em decorrência de denúncia recebida pelo Plenário, destinada à apuração de suposta infração político-administrativa prevista na Lei Orgânica Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 358

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO

A sessão será conduzida pelo Presidente da Câmara, observando-se:

I – as disposições do Decreto-Lei nº 201/1967;

II – a Constituição da República;

III – a Lei Orgânica do Município;

IV – o Regimento Interno da Câmara Municipal;

V – os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, imparcialidade, publicidade e motivação dos atos administrativos.

Durante a sessão serão assegurados ao denunciado todos os direitos inerentes ao exercício da ampla defesa, inclusive o direito de acompanhar integralmente os trabalhos, utilizar os meios de defesa admitidos em direito e realizar sustentação oral, pessoalmente ou por intermédio de advogado regularmente constituído, observadas as normas regimentais.

Concluídas as manifestações previstas no rito legal, o Plenário deliberará mediante votação nominal, observando-se o quórum exigido pela legislação aplicável.

Faz-se constar que o Vereador Suplente Edinaldo Soares de Oliveira será intimado a comparecer e participar da Sessão.

Este edital será publicado e comunicado aos vereadores, ao denunciado e ao denunciante, na forma prevista na legislação e no Regimento Interno.

Câmara Municipal de Arapuá, 30 de junho de 2026.

Paulo Henrique Fernandes Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG FLS 359

CITAÇÃO DO DENUNCIADO

COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026

Notificante: COMISSÃO PROCESSANTE Nº 01/2026
Notificado: GILSON DA CUNHA MATOS

O Presidente da Câmara Municipal de Arapuá, CIENTIFICA o Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, na pessoa de seu advogado HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA, OAB MG 139707, com escritório profissional situado na Rua João Leandro, n 190, Centro, Rio Paranaíba/MG, da convocação para terceira reunião extraordinária em 01 de julho de 2026 as 19:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, com a pauta exclusiva de julgamento do Processo Administrativo 01/2026 destinada a apuração de suposta infração político administrativa por parte deste Edil.

Fica o notificado advertido de que o procedimento seguirá regularmente, independentemente da sua presença, e que será respeitado o direito à ampla defesa e o contraditório.

Esta notificação está acompanhada dos documentos:

a) Cópia do Edital de Convocação 03/2026;
b) Cópia do processo da Comissão Processante 01/2026 Portaria 07 de 31 de maio de 2026 (capa a capa).

Arapuá/MG, 30 de junho de 2026.

Presidente da Câmara Municipal de Arapuá

Ciente em: 30/06/2026.

13:10 horas
OAB/MG 139707

GILSON DA CUNHA MATOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS. 360

CERTIDÃO DE CITAÇÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do Presidente da Comissão Processante nº 01/2026, dirigi-me nesta data ao endereço do Vereador GILSON DA CUNHA MATOS, na pessoa de seu advogado HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA, OAB MG 139707, com escritório profissional situado na Rua João Leandro, n 190, Centro, Rio Paranaíba/MG, com a finalidade da convocar para terceira reunião extraordinária em 01 de julho de 2026 as 19:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Arapuá, com a pauta exclusiva de julgamento do Processo Administrativo 01/2026 destinada a apuração de suposta infração político administrativa por parte deste Edil.

CERTIFICO, ainda, que:

(X) o notificado recebeu regularmente os documentos e apôs sua assinatura no respectivo mandado/notificação;

( ) o notificado recusou-se a receber os documentos e/ou assinar o recebimento, circunstância da qual dou fé;

( ) não foi possível localizar o notificado no endereço diligenciado;

( ) Outros: _____.

Por ser verdade, lavrei a presente certidão.

Arapuá/MG, 30 de junho de 2026.

Servidor(a) Responsável

Thiago Henrique de Oliveira

30/06/2026

13:10 horas

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
FLS 361

TERMO DE CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE VEREADOR

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno,

CONSIDERANDO o impedimento do Vereador Gilson da Cunha Matos em face da Comissão Processante 01/2026 da Sessão Extraordinária de Julgamento designada para o dia 01 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da composição do Quórum da Reunião Extraordinária 03/2026 e da regularidade dos trabalhos legislativos;

CONVOCA o(a) Senhor(a) Edinaldo Soares de Oliveira, suplente de Vereador(a), para comparecer à Câmara Municipal no dia 01 de julho de 2026, às 19 horas, exclusivamente para participação na Sessão Extraordinária de Julgamento do Processo Político-Administrativo nº 01/2026, observadas a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e a legislação aplicável.

Determina-se que a presente convocação seja imediatamente cientificada ao suplente, pelos meios oficiais disponíveis, certificando-se nos autos a respectiva comunicação.

Câmara Municipal de Arapuá, 30 de junho de 2026.

Paulo Henrique Fernandes Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal